UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

ODILON LUIZ POLI

ECONOMIA SOLIDÁRIA E FORMAÇÃO HUMANA:

experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense

CAMPINAS-SP, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense

Odilon Luiz Poli

Dra. Márcia de Paula Leite

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida pro Odilon Luiz Poli e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:_____/_____/_____

Assinatura:

_____

Comissão Julgadora:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

2006

RESUMO

A presente tese investiga como os agricultores familiares envolvidos na criação de agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense, uma resposta política à crise enfrentada pela agricultura familiar desde a segunda metade dos anos 70, vêm reelaborando sua experiência de vida e de trabalho a partir da implantação desses novos empreendimentos. Ela procura observar em que medida os ideais políticos que estiveram presentes na origem desses empreendimentos permanecem no imaginário desses trabalhadores e no seu cotidiano de trabalho.

O problema que orientou o percurso de investigação pode ser assim proposto**:** como os camponeses envolvidos na criação e operação de agroindústrias familiares associativas ligadas à União Central da Agroindústrias Familiares do Oeste catarinense (UCAF), estão reelaborando suas experiências de vida e de trabalho a partir da implantação dessas unidades de produção?

A hipótese com que trabalhamos é a de que a forte motivação política presente na origem desses empreendimentos foi um dos fatores que influenciou decisivamente a trajetória de organização e condução dos trabalhos no cotidiano das agroindústrias, bem como na forma de interpretar seu significado. Porém as decisões dos trabalhadores envolvidos na organização e funcionamento dos empreendimentos e o modo como esses empreendimentos são percebidos por esses trabalhadores, são influenciadas também por outros fatores de ordem objetiva (situação econômica, necessidades materiais, presença e atuação dos mediadores, etc) e de ordem subjetiva (representações sobre o futuro, objetivos e interesses pessoais, ideais políticos, expectativas de inserção social, elaborações pessoais sobre a inserção no trabalho, etc).

O trabalho de pesquisa foi organizado em três momentos principais. Num primeiro momento, desenvolveu-se um estudo exploratório voltado à caracterização das experiências existentes na região Oeste catarinense que, atualmente, podem ser agrupadas em torno do conceito de economia solidária. Num segundo momento, realizou-se uma caracterização geral das agroindústrias familiares associativas vinculadas à União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, que atuam no processamento de carne suína, com o intuito de reunir um conjunto de informações sobre os empreendimentos dessa cadeia produtiva, analisando suas características comuns e seu impacto econômico e social para os envolvidos. O terceiro momento voltou-se ao estudo em profundidade de dois empreendimentos da cadeia produtiva da carne suína, caracterizada no momento dois, definidos por escolha intencional.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese de trabalho e elucidam o modo como as novas experiências de vida e de trabalho vêm sendo elaboradas pelos envolvidos em cada empreendimento, num processo histórico específico em que interagem condições objetivas e subjetivas, além do patrimônio cultural dessa população.

Palavras chave: Trabalho e Formação Humana, Economia Solidária, Agroindústrias Familiares.

ABSTRACT

This thesis investigates how the familiar farmers, are busy with the creation of the associate familiar agro industries associative in the West of Santa Catarina; a politic answer to face the crisis by the familiar agriculture since the second half of 70´s; is re-elaborating its life and work experiences from implanting these new enterprises. The thesis tries to observe how the politics ideals, were presented in the origin of these enterprises, remaining in the workers imaginary and in their daily work.

The problem that oriented the investigation course can be proposed like this: How the farmers are involved in the creation and operation of the associative familiar agro industries linked to UCAF (União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense) are they re-elaborating their life and work experiences from implanting these production units?

The hipotese in this work is that the strong politic motivation present in the origin of these enterprises was one of the factors that has influenced strongly in the organization trajectory and work conduction in the daily agro industries, as well as the way to interpret its meaning. However, the decisions of the workers involved in the organization of the enterprises and the way that these enterprises are perceived by these workers, are also influenced by other factors in an objective order (economic situation, materials needs, presence and the mediator´s performance etc.) and by the subjective order factors (representations about the future, objective and personal interests, politics ideals, social insertion expectancy, personal elaborations about the work insertion, etc.)

The research work was organized in three main moments. In the first moment, it was developed an exploratory study directed to the experiences characterizations existing in the West of Santa Catarina that, nowadays, they can be joined to the concept of supportive economy. In the second moment, it came true a general characterization of the associative familiar agro industries linked to UCAF (União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense), that act in the pork meat process, with the intention to join an amount of information about the enterprises of this production chain, analyzing its common characteristics and its economic and social impact to the people involved. The third moment came directed to the deep study of two pork meat production chain enterprises, characterized in the second moment, defined by the intentional choose.

The results obtained confirm the work hipotese and elucidate the way how the new life and work experiences are being elaborated by the people involved in each enterprise, in an specific historical process, in what they interact objective and subjective conditions, beyond the cultural patrimony of this population.

Key words: Work and Human Formation, Supportive Economy, Familiar Agribusiness.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa tese, relembro com carinho das pessoas que, no longo percurso de sua elaboração, marcaram presença junto de mim, de muitas maneiras, e foram importantes para viabilizar essa conquista.

De modo muito especial eu agradeço:

À profª Márcia de Paula Leite, minha orientadora, que com sua maneira serena e segura, me estimulou sempre a seguir em frente.

À profª Liliana Segnini, pelas ricas trocas que possibilitou, nos momentos em que tive o privilégio de interagir durante o curso.

Ao Prof. Gaudêncio Frigotto pelas valiosas dicas, no princípio do trabalho, as quais trouxeram luzes importantes para o delineamento da pesquisa.Também pelo estímulo que sua amizade e desprendimento sempre me proporcionaram.

Às funcionárias da secretaria da pós-graduação, particularmente à Nadir e Gi que, desde os tempos do mestrado, sempre chamaram atenção pela sua dedicação incondicional ao nosso atendimento.

À Unochapecó por ter viabilizado as condições institucional para que esse doutorado fosse possível.

Aos colegas do Centro de Ciências da Educação, pelo estímulo que sempre me deram para continuar, mesmo nos momentos em que as condições objetivas conspiravam contra e pareciam inviabilizar o trabalho.

Aos colegas de trabalho da reitoria da Unochapecó, pela compreensão e apoio. Particularmente à Rose e Maria Luiza que não mediram esforços (e sacrifícios) para permitir que eu me dedicasse à conclusão desta tese. Do mesmo modo à Cássia e à Daiane que suportaram os piores momentos, em que o cansaço e a preocupação, tornavam o dia-a-dia muito mais difícil.

Aos meus familiares, todos, pela incondicional compreensão à minha inevitável ausência, nos longos dias que a elaboração deste trabalho consumiu.

De um modo muito especial, aos integrantes das agroindústrias familiares associativas ligadas à UCAF e a todos os técnicos, dirigentes e funcionários da APACO, pela sua pronta colaboração com o trabalho de pesquisa.

A todos o meu reconhecimento e minha eterna gratidão.

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARESC: Associação de Crédito e Assistência Técnica de Santa Catarina
ACARPESC: Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina.
ACI: Aliança Cooperativa Internacional
ADS-CUT: Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
AECOS: Associação Estadual de Condomínios Suinícolas
APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ASCOP: Associação das Cooperativas de Produtores de Leite do Oeste Catarinense.
BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CAE – IPÊ: Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (RS), atualmente denominado de
CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.
CCRA: Cooperativa Central da Reforma Agrária
CEMA: Central Municipal de Apoio
CEPAGRI: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPAGRO: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CETAP: Centro de Apoio às Tecnologias Alternativas Populares.
CE: (Centro Ecológico).
CIDASC: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa.
CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CORLAC: Companhia Riograndense de Leite e correlatos
CPA: Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS: Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CREDI-CHAPECÓ: Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó.
ECOSOL: Sistema Nacional de Cooperativas de Economia Solidária
CRESOL: Sistema de Cooperativas de crédito Rural com Interação Solidária.
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DER-FUNDEP: Departamento de Estudos Rurais da Fundação de Desenvolvimento de Educação e Pesquisa da Região Celeiro.
DESER: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais.
ECOSOL: Sistema Nacional de Cooperativas de economia e crédito Solidário
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENMC: Ensaio Nacional de Milho Crioulo.

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ERMC: Ensaio Regional de Milho Crioulo
FETRAF-SUL-CUT: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Região Sul – da Central Única dos Trabalhadores
FMPA: Fundo de Mini-Projetos Alternativos
FUNCITEC: Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
GCA: Grupo de Cooperação agrícola.
GESPAR: Metodologia de Gestão Participativa
IASC: Instituto de Apicultura de Santa Catarina
ITCP: Incubadora de Cooperativas Populares
MAB: Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MCA: Movimento de Cooperação Agrícola
MCT: Ministério de Ciência e Tecnologia
MMA: Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC: Movimento das Mulheres Camponesas
MST: Movimento dos Sem Terras
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PROGER: Programa de Geração de Emprego e Renda.
PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
OCB: Organização das Cooperativas do Brasil
OCESC: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
REDE ITA-SUL: Rede de Tecnologias Alternativas da Região Sul.
SAI: Sistema de Assessoria e Informação
SEBRAE: Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCA: Sistema Cooperativista dos Assentados
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
UCAF: União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UNOCHAPECÓ: Universidade Comunitária Regional de Chapecó
VIANEI: Centro Vianei de Educação Popular

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cooperativas Ligadas ao Sistema Cooperativista dos Assentados que atuam no Oeste Catarinense 185

Quadro 2. Cooperativas Integrantes da Rede de Cooperativas de Comercialização Localizadas na Região Oeste Catarinense 187

Quadro 3. Cooperativas de Produtores de Leite Localizadas na Região Oeste Catarinense 190

Quadro 4. Relação das Cooperativas Singulares do Sistema CRESOL, no Oeste Catarinense ... 201

Quadro 5. Resumo das Operações realizadas pelo Banco do Povo entre 2002 e 2005 202

Quadro 6. Empreendimentos Incubados no Programa Empresa Mãe de Cooperativas Populares do Município de Chapecó 208

Quadro 7. Agroindústrias Familiares Associativas Vinculadas à UCAF 215

Quadro 8. Composição das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Hübner 223

Quadro 9. Composição das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Ternus 226

Quadro 10. Composição Atual das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Monte Alegre 230

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 1

O Contexto da Pesquisa 3
O Problema de Pesquisa 13
A Pesquisa 16
Questões Teóricas 19

CAPÍTULO I ELEMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE E SUA REALIDADE ATUAL 43

1.1 Crise da Agricultura Familiar Tradicional 49
1.2 Reações Frente à Crise da Economia Camponesa Tradicional 54
1.3 Crise da Agricultura Familiar Tradicional e Resistência Política 66

CAPÍTULO II NOVAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS NO OESTE CATARINENSE 73

2.1 Processos Pedagógicos e as Transformações da Cultura Camponesa: diferentes pedagogias em ação 78
2.1.1 A pedagogia da extensão rural 79
2.1.2 A pedagogia da assistência técnica das empresas integradoras 85
2.1.3 A pedagogia da igreja, a partir da teologia da libertação 89
2.1.4 Os movimentos sociais - seus discursos e suas práticas 94
2.1.5 A APACO e seus programas educativos 97
2.1.6 Os programas de formação e intercâmbio desenvolvidos pelo movimento sindical 110
2.1.6.1 O programa terra solidária 110
2.1.6.2 O programa “de agricultor para agricultor” 112
2.1.7 A escola 113
2.1.8 A eletrificação rural 114

CAPÍTULO III SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA ORIGENS, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO ATUAL 118

3.1 Origens da Economia Solidária 119
3.2 Sobre o Conceito de Economia Solidária 124
3.3 Sobre o Significado Social e Político da Economia Solidária 130

CAPÍTULO IV O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE CATARINENSE 146

4.1 Fatores que Favoreceram o Desenvolvimento da Economia Solidária no Oeste Catarinense 148

4.1.1 A densidade institucional 148

4.1.2 Os instrumentos de apoio ao desenvolvimento da economia solidária 155

4.1.2.1 As entidades fomentadoras 156

4.1.2.2 Instrumentos de apoio: as redes 160

4.1.2.3 Os programas de fomento a empreendimentos de economia solidária 165

4.1.3 Os programas de formação profissional 170

4.1.4 A existência de um capital social frente às dificuldades de reprodução da agricultura familiar 171

4.2 Frentes de Desenvolvimento da Economia Solidária no Oeste Catarinense 172

4.2.1 Produção agrícola associativa ou agricultura de grupo 173

4.2.1.1 Cooperativas do ramo agropecuário 180

4.2.1.2 Associações de agricultores 192

4.2.1.3 Grupos de cooperação agrícola 194

4.2.1.4 Condomínios 195

4.2.1.5 Clubes de integração e troca de experiências 196

4.2.2 Os Sistemas de crédito solidário 196

4.2.2.1 O fundo de mini projetos 198

4.2.2.2 O sistema CRESOL 198

4.2.2.3 As associações de garantia de crédito (Fundos de Aval e Banco do Povo) 200

4.2.2.4 O Sistema ECOSOL 203

4.2.3 Os mini projetos alternativos 205

4.2.4 Os empreendimentos econômicos e solidários surgidos a partir de programas públicos de fomento à economia solidária 207

4.2.5 Agroindústrias familiares associativas 209

CAPÍTULO V EXPERIÊNCIAS DE VIDA E DE TRABALHO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ASSOCIATIVAS DO OESTE CATARINENSE 217

5.1 Caracterização dos Empreendimentos Selecionados 222

5.1.1 O empreendimento A 222

5.1.2 O empreendimento B 229

5.2 Sobre a Origem Social dos Sujeitos 234

5.3 A Experiência do Trabalho Associado 236
5.4 Experiências de Trabalho nas Agroindústrias 256
5.4.1 Apontamentos e considerações sobre as novas experiências de trabalho 265
5.5 Anotações e Considerações sobre as Novas Relações de Produção....277
5.6 Horizontes Societais e Perspectivas Futuras: observações e apontamentos....291

CONCLUSÃO GERAL 293

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 303

ANEXO....321

APÊNDICE 325

INTRODUÇÃO GERAL

A presente tese investiga como os agricultores familiares envolvidos na criação de agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense, uma resposta política à crise enfrentada pela agricultura familiar desde a segunda metade dos anos 70, vêm reelaborando sua experiência de vida e de trabalho a partir da implantação desses novos empreendimentos. O problema que me propus a esclarecer é como os camponeses envolvidos na criação e operação de agroindústrias familiares associativas ligadas à União Central da Agroindústrias Familiares do Oeste catarinense (UCAF)[1], estão reelaborando suas experiências de vida e de trabalho a partir da implantação dessas unidades de produção? O trabalho de investigação resgata os processos educativos presentes na trajetória de transformação desses trabalhadores, até então habituados apenas às práticas tradicionais da agricultura familiar[2], procurando captar ainda o significado dessas agroindústrias familiares na trajetória de vida dos trabalhadores envolvidos, tanto em termos de alternativa pessoal de vida, quanto em termos de alternativa de construção (ou não) de novas formas sociais de futuro[3], no contexto do movimento social de economia solidária, do qual passaram a tomar parte, a partir de meados dos anos 90.

---

[1] A União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF) surgiu por iniciativa das agroindústrias ligadas à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), estimulados por esta, como encaminhamento voltado aprofundar os avanços obtidos através de diversas ações de fomento e desenvolvimento de modo a melhorar a qualidade dos seus produtos e do próprio processo de produção, visando criar condições de participação formal no mercado. A entidade visa socializar a oferta de serviços e a assessoria profissional indispensáveis ao funcionamento das agroindústrias e a melhoria constante de sua produção.

[2] Destaque-se o caráter acentuadamente cíclico e repetitivo das atividades da agricultura familiar tradicional. Nesse processo de trabalho, o trabalhador aprendia a executar as tarefas através da convivência com os adultos e, depois tendia a repeti-las por toda a vida, como uma tradição. Através desses processos educativos, esses trabalhadores lograram a preparação necessária para criar, organizar e gerir agroindústrias familiares associativas. Diferentemente das práticas ligadas à agricultura familiar tradicional, entretanto, esse novo processo de trabalho lhes exige o exercício de habilidades e hábitos totalmente diferentes dos quais estavam habituados

[3] Tomo aqui o conceito de formas sociais de futuro no sentido que lhe atribui Oliveira (apud FRIGOTTO, 1999), ou seja, dizem respeito às possibilidades de produção de novas condições sociais de vida e, portanto, de novas condições sociais de produção, capazes de superar tanto as contradições atuais do capitalismo, quanto daquelas (já extintas) do socialismo real, incorporando o imenso progresso técnico a favor das necessidades e ampliação da liberdade humana. Como o demonstra Frigotto, o caminho de construção dessa alternativa na perspectiva de Oliveira e Hobsbawm continua a ser a construção do socialismo.

A hipótese com que trabalho é a de que a forte motivação política presente na origem desses empreendimentos[4] foi um dos fatores que influenciou decisivamente a trajetória de organização e condução dos trabalhos no cotidiano das agroindústrias, bem como na forma de interpretar seu significado. Porém as decisões dos trabalhadores envolvidos na organização e funcionamento desses empreendimentos e o modo como são percebidos por esses trabalhadores, são influenciadas também por outros fatores de ordem objetiva (situação econômica, necessidades materiais, presença e atuação de mediadores, etc) e de ordem subjetiva (representações sobre o futuro, objetivos e interesses pessoais, ideais políticos, expectativas de inserção social, elaborações pessoais sobre a inserção no trabalho, etc). Desse modo, seguindo as pistas abertas por Thompson (1981, 1989) acredito que a reelaboração da experiência de vida e de trabalho por esses trabalhadores, ocorre dentro das coordenadas da cultura e das condições de vida do grupo social em que estão inseridos e do contexto de relações por ele estabelecido, sendo um processo a um só tempo, de caráter social e coletivo, bem como pessoal e subjetivo, tecido por vias muito complexas e, portanto, imprevisíveis, que depende do modo como ocorre a inserção pessoal de cada sujeito no processo e da interpretação subjetiva sobre o seu significado.
Apresento a seguir alguns aspectos que permitem esclarecer os contornos do problema de pesquisa que orientou a presente elaboração.

[4] Como será esclarecido um pouco mais adiante, o surgimento dessas agroindústrias familiares associativas ocorreu a partir de uma reação política dos agricultores frente a uma acentuada crise que passou a ser enfrentada pela agricultura familiar da região, no momento em que o capital industrial passou a atuar no campo, buscando integrar essa agricultura ao circuito e à lógica da produção industrial. Esse processo de avanço das relações do capitalismo industrial no campo ficou conhecido no Brasil como "modernização da agricultura". Frente a ela os agricultores apresentaram diferentes reações, como será esclarecido no primeiro capítulo da tese.
Uma dessas formas de reação foi a reação política, levada a efeito através da organização de quatro movimentos sociais, cada um dos quais agregando uma identidade específica, dentro do contexto geral da agricultura familiar da região. Os quatro movimentos em tela são: o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Oposições Sindicais, junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
Nos seus primeiros anos esses movimentos sociais se caracterizaram pela realização de grandes mobilizações de massa de protesto e de reivindicação, além de outras ações com o mesmo caráter. Contudo, a partir do final da década de 80, os integrantes desses movimentos e, alguns mediadores externos ligados, principalmente, à igreja católica, ao Partido dos Trabalhadores e ao movimento sindical, passaram a trabalhar na busca de alternativas de produção para a agricultura familiar, com o objetivo tanto de redimensionar as relações e o papel da agricultura familiar com a sociedade e superar o caráter meramente reivindicatório dos movimentos, quanto no sentido de construir uma sociedade alternativa, em relação ao capitalismo e ao socialismo real. Foi nesse contexto e com essa intencionalidade que essas agroindústrias familiares associativas foram criadas. A esse respeito, ver POLI (1995).

O Contexto da Pesquisa

A colonização foi o processo através do qual o Oeste catarinense[5] passou a ser povoado por camponeses descendentes de imigrantes europeus (especialmente alemães, italianos e poloneses), vindos principalmente do vizinho estado do Rio Grande do Sul, no qual, o esgotamento da fronteira agrícola nas terras destinadas à colonização forçou a saída de muitos camponeses (sobretudo casais jovens) para outros estados, especialmente para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Montanhosas, de difícil acesso e enjeitadas pela grande propriedade, essas terras se assemelhavam muito às recebidas pelos primeiros colonizadores, quando da sua chegada ao Brasil. (POLI, 1995).

A estratégia do governo catarinense para promover a colonização foi a concessão de grandes áreas a empresas colonizadoras que se encarregaram da retirada de madeira e subdivisão da área em pequenos lotes a serem vendidos para os descendentes de imigrantes, vindos do RS, e também da "limpeza" do terreno, que consistia na retirada dos caboclos "intrusos" que habitavam a região sem ter título das terras que ocupavam.

O processo de colonização, iniciou-se em 1910, mas só começou a se intensificar a partir de 1916, após a solução do conflito de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina conhecido como Guerra do Contestado. A partir de então, o governo catarinense passou a dar um franco incentivo ao processo colonizador, visando consolidar sua presença na região. A partir dessas iniciativas, a colonização ganhou maior impulso, especialmente depois de 1930, aproximadamente, estendendo-se até a década de 60.

---

[5] Existem diferentes critérios para a definição da área de abrangência da região conhecida como Oeste catarinense. Campos (1987) inclui nesse conceito apenas a área da Micro Região Colonial Oeste Catarinense, cuja dimensão total é de 14.222 km2, estendendo-se da fronteira da República Argentina até os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada (inclusive), onde ocorre o início da Região Colonial do Rio do Peixe. Contudo, a maioria dos estudiosos[5] utiliza um outro critério pelo qual a região Oeste Catarinense compreende o Vale do Rio do Peixe, Meio e Extremo Oeste Catarinense, englobando as microrregiões homogêneas Colonial Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe, conjuntamente, conforme se pode observar no mapa (ANEXO A).
Esta definição deve-se ao fato de que essa área constitui uma região homogênea com características bastante semelhantes em seu relevo, nas características do processo de colonização e na sua estruturação econômica, alicerçada, atualmente, na produção agrícola e agroindustrial e em pequenos estabelecimentos quase sempre integrados ou dependentes dos complexos agroindustriais que se estabeleceram na Região a partir da década de 50. Este será o critério de definição adotado no presente trabalho.
Definida a partir deste critério, a região possui uma superfície territorial de 25.338 km^2, correspondendo a 26,4% do território do estado de Santa Catarina. Mesmo sendo uma área de menor densidade populacional, abriga 25% da população estadual, destacando-se, no plano econômico, especialmente pelo seu setor agrícola e agroindustrial, o qual gera pelo menos a metade do valor global da produção primária do estado de Santa Catarina.

A partir do processo de colonização, o Oeste catarinense estruturou sua economia com base num modelo de agricultura familiar que, mesmo preservando muitas características do *modelo original*[6] camponês (LAMARCHE, 1993) voltava-se principalmente à produção de excedentes destinados ao mercado. Proprietários da terra que cultivavam, comprada com o investimento de uma certa quantia em dinheiro, esses agricultores familiares controlavam a maior parte dos fatores necessários à sua produção, o que lhes conferia uma certa autonomia em relação à sociedade abrangente. Não obstante, participavam do processo produtivo na condição de produtores de matérias primas destinadas ao processamento industrial, raramente comercializando seus produtos aos seus consumidores finais (POLI, 1995, 2001).

No final dos anos setenta, esse modelo de produção agrícola, que prosperou por pelo menos três décadas e constituiu as bases para a integração da região à economia nacional, entrou em crise. As novas condições de produção colocadas pelo processo de modernização da agricultura, a partir da incorporação dos avanços da engenharia genética e de insumos de origem industrial, elevaram os padrões de produtividade a níveis antes inimagináveis e inviabilizaram a continuidade do modelo de produção típico da agricultura familiar tradicional da região, destruindo as bases do modo de vida por ela sustentado.

Diante desse fenômeno, seguindo as pistas abertas por dois estudos realizados anteriormente (POLI, 1995, 2001) observei que as reações dos camponeses foram bastante diversas. Uma parcela considerável abandonou o campo para ocupar as vagas abertas nos grandes frigoríficos instalados na região a partir de então, assumindo a condição operária. Outra parcela

[6] Lamarche (1993) procurou construir um modelo explicativo sobre o modo como as unidades camponesas de produção interagem com a sociedade capitalista que as envolve, que fosse capaz de elucidar variações e combinações de elementos que, por vezes, aparentam ser confusas ou até caóticas em termos de assimilação de influências ou de resistência a elas. Ao observar o comportamento dessas unidades, percebeu que, em muitas regiões, como na França, em boa parte da Europa e, em conseqüência, nos núcleos coloniais do Sul do Brasil, originados a partir da imigração européia, a absoluta maioria das explorações familiares advém do "modelo camponês", cujas características foram desenvolvidas ao longo de um período de desenvolvimento histórico do campesinato europeu. Isto que dizer que, nestes casos, a quase totalidade das unidades de exploração agrícola teve um antepassado camponês que lhe transmitiu os traços socioculturais característicos desse modelo camponês. A esse patrimônio cultural original, ao qual todas as explorações agrícolas familiares estão ligadas, em maior ou menos grau, ele chama de **Modelo Original**. A existência desse modelo original comum não significa, no entanto, que todas as explorações agrícolas sejam idênticas, possuindo um mesmo sistema de valores e mesmas ambições para o futuro. Ao contrário, *"[...] o estado de conservação deste patrimônio, pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra e mesmo de um explorador para outro da mesma sociedade"* (ibidem, p. 17). O importante, segundo o autor, é perceber o papel fundamental, no modo de funcionamento da exploração familiar, de um modelo anterior ao qual todo explorador, com maior ou menor consciência, necessariamente se refere.

ingressou na produção integrada[7] e, mesmo permanecendo no campo, tornou-se parte do processo de produção industrial, atuando a partir da determinação direta das indústrias integradoras. Uma parcela menor buscou novas fronteiras agrícolas, deslocando-se para outros estados como Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e outros. Outros ainda, por razões diversas e ainda não estudadas, resistiram ao êxodo e à integração à agroindústria, permanecendo no campo praticando uma agricultura pouco tecnificada, às custas de uma drástica redução do consumo, experimentando um processo de empobrecimento progressivo. Uma parcela, por fim, optou pela reação política, combatendo as novas investidas do capital industrial, a partir da organização de movimentos sociais de contestação, reivindicando melhores cndições de vida e de trabalho na agricultura. Através deles, desenvolveram uma série de estratégias de resistência que incluíam desde as mobilizações de massa de protesto e reivindicação, até estratégias de produção alternativa, com destaque para a produção associada e o desenvolvimento de tecnologias alternativas, baseadas nos princípios da agroecologia e na negação da chamada *agricultura química*. Esse processo de lutas foi um momento fundamental de afirmação da categoria *agricultura familiar*[8] como identidade comum e elo de articulação das diferentes frentes de luta, bem como para a construção de alternativas de viabilização das unidades familiares de produção agrícola.

A compreensão dos desdobramentos desse processo exige tomar em consideração, além da realidade regional, as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no contexto do capitalismo mundial, as quais vêm provocando profundas mudanças nas condições e nas perspectivas de vida e de trabalho da população. A partir dos anos 90 passamos a presenciar, no Brasil, a intensificação dos efeitos de um fenômeno complexo, de abrangência mundial, que pode ser expresso, entre outras denominações, como o advento de "uma nova ordem mundial", com a qual a população em estudo precisou interagir. Apesar da diversidade de interpretações sobre o fenômeno, há um razoável consenso entre os diferentes autores consultados de que as últimas três décadas foram marcadas pela aceleração de vários processos de mudança e que, no Brasil, os efeitos desse processo se fizeram sentir mais intensamente a partir da década de 90. Dentre os

[7] A produção integrada é uma modalidade de produção agropecuária desenvolvida na região, onde os agricultores, mesmo continuando a ser proprietários da terra, passam a sediar unidades de produção de matérias primas, totalmente integradas ao circuito industrial de produção, em que todas as especificações da produção (o que, quanto e como produzir), passam a ser definidas pelas próprias indústrias integradoras. Nessa modalidade de produção os agricultores passam a atuar como mão-de-obra do processo de produção industrial, sob supervisão direta da indústria integradora e sem qualquer autonomia. Um estudo bastante completo dessa forma de produção encontra-se em Belatto (1985).

[8] A esse respeito ver BADALOTTi (2003).

principais processos de transformação, vale citar a crise do Padrão de Acumulação Fordista e o

advento de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho; a mundialização dos mercados de bens e fluxos financeiros; a difusão ampla das teses e políticas neoliberais e, principalmente, a crise da *sociedade salarial*[9] e do estado de bem estar social.

Do ponto de vista do tema em estudo, merece destaque, de modo especial, o fato de que a confluência desses fatores possibilitou uma significativa economia, em termos de mão-de-obra utilizada pelas empresas, seja pela redução pura e simples dos postos de trabalho ou pela estratégia da sub-contratação, através do processo de terceirização. Em termos sociais, isso significa o aumento da pobreza e uma crescente dificuldade de inserção no mundo do trabalho de uma parcela considerável da população que, para sobreviver, passa a lançar mão das mais diversas alternativas de produção de renda e/ou meios de vida.

No Brasil, vários autores destacam a interação entre os princípios fundantes da acumulação flexível[10] com a trajetória histórica do desenvolvimento nacional, marcada fortemente, entre outros, por dois processos que, na presente análise, se revelam importantes. De um lado, o princípio de *modernização defensiva*[11] e o *padrão predatório de uso da mão de obra.*[12] Os resultados dessa interação têm sido uma assimilação conservadora do novo paradigma industrial, marcada por profundas diferenças entre setores e sobrevivência de muitos elementos do paradigma taylorista-fordista, além do aumento do desemprego, da precarização do trabalho e da insegurança registrados em outros países, com um agravante de que isto vem a ocorrer numa realidade já profundamente marcada pela pobreza de grande parte da população e pela fragilidade dos direitos sociais.

Hobsbawn (apud FRIGOTTO, 1999) destaca que o resultado dessa situação é um aumento acentuado dos problemas sociais, paralelamente a uma perda da capacidade dos estados para a geração de políticas de desenvolvimento. Essa realidade dificulta sobremaneira a busca de soluções para os graves problemas sociais enfrentados por uma parte considerável da população do planeta.

---

[9] Modo de desenvolvimento que predominou no período pós-guerras até o início da década de 80 do século XX, no qual os salários representavam a forma absolutamente predominante de estruturação do consumo de massa. Nesse período, nos países desenvolvidos, os índices de assalariamento da população economicamente ativa (urbana) superava a marca dos 80%.

[10] Expressão utilizada, com freqüência, para denominar a nova dinâmica de organização da produção, no contexto da 3º revolução industrial (Harvey, 1993).

[11] Refere-se a atitude recorrente de grande parte do empresariado brasileiro que, espontaneamente, não busca a modernização do processo produtivo, limitando-se a reagir aos surtos modernizadores vindos do exterior (Carvalho, 1994; Leite, 1994)

[12] Diz respeito à a permanência de uma relação entre o capital e o trabalho no Brasil, na qual predomina a falta de investimentos no desenvolvimento da mão de obra, o autoritarismo empresarial, baixos salários e precariedade dos direitos sociais (Carvalho, 1994).

Castel(1998) demonstra que o atual momento de "crise" vai muito além de uma dificuldade conjuntural relativa ao emprego, e significa uma transformação muito mais profunda que está rompendo com as condições básicas que permitiam a vigência da sociedade salarial, tornando-a inviável, mesmo em face de uma (pouco provável) retomada significativa do crescimento econômico em nível mundial. Em suas palavras:

> O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas restruturações industriais e pela luta em favor da competitividade [...]. (CASTEL, 1998, p. 516-517).

Na esteira do rompimento do (frágil) equilíbrio que caracterizou a sociedade salarial, assiste-se ao ressurgimento de um considerável contingente de pessoas que simplesmente parecem ser desnecessários para os processos de produção, de consumo e da organização social como um todo. Nas palavras do autor:

> [...] a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de 'trabalhadores sem trabalho' que Hannah Arendt evocava, os quais literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de 'inúteis para o mundo' (ibidem, p. 496).

Essa elevação acentuada do desemprego, tem levado ao que Segnini(1999) e outros autores tem chamado de *fragilização da força de trabalho.* Com seu poder de barganha bastante reduzido, os trabalhadores tem renunciado às lutas pela garantia de direitos e priorizado a defesa pura e simples do emprego. A precarização e a redução dos ganhos tem sido a tônica e têm contribuído em muito para a concentração cada vez maior da riqueza.

Singer (1997) destaca, nesse sentido, a importância do processo de terceirização que tem transformado muitos empregos formais em ocupações sem garantias.

> Talvez melhor do que a palavra 'desemprego', precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria [...] as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. (SINGER, 1997, p. 24).

Em países como o Brasil, onde a renda historicamente foi bastante concentrada, em que a sociedade salarial sequer se instalou em sentido pleno e o estado de bem estar social sequer existiu, as condições atuais têm significado o aprofundamento do abismo que separa as classes sociais.

A exemplo do que vem ocorrendo em outras regiões, no Oeste Catarinense, as novas condições econômicas mundiais têm provocado o aumento da pobreza e da exclusão social.

Nessa região, o agravamento das condições de vida da população se deve a dois processos concomitantes. De um lado as crescentes dificuldades de viabilização da agricultura familiar, no contexto da modernização da agricultura[13] e, de outro, a diminuição do nível de emprego no setor agro-industrial, nos anos 90, devido ao processo de reestruturação produtiva.

O resultado da ação desses fatores tem sido tanto a intensificação do êxodo rural e a concentração da população em alguns centros urbanos, quanto uma dificuldade crescente de viabilização econômica.

Ocorre que, até o início dos anos 80, os deslocamentos populacionais provocados pelo êxodo rural eram, de alguma forma, compensados pelo aumento dos postos de trabalho nos frigoríficos em expansão. Quando, porém, no início dos anos 90, as agroindústrias intensificaram a utilização de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, diminuindo sensivelmente o número de postos de trabalho[14], a situação econômica da região passou a agravar-se sensivelmente. Essa realidade foi acompanhada por diversos movimentos de caráter político-institucional, envolvendo tanto o governo do estado de Santa Catarina, quanto as prefeituras da região, cujo foco era a busca de alternativas para o desemprego crescente. Tais iniciativas, contudo, não lograram grande êxito em termos concretos[15].

Particularmente no que se refere aos agricultores familiares, como desdobramentos do processo de organização política registrado no final da década de 80, começaram a surgir novas formas de organização e atuação, de caráter técnico-profissional, voltados ao desenvolvimento e operacionalização de soluções a determinadas problemáticas identificadas pelos camponeses no seu processo de luta política. Merece destaque nesse sentido a criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), no ano de 1989, uma ONG que passou a

---

[13] A partir da segunda metade da década de 70, o modelo de produção agrícola familiar tradicional entrou em crise devido ao processo conhecido como *modernização da agricultura* que, em todo o país caracterizou-se pela intensificação do uso de insumos e máquinas de origem industrial e que permitiu, ao mesmo tempo, ganhos significativos de produtividade e dispensa de grande parte da mão-de-obra. (Ver a esse respeito especialmente Silva, 1982). Na região, esse processo significou a inviabilização econômica da maioria das unidades familiares de produção agrícola e o deslocamento de grandes contingentes populacionais do meio rural para o urbano, através do êxodo rural. A esse respeito ver Uczai (1992), Belatto (1985) e Poli (1994 e 1995).

[14] Vale lembrar que grande parte da mão de obra utilizada nos frigoríficos era de baixa qualificação, voltada à execução de tarefas simples e repetitivas, justamente a mais atingida pelo desemprego, no contexto da 3ª revolução industrial.

[15] Destaca-se, nesse sentido o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI) que realizou uma significativa movimentação política, com inúmeras reuniões e eventos para discussão da problemática do desenvolvimento da região chegando, inclusive, a propor alguns projetos específicos voltados a estimular o surgimento de alternativas de desenvolvimento. Porém, caracterizado pelo distanciamento em relação à população mais pobre, sem demonstrar

efetivo conhecimento de suas necessidades e marcado por fortes disputas políticas internas, além de contar com a desconfiança de importantes setores organizados, suas iniciativas foram de pouco êxito prático.

desenvolver uma série de programas voltados ao desenvolvimento técnico, profissional e político de alternativas de produção opostas ao modelo da revolução verde[16]. Atuando numa perspectiva embasada na associação, na cooperação e na sustentabilidade (social e ambiental), na autogestão e na solidariedade, tinha como meta viabilizar a autonomia dos camponeses em relação aos insumos de origem industrial e a criação de um sistema de produção agrícola baseado na agroecologia[17]. A partir desses esforços, começaram a surgir e a ganhar visibilidade uma grande diversidade de iniciativas de produção que tinham por base esses princípios (cooperação, autogestão, sustentabilidade e solidariedade), os quais podem ser abarcados pelo conceito de Empreendimentos econômicos e solidários[18].

Dentre essas alternativas de produção desenvolvidas no bojo desse movimento, como desdobramentos dessas iniciativas, está a criação de agroindústrias familiares associativas, que serão o objeto central da presente pesquisa. Impulsionadas por um dos programas específicos desenvolvidos pela APACO, as agroindústrias familiares associativas são empreendimentos voltados ao processamento industrial de produtos de origem animal ou vegetal, oriundos da agricultura familiar, geralmente produzidos pelas próprias famílias que constituíram e mantêm a agroindústria em funcionamento. Seu objetivo é a agregação de valor aos produtos da agricultura

---

[16] A *Revolução Verde* é o modo como ficou conhecido o processo de transformação radical da produção agrícola a partir da sua vinculação ao desenvolvimento industrial e ao mercado capitalista, mediante a produção e incorporação de avanços científicos e tecnológicos (através da utilização de insumos de origem industrial) ao processo de produção agrícola, bem como a adoção dos princípios da racionalidade técnica ao seu processo de gestão, permitindo ganhos de produtividade até então inimagináveis para a agricultura. Belatto (1985) afirma que, para além dos interesses econômicos envolvidos nesse processo, a revolução verde teve claros objetivos políticos, sendo uma tentativa de evitar que a mobilização política das populações camponesas dos países menos desenvolvidos redundasse em revoluções políticas, particularmente revoluções socialistas.

[17] Uma descrição detalhada de tais programas e seus desdobramentos será feita no capítulo 2.

[18] O conceito de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EESs), será discutido no capítulo 3, no contexto da conceituação de Economia Solidária. Contudo, para facilitar a compreensão do seu uso, transcrevemos o conceito adotado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada pelo governo federal em 2002, que afirma:

> [...] os Empreendimentos Econômicos Solidários compreendem as organizações:
> coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc;
> cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
> permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividade econômica definidas;
> com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal;
> que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (BRASIL, 2006, p. 13).

familiar, mediante o seu processamento industrial de modo alternativo às grandes agroindústrias que dominam o cenário regional (frigoríficos, laticínios, e outras).

As agroindústrias familiares associativas ligadas à UCAF, atuam em dez diferentes cadeias produtivas a saber: carne suína e derivados, leite e derivados, aves de postura[19], peixes, frango de corte, mel, sucos e bebidas, frutas e hortaliças, derivados da cana-de-açúcar e plantas medicinais.

Na perspectiva do presente estudo, merece atenção o fato de que, nesse processo, esses trabalhadores saem da condição de agricultores que praticavam uma forma de produção fortemente embasada na tradição camponesa, portanto, de acentuado caráter repetitivo, para uma condição de criadores de uma nova alternativa de produção, inédita na sua trajetória histórica, na qual vivenciam um processo produtivo bastante diferenciado, com habilidades novas, novos hábitos e novos conceitos, tendo que lidar, inclusive com as expectativas e exigências de um mercado de produtos para o atendimento de consumidores finais de mercadorias.

Destaque-se que nesse processo, eles vêm interagindo com o cenário do capitalismo globalizado, sumariamente descrito acima, no qual o agronegócio tornou-se um fenômeno globalizado, que movimenta grandes cifras e é promovido por poderosas organizações econômicas, algumas das quais presentes no Oeste catarinense, o que faz com que esta seja uma região de grande destaque no cenário mundial do agronegócio.

Merece atenção também o fato de que, a partir da segunda metade da década de 90 e, especialmente, a partir do início da década atual, esse movimento em curso no Oeste catarinense passou a manter contato com o que se vem denominando de movimento social da economia solidária, o qual, a partir da própria elaboração do termo "economia solidária", passou a agregar novos elementos à interpretação e à condução das experiências em curso. Desse modo, mesmo não tendo surgido e se estruturado sob o conceito de economia solidária, essas experiências passaram, a partir de um dado momento, a integrar o conjunto desse movimento, o que acabou por ampliar o escopo (teórico e político) de sua identidade.

[19] Aves criadas com a finalidade específica de produção de ovos.

O Problema de Pesquisa

O problema que orientou o presente percurso de investigação pode ser assim proposto**:** como os camponeses envolvidos na criação e operação de agroindústrias familiares associativas ligadas à União Central da Agroindústrias Familiares do Oeste catarinense (UCAF), estão reelaborando suas experiências de vida e de trabalho a partir da implantação dessas unidades de produção?

As questões de pesquisa que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho foram as seguintes: como se caracteriza a trajetória histórica dos trabalhadores que participaram da criação e operação das agroindústrias familiares associativas ligadas à UCAF, no Oeste Catarinense? Como se caracteriza o processo pelo qual esses trabalhadores construíram e vêm construindo as novas competências e os novos hábitos exigidos pelas novas experiências de trabalho, bem como as novas percepções sobre sua inserção no mundo do trabalho? Em que medida os ideais políticos que estiveram presentes na origem desses empreendimentos continuam presentes no imaginário dos trabalhadores envolvidos e no cotidiano de trabalho nessas agroindústrias? Como se caracterizam as relações de trabalho no interior desses empreendimentos? De que modo os trabalhadores envolvidos percebem e projetam o desenvolvimento das relações de trabalho no interior dos empreendimentos e na sociedade como um todo? Que novas possibilidades de inserção social e que novas perspectivas de futuro são percebidas por esses agricultores familiares, a partir da produção dessas novas experiências de organização do trabalho? Que potencialidades percebem nesses novos processos de trabalho para a produção de novas condições sociais de vida, ou seja, de novas *formas sociais do* futuro? Em que medida os empreendimentos em estudo compartilham as características, os valores e perspectivas de desenvolvimento presentes no movimento social da economia solidária?

Interessa aqui, então, particularmente, discutir como essas novas experiências de vida e de trabalho vêm sendo experimentadas pelos trabalhadores envolvidos e as representações que eles vêm construindo acerca desse processo, através das quais procuram explicar a realidade em que se encontram inseridos e a partir das quais vêm construindo suas imagens de futuro e orientando suas decisões frente a ele.

A motivação principal para a escolha do objeto do presente estudo, que se inscreve na temática *trabalho e educação*, vem da convicção de que estudos que busquem apreender as

relações entre os processos de trabalho e os processos educativos são fundamentais. Tal importância se expressa de dois modos: a) seja para compreender o sentido e estabelecer princípios e métodos mais adequados à organização dos processos educativos (em suas diversas formas, inclusive na forma escolar), voltados a fortalecer a ação dos sujeitos envolvidos em processos de transformação das relações sociais (necessidade ética e política); b) seja no sentido de compreender o lugar do trabalho na compreensão dos processos sociais e as possibilidades do mesmo continuar sendo um princípio epistemológico e educativo fundamental na atualidade, em meio às profundas transformações por que passa a sociedade em nível global.

Mesmo sem fazer desse debate teórico o seu foco específico, o presente estudo dialoga com tais temáticas, já que busca apreender essas duas dimensões destacadas. Em primeiro lugar, busca reconstituir e, a partir disso, apreender a importância e o sentido da participação dos processos educativos na formação e fortalecimento desses trabalhadores, possibilitando que operem a criação e implantação de tais empreendimentos, bem como produzam novas interpretações sobre suas experiências de trabalho. Ocorre que a organização de empreendimentos voltados a agroindustrialização, a partir de unidades de produção agrícola familiar e de sujeitos cuja experiência de trabalho sempre esteve ligada apenas à produção agrícola familiar tradicional, destinada a fornecer matéria prima *in natura* para a indústria, exige uma profunda reelaboração de suas experiências de trabalho. Primeiro porque exige conhecimentos, habilidades, hábitos e procedimentos muito diferentes daqueles exigidos no processo de produção agrícola tradicional. Mesmo que muitos dos produtos produzidos comercialmente, a partir da instalação das agroindústrias, já fossem produzidos, de forma artesanal, para atender as necessidades de subsistência do grupo familiar, e mesmo que o processo de produção nas agroindústrias familiares associativas preserve um caráter artesanal,[20] os procedimentos utilizados na produção, bem como os conhecimentos, as habilidades e os hábitos exigidos são bastante diferentes daqueles presentes na sua trajetória histórica anterior, o que lhes vêm exigindo a incorporação de novas práticas, novos saberes e novos hábitos. Isso ocorre em função de que, além do processo de produção em maior escala, os agricultores familiares, nessa nova condição, precisam responder a rigorosos critérios de controle sanitário, o que exige hábitos e procedimentos inusitados em seu processo de produção anterior[21].

[20] O caráter artesanal dos seus produtos é, inclusive, um dos fatores de afirmação dessas agroindústrias no mercado.
[21] Exemplo disso é a exigência de utilização de botas e roupas brancas que devem ser esterilizadas toda vez que entram ou saem do frigorífico, ou ainda, a obrigatoriedade da utilização de gorros com capuz e a proibição de se deslocarem para outras áreas de trabalho dentro do frigorífico, além daquela definida, estritamente, para a sua participação no processo de produção. Tais práticas, segundo os relatos, eram impensáveis na sua experiência

Além disso, o fato de passar da condição de produtores de matérias primas à condição de produtores de mercadorias a serem vendidas no mercado, diretamente ao consumidor final, também exige toda uma reelaboração de suas experiências de trabalho. Enquanto produtor de matérias primas, sua participação na cadeia produtiva terminava na porteira da propriedade, no momento em que a produção era entregue, viva ou *in natura,* ao intermediário que a negociava com as indústrias. Ao contrário disso, nesse momento em que assumem a condição de produtores de mercadorias a serem vendidas ao consumidor final, passam a conviver com a exigência de prestar atenção a aspectos antes totalmente ignorados como, por exemplo, a identificação das preferências dos consumidores, as quais envolvem, além da preocupação com o sabor, muitos cuidados relativos à forma e aparência dos produtos oferecidos. O próprio modo de vestir-se, de conversar e de se apresentar no mercado precisou ser totalmente redimensionado. Os que atuam na comercialização da produção, por exemplo, passaram a ter que se esforçar para perceber a preferência de cada comprador e até o seu estado de humor e a elaborar estratégias capazes de interagir com tais fatores. Desse modo, foram obrigados a vivenciar novas experiências de trabalho, que passaram a exigir um novo processo de qualificação.

Em segundo lugar, esta tese dialoga com o debate sobre se os processos de trabalho continuam (ou não) a ser decisivos no processo de formação desses sujeitos e na definição das suas condições, possibilidades e perspectivas de existência numa dada realidade. Nesse sentido, a influência dos novos processos de trabalho, produzidos a partir da criação de agroindústrias familiares associativas, pela união de unidades familiares de produção agrícola, mediante processos de associação e em vista da produção de novas relações de trabalho, baseadas em princípios diferentes do princípio da economia capitalista (reciprocidade, autogestão, sustentabilidade e solidariedade), na formação (profissional, política e ética) desses trabalhadores e na definição de suas convicções, expectativas e interpretações sobre as formas sociais de futuro, são um tema de interesse, na análise dessas experiências.

É preciso considerar aqui, a intenção expressa de se produzir novas relações de produção no interior desse processo de trabalho, rompendo tanto com a cultura típica do modelo camponês, quanto com a tradição fordista do modelo agroindustrial brasileiro, manifesta, explicitamente,

---

anterior de produção agrícola e de criação de animais e um dos aspectos mais difíceis de serem assimilados na nova experiência de produção.

pelos agentes que apoiaram e estimularam a organização dessas novas experiências de trabalho[22].

Um registro necessário e importante é que as experiências em estudo, mesmo tendo surgido sem qualquer contato prévio com a temática, passou, a partir da metade dos anos 90, a manter contatos cada vez mais intensos com o movimento social da economia solidária. Do ponto de vista da temática do presente estudo, esse fato é da maior importância porque, a partir de então, essas experiências e seus agentes passaram a tomar parte de um debate mais amplo e abrangente sobre o significado, os rumos e as possibilidades dessas iniciativas, no contexto social brasileiro e mundial, na perspectiva de construção de um modelo de produção alternativo ao capitalismo.

Desse modo, mais do que proceder a uma análise sobre o significado econômico ou político desses empreendimentos, buscarei captar o modo como seus sujeitos vêm se constituindo enquanto trabalhadores, especialmente o modo como vem ocorrendo sua inserção nessa nova realidade e como os mesmos estão experimentando as mudanças ocorridas e elaborando o significado dessas experiências em que se encontram inseridos.

A Pesquisa

O trabalho de pesquisa foi organizado em três momentos principais. Num primeiro momento, desenvolvi um estudo exploratório, que envolveu revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, voltado à caracterização das experiências existentes na região Oeste catarinense que, atualmente, podem ser agrupadas em torno do conceito de economia solidária. Essa análise exploratória visou contextualizar as experiências em estudo, situando-as no interior de um processo histórico mais abrangente que as envolve e as influencia em grande medida. Os resultados desse primeiro momento do trabalho de pesquisa estão expressos nos quatro primeiros capítulos da tese.

Num segundo momento, realizei uma caracterização geral das agroindústrias familiares associativas vinculadas à União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense –

[22] Essa intenção aparece, explicitamente, tanto nos documentos da APACO e da UCAF, quanto do movimento sindical dos trabalhadores rurais da região. Além disso esse tema (da produção de novas alternativas de trabalho e produção baseadas em princípios não capitalistas) é uma das ênfases do discurso da teologia da libertação que orientou as ações da igreja católica na região a partir de meados da década de 70 (POLI, 1995).

UCAF, que atuam no processamento de carne suína, com o intuito de reunir um conjunto de informações sobre os empreendimentos dessa cadeia produtiva, analisando suas características comuns e seu impacto econômico e social para os envolvidos. Os resultados desse segundo momento da pesquisa são apresentados ao longo do capítulo cinco da presente tese, bem como no Apêndice A.

O terceiro momento voltou-se ao estudo em profundidade de dois empreendimentos da cadeia produtiva da carne suína, caracterizada no momento dois, definidos por escolha intencional, tendo como critério o tempo de existência do grupo (um mais antigo e um de organização mais recente), a constituição formal do empreendimento (um vinculado a uma cooperativa de produção e outro constituído como micro-empresa) e a relação com o grupo de cooperação agrícola que lhe deu origem (um dos empreendimentos está vinculado a apenas um grupo e o outro reúne dois grupos distintos que se associaram para organizar a agroindústria).

Nesse terceiro momento busquei aprofundar a análise de sua caracterização interna (com ênfase na reconstituição da especificidade de suas trajetórias, na caracterização da sua dinâmica de funcionamento e nas relações de trabalho desenvolvidas no seu interior), de seu relacionamento com a sociedade envolvente (institucional, econômico e político) e, principalmente, a trajetória de seus integrantes, os trabalhadores. Nesse processo buscou-se elucidar suas trajetórias de vida (espaços e processos educativos com que interagem, representações sobre o presente e futuro e suas perspectivas de vida e de trabalho com o empreendimento e a forma de perceber sua inserção presente e futura na sociedade), tentando apreender o modo como esses camponeses estão elaborando sua nova experiência de vida e de trabalho.

Na investigação desse processo busquei levar em consideração as afirmações de Leite (1994) sobre a identidade da classe trabalhadora, ao destacar que ela se constrói nos embates contra o capital, a partir da experiência mais ampla de lutas, que extrapolam o espaço restrito do trabalho. Ou seja, optei pela compreensão de que a constituição de sujeitos coletivos e a construção da sua capacidade de se apresentar enquanto ator social depende não só da sua vivência no processo de produção, mas também de sua experiência mais geral de lutas adquirida nos seus embates contra o capital. No caso em estudo, a capacidade desses camponeses se apresentarem enquanto um ator social, depende não só de sua experiência no processo de produção, mas também de sua experiência de luta e resistência contra o capital, vivenciada através dos longos anos de embate contra o processo de modernização da agricultura em suas diferentes manifestações. Assim, se as novas experiências de trabalho nas agroindústrias atuam

sobre a subjetividade desses trabalhadores e sobre o modo como elaboram suas experiências de vida e de trabalho, essa elaboração também é influenciada pela identidade de classe construída nos momentos anteriores de luta contra o processo de modernização agrícola, no interior dos movimentos sociais, bem como pela sua identificação com o trabalho, construída na sua trajetória anterior de produção agrícola. Por essa razão, é fundamental que o processo de investigação aborde a trajetória desses sujeitos para além do espaço do trabalho. Os resultados desse terceiro momento da pesquisa são apresentados no quinto capítulo da presente tese.

Em termos metodológicos optei pelo desenvolvimento de um processo de reflexão, que combina os elementos teóricos com as informações obtidas no desenrolar do processo de pesquisa, dentro de uma concepção que entende que a teoria possui uma importância fundamental no processo de elucidação da realidade estudada e na compreensão das informações obtidas no processo de investigação.

Cada momento da pesquisa contou com estratégias próprias de desenvolvimento. O primeiro momento foi desenvolvido a partir da análise documental, de entrevistas com agentes vinculados a ONGs, sindicatos e serviços públicos, além de integrantes dos próprios empreendimentos. Além disso, procedi o levantamento de dados primários e secundários sobre cada uma das diferentes frentes de economia solidária identificadas.

O segundo momento foi desenvolvido através de visitas a cada um dos empreendimentos identificados (da cadeia de carne suína e derivados) e preenchimento de um formulário padrão com informações gerais sobre o empreendimento, além de um formulário sobre os grupos familiares participantes, de forma a realizar um senso da população envolvida. Os formulários foram preenchidos a partir das informações prestadas pelos coordenadores de cada empreendimento, identificados previamente. No total foram visitados oito empreendimentos.

O terceiro momento da pesquisa envolveu um processo de observação participante, dentro dos princípios da pesquisa etnográfica e a realização de entrevistas em profundidade com todos os trabalhadores envolvidos nos dois empreendimentos selecionados, através das quais efetuou-se a coleta de histórias de vida sumárias dos trabalhadores envolvidos no processo de criação do empreendimento. A utilização de depoimentos orais, baseados na experiência pessoal de cada ator, dentro do processo histórico em questão, não impediu que no processo de entrevista fossem levantadas pelo pesquisador, questões consideradas pertinentes e importantes para a compreensão do tema em estudo, embora se tenha procurado adotar uma postura de não impedir, mas, ao contrário, de estimular o relato, pelo entrevistado, daquelas experiências que ele mesmo considerasse mais relevantes, numa combinação do que Demartini (1992), seguindo a definição

de Bertaux (1980), chamou de "histórias de vida sumárias". Isto é, depoimentos baseados na história pessoal do entrevistado, mas que se concentram principalmente em torno do tema em estudo.

Essa forma de atuação é condizente com a concepção de ciência que entende ser a abordagem qualitativa, a metodologia por excelência das ciências sociais, embora não se negue a possibilidade de se lançar mão, complementarmente, de técnicas de cunho quantitativo. (FERRAROTI, 1981).

Questões Teóricas

Em termos teóricos, a análise se baseia na perspectiva do materialismo histórico, particularmente no que E. P. Thompson tem caracterizado como *materialismo histórico e cultural*. A opção deve-se pelo fato de estarmos lidando com processos de formação humana, no curso de um processo de transformação social, onde os sujeitos em formação são também atores centrais do próprio processo. É nesse sentido que as análise de Thompson e outros autores próximos de sua perspectiva, apresentam contribuições muito importantes, visto que lidam exatamente com um dos desafios centrais propostos pelo materialismo histórico, qual seja o modo de compreender a interação entre a especificidade histórica, a ação humana e a lógica dos modos de produção, em cada processo histórico particular e específico.

Para tanto, a explicitação de alguns princípios e de algumas categorias teóricas é fundamental. Organizei essas contribuições em dois momentos principais. Em primeiro lugar, apresentamos a discussão produzida por Ellen Wood[23], a partir da obra de E.P. Thompson, que tem como eixo a renovação do materialismo histórico e desenvolve três pontos particularmente importantes para nossa análise: a questão da separação do econômico e do político no capitalismo, os debates marxistas em torno da metáfora estrutura/superestrutura e, por fim, a questão do conceito de classe social no marxismo. Em segundo lugar, complementando o debate e aproximando-o da realidade específica em estudo nesta tese, nos concentramos um pouco mais detidamente no desenvolvimento do conceito de **experiência humana** e suas implicações para a análise dos processos históricos, a qual realizamos especialmente a partir de três obras do próprio

Thompson[24]. Entendemos que esse debate, em seu conjunto, traz elementos fundamentais para a análise das experiências de vida e de trabalho nas agroindústrias familiares no Oeste catarinense.

O propósito de Ellen Wood é por em discussão alguns princípios teóricos do materialismo histórico, resgatando seus propósitos e sua lógica, a partir de suas origens em Marx. Segundo ela, sempre houve duas teorias principais da história do marxismo. O marxismo crítico e o marxismo que buscava (via determinismo tecnológico) aspectos mais compatíveis com a ideologia capitalista, suprimindo o veio crítico do materialismo. Esta versão de marxismo pouco difere das concepções convencionais de evolução e progresso sociais, para as quais o movimento da história em si foi, desde o início, governado pelo que poderia ser chamado de leis naturais da sociedade comercial: as leis da competição, da divisão do trabalho e da produtividade crescente baseada na inclinação natural dos seres humanos para a troca, o comércio e o intercâmbio**.**

Essa perspectiva marxista tem algumas características importantes que definem sua abordagem da história. Em primeiro lugar, uma concepção da "base" econômica em termos não-sociais e tecnicistas, incompatíveis com tudo o que não fosse a aplicação da metáfora base/superestrutura; em segundo lugar, uma concepção de história como uma sucessão mecânica, preordenada e unilinear de modos de produção, que teve muito em comum com a economia política clássica e seus estágios de civilização; Por fim, uma concepção não-histórica de transições históricas – em particular a transição do feudalismo para o capitalismo – cuja premissa é exatamente o que se quer explicar, quando se identificam princípios e leis do movimento capitalista em toda a história. Ao contrário disto, o materialismo histórico, em sua versão crítica, nega a possibilidade de que essas leis sejam as leis universais da história, sendo o capitalismo um fenômeno histórico e especifico (WOOD, 2003).

Para enfrentar tal debate a autora toma por base a contribuição teórica de E.P. Thompson, segundo a qual é o autor marxista que, com maior pertinência, enfrentou esse debate, não obstante as críticas que recebeu de dentro e de fora do marxismo, incluindo autores inscritos na perspectiva crítica do marxismo. Sem se eximir do tratamento crítico das proposições do autor, Wood (2003) faz um resgate do debate de Thompson em alguns temas centrais para a compreensão do desafio básico do materialismo histórico, qual seja o de compreender a

---

[23] WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo, 2003.

[24] Referimo-nos aqui às obras: **A Miséria da teoria(1981); Tradição, revolta e consciência de classe (1989) e A formação da classe operária inglesa (1987).**

articulação entre a especificidade histórica, a ação humana e a influência da lógica dos modos de produção, em contextos históricos específicos.

Sobre a separação entre o econômico e o político no capitalismo

Um primeiro tema discutido pela autora é o da **separação entre o econômico e o político no capitalismo**. Segundo ela, a intenção original do materialismo histórico era oferecer fundamentação teórica para se interpretar o mundo a fim de mudá-lo. Porém, depois de Marx, muitas vezes, o marxismo perdeu de vista esse projeto teórico e seu caráter essencialmente político. Houve, em particular, uma tendência a perpetuar a rígida separação conceitual entre o econômico e o político.

Marx procurou mostrar o mundo no seu aspecto político, inclusive nos seus textos econômicos mais técnicos. A essência da sua crítica da economia política foi justamente revelar a face política da economia (capitalista) que havia sido obscurecida pelos economistas políticos clássicos.

> O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – segredo que a economia política ocultou sistematicamente... refere-se às relações sociais que estão a disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho. Esse segredo tem um corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade – o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista e seu controle sobre a produção e a apropriação (WOOD, 2003, p. 28).

Marx, no volume I de *O Capital* revela que "o ponto de partida da produção capitalista não é outro senão o processo de isolar o produtor dos meios de produção" (MARX apud WOOD, 2003, p. 28). Esse processo (acumulação primitiva) contou com a participação efetiva do estado em favor da classe expropriadora. Com isso Marx revela: o segredo último da economia capitalista é político.

Para compreender essa perspectiva, é preciso ter em mente que o que distingue radicalmente Marx dos economistas clássicos é que ele não cria descontinuidades nítidas entre as esferas econômica e política (idem).

> A premissa aqui é que o modo de produção não existe *em oposição* aos 'fatores sociais', e que a inovação radical de Marx em relação à economia política burguesa foi precisamente a definição do modo de produção e das próprias leis econômicas em termos de 'fatores sociais'.
> O mecanismo da mais-valia é uma relação social particular entre apropriador e produtor. Ele opera por meio de uma organização particular de produção, distribuição e trocas e se baseia numa relação particular entre classes, mantida por uma configuração particular de poder.(WOOD, 2003, p. 31)

A insistência de Marx, nesse aspecto, se justifica porque, ocultando-se essa dimensão política e a especificidade histórica dessas relações, é possível à economia política clássica reivindicar a naturalidade e a conseqüente perenidade das relações capitalistas de produção, afastando-as de qualquer possibilidade de disputa política, mesmo quando trabalhadores diretos e apropriadores estejam envolvidos em conflitos e lutas. Assim, compreender a dimensão política do capitalismo, para além de sua imagem de neutralidade das relações econômicas, é fundamental.

O que chama atenção, particularmente, no capitalismo é que, diferente dos modos de produção anteriores, o mesmo apresenta uma diferenciação única da esfera econômica, o que significa que a produção e a distribuição assumem uma forma completamente econômica, deixando de estar envoltas em relações sociais extra-econômicas e, portanto, a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera econômica e por meios econômicos.

> O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto em sentido convencional. O Estado – que é separado da economia, embora *intervenha* nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extra-econômicos, de exploração. (WOOD, 2003, p. 43).

Assim, embora a força de coação da esfera política seja necessária para manter a propriedade privada e o poder de apropriação, a necessidade econômica oferece a compulsão imediata que força o trabalhador a transferir sua mais-valia para o capitalista a fim de ter acesso aos meios de produção. Sob esse aspecto, o capitalismo difere das formas pré-capitalistas por que estas se caracterizam por modos extra-econômicos de extração da mais-valia: a coação política, legal ou militar, as obrigações ou deveres tradicionais, etc. que determinam a transferência de excedentes para um senhor ou para o Estado por meio de serviços prestados, aluguéis, impostos e outros. (WOOD, 2003).

Há ainda um outro sentido em que o poder "político" privado é a condição essencial da produção capitalista e, na realidade, a forma assumida pela "autonomia" da esfera econômica. De um lado, o capitalista está sujeito aos imperativos da acumulação e da competição que o obrigam a expandir o valor do excedente. Por outro, o trabalhador está preso ao capitalista não apenas pela sua autoridade pessoal, mas pelas leis do mercado que determinam a venda do poder de trabalho. Então são leis "autônomas" da economia e do capital "em abstração" que exercem o poder, e não a imposição voluntária pelo capitalista de sua autoridade pessoal sobre o trabalhador. E essas leis

"abstratas" da acumulação capitalista impõem ao capitalista (e as leis impessoais do mercado lhe dão condições de fazê-lo) precisamente o exercício de um grau sem precedentes de controle sobre a produção (idem).

A grande contribuição de Marx nesse sentido e que Thompson busca resgatar, mesmo navegando contra a corrente majoritária do próprio marxismo, é que as estruturas de dominação e de poder são absolutamente essenciais para o funcionamento das leis econômicas do capitalismo. Ou seja, a separação absoluta da economia em relação às outras esferas da sociedade no capitalismo é apenas aparente, o que põe por terra a pretensa naturalidade das suas leis econômicas. Esse fato é essencial principalmente por possibilitar o resgate da interferência das ações humanas na história.

Sobre a metáfora base/superestrutura

Um segundo tema explorado por Wood (2003) é o modo como Thompson enfrentou o debate sobre a metáfora "base/superestrutura", tão presente nas elaborações marxistas, especialmente naquelas de perspectiva estruturalista. Segundo essa perspectiva, o modo de produção é um objeto abstrato-formal que traz inscrito em si toda uma estrutura social que contém vários "níveis", econômicos, políticos e ideológicos, mas que não existe na realidade de modo "puro", isto é, com todos os elementos presentes em sua descrição. Já o conceito de formação social é usado para indicar uma sociedade concreta e específica, na qual, porém, nunca encontramos um determinado modo de produção puro ou absoluto. Ao contrário, no mundo real só existem formações sociais "impuras" e essas sempre contêm elementos de vários modos de produção, com todos os seus níveis constituintes ou até vários fragmentos relativamente autônomos de modos de produção.

Segundo Thompson, as conseqüências dessa abordagem são que, de um lado, a lógica estrutural supera o fato histórico. De outro, parece que as relações que realmente prevalecem entre o Estado e o modo de produção nas sociedades historicamente existentes pouco têm a ver com essa lógica estrutural e parecem quase acidentais. Com isso, tal construção perde quase completamente a possibilidade de explicar as sociedades concretas em sua historicidade.

Confrontar o determinismo econômico, resgatando os princípios do materialismo histórico na análise da história, desafio que E. Thompson se propôs, implica "resgatar a ação humana e a consciência humana das mãos mortas dos economicismos cruamente reducionistas"[25].

[25] WOOD (2003, p. 59-60).

Ao contrário do modelo base/superestrutura com seus níveis entendidos como caixas fechadas, espacialmente separadas e descontínuas, que permite apenas duas opções inaceitáveis (aderir ao reducionismo simplista que entende que a 'caixa' econômica básica está refletida nas 'caixas' superestruturais ou remetemos a determinação econômica para algum caso último muito distante), Thompson entende que as determinações "econômicas", apesar de admitirem toda a gama de complexidades e especificidade histórica, estão, "sempre lá" e não apenas "no caso último."

> É essa difícil dialética entre especificidade histórica e a sempre presente lógica do processo histórico que o materialismo histórico pede que entendamos. Ela exige, como Thompson sempre o entendeu, uma concepção do "econômico", não como uma esfera "regionalmente" separada que é de certa forma "material" por oposição a "social", mas que é em si irredutivelmente social – de fato, uma concepção de lei "material" como algo constituído de relações e práticas sociais. Ademais, a "base" – o processo e as relações de produção – não é apenas "econômica", mas também resulta, e nelas é corporificada, em formas e relações jurídico-políticas e ideológicas que não podem ser relegadas a uma superestrutura espacialmente separada. (WOOD, 2003, p. 60).

Thompson compreende que o processo e as relações de produção que constituem um modo de produção são expressos tanto por uma lógica "moral", quanto por uma lógica "econômica", por valores e modos de pensar característicos, assim como por padrões característicos de acumulação e de troca. Esses valores, normas e formas culturais, argumenta, não são menos "reais" do que as formas especificamente "econômicas" pelas quais se exprime o modo de produção. E afirma: a ideologia e a cultura têm uma "lógica" própria e constitui um elemento "autêntico" nos processos históricos. "Podemos legitimamente analisar a ideologia não apenas como produto, mas também como processo"[26]. Por outro lado, dado que os efeitos determinativos do modo de produção operam simultaneamente na esfera "econômica" e na "não-econômica", eles são também ubíquos. Ou seja, a intenção não é negar, nem reduzir a importância dos efeitos determinativos do modo de produção, mas, ao contrário, reforçar a proposição de que eles são "operacionais o tempo todo" e em toda a parte (WOOD, 2003).

Particularmente, no âmbito do estudo desta tese, essa situação de simultaneidade e de não separação estanque é bem perceptível. As relações de produção são profundamente influenciadas por idéias e valores situados no campo da moral e da cultura. Por outro lado, como veremos adiante, a vivência das novas relações de produção também influenciam o desenvolvimento dos valores e da cultura dos envolvidos.

[26] (THOMPSON apud WOOD, 2003, p. 62)

Sobre as classes sociais e a consciência de classe

Nesse ponto chega-se a um momento importante da contribuição de Thompson para a análise dos fenômenos de transformação social em que as populações se vêem diante de novos desafios colocados pelo meio, que afetam seu cotidiano e suas possibilidades de reprodução social e as impele a reagir para buscar soluções, como no caso dos agricultores familiares do Oeste catarinense. A perspectiva desenvolvida pelo autor, permite compreender a presença dos homens e mulheres, com sua cultura, seus valores e seu imaginário, na construção da história.

Ocorre que, segundo o autor, embora a cultura dos dominados se mantenha, em geral, "congruente" com o sistema dominante de produção e de poder, é pelo fato de as relações de produção serem vividas à sua própria maneira pelas classes subordinadas que elas entram em contradição com o "senso comum de poder." São essas contradições que produzem as lutas que determinam a reoganização e a transformação dos modos de produção.

> Transformações históricas desse tipo, argumenta Thompson, não ocorrem simples nem espontaneamente porque mudanças (autônomas) na base produzem sempre mudanças na superestrutura (como, por exemplo, no determinismo tecnológico). Elas ocorrem porque mudanças na vida material passam a ser terreno de lutas (WOOD, 2003, p 64).

Essa percepção é essencial para a compreensão do próprio processo de formação da consciência de classe e, em conseqüência, para a formação da identidade de classe. Esse, aliás, é um dos temas que ocupa grande parte do debate de Thompson com outros teóricos do marxismo, incluindo aí alguns autores importantes, de perspectiva crítica, como é o caso de Perry Anderson, o qual teceu críticas contundentes à abordagem thompsoniana de classe social, analisada por Ellen Wood.

O livro "A formação da Classe Operária Inglesa, objeto da crítica de Anderson, é um dos momentos em que Thompson demonstra seu modo de abordar essa relação entre cultura popular e processos históricos de transformação social. O tema que perpassa a obra é a forma como uma tradição contínua de cultura popular foi transformada numa cultura de classe operária à medida que o povo resistia a lógica das relações capitalistas e à intensificação da exploração associada ao modo capitalista de expropriação. Desse modo, Thompson busca identificar os significados sociais das tradições populares em mutação, traçando operações de classe nessas mudanças de continuidade.

Para Thompson, a estrutura conceitual do determinismo tecnológico atribui um valor adicional ao processo técnico do trabalho como determinante de classe**,** e não às relações de produção e de exploração que, para Marx, são os fatores críticos e os únicos que explicam a

experiência comum imposta pela lógica da acumulação capitalista sobre os trabalhadores engajados em diferentes processos de trabalho.

Seu objetivo e ponto de grande controvérsia com outros autores, é demonstrar que a luta de classes opera como força histórica mesmo quando ainda não existem consciência e noções completamente desenvolvidas de classe, que

> [...] o fato de se poder observar em outros lugares e períodos formações de classe 'maduras' (ou seja, conscientes e historicamente desenvolvidas) dotadas de expressão ideológica e institucional não significa que não sejam classe tudo o que ocorrer de forma menos decisiva. (THOMPSON apud WOOD, 2003, p. 66-67).

Analisando fatos históricos da Inglaterra do final do século XVIII e início do século XIX, Thompson revela como os padrões 'tradicionais' de cultura, que aparentemente continuam os mesmos, adquirem um novo significado social quando entram no 'campo de força' do 'processo capitalista' e dos modos capitalistas de exploração. Demonstra também como comportamentos usuais e a cultura plebéia são formados pelas novas experiências de classe, podendo gerar conflitos e lutas que se tornam decisivos no processo de elaboração de uma identidade de classe, entre diferentes tipos de trabalhadores. São esses conflitos e lutas que irão se constituir no ambiente em que inicia a gestação de formas mais elaboradas de consciência de classe.

Assim, no século XVIII, comportamentos e rituais costumeiros adquirem um significado particular porque a lógica do capitalismo estava geralmente sendo vivida pela plebe como um ataque aos direitos de uso costumeiros e os padrões de trabalho e de lazer tradicionais. Rebeliões contra os processos de acumulação capitalista assumiram, em geral, a forma de 'rebeliões em defesa do costume', criando um paradoxo característico do século XVIII: "uma cultura tradicional rebelde". Nesse contexto, o conflito de classes tendia a assumir a forma de 'confrontações entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral costumeira da plebe'. Ou seja, as classes populares resgatam práticas e costumes do seu patrimônio cultural para resistir à exploração capitalista que dificulta suas vidas. Nesse processo, os padrões culturais tradicionais são fatores que potencializam a reação popular e participam da construção da identidade de classe, ao mesmo tempo que novas elaborações ocorrem e as experiências de classe influenciam a elaboração dos próprios padrões culturais tradicionais.

Esse é o pano de fundo sobre o qual ocorre o debate sobre o conceito de classe social e sobre o processo de sua formação. É nesse ponto que Thompson enfrentou, talvez, uma das

críticas mais contundentes sobre sua abordagem dos processos históricos formulada por Perry Anderson e Gerald Cohen e que é sintetizado por Ellen Wood.

> Teoricamente, existem apenas duas formas de pensar em classe: como um *local* estrutural ou como uma *relação* social. A primeira e mais comum das duas trata a classe como uma forma de "estratificação", uma camada numa estrutura hierárquica diferenciada por critérios "econômicos" como renda, "oportunidades de mercado" ou ocupação. Em contraste com esse modelo geológico, existe a concepção sócio-histórica de classe como uma relação entre apropriadores e produtores, determinada pela forma específica em que, citando Marx, "se extrai mais-valia dos produtores diretos" (WOOD, 2003, p. 73).

Segundo Cohen, citado por Ellen Wood, Thompson rejeita a definição estrutural de classe e define classe "por referência a" consciência de classe e cultura, em vez das relações de produção. Resultado disso, afirma Perry Anderson, concordando com Cohen e acusando Thompson de desprezar as determinações objetivas ou estruturais, "é uma definição de classe excessivamente voluntarista e subjetiva [...][27]". Segundo esses dois críticos, para Thompson, não existe classe na ausência de consciência de classe. Sua concepção de classe, em outras palavras, não admite as distinções de Marx entre uma "classe em si" e uma "classe para si", entre uma classe que existe 'objetivamente' e uma classe que existe como sujeito histórico ativo e autoconsciente em oposição às outras classes.

Nesse ponto Wood (2003) toma partido das posições de Thompson e afirma que a verdade é exatamente o contrário: a grande força da concepção de classe de Thompson, é ser capaz de reconhecer e explicar as operações de classe na ausência da consciência de classe; e os que adotam o tipo de definição estrutural, que seus críticos parecem ter em mente, não tem meios de demonstrar a eficácia da classe na ausência de formações conscientes de classe claramente visíveis.

Ocorre que Thompson não vê estruturas *por oposição* a processos, como fazem seus críticos. Ao contrário, Thompson em seu projeto histórico

> [...] pressupõe que relações de produção distribuam as pessoas em **situações de classe**, que **essas situações geram antagonismos essenciais e conflitos de interesse e que elas criam assim condições de luta. As *formações* de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas "vivem" e "trabalham" suas situações de classe**. É nesse sentido que **a luta de classes precede a classe**. Dizer que a exploração é "vivida nas formas de classe e só então gera formações de classe" é dizer exatamente que as condições de exploração, as relações de produção existem objetivamente para serem vividas.
>
> Entretanto, determinações objetivas não se impõe sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres *históricos* ativos e conscientes. **As formações de classe surgem e se desenvolvem 'à medida que homens e mulheres *vivem* suas relações produtivas e *experimentam* suas situações determinadas, no interior do *conjunto* das relações**

[27] (ANDERSON apud WOOD, 2003, p. 75)

> **sociais, com a cultura e esperanças que herdaram, e à medida que trabalham de formas culturais suas experiências**'[28] Isso certamente quer dizer que nenhuma definição estrutural de classe pode por si só resolver o problema da formação de classe e que, 'nenhum modelo pode nos dar o deveria ser a 'verdadeira' formação de classe para um certo 'estágio' do processo".[29] (WOOD, 2003, p. 76)[30]

Observa-se, então, que Thompson consegue desenvolver uma abordagem capaz de incluir as pessoas comuns, com seus costumes, valores, expectativas e até seus conformismos na origem de processos históricos de transformação social, sem que precisem ter, na partida, uma consciência social elaborada e coerente. Ao contrário, o próprio processo de lutas é essencial para a formação da consciência de classe. "Para experimentar as coisas 'nas formas de classe' as pessoas devem ser "objetivamente distribuídas" em situações de classe; mas isso é o início e não o final, na formação de classe" (idem, p. 77).

Cultura popular: conformismo x resistência – um diálogo com Gramsci

Nesse ponto, podemos estabelecer um diálogo com um outro nome da maior importância para o marxismo ocidental, particularmente para a análise da participação da educação e da cultura popular nos processos de transformação social. Refiro-me aqui a Antônio Gramsci que, na nota I da obra Concepção Dialética da História afirma:

> Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente de todos os elementos sociais que partilham de um modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homen-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista. [...] Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. [...] O início da elaboração da crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo", como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário. (GRAMSCI, 1984, p. 12).

Observe-se que a percepção de identidade (de interesses, de carências, de injustiças sofridas, etc) entre as pessoas de uma dada população, é um passo importante para o desencadeamento de conflitos e lutas que auxiliam no processo de "saber quem somos", ponto de partida para a crítica à sua própria concepção de mundo. A partir de então, pela vivência da

[28] (THOMPSON, apud WOOD, 2003, p. 76).
[29] (THOMPSON, apud WOOD, 2003, p. 76).
[30] Grifos meus.

própria experiência de lutas, das trocas inevitáveis que ocorrem entre seus participantes (incluindo aí os agentes externos ao grupo – intelectuais, funcionários de estado e/ou de empresas privadas, agentes religiosos e outros) e do contato com novos discursos de diferentes matizes, novas elaborações da consciência de classe passam a ocorrer. A existência desses "conformismos" e de uma visão de mundo ocasional e desagregada não significa, necessariamente, um destino inevitável de subordinação desses grupos às classes dirigentes.

Neste ponto, a abordagem gramsciana pode contribuir com pelo menos dois pontos importantes para a compreensão desta relação entre cultura popular e os processos de transformação social. Partindo do entendimento de que a hegemonia é uma forma de exercício do poder que implica na existência condições de reconhecimento (de um ideário ou de um conjunto articulado de proposições) junto aos diferentes grupos e interesses presentes na sociedade[31], os quais passam a se movimentar em torno dela(s); e na necessidade de obtenção de consentimento ativo por parte desses diferentes grupos de interesse, ela pressupõe não apenas o conhecimento dos outros (outros grupos, outros interesses), mas sim no seu reconhecimento, enquanto portadores de interesses legítimos e proposições válidas, bem como a percepção da existência de interesses comuns entre os grupos inseridos em situações específicas diferenciadas. Esse é, portanto, também, o ponto de partida para a construção de identidades. Por outro lado, Gramsci compreende que a cultura popular (fortemente ligada ao senso comum) é, inicialmente, ocasional e desagregada e o ponto de partida para, a partir dela, efetuar-se a construção de uma visão de mundo coerente e homogênea, é a crítica ao senso comum, para o que é essencial a percepção do seu próprio lugar na estrutura social.

A idéia de consentimento ativo, como constitutivo de uma forma de exercício de poder (hegemonia), colocado na esfera do poder e da política, indica que o exercício fundamental da política ocorre e se exercita no terreno da cultura, visto que a cultura popular, com seus valores, costumes e crenças interfere na questão dos consentimentos ativos. Da mesma forma que Thompson, Gramsci também compreende que a assimilação de uma idéia qualquer vinda do exterior do grupo passa sempre por um processo ativo de reinterpretação, realizado no interior da cultura de cada grupo.

---

[31] Observe-se que, em se tratando de hegemonia, Gramsci trabalha sempre com a idéia de maioria, uma vez que a existência de interesses antagônicos coloca limites à construção de consensos ou de "vontade coletiva". Tanto que a relação hegemônica é quase sempre associada à idéia de democracia, diálogo e articulação. Porém, em relação aos interesses antagônicos, a perspectiva hegemônica trabalha com a idéia de coerção. A relação das propostas hegemônicas com os interesses antagônicos é uma relação de coerção.

Além disso, Gramsci valoriza sobremaneira o acesso ao conhecimento elaborado para a crítica ao senso comum e a construção de uma visão de mundo coerente e homogênea. Esse acesso ao saber elaborado e sua correlação com as situações concretas vividas pelo grupo pode ocorrer de muitas formas, dentre as quais destacam-se as trocas efetuadas entre os próprios membros do grupo, ao longo das experiências de protesto e de luta, bem como o contato com diferentes interpretações sobre a realidade, produzidas por grupos e instituições que atuam junto a população, cada qual oferecendo sua própria proposta de interpretação dos fatos.

Destaque-se aqui o papel atribuído aos intelectuais orgânicos compreendidos como aqueles intelectuais que elaboram (tornam coerentes e homogêneos) os princípios e o problemas que os grupos populares lhes colocam a partir de sua atividade prática, levando assim à constituição de um bloco cultural e social[32]. Esta percepção do papel dos intelectuais orgânicos mostra-se muito elucidativa para a compreensão da ação de vários agentes externos, presentes junto aos agricultores familiares no Oeste catarinense no contexto em estudo.

Por essa abordagem, numa perspectiva muito próxima à de Thompson, Gramsci estabelece uma equivalência entre forças produtivas, crenças e condições culturais ou, dito de

---

[32] Sobre esse conceito, o autor afirma:

> [...] Por outro lado, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. Tratava-se pois, da mesma questão já assinalada: - um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece este nome na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os "simples" e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato que uma filosofia se torna "histórica", depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em "vida"(GRAMSCI, 1984, p. 18).

Observe-se que essa visão a respeito dos intelectuais orgânicos tem algumas implicações. Em primeiro lugar, para possibilitar a produção de intelectuais orgânicos, as classes populares precisam estar, de algum modo, mobilizadas e em movimento, pois só assim poderão colocar aos intelectuais "princípios e problemas" a serem elaborados. Logo, a reação popular à exploração e aos problemas colocados pelas condições econômicas, políticas e sociais de um dado contexto é fundamental para a possibilidade de surgimento de intelectuais orgânicos àquela "massa". Observe-se, inclusive, que as classes populares não colocam aos intelectuais apenas problemas, mas também princípios, isto é, já apontam (mesmo que de modo fragmentário e incoerente) determinadas direções para a elaboração intelectual. Para Gramsci, então, a relação intelectual massa não pode ter um único pilar (o intelectual), mas dois: uma massa ativa e minimamente organizada que coloca princípios e problemas (mesmo que de forma fragmentária) e os intelectuais. Se um dos pólos faltar, a relação não se estabelece. Logo, o intelectual orgânico não pode existir sem uma massa ativa que reage, se organiza e propõe. Por outro lado, a elaboração dos intelectuais sobre tais princípios e problemas é que permitirá às classes populares tornarem suas ações e movimentos políticos cada vez mais coerentes e homogêneos, isto é, a ação dos intelectuais orgânicos é essencial para o desenvolvimento de uma consciência de classe.

outro modo, entre condições subjetivas e condições objetivas no desenvolvimento dos processos históricos, o que o distancia em muito do marxismo estruturalista.

Essa contribuição é essencial para compreendermos o significado da presença, no meio da população em estudo, daquilo que identificamos como diferentes "pedagogias" em ação na região, as quais, buscam (ou buscaram) difundir, junto aos agricultores familiares, diferentes interpretações sobre a sua realidade e apresentaram diferentes propostas de ação e de desenvolvimento para a agricultura familiar, frente à crise por ela enfrentada no final dos anos 70 e início dos anos 80. Retomaremos essa questão um pouco mais adiante na abordagem da categoria de experiência humana.

Classe como relação e como processo

Segundo Ellen Wood, Thompson é acusado de voluntarismo e subjetivismo não porque despreze as determinações objetivas estruturais de classe, mas pelo contrário, porque se recusa a relegar o processo de formação de classe, de importância central, a uma esfera de mera contingência e subjetividade, isolada da esfera da determinação material "objetiva" como parecem fazer seus críticos.

> Ele não parte de um dualismo teórico que opõe *estrutura e história* e identifica a explicação "estrurural" de classe com um mapa de localizações objetivas e estáticas, reservando o processo de formação de classe para uma forma aparentemente menor de explicação empírica e histórica. Ao contrário, respeitando os princípios do materialismo histórico e sua concepção de processos históricos materialmente estruturados, trata o processo de formação de classe com um processo *histórico* formado pela "lógica" das determinações materiais (idem, p. 77).

Thompson, portanto aborda o conceito de classe como **relação** e como **processo** a serem observados ao longo do tempo como um padrão de relações, nas instituições e nos valores sociais.

> O conceito de classe como *relação* e *processo* enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em 'formas de classe', mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõe a sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais. Concepções de classe puramente 'estruturais' não exigem que procuremos as formas em que a classe realmente impõe a sua lógica, pois as classes, por definição, simplesmente *existem* (idem, p. 78).

Segundo Ellen Wood, Thompson foi o único marxista que aceitou produzir uma explicação de classe que pode ser aplicada a esses casos ambíguos, em que não se dispõe de expressões de consciência de classe para oferecer sua evidência incontestável. Seu objetivo não

era negar a existência de classe, mas ao contrário, mostrar como os determinantes de classe dão forma aos processos sociais, como as pessoas se comportam em "formas de classe", mesmo antes, e como precondição, de formações maduras de classe com suas instituições e valores conscientemente definidos por classe.

Sua expressão "luta de classes sem classe" pretende transmitir os efeitos de relações sociais estruturadas em classes sobre os agentes sem consciência de classe e como precondição para formações conscientes. A luta de classes, portanto, precede a classe, tanto no sentido de que formações de classe *pressupõem* uma experiência de conflito e de luta que surge das relações de produção, quanto no sentido de que há conflitos e lutas estruturados nas "formas de classe", mesmo nas sociedades em que suas formações ainda não são conscientes (idem).

Desse modo, Thompsom afirma que as classes surgem ou "acontecem" porque pessoas em 'relações produtivas determinadas', que conseqüentemente compartilham uma experiência comum, identificam seus interesses comuns e passam a pensar e atribuir valor conforme as 'formas de classe', mas isso não quer dizer que classes, em qualquer sentido significativo, não existam para ele como realidades objetivas antes da consciência de classe**.** Ao contrário, a consciência de classe só é possível porque já existem situações objetivas de classe. Sua principal preocupação é, evidentemente, concentrar a atenção nos processos históricos complexos e, em geral, contraditórios pelos quais, em determinadas condições históricas, *situações* de classe geram *formações* de classe.

Sobre o conceito de Experiência

Resta ainda explicar em que sentido, e por que mediações, as relações de produção estabelecem as ligações entre pessoas que, mesmo ocupando posições semelhantes nas relações de produção, não estão, na realidade, reunidas no processo de produção e de apropriação. Thompson tentou explicar exatamente esse processo em que as pessoas, embora inseridas em determinadas relações de produção, não percebem diretamente as pressões estruturais determinantes das relações de produção, visto que estas só são demonstráveis na medida em que se desenvolve um processo histórico de formação de classe. Por isso, para a apreensão teórica de tais pressões é necessário introduzir o conceito mediador da "experiência". É difícil explicar a formação de classe sem recorrer ao conceito de experiência. Isso porque, embora as pessoas possam participar diretametne da produção e da apropriação, a classe não se apresenta a elas de forma tão imediata. Como, na verdade, as pessoas nunca são reunidas em classes, a pressão

determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum (uma experiência vivida de relações de produção, os conflitos e as lutas inerentes às relações de exploração). É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e com ela a **disposição de agir como classe.** Uma vez que seja introduzida na equação, o meio da experiência entre relações de produção e classe, também o são as particularidades históricas e culturais desse meio. Esse é, então, um "termo intermediário necessário entre o ser social e a consciência social"**,** visto que "é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades"[33] e esse conceito informa que as "estruturas objetivas" geram efeitos sobre a vida das pessoas.

Nesse ponto, então, passo a uma segunda parte dessa abordagem das questões teóricas, desenvolvendo um pouco mais justamente esse conceito essencial da abordagem de Thompson que é o conceito de experiência. A noção de **experiência humana** nos ajuda a compreender o processo de transformação da realidade local enquanto um processo histórico que vai sendo construído a partir das ações dos próprios sujeitos que, ao mesmo tempo em que atuam sobre a realidade, experimentam transformações no seu próprio modo de ser e de interpretar a realidade.

Segundo Thompson (1981), a **experiência humana** agrupa em si os densos, complexos e elaborados sistemas, mediante os quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, modos, leis, instituições e ideologias) que em conjunto abarcam a gênese do processo social como um todo. E, por outro lado, na forma de experiências diferenciadas de classe, exerce pressão sobre o todo (para a preservação ou para a mudança).

Dessa forma, Thompson revela a existência de outros sistemas coexistentes, de igual status e coerência que o sistema da economia política (ou modo de produção) e que exercem pressões determinantes análogas (um "modo de parentesco", um "modo simbólico", um "modo ideológico", etc.).

Através do conceito de experiência humana os homens e as mulheres reaparecem como sujeitos. Não como sujeitos autônomos, ou individuais livres, isto é, independentes das condições históricas, mas, sim, como pessoas que experimentam as situações produtivas e as relações dadas em que se encontram, com suas necessidades e interesses e também com seus antagonismos,

[33](THOMPSON, apud WOOD, 2003, p. 90)

elaborando a consciência de suas experiências dentro das coordenadas de sua cultura e condições histórico-sociais, pelas vias mais complexas e teoricamente imprevisíveis, atuando, por sua vez, sobre a sua própria situação. Ou seja, o ser humano, diante de qualquer situação, sempre pensa e, por isso, elabora suas experiências. Isso o torna socialmente ativo. A elaboração de cada sujeito frente a um determinado fato ou situação, modifica o ser social, visto que modifica sua elaboração sobre o significado de tais fatos ou situações.

> [...] Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativa organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios mentais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16)[34].

É a partir dessa compreensão que Thompson confere um lugar privilegiado ao conceito de experiência em sua teoria:

> [...] a experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15).

Por outro lado, porém, Thompson (1981) constata que a experiência é gerada, em última instância, na vida material e é estruturada de maneira classista, sendo, dessa forma, a consciência social, determinada pelo ser social.

> A estrutura, todavia, domina a experiência, porém, a partir deste ponto sua influência determinante é frágil. O modo como uma dada população, num momento histórico determinado, elabora suas experiências desafia toda a tentativa de previsão e foge a toda a definição estreita de determinação (ibidem, p. 262)[35].

Ou seja, como vimos apontando desde o princípio dessa reflexão, a questão não é negar o papel da estrutura (no sentido de colocar limites e pressões) na determinação dos processos históricos ou pretender a autonomia do ser humano ante as condições históricas em que se encontra inserido. Se trata apenas de reconhecer que há outros fatores determinantes da vida social, para além do modo de produção. Tampouco significa que seja possível, através do conhecimento pleno (se isto fosse possível) dos elementos culturais e subjetivos de uma dada população, determinar com precisão suas reações. Significa apenas que a elaboração das

[34] Grifos do autor.
[35] Tradução livre feita pelo autor.

experiências vividas por uma dada população é influenciada por seus elementos culturais e subjetivos.

Por outro lado, com os termos **experiência** e **cultura**, chega-se a um ponto de ligação de outro nível: as pessoas não só vivem sua própria experiência sob forma de idéias, no marco do pensamento e dos procedimentos.

> Também vivem sua própria experiência como **sentimentos** e elaboram seus sentimentos pelas coordenadas de sua cultura, na forma de normas, obrigações e reciprocidades familiares e de parentesco ou - mediante formas mais elaboradas - como experiências artísticas e religiosas. Esta metade da cultura (que constitui uma boa metade do conjunto cultural) pode ser denominado de **consciência afetiva** e **moral**" (ibidem, p. 263)[36].

Um dos aspectos mais enfatizados pelo autor,[37] como vimos acima, refere-se ao fato de não ser possível ignorar nem a força das tradições culturais presentes no meio da população, nem as possibilidades de diálogo dessas tradições com os novos elementos trazidos por outros agentes e mediadores externos que passam a atuar junto à população num dado momento, os quais são portadores de diferentes discursos que, por sua vez, apresentam diferentes possibilidades de interação com os costumes, interesses e aspirações das populações envolvidas. Todos esses elementos participam, de alguma forma, do complexo processo de elaboração das experiências vividas a cada momento. Além disso, cada nova experiência vivida abre novas perspectivas e possibilidades de análise e interpretação das experiências futuras, porque permite a percepção de novos elementos e novas possibilidades de relações sociais.

Outro aspecto bastante enfatizado pelo autor é a impossibilidade de se reduzir os interesses das pessoas a objetivos materiais que podem ser cientificamente determinados, ou seja, o autor nega a idéia da existência de interesses objetivos vinculados, direta e automaticamente a uma condição de classe.

> Os interesses são aquilo que interessa às pessoas, incluindo aquilo que interessa mais às coisas do coração. Um exame materialista dos valores deve situarse não junto a proposições idealistas, mas junto à morada material da cultura: o modo de vida das pessoas, sobretudo, suas relações produtivas e familiares. (THOMPSON, 1981, p. 269)[38].

Segundo Thompson (1981), os valores são as necessárias regras e expectativas, aprendidas (e aprendidas em nossos sentimentos), no marco do "**hábitus**" do viver. E aprendidas em primeiro lugar, no seio da família, no trabalho e no interior da comunidade imediata. "Sem

---

[36] Tradução livre pelo autor.
[37] Refiro-me aqui, principalmente à obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (THOMPSON, 1987).
[38] Tradução livre pelo autor.

esta aprendizagem a vida social não poderia sustentar-se e toda a produção cessaria" (ibidem, p. 268)[39]. Ou seja, sem um conjunto de valores básicos, a sociedade não teria como funcionar. Conforme esclarece, **os valores não são pensados, nem pronunciados, são vividos** e surgem nos mesmos nexos de vida material e relações materiais que as nossas idéias.

Resgata-se, assim, no sujeito (humano) e na compreensão dos processos históricos, o espaço dos sentimentos, da afetividade, dos valores e da cultura (aspectos tão genuinamente humanos) e reconhece-se a existência e a força do não racional. A ciência não é a única forma de se ver o mundo, nem a única fonte de inspiração das decisões humanas. Razão e sentimento, ciência e moralidade, se cruzam e se equilibram no agir humano.

Não se pode, portanto, pretender, por vezes, dar explicações racionalistas para fenômenos não racionais. O materialismo estruturalista interpretou a **consciência afetiva e moral,** de alguma maneira, como uma racionalidade deslocada (ideologia, falsa consciência, etc.) e não como experiência humana vivida e elaborada de uma maneira específica, por uma dada geração, num tempo e espaço determinado, como propõe Thompson.

Assim concebida, segundo Thompson (1981), a moralidade deixa de ser como uma região autônoma de eleição de valores e da vontade humana, independente do processo histórico e, portanto, reduzida a uma mera ficção de caráter idealista. Passa-se a reconhecê-la como uma importante força de inércia e que, em certas ocasiões, pode converter-se em força revolucionária. E passa-se a reconhecer também que cada contradição é tanto um conflito de valor, como um conflito de interesses e que, **no interior de cada necessidade há um afeto, uma carência, um desejo em vias de converter-se num dever e vice-versa**. Todos os conflitos sociais, incluindo a luta de classes, passa a ser compreendida como uma luta em torno de valores e que não tem um fim pré-determinado e garantido "a priori", mas se constrói mediante a razão e uma aberta eleição de valores.

Essa contribuição de Thompson aponta para a necessidade de se superar a noção de homem como um ente passivo, inerte e vazio ("tábula rasa"), incapaz de reagir às determinações do meio. Se o modo de produção exerce uma pressão sobre o agir humano, se o estado procura inculcar a sua ideologia (através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, como descreveu Althusser) é preciso ter presente que essas pressões, invariavelmente, entrarão em interação com a cultura e a experiência de indivíduos e grupos. A adesão a uma ideologia qualquer vinda de fora, ou a resposta a uma alteração das condições sócio-econômicas de um dado contexto, sempre

[39] Tradução livre pelo autor

implicam num processo de reelaboração ativa por parte do sujeito. Nenhuma adesão parece ocorrer por simples incorporação e nenhuma resposta a uma pressão do meio parece ser automática, sob forma de reflexo. Ao contrário, passam sempre, ao que parece, pelo crivo dos valores e da cultura do sujeito em questão. Ou como sublinha Thompson (1987, p. 278): "Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento e os impulsos da experiência".

Fica claro, assim, que não se trata de afirmar que os valores são independentes da ideologia e da ação ideológica. É preciso não perder de vista que a experiência se estrutura segundo pautas de classe. Porém, não se pode supor, a partir daí, que seja possível a imposição pura e simples de valores e ideologias. Para que qualquer adesão a uma idéia vinda do exterior do grupo seja possível, é fundamental haver uma congruência entre as regras e a concepção de vida do ideário em questão, com a necessária tarefa de viver num modo de produção dado. Ou seja, é preciso que exista um certo **espaço valorativo comum** entre as duas realidades ou grupos, para que se efetive o processo de interação.

Ademais, os valores, em não menor medida que as necessidades materiais, serão sempre um âmbito de contradições e de luta entre valores e concepções de vida alternativos, que se confrontam no desenrolar das experiências e de sua elaboração.

Segundo Thompson (1981), é preciso estarmos atentos para o fato de que, admitir que os valores são apreendidos no marco da experiência vivida e estão sujeitos a suas determinações, não significa cair num relativismo moral ou cultural, nem que haja uma barreira intransponível entre valor e razão. Os homens e as mulheres argumentam em torno dos valores, escolhem entre uns e outros valores e questionam seus valores em termos racionais.

> Isto significa que estão **tão**, porém não **mais**, determinados em seus valores como em suas idéias e ações; que são tão, porém não mais, 'sujeitos' de sua própria consciência afetiva e moral como de sua história geral. (THOMPSON, 1981, p. 268)[40].

A vida em sociedade é rica em situações que exigem escolhas entre valores. Participar de uma mobilização proposta pela igreja ou sindicato, ou deixar de participar, aderir a um movimento ou ficar fora dele, participar de uma chapa de oposição sindical ou combatê-la, aderir a um processo de produção integrada ou reagir contra ela, apostar na construção de processos de industrialização alternativos ao modo dominante ou integrar-se a ele, aceitar participar de um grupo de cooperação agrícola ou permanecer na produção individual, são todas situações que

[40] Tradução livre pelo autor

implicam escolhas entre valores, ainda que os termos dessas escolhas e parte dos motivos das mesmas, estejam socialmente e culturalmente determinados. No mesmo sentido, **a adesão ou não a um determinado ideário ou à eleição de um ou outro interlocutor, é algo que só pode ser compreendido a partir da consideração do patrimônio cultural e da consciência afetiva e moral do indivíduo ou grupo em questão.**

Desse modo, segundo Leite (1994), a partir desta noção de experiência, as práticas sociais dos trabalhadores

> são compreendidas não como inscritas numa lógica pré-estabelecida à própria ação, mas, ao contrário, como determinadas pelas experiências vividas, pelas representações que elas vêm moldando e pelas identidades que elas configuram, através das quais os trabalhadores reconhecem a comunhão de interesses que os unifica, tanto quanto a divergência de interesses em relação ao patronato e às demais classes que se lhes opõe na sociedade. [...]
> Trata-se pois de reconhecer que não existe uma lógica da ação que possa ser definida aprioristicamente por qualquer tipo de consciência de classe decorrente necessariamente de característica estrutural. Pelo contrário, 'a consciência só pode ser fruto de um longo desenvolvimento histórico e cultural' (Heller, 1982:152) no qual homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinantes dentro do conjunto de relações sociais, com sua cultura e suas expectativas herdadas (THOMPSON, 1984[A]:38). É portanto, a partir desta experiência que a consciência social se constitui e se molda [...] (LEITE, 1994, p. 30-1)

Através dessa abordagem, chega-se, então, a uma concepção de história aberta, construída a partir das ações e decisões dos seus sujeitos, cuja definição sofre a influência tanto dos fatores ditos objetivos, quanto da subjetividade dos envolvidos. E da mesma forma é preciso lidar, então, com os conceitos e categorias utilizados nos processos de investigação que realizamos para a compreensão dos fenômenos ou fatos sociais. Segundo Thompson, os conceitos devem ser tomado antes como expectativas, que nos ajudam a interrogar os fatos e as evidências, do que como regras, que nos informam previamente a natureza e a especificidade dos fenômenos estudados. Nas palavras do autor:

> Certas categorias e conceitos críticos empregados pelo maerialismo histórico, só podem ser compreendidos como *categorias históricas,* isto é, categorias e conceitos próprios para a investigação deprocesso, ao escrutínio dos "fatos" que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma (ou conservam a sua forma mas modificam seus "significados"), ou se dissolvem em outros fatos; conceitos adequados ao tratamento das evidências não passíveis de representação conceptual estática, mas apenas como manifestação ou como contradição. [...] Esses conceitos, que são generalizados pela lógica a partir de muitos exemplos, são confrontados com as evidências, não como "modelos", mas antes como "expectativas". Não impõe uma regra, mas apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com freqüência que cada caso se afasta da regra, sob este ou aquele aspecto (THOMPSON, 1981, p. 56).

Retomando o tema, em outra obra, (THOMPSON, 1989), o autor busca demonstrar como são infrutíferas as tentativas de generalização feitas sobre fatos presentes em diferentes

realidades. Geralmente essas descrições feitas pela prática histórica tradicional são tão gerais e tão pouco ricas e específicas, que se prestam a grosseiras generalizações, as quais - aplicada a fórmula mágica da categoria teórica - dispensam maiores esforços investigativos. Ou seja, por trás da aparente generalidade de determinadas situações ou fenômenos, presentes em diferentes sociedades, reunidas, a partir dos critérios de descrição da história, sob o mesmo sistema de produção e organização social, podem subsistir grandes diferenças internas, o que torna essas classificações demasiado genéricas e pouco eficazes ao seu conhecimento. A grande diferença está no método de abordagem e estudo. Vistas a partir de cima, as descrições da realidade tornam-se muito facilmente generalizantes e perdem a riqueza do olhar "a partir de baixo". Mesmo que muitos intelectuais pareçam dispostos a concordar com isto, são muito mais comuns as descrições feitas exclusivamente a partir de cima e de modo simplificador.

Essa mesma observação serve para a análise desses empreendimentos em estudo no Oeste catarinense. Muito embora a categoria "economia solidária" seja uma categoria importante para nos levar à compreensão dos empreendimentos em estudo, o termo, genérico, em suas definições teóricas, enquanto categoria teórica, não pode ser tomado como descrição de uma realidade, ou da realidade genérica dos empreendimentos por ela caracterizados. Serve, isto sim, como guia, como categoria provisória que indica um componente importante da ideologia e da mediação institucional das relações sociais que envolvem essas pessoas. Tomemos por exemplo, o ideário da economia solidária que inspira a organização e relação da UCAF e da APACO com a sociedade e os próprios empreendimentos. Quando se manifestam e defendem o seu projeto, os representantes dessas entidades falam e defendem tais relações. Contudo, na ação cotidiana, tais princípios adquirem diferentes materializações, ou seja, diferentes configurações concretas que, mesmo mantendo relações de aproximação com o conteúdo conceitual da categoria, estão recheadas de outros elementos que apontam em diferentes direções (por vezes profundamente contraditórias com a mesma), as quais constituem a materialidade concreta das relações sociais em desenvolvimento. Ou seja, se é certo que o termo "economia solidária" é um componente importante e indispensável para orientar a investigação da materialidade concreta das relações sociais em desenvolvimento nos empreendimentos econômicos e solidários do Oeste Catarinense, também é certo que ele, por si próprio, genericamente, nos diz muito pouco do que, de fato, está ocorrendo na região. Serve com um guia importante para compreender o ideário que tem inspirado a construção da institucionalidade alternativa, construída ao longo dos anos por essas populações, frente ao processo de desenvolvimento em curso e em suas tentativas de contrapor-se à lógica hegemônica de desenvolvimento. Contudo, a definição das relações sociais concretas,

materializadas em cada empreendimento, exige uma investigação muito mais acurada e minuciosa, já que muitos outros fatores, econômicos, políticos e culturais, interferem na definição concreta de tais relações. Exemplos contundentes disso são o fato de que o atual coordenador da UCAF dirige um empreendimento que é uma micro-empresa (e não uma filial de cooperativa, como defende a UCAF). Além disso, é o único empreendimento que possui um funcionário contratado, o que também não está na perspectiva, nem da UCAF, nem da APACO; por fim, a matéria prima que, segundo a carta de princípios da UCAF, deveria advir, ao menos em 80 por cento, das próprias propriedades dos associados, em alguns casos, vêm prioritariamente de fornecedores, com os quais os empreendimentos mantêm relações convencionais de mercado. Também não podemos esquecer dos interesses e expectativas concretas de cada sujeito envolvido, inspiradas, certamente, num certo padrão cultural, mas definidas, em última análise, a partir da elaboração concreta que cada um deles faz da sua experiência de construção do futuro, no enfrentamento cotidiano dos desafios colocados pela construção, consolidação e gestão do empreendimento (relações com o mercado, disputas de espaço com outros fornecedores, necessidades de redução de custos, etc). Só a descrição detalhada do fazer-se cotidiano desses empreendimentos e do modo como cada sujeito vem elaborando tais experiências, pode interessar ao conhecimento do significado e da direção que está assumindo o desenvolvimento dos EES do Oeste catarinense.

Melgoza (apud LEITE, 1994), afirma que com o conceito de experiência produtiva, é possível analisar a classe operária enquanto sujeito, como pessoas que vivem situações produtivas e relações sociais enquanto necessidades, interesses e antagonismos e que elaboram essa experiência, no marco da intersubjetividade e da cultura por vias muito complexas que vão além do teoricamente previsível.

Considera-se assim o trabalhador enquanto sujeito de sua história, capaz de reelaborar as determinações externas em função daquilo que se define como vontade. Essa postura teórica implica considerar que não são apenas as privações materiais que orientam as ações dos indivíduos, mas também as carências que possuem uma dimensão psicológica, ética e moral, relacionadas às manifestações do poder e da autoridade e que animam as pessoas a se voltarem contra formas variadas de opressão e de injustiça (LEITE, 1994).

A mesma autora trabalha com o conceito de *carecimentos radicais* desenvolvido por Agnes Heller, que se refere a todas as carências geradas na sociedade capitalista, em conseqüência do desenvolvimento da sociedade civil, independente de serem necessidades ligadas ao estômago ou à fantasia. Segundo Heller, essa concepção já estaria presente em Marx

quando o mesmo insiste na historicidade das necessidades e na sua dependência em relação à tradição, ao grau de cultura, etc, e em suas observações de que a riqueza material deveria servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador, compreendidas a partir de uma valoração extra-econômica (ibidem).

Heller, também distingue os conceitos de *necessidades naturais* e *necessidades necessárias*. As primeiras referem-se à mera manutenção da vida humana, enquanto as últimas referem-se àquelas "surgidas historicamente e não-dirigidas à mera sobrevivência, nas quais o elemento cultural, o moral e o costume são decisivos e cuja satisfação é parte constitutiva da vida 'normal' dos homens pertencentes a uma determinada classe de uma determinada sociedade"(HELLER apud LEITE, 1994, p. 33).

Com o auxílio dessas categorias pode-se concluir que, a partir das experiências das novas condições de trabalho e do modo como as mesmas são experimentadas pelos trabalhadores, eles irão construir novas representações sobre o seu trabalho, as quais orientarão as escolhas e estratégias e, portanto, as formas de ação individuais e coletivas. Isso porque as novas condições de trabalho afetam os costumes, as tradições, os valores, as expectativas, os desejos e fantasias dos trabalhadores, nascidos das experiências anteriores de produção agrícola.

Pode-se, então, inferir que a elaboração do significado das novas experiências de vida e de trabalho vividas pelos camponeses que participam das agroindústrias familiares associativas é influenciada por um conjunto muito diverso de fatores, econômicos e não econômicos, presentes nas relações intersubjetivas vivenciadas por essa população, incluindo-se aí a própria vontade pessoal de cada indivíduo. É, portanto, muito provável que, embora compartilhem muitas convicções e práticas, se encontrem motivações bem diferentes para a participação nesses empreendimentos e elaborações muito diversas sobre o significado de tais experiências, para o presente e para o futuro, entre indivíduos participantes das mesmas experiências de vida e de trabalho e oriundos dos mesmos grupos familiares.

Esse modo de interpretação do significado das experiências vividas, por sua vez, influencia as ações e decisões de cada indivíduo e mesmo do conjunto de cada coletivo de trabalhadores organizado em torno da mesma agroindústria. A médio e longo prazo, essas interpretações poderão determinar o futuro de cada experiência em curso, pelo fato de que influenciarão o processo de tomada de decisões dos seus componentes relativamente ao desenvolvimento do empreendimento em si.

Desse modo é provável que se encontre um certo número de interpretações comuns aos diferentes membros de cada empreendimento (que sustenta sua própria constituição e

continuidade) e mesmo ao próprio conjunto dos empreendimentos (que sustenta sua unidade em torno de uma mesma organização, a UCAF). O que buscamos observar é o modo como essas experiências foram se constituindo e os processos educativos que possibilitaram as necessárias transformações nas estruturas normativas de cada indivíduo participante, a partir de suas trajetórias de vida, no contexto das experiências de luta dos camponeses da região, que culminou na construção de alternativas de produção e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, dentre as quais destacam-se as agroindústrias familiares associativas, bem como a elaboração do seu significado presente e futuro em suas vidas.

Para a compreensão de nosso objeto de estudo, é oportuno, por fim, resgatar também a concepção de ética expressa por Severino (2006). O autor recupera a discussão filosófica sobre a relação entre moral e ética, no sentido de que, muito embora na linguagem cotidiana os termos praticamente se confundam, os mesmos não são sinônimos. A moral refere-se à relação das ações com os valores que as fundam, tal como consolidados num determinado grupo social, não exigindo uma justificativa desses valores que vá além da consagração coletiva no grupo. Podemos ter, assim, várias morais, relativas às concepções de mundo de cada grupo social específico. Já a ética, embora também refira-se a essa relação entre ações e valores, sempre se refere a uma elucidação dos fundamentos e das justificativas desses valores, independentemente de sua aprovação ou não por qualquer grupo. Ou seja, a ética coloca-se numa perspectiva de universalidade, enquanto a moral fica sempre presa à particularidade dos grupos e mesmo dos indivíduos.

A especificidade da compreensão de Severino (2006) sobre a ética é a sua referência para do termo. Segundo ele,

> [...] a ética só pode ser estabelecida por meio de um processo permanente de decifração do sentido da existência humana, tal como ela se desdobra no tecido social e no tempo histórico, não mais partindo de um quadro atemporal de valores, abstratamente concebidos e idealizados.[41]

É, portanto, em função da qualidade da existência humana que se pode traçar um quadro de referência valorativa que defina o sentido do agir humano, individual ou coletivo. Assim concebida, a investigação ética contraria a perspectiva essencialista, que toma como referência um quadro atemporal de valores abstratamente concebidos, e torna-se inteiramente compromissada com as mediações históricas da existência humana, tendo como referência as questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

---

[41] SEVERINO, 2006, p. 307-308.

> Nenhuma ação que provoque a degradação do homem em suas relações com a natureza, que reforce sua opressão pelas relações sociais, ou que consolide a alienação subjetiva, pode ser considerada moralmente boa ou válida [...].
> **É por isso que, na perspectiva do modo atual de se conceber a ética, ela se encontra profundamente entrelaçada com a política**, concebida esta como a área de apreensão e aplicação dos valores que atravessam as relações sociais que interligam os indivíduos entre si. Mas a política está intimamente vinculada à ética, pelo fato de não poder se ater exclusivamente a critérios técnico-funcionais, caso em que se transformaria numa nova forma de determinismo extrínseco ao homem e à sua humanidade. Isso quer dizer **que os valores pessoais não são apenas valores individuais; eles são simultaneamente valores sociais**, pois a pessoa só é especificamente um ser humano quando sua existência realiza-se nos dois registros valorativos. Assim a avaliação ética de uma ação não se refere apenas a uma valoração individual do sujeito; é preciso referi-la igualmente ao índice do coletivo (SEVERINO, 2006, p. 308)[42].

Essa reflexão nos possibilita estabelecer relações entre as ações concretas em desenvolvimento em cada experiência específica e o movimento político-cultural maior de que tomam parte, no interior do qual, novos padrões culturais são definidos e novas formas sociais de futuro são projetadas e forjadas em cada gesto e em cada decisão. Nesse contexto, cada indivíduo, ao participar da construção de construção de alternativas de trabalho, que envolvem sua sobrevivência social e individual, mesmo sem ter toda a consciência disso, pode tornar-se um sujeito de seu destino e dos destinos de sua coletividade, num movimento histórico que supera em muito o seu tempo imediato.

[42] Grifos meus

CAPÍTULO I
ELEMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE E SUA REALIDADE ATUAL

Durante o processo de colonização do Oeste Catarinense, ocorreu a formação de um campesinato regional, cujas características, bastante peculiares, influenciaram profundamente o desenvolvimento da região e ajudaram a definir os desdobramentos que teriam lugar nos momentos posteriores do desenvolvimento regional. Essa peculiaridade da formação regional pode ser compreendida a partir da perspectiva de Campos (1987, p. 142), para quem o campesinato "Não apresenta determinações inerentes, mas historicamente definidas. A diversidade camponesa nos remete ao processo camponês, a sua dinâmica histórica".

Nessa perspectiva, segundo o autor, não é adequado adotarmos uma visão estática de campesinato, como se ele fosse dotado de determinadas características que lhe são inerentes, mas, ao contrário, qualquer formação de tipo camponesa, sempre será uma construção histórica específica, de acordo com as condições históricas dadas naquele momento específico. Podemos então afirmar que a "agricultura familiar"[43] presente no Oeste Catarinense, não é algo acabado, mas em processo permanente de transformação.

Sua constituição, pelo que pude observar em estudo anterior (POLI,1995), se deu a partir de quatro eixos constitutivos principais, interagindo de modo tenso e conflituoso entre si, na formação da cultura e no modo de vida dessa população.

---

[43] Ao longo da história, diferentes categorias identitárias tem sido empregadas para representar as populações rurais do Oeste catarinense. Sendo um processo socialmente construído, a identidade representa diferentes olhares sobre a realidade do grupo. "No seu aspecto mais elementar, a identidade é matéria de percepção, que é moldada e colorida pelo ambiente social (EPSTEIN apud RENK, 1997, p. 12).
Já o termo "agricultura familiar", segundo Medeiros (1997), só passou a ganhar terreno, enquanto denominativo identitário dessa população, a partir dos anos 90, no contexto da organização sindical. "É somente nos anos 90, no entanto, que o termo "agricultura familiar" começou a ganhar terreno nos documento sindicais e, pouco a pouco, se impôs para designar determinadas situações que recobriam o que antes aparecia como próprias ao 'pequeno produtor'" (MEDEIROS apud BADALOTTI, 2003, p. 40). No Oeste catarinense, um fato particularmente importante para a afirmação da identidade da agricultura familiar foi o processo de reação política desenvolvido na região, a partir do final dos anos 70, frente ao processo de crise da agricultura familiar tradicional, o qual pode ser caracterizado como um típico processo de formação de classe, nos termos definidos por E.P.Thompson.
Badalotti (2003, p.38) afirma que "o uso da categoria sociológica de agricultores familiares é importante na medida em que delimita sujeitos, famílias de agricultores e também espaços específicos de produção, bem como universos onde se estabelecem relações com os agentes externos". Contudo o uso dessa categoria não impede a apreensão de outras categorias "nativas" que envolvem representações e identidades diversas pautadas sobre valores sociais, culturais e étnicos, que extrapolam a condição apenas econômica e produtiva.

1 - Em primeiro lugar, o modelo "original" camponês, oriundo das comunidades camponesas tradicionais da Europa, de cujos traços essenciais, destacamos a estreita ligação entre a organização da produção e as necessidades de consumo do grupo familiar (produção de valores de uso e não valores de troca), a família como fusão entre unidade de produção e consumo (CHAYANOV, 1985); autonomia relativa de suas coletividades frente à sociedade envolvente que as subordina, mas tolera suas originalidades, (MENDRAS, 1978); a existência de códigos sociais específicos, determinantes da conduta, num ambiente social que permite que outros critérios (não econômicos) sejam organizadores da vida, na qual a racionalidade social prevalece sobre a racionalidade econômica (ABRAMOVAY, 1992; SHANIN, 1983); a utilização de técnicas rudimentares, a prática da policultura e a unidade familiar de produção camponesa e a aldeia ou grupo de vizinhança como unidades básicas de interação social (QUEIROZ, 1976)[44].

Este modelo "original" serviu, segundo a abordagem de Lamarche (1993), de base e/ou ponto de partida para a adaptação à nova realidade.

2 - Em segundo lugar, o processo histórico de implantação dos núcleos camponeses do sul do Brasil, em que se destaca sobretudo as expectativas da sociedade (ou pelo menos das suas camadas dominantes) sobre a vinda desses camponeses e sobre o seu papel no desenvolvimento do país, quase sempre associada à produção de riqueza, à idéia de progresso e de desenvolvimento; a valorização do trabalho intenso, regular, organizado e racional, tanto pela sociedade brasileira ("ideologia do branqueamento")[45], quanto pelos próprios camponeses, devido à grande motivação e expectativa de "se fazer", expandir-se e progredir; a apropriação privada da terra, à qual favoreceu o desenvolvimento de uma autonomia relativa dos camponeses, a quem cabia decidir o quanto, o que e o como produzir.

3 - Em terceiro lugar, a tradição religiosa, principal responsável pelo desenvolvimento dos valores morais básicos presentes na cultura camponesa como o fervor religioso, a importância do trabalho e do sofrimento, o respeito à propriedade, o caráter sagrado e indissolúvel da família, a regulamentação da sexualidade e da procriação, o princípio hierárquico de autoridade, a importância da vida comunitária, noções de direito e de justiça, retidão e sobriedade na conduta,

---

[44] Uma discussão detalhada a esse respeito, ver Poli (1995).

[45] A chamada "ideologia do branqueamento" diz respeito à uma interpretação da realidade brasileira, por parte das suas elites, segundo a qual, o desenvolvimento do país passaria, necessariamente pelo aumento da proporção de brancos na composição da população brasileira. Segundo essa interpretação, o subdesenvolvimento do país estava associado a uma proporção excessivamente grande de negros e mestiços em sua população. Nesse sentido a substituição da mão-de-obra escrava das fazendas por trabalhadores brancos, bem como a colonização do sul do país por camponeses brancos, de origem européia, era uma medida essencial ao desenvolvimento. Mais detalhes ver Poli (1995).

etc. Inclui-se aí a noção de sociedade fraterna, na qual considera-se a existência de interesses comuns entre as diferentes camadas sociais (SANCHEZ, 1985) e o temor do comunismo[46]. Esses também foi o eixo central sobre o qual se desenvolveu toda a vida social e a tradição organizativa das comunidades camponesas da região[47].

A partir dessa organização se constituiu uma tradição associativa, no interior da qual os camponeses puderam **exercitar práticas de organização e liderança, que se revelaram fundamentais no processo de organização política, além de se constituir em importantes espaços comunicativos/ interativos através dos quais os camponeses entraram em contato com diferentes discursos e visões de mundo, oriundos de outros agentes.** Processo semelhante foi descrito por Renk (2000) estudando camponeses ligados à igreja luterana.

4 - A cultura e o *hábitus*[48] dos caboclos, que habitavam a região antes da chegada dos

---

[46] Esse temor do comunismo, muito comum entre essa população, produzido por insistentes pregações da igreja católica tradicional foi confirmado por Prim (1996).

[47] Ocorre que, nas condições de isolamento e privações enfrentadas nos primeiros anos do processo de colonização, surgiu entre esses camponeses, uma tradição de construção de capelas, onde as famílias se reuniam aos domingos para rezar, encontrar seus vizinhos, trocar experiências, resolver toda sorte de problemas comuns, praticar algumas formas de lazer e convivência. "Ao redor da capela começou a girar, de modo quase absoluto, a vida social dos imigrantes [...]" (BONI; COSTA, 1984, p. 112). Trabalhando principalmente com camponeses católicos, pudemos confirmar esse lugar central ocupado pela capela nas comunidades camponesas do Oeste Catarinense e a importância crucial da religiosidade no cotidiano desses camponeses, seguindo a tradição trazida desde a Itália. Em todos os casos estudados, a construção da capela foi uma das primeiras iniciativas dos colonizadores ao ingressar numa nova área (POLI, 1995).

[48] Trabalhamos aqui com o conceito de *hábitus* construído por Piere Bourdieu para quem o *hábitus* é um

> [...] sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo, sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente "reguladas" e "regulares", sem ser em nada a obediência a regras, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOUDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p. 76-7).

O hábitus é formado durante o processo de socialização, a qual corresponde ao conjunto de mecanismos pelos quais os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais entre os homens e assimilam as normas, os valores e as crenças de uma dada coletividade. O Hábitus é portanto um conjunto de disposições, isto é, atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência. Assim, os portadores do mesmo hábitus não precisam de um acordo para agir da mesma maneira. Ele instaura uma orquestração das práticas sem a necessidade de um maestro. Pode-se dizer, então que "o hábitus é, simultaneamente, a grade de leitura pela qual percebemos e julgamos a realidade e o produtor de nossas práticas" (BONNEWITZ, 2003, p. 78).

É importante destacar que o *hábitus,* fruto de nossa experiência passada e presente, não é algo totalmente estático. Ao contrário, é uma estrutura interna sempre em vias de reestruturação. Isso significa que nossas práticas e representações não são nem totalmente determinadas, nem totalmente livres. Ou seja, os indivíduos fazem suas escolhas, mas estas escolhas são orientadas pelo *hábitus.* Para Bourdieu, o *hábitus* se interpõe como uma mediação entre as relações objetivas e os comportamentos individuais. (ibidem). Ou então, nas próprias palavras de Bourdieu :

> O *hábitus* não é o destino que às vezes acreditou-se ser. Como produto da história, é um sistema de disposição aberto, que está incessantemente diante de experiências novas e,

imigrantes, de cujo modo de vida a colonização destruiu as condições de sobrevivência e reprodução e que, de alguma forma, interagiu com o *hábitus* dos camponeses "de origem", numa posição de inferioridade e até de oposição.

Nessa cultura e no modo de vida dos caboclos, destaca-se sobretudo a estreita vinculação entre produção e auto-consumo. Diferentemente dos colonizadores que buscavam a integração com o mercado, os caboclos tinham na produção de subsistência a base do seu próprio estilo de vida. Embora não estivessem totalmente isolados, não apresentavam qualquer perspectiva de produção de excedentes regulares ou de desejo de acumulação. Grande parte dos meios de vida era retirada das matas através da caça, da pesca e da coleta. Apresentavam pouco ou nenhum apego a um local ou a uma terra especificamente. O nomadismo que caracterizava essas populações evidencia a falta de qualquer perspectiva de acumulação de bens ou capitais.

A existência, em interação, desses quatro eixos constitutivos da cultura e da consciência afetiva e moral[49] dessa população camponesa, pode ajudar a compreender tanto os pontos comuns no modo de vida dessas populações camponesas, como também sua considerável diferenciação interna que inclui, desde o agregado (sem terras que mora e trabalha em terra arrendada relativamente despreocupado com a questão da propriedade da terra e com pouca tendência à poupança e baixa preocupação com projetos de longo prazo, que valoriza a folga e a tranqüilidade), até o produtor modernizado, (proprietário, fortemente apegado à propriedade de sua própria área de terras, integrado ao mercado, com forte desejo de crescimento econômico e o investimento em projetos de longo prazo e que valoriza o trabalho árduo e a poupança). A existência dessa diferenciação interna e dessas diferentes expectativas de futuro pode ajudar a explicar as diferentes interpretações e reações percebidas nessa população diante das condições do contexto e seus desdobramentos, conforme o predomínio de um ou outro eixo constitutivo em cada sub-grupo específico ou unidade familiar. Referimo-nos, especialmente, aos grupos familiares com tendência ao predomínio do "modelo original" camponês, típico dos camponeses *de origem* e os grupos familiares com predomínio do *hábitus* dos caboclos, cujas reações podem mostrar-se bastante diversas diante dos fatos e situações enfrentadas no dia-a-dia. As diferentes reações frente aos desafios colocados pela realidade, parece assim, ter também fundamentos culturais, relacionados ao processo histórico de formação dessa população.

> logo, incessantemente afetado por elas. É duradouro, mas não imutável (BOURDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p.90).

[49] Tomo aqui a noção de *consciência afetiva e moral* na acepção desenvolvida por Thompson (1981), já abordado na introdução desta tese.

Contudo, se é certo que esse campesinato é uma formação dinâmica, não podendo ser tomado como a reprodução de um modelo estático, é certo também que, ao longo do processo de colonização, ocorreu a formação e consolidação de um certo padrão de produção camponesa que, em que pese a existência de uma razoável diversidade interna, grande parte dessa população (especialmente os chamados "camponeses de origem[50]") partilhou, apresentando muitas características comuns, dentre as quais se pode destacar:

a) Apropriação privada de pequenos e médios lotes de terra localizados, quase sempre, em terras em que em maior ou menor proporção, registra-se a presença de um relevo irregular, com solos declivosos, rasos e pedregosos, pouco adequados à prática da agricultura extensiva. A apropriação privada da terra favoreceu o desenvolvimento de uma atitude de apego à **sua terra.** Esses camponeses atribuíam muito valor à condição de proprietários de sua terra. Era esta condição que lhes viabilizava o ideal de tornar-se um produtor autônomo, nos moldes do ideal presente no seu imaginário.
b) Estabilidade dos grupos e comunidades, decorrente tanto da apropriação privada da terra, quanto da existência de uma organização social relativamente estável, que articulava praticamente todas as famílias em comunidades.
c) Tradição de organização comunitária (escola, igreja, esporte e lazer) o que favorecia o desenvolvimento do espírito associativo, o exercício de práticas de organização de grupos em trono de objetivos e interesses comuns e o exercício da liderança.
d) Uma considerável intensidade da vida social das comunidades, que gozavam de um certo grau de independência em relação às cidades, bem como em relação às grandes propriedades.
e) Forte identificação étnica e cultural dos membros das comunidades, devido a origem étnica comum e à existência de um patrimônio cultural que os identificava entre si e os diferenciava de outros grupos.
f) Solidez do grupo familiar, permitindo o desenvolvimento de um sólido conjunto de valores comuns, importante para a construção de certos consensos e para a unidade nas ações, além da facilidade de liberação de alguns dos seus membros para a participação em atividades político-organizativas, mediante a liberação do trabalho e o apoio de infra-estrutura.

[50] A expressão "camponeses de origem", de uso corrente na região, é utilizada para designar os camponeses de origem européia, chegados ao sul do país através das correntes de imigrantes promovidas pelo governo brasileiro. Seu modo de vida e de produção tornou-se predominante no Oeste Catarinense a partir do processo de colonização (RENK, 1997).

g) Disponibilidade de um certo capital e de um considerável grau de autonomia e autosuficiência em relação meio exterior, o que favorecia alguns investimentos de retorno não imediato.
h) Uma organização religiosa (especialmente da igreja católica) com uma considerável infra-estrutura organizativa (pessoal, recursos de transporte e comunicação, prédios, ambientes, etc) presente em todas as comunidades camponesas da região, à qual praticamente todos esses camponeses se encontravam diretamente vinculados;
i) Utilização quase exclusiva de mão de obra familiar[51].
j) Desenvolvimento de uma ética do trabalho que valoriza o trabalho intenso e árduo, que pode provocar, inclusive, uma atitude de desprezo a qualquer prática de lazer. Ao mesmo tempo, parece ter gerado uma certa expectativa de reciprocidade por parte dos camponeses, no sentido de que quem trabalha seriamente e preserva uma atitude de frugalidade em relação ao consumo, deve ter uma justa recompensa mediante a conquista de boas condições de vida e a aquisição de um certo capital que permita, ao menos, reproduzir a condição camponesa em seus filhos.
k) Produção regular de excedentes para o mercado, geralmente concentrada em dois ou três produtos, aliada à produção de uma grande variedade de produtos para o próprio consumo, o que caracteriza uma situação de policultura.
l) Participação no mercado principalmente com a produção de matérias primas.
m) Reprodução da condição camponesa, através da aquisição/implantação de novas unidades para os filhos adultos (casados), mediante mecanismos de herança.
n) Propriedade dos meios de produção (máquinas, ferramentas, sementes, etc);
o) Baixo grau de dependência de insumos externos para o processo de produção, o que garantia uma grande autonomia das unidades familiares na organização do processo produtivo, bem como na determinação do que, quanto e quando produzir; relativa facilidade em adquirir/produzir os insumos e instrumentos de produção.
p) Pleno domínio da tecnologia empregada na produção, transmitida de geração em geração no próprio interior das unidades familiares de produção. Forte apego a um estilo de produção

[51] A utilização de mão-de-obra contratada foi muito comum nesse modelo, mas sempre em caráter absolutamente complementar ao trabalho familiar e por períodos curtos de tempo, nos momentos de maior intensidade do ciclo agrícola. Num outro estudo (POLI, 1995) observei, inclusive, o fato de que com muita freqüência, são os próprios camponeses (proprietários) que, em certos momentos, assumem a condição de trabalhador contratado por dia, trabalhando em outras propriedades, da mesma forma que, em outros momentos, ele contrata temporariamente o trabalho de outros camponeses. Esse fato, inclusive, dá lugar ao surgimento de práticas como os mutirões, a troca de dias entre os membros das diferentes unidades familiares de produção, etc.

baseado na tradição, com baixa expectativa de inovação, o que resulta em pouca ou nenhuma procura por aperfeiçoamento.

q) Nenhum controle sobre a formação dos preços dos produtos que compra ou vende no mercado (POLI, 1995).

1.1 Crise da Agricultura Familiar Tradicional

Na década de 70, ocorreu, na região, uma clara reversão da tendência do fluxo migratório, fruto do fechamento da fronteira agrícola regional, iniciando-se, a partir de então, uma crise no processo de reprodução dessa agricultura familiar, com múltiplos componentes e desdobramentos, cuja percepção é fundamental para a compreensão do atual processo de desenvolvimento e proliferação de diversas alternativas de produção, inclusive aquelas de caráter associativo.

A partir desse momento, a região Oeste Catarinense, ao invés de atrair passou a perder população, especialmente no meio rural, devido às crescentes dificuldades de reprodução da agricultura familiar, ante as novas condições históricas. O ponto crucial para a compreensão dessa crise que se desencadeou é a relação da agricultura familiar com o capital (comercial, industrial e financeiro), cuja evolução (da relação) se dá em favor de um crescente controle do capital em relação à produção camponesa.

Campos (1987) indica a existência de quatro fases nessa relação entre capital e a agricultura familiar no Oeste Catarinense. A primeira fase, que se estendeu do início da colonização até meados da década de 30, caracterizou-se pela p*rodução de subsistência e gestação do pequeno capital comercial.* Esse período caracterizou-se pelo esforço em torno da viabilização do comércio local e o seu intercâmbio com outras regiões. Esse processo foi facilitado pela experiência anterior dos colonizadores, no Rio Grande do Sul, onde os mesmos já estavam inseridos num processo de produção agrícola mercantil.

A segunda fase, compreendida no período de 1935 a 1945, caracterizou-se pelo *crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente camponês.* Observou-se, nesse período a expansão da base geográfica de atuação do capital comercial e a suinocultura se afirmou como o principal produto de comercialização. Registrou-se, então a integração de um número maior de famílias ao mercado.

A terceira fase, que se estende de 1945 a 1965 caracterizou-se pelo *surgimento do grande capital agroindustrial e a mercantilização da produção camponesa.* Foi o período da efetiva integração de todo o Oeste Catarinense no espaço econômico nacional e da expansão capitalista na região. Concluiu-se, nesse período, o processo de colonização e a pequena produção familiar se afirmou como a base da produção agropecuária . A partir de então iniciou-se uma nova fase onde profundas transformações foram registradas e as relações entre o grande capital com a pequena produção agrícola familiar se intensificaram e se transformaram, com grandes reflexos para esta última.

A quarta fase, que iniciou a partir de 1965, caracterizou-se pelo *processo de monopolização do capital agroindustrial e a modernização seletiva da pequena produção mercantilizada.* É um período em que ocorreu a formação dos monopólios do capital agroindustrial que subordinou a agricultura familiar à sua lógica, sem prescindir de sua existência. A partir de então verificou-se um aprofundamento do processo de diferenciação interna na agricultura familiar, com a crescente exclusão de parcelas consideráveis da população regional da agricultura e um processo de crescentes dificuldades de reprodução das unidades familiares, o qual Poli (1995) caracterizou como *crise da agricultura familiar tradicional*, cujos desdobramentos foram decisivos para o desenvolvimento da situação atual.

A transformação (e crise) da produção agrícola familiar tradicional ocorreu a partir de dois fenômenos diferentes, porém profundamente correlacionados: **o processo de modernização da agricultura brasileira** e **a transformação da agroindústria regional e de suas relações com a agricultura familiar**.

A modernização da agricultura diz respeito a um fenômeno complexo que ocorreu na esteira de um movimento mundial, pelo qual o capital internacional buscou submeter à lógica industrial o processo de produção agropecuária e que ficou conhecido como "Revolução Verde". Provocou profundas transformações na produção agrícola, a partir de sua articulação com a própria produção industrial, seja através da utilização de insumos de origem industrial, ou através da sua integração direta a processos de produção industrial, como fornecedora de matéria-prima. Em ambos os casos buscou-se revolucionar o modo de produção agropecuária, tendo em vista não só possibilitar aumentos extraordinários de produtividade, mas também determinar claramente as expectativas de qualidade, de variedade, de volume e de intensidade de produção dos seus produtos.

Esse processo apresenta uma lógica radicalmente oposta em relação ao padrão tradicional de produção agrícola familiar, até então vigente na região, uma vez que se baseia na

mudança e numa busca de transformação permanente do processo produtivo, enquanto aquele se baseia na reprodução de técnicas aprendidas por tradição. A partir disso, quase tudo passou a ser revolucionado e transformado em relação à lógica de produção até então vigente na agricultura familiar tradicional da região em estudo.

A necessidade de busca intensiva de insumos externos, de origem industrial, sem os quais não era mais possível obter sucesso na produção dentro dos novos padrões estabelecidos, destruiu a considerável autonomia dos agricultores existente no modelo anterior. A necessidade de recorrer ao crédito agrícola, condição fundamental para viabilizar investimentos necessários aos novos padrões de produção, além de ser um outro fator de dependência externa das unidades familiares de produção agrícola, acabou sendo a porta de entrada para as mudanças desejadas pelos agentes promotores da modernização da agricultura, já que, desde o princípio, o acesso ao crédito foi condicionado ao atendimento dos novos padrões técnicos de produção. Desse modo, a produção agrícola passou da auto-suficiência (mesmo que relativa), para a dependência do mercado.

Um aspecto que não pode ser ignorado, nesse processo de modernização da agricultura, é a existência de um

> [...] esforço de 'modernização' não só do processo produtivo, mas do comportamento global do camponês que, em última instância, rompe seu modo de ser histórico, para disciplinar-se para o trabalho sob o capital, quer como futuro proletário, quer como produtor agrícola." (BELATTO,1985, p. 124).

Um outro aspecto que não pode ser ignorado é a correlação desse processo de modernização da agricultura com o processo de modernização em curso no país, apreendido por Fernandes (1981) como modernização conservadora. Essa correlação pode ser estabelecida tanto no sentido de que, a exemplo do que, como esclarece o autor, é uma modernização que pode ser conduzida em favor da grande propriedade rural, isto é, em benefício das tradicionais classes dominantes agrárias, quanto pelo seu caráter de tutela repressiva que caracterizou esse processo. Isso porque a modificação dos padrões produtivos e culturais se dá mediante a imposição de mudanças, como bem demonstra Belato (1985).

Os efeitos sobre a realidade da produção agrícola familiar foram profundos e as possibilidades de escolha entre participar ou não desse processo de modernização foram, em verdade, limitadas para os agricultores, uma vez que o acentuado aumento da produtividade, passou a exigir novos parâmetros de produção. Assim, aos que não desejavam ou não conseguiam ingressar nessa nova dinâmica produtiva, restava as opções de buscar o assalariamento, na

agricultura ou fora dela, ou então uma redução drástica nos níveis de consumo e a crescente descapitalização.

Em nível regional, foi decisivo um segundo fenômeno, correlato, porém diferenciado, sob muitos aspectos, em relação ao processo de modernização da agricultura como um todo. Trata-se da **transformação da agroindústria regional e de suas relações com a agricultura familiar**.

Em seus primeiros anos de existência, a indústria não interferiu na dinâmica interna de produção das unidades familiares de produção agrícola, exceto no sentido de estimular sua expansão, por garantir mercado para os seus produtos, especialmente o milho e os suínos (SILVESTRO, 1995).

Utilizando-nos da periodização construída por Campos (1987), pode-se dizer que essa coexistência entre pequena produção familiar e agroindústria, em que o modo tradicional de produção dos agricultores é preservado, estende-se até meados da década de 60. A partir daí, iniciou-se o processo que ficou conhecido como **integração da agricultura familiar à agroindústria.** Inicialmente de modo lento (até meados da década de 70) e depois de modo muito acentuado, a intervenção da agroindústria, juntamente com o paradigma da revolução verde, contribuiu em muito para imprimir um processo de profundas transformações em todo o processo de produção das unidades familiares de produção agrícola do Oeste Catarinense, gerando o que aqui se pode chamar de *crise da agricultura familiar tradicional.*

Em primeiro lugar, nesse sistema, a empresa integradora define o tipo de produto a ser produzido, as suas especificações de qualidade, o volume de produção (quantidade), bem como o ritmo em que essa produção deve ocorrer, incluindo-se aí a definição das datas de entrega e retirada dos animais nas propriedades. Ao agricultor familiar cabe apenas a execução das tarefas relativas ao manejo e cuidado dos animais, estas também claramente definidas pela assistência técnica da empresa.

Em segundo lugar, nesse sistema, a empresa detém o monopólio de fornecimento dos insumos necessários à produção, sendo expressamente proibido ao agricultor recorrer a qualquer insumo não proveniente da empresa, bem como utilizar os insumos fornecidos pela mesma para outra finalidade que não a produção integrada. Belatto (1985) chama a atenção inclusive para o fato de que, a definição, tanto do custo dos insumos fornecidos ao agricultor, quanto do preço a ser pago pelo produto por ele produzido (frangos ou suínos), cabe exclusivamente à empresa. O agricultor não possui, segundo o autor, nenhum controle sobre a composição de tais valores.

Em terceiro lugar, a empresa detém e fornece toda a tecnologia, tanto no que diz respeito à genética dos animais, ao tipo de equipamento e instalações a serem empregadas na produção, quanto no que diz respeito a alimentação e manejo dos animais durante o processo de produção.

Observa-se, assim, que o processo de produção da matéria prima nas propriedades reduziu-se a uma etapa do processo de produção industrial, o qual se inicia antes da chegada dos animais nas propriedades (pesquisa genética, produção dos leitões e pintos de um dia entregues nas propriedades, além de todo o processo de elaboração e produção das rações e outros insumos necessários à produção) e prossegue após a entrega dos animais prontos à empresa pelo agricultor (abate e processamento industrial da carne). Vê-se, assim, que a participação dos agricultores familiares se dá num momento específico e bem determinado do processo, o qual ocorre sob total controle e determinação da empresa integradora.

Essas transformações modificaram profundamente o padrão de produção da agricultura familiar, rompendo-se as condições que lhe permitiam a auto-reprodução, fazendo-a a mergulhar numa profunda crise.

> [...] o próprio saber do agricultor passa a ser questionado como não sendo mais suficiente para explorar a atividade nestes novos patamares impostos. Um novo conhecimento trazido pelos técnicos das empresas e da própria extensão pública passa a ser colocado como necessário ao novo processo de criação, e exigido também, para atingir os níveis de produtividade exigidos. Esta nova dinâmica imprimida pela agroindústria, traz implicações no funcionamento interno da pequena propriedade. De simples relacionamento comercial, as relações entre a pequena produção e a agroindústria evoluíram a nível de interferência dos grandes frigoríficos no processo produtivo das unidades familiares. (SILVESTRO, 1995, p. 130)

Assim, nesse ambiente, o saber "tradicional" do agricultor vai aos poucos sendo suplantado por um conhecimento mais "racional e técnico" e o modo tradicional de produzir dá lugar a um processo de produção que se orienta a partir de fora das unidades familiares de produção agrícola, guiado em seus objetivos e formas pela dinâmica de produção industrial, orientada para o produtivismo, para a inovação e para a maximização do lucro.

O que se observou a partir de então foi a intensificação do processo de diferenciação interna entre as unidades de produção agrícola familiar, a seletividade crescente das unidades a serem incluídas na dinâmica da produção agroindustrial modernizada e a concentração da produção (especialmente da produção animal) num número menor de unidades produtivas, o que provocou profundos desdobramentos na organização social, econômica e política da região.

O que se observa, segundo Silvestro (1995, p. 127-8) é que

> [...] a agroindústria, não destruindo completamente o caráter 'camponês' da propriedade, faz uma reelaboração da 'cultura do colono', inserindo nela elementos 'modernos'

(crédito, aperfeiçoamento técnico, especialização da produção, administração racional, etc), de modo que se falseiam a dominação e seus efeitos.

1.2 Reações Frente à Crise da Economia Camponesa Tradicional

Poderia tratar, a partir daqui, das conseqüências da crise da economia camponesa tradicional para o desenvolvimento da região como um todo e para a vida dos envolvidos, sobretudo para os camponeses. Preferi, no entanto, em vista do referencial de análise a ser utilizado ao longo do estudo, e dos objetivos do presente capítulo para a compreensão do surgimento das agroindústrias familiares e seguindo as pistas apontadas em dois outros estudos realizados anteriormente (POLI, 1995, 1999), fazer um mapeamento bastante sumário das reações dos envolvidos frente à crise e as novas condições históricas que ela produziu, mediante o diálogo com os diferentes discursos que passaram a ocupar a cena pública no Oeste catarinense. Esse mapeamento das principais reações observadas, sem a pretensão de ser conclusivo, servirá de ponto de partida para a análise do processo de constituição dos novos sujeitos, que estiveram a frente da constituição dos empreendimentos econômicos alternativos, baseados na associação, na cooperação e na autogestão, como estratégia de vida e de produção, frente a crise da agricultura familiar tradicional, no Oeste catarinense. Não se está com isso querendo afirmar que não existiram conseqüências da crise, com forte poder de indução, tanto econômicas, quanto culturais, políticas e ambientais. Ao contrário, apenas pretendo por em destaque que, o que aconteceu a cada camponês em particular, em sua situação específica, ao longo de tal processo histórico foi determinado tanto pelas condições objetivas a que foi submetido, quanto pelas decisões que tomou frente a elas, inspirado pelas reflexões e elaborações que foi construindo a partir de sua experiência histórica, a qual, ela própria, passível de reelaboração frente a cada novo evento, com conseqüências para as elaborações posteriores das experiências vividas.

a) A modernização das propriedades e integração às agroindústrias.

Essa é a primeira reação a ser destacada, uma vez que foi a atitude esperada e buscada por todos os esforços da extensão rural, pela assistência técnica das empresas, pelas políticas e iniciativas do setor bancário e do próprio poder público como um todo. A esses apelos houve uma considerável adesão, por parte dos camponeses, sobretudo por aqueles que reuniam condições mais favoráveis em termos de capital acumulado e infra-estrutura de produção.

Não se pode deixar de destacar o caráter seletivo dessa modernização, sobretudo no que se refere à integração com as agroindústrias de grande porte que, a partir dos anos 70, passaram a ter presença marcante na região. Essa seletividade, porém, não dependeu apenas das condições materiais das propriedades. Pelo contrário, foram influenciadas também pelas disposições e atitudes reveladas pelos agricultores familiares. Convém lembrar que, conforme demonstra em detalhes Belatto (1985), candidatar-se e ser selecionado para a integração à agroindústria implicava, acima de tudo, uma adesão (ao menos aparente) ao ideário da modernização agrícola e as novas práticas de produção, o que representou, sem dúvida, um grande processo de reelaboração cultural da tradição produtiva presente na experiência e na trajetória histórica desses camponeses.

b) A busca de novas fronteiras agrícolas em outros estados.

Trata-se de um fenômeno pouco estudado, o que impede sua descrição mais detalhada, seja em termos das razões imediatas para tal opção, do perfil dos envolvidos, dos seus desdobramentos e conseqüências para aqueles que fizeram essa opção ou, até mesmo, em relação ao número de pessoas que optaram por tal alternativa. Nem por isso deixa de ser um fenômeno importante. De certa forma, essa reação pode ser interpretada como uma recriação da alternativa da migração, muito presente na trajetória histórica dessa população.[52] Além da observação cotidiana de diversos casos de sucesso e de fracasso de camponeses que optaram por este tipo de alternativa[53], vários autores citam o fenômeno, fazendo dele sempre descrições muito sucintas (BELATTO, 1985; POLI,1995; SANTOS, 1978). De um modo geral, destaca-se o fato de serem os agricultores mais capitalizados e com um certo volume de recursos para investimentos que buscaram essa alternativa, possivelmente na expectativa de ampliar sua propriedade e sua produção, aproveitando-se da abundância de terras a preços mais acessíveis nessas novas fronteiras agrícolas. A análise deste fenômeno, no entanto, foge totalmente aos objetivos do

[52] Em outro estudo (POLI, 1995) abordei sucintamente a questão, demonstrando as sucessivas migrações presentes no passado histórico dessas populações (a vinda da Europa para o Brasil, as diversas migrações internas no RS, a migração para o Oeste Catarinense e, neste momento, a migração para novas fronteiras agrícolas). Nas várias situações anteriores em que realizaram empreendimentos migratórios, esses camponeses foram sempre em busca de novas fronteiras agrícolas onde pudessem reproduzir-se na condição de camponeses. Essa parece ser uma nova tentativa no mesmo sentido.

[53] Existem na região vários casos conhecidos e até noticiados de camponeses que foram para essas novas fronteiras agrícolas, geralmente relatando casos de sucesso, onde os mesmos implantaram novos projetos de colonização e produção agropecuária. Mas há também diversos caso conhecidos de situações de fracasso, onde, por razões que desconhecemos, tiveram grandes dificuldades de adaptação ao novo contexto, resultando em fracasso e retorno em situação de extrema descapitalização. Entre os entrevistados na presente pesquisa, houve o relato de um caso de migração bem sucedida para o estado do Mato Grosso.

presente trabalho, cabendo aqui apenas situar a sua existência, deixando o seu aprofundamento para estudos futuros.

c) A reação de êxodo

Diante das novas condições colocadas pela modernização da agricultura e das alternativas vislumbradas no novo cenário, um número muito grande de famílias, a partir do final dos anos 70 e, principalmente, no início dos anos 80, buscou como alternativa para a construção dos seus meios de vida, o êxodo rural e o ingresso no mercado de trabalho urbano.

O que se observou foi um acentuado processo de deslocamento populacional do meio rural em direção às cidades em que se instalaram as grandes unidades de processamento industrial da produção agropecuária, dentre as quais se destacam principalmente os grandes frigoríficos.

A Tabela 1, apresentada por Alba (2002, p. 131), dá uma idéia das tendências do crescimento populacional e do significativo deslocamento populacional em direção aos centros urbanos, sobretudo depois dos anos 70.

Mesmo que o desmembramento de diversos municípios, ao longo do período, dificulte o acompanhamento do crescimento da população total do município ao longo dos anos, os dados permitem observar com clareza o significativo deslocamento da população em direção aos centros urbanos, tendência que continua a se manter até os dias atuais e com perspectivas de continuar se aprofundando no futuro próximo. A estimativa de Testa et al.(1996) era de que no período de 10 anos, ocorreria a exclusão de mais 250 mil pessoas do meio rural da região.

Tabela 1. O crescimento da população de Chapecó

Ano	Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1940	44.327	4.128	9.31	40.199	90.69
1950	96.604	9.736	10.08	86.868	89.92
1960	52.089	10.939	21.00	41.150	79.00
1970	50.117	20.591	41.08	29.526	58.92
1980	83.864	55.586	65.92	28.578	34.08
1991	123.050	96.751	78.62	26.299	21.38
1998	135.884	119.578	88.00	16.306	12.00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos Brasileiros de 1940, 1950, 1960, 1970, 1991 – Chapecó – SC e Banco de Dados – Prefeitura Municipal de Chapecó (apud ALBA, 2002, p. 131).

A perspectiva de aprofundamento dessa realidade é confirmada por dois outros estudos realizados na região, (ABRAMOVAY et al., 1998, 2001), os quais indicam uma forte tendência de abandono do campo por parte dos jovens (especialmente do sexo feminino). A profundidade desse processo é tal que Abramovay (1998) chaga a falar em "desertificação social" do meio rural e um acelerado aumento no êxodo rural na região Oeste de Santa Catarina.

O referido estudo aponta que nada menos que 19,35 % dos rapazes e 37,5% das moças que viviam no meio rural no momento da pesquisa, não pretendiam mais ser agricultores[54]. Se a estes forem somados os que, mesmo desejando continuar na agricultura, prevêem dificuldades em conseguir permanecer, chega-se a nada menos que 35,48% dos rapazes e 62,5% das moças não tinham perspectivas de continuar na agricultura, devendo buscar de novas alternativas de trabalho. Esse processo está levando ao envelhecimento e a masculinização da população rural, tendo como conseqüência o enfraquecimento da agricultura familiar. (ABRAMOVAY et al., 1998).

O estudo de Abramovay et al. (2001) mostra que a intenção de permanência, bem como a permanência efetiva cai significativamente entre os jovens mais escolarizados. Conclui, inclusive, que a opção de educar os filhos está fortemente associada à opção de busca de alternativas fora da atividade agrícola. E pior, que a permanência na atividade agrícola está bastante associada ao desprezo pela formação dos jovens. "São fortes os indícios de que, pelo menos até recentemente, acabam ficando na propriedade paterna exatamente aqueles jovens que tiveram menos oportunidades educacionais." (ABRAMOVAY et al, 2001, p. 29).

E o estudo aponta ainda que, mesmo tratando-se de uma região do Estado de Santa Catarina, que apresenta um dos melhores índices de escolarização do país, o nível de escolaridade entre os jovens do meio rural tende a ser bem abaixo da média do estado. Dentre os jovens de 25 a 29 anos pesquisados, 60% só freqüentaram a escola até a 4ª série. Já entre os jovens na idade de 19 a 24 anos, esse percentual é de 38%. E entre os jovens de 13 a 18 anos, 19% freqüentaram até a 4ª série. Esses dados melhoram significativamente entre os jovens do sexo feminino. Mesmo revelando que está em curso uma tendência de mudança no perfil de escolarização, o autor chama a atenção para a herança que a atual situação está deixando para a região. Por outro lado revela que a agricultura não está conseguindo atrair jovens com maior escolarização.

---

[54] É importante registrar que essa proporção é significativamente maior entre os rapazes oriundos das unidades de produção agrícola classificadas como "em processo de exclusão" do que entre os oriundos daquelas classificadas "viabilizadas" (30% e 10%, respectivamente). Já entre as moças a proporção é muito semelhante e até se inverte: 50% das moças oriundas de unidades viabilizadas não desejam ser agricultoras, contra 40% das oriundas de unidades "em processo de exclusão".

A esse respeito, há outros aspectos a serem considerados. Por um lado, mesmo que um percentual alto de rapazes revelem o desejo de organizar suas vidas profissionais em torno da gestão de uma unidade produtiva, essa intenção de continuar a profissão paterna choca-se, na maioria dos casos, com a falta de condições reais de permanência, dentre elas, a exigüidade do tamanho das propriedades que não permitem mais subdivisões e não conseguem abrigar todos os filhos. Por outro, Testa et al.(1996) indica que algo em torno de 10% das propriedades familiares da região estão abandonadas, e esse percentual vem crescendo, visto que, em 2001, o índice subiu para mais de 12% (ABRAMOVAY, 2001). E estudo de testa revelou ainda que um terço dos responsáveis pelas unidades produtivas (33,96%) afirma não saber se alguém ficará na propriedade. Isso mostra, segundo o autor, que o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao **envelhecimento** acopla-se, mais recentemente, um processo de **masculinização** da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes.

> Este "viés de gênero" no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 15-16).

Por outro lado, nesse contexto, é preciso considerar também as condições em que se encontra o próprio mercado de trabalho urbano. O fato de muitos jovens agricultores demonstrarem preferência pela permanência na agricultura em relação à busca de ocupações urbanas, pode estar relacionada ao fato de que as condições do emprego urbano estão muito mais difíceis que em outros momentos. Num estudo realizado com ex-camponeses que perderam seus empregos nos frigoríficos da cidade de Chapecó nos últimos anos (POLI et al, 2003), observou-se que os mesmos (e também seus filhos) encontram, atualmente, dificuldades muito maiores para obtenção de emprego do que no momento de sua migração para a cidade, durante a década de 80, época em que, segundo os depoimentos, havia grande facilidade de obtenção de empregos nos frigoríficos pelos agricultores, havendo, inclusive casos em que famílias que ainda residiam no meio rural (indicadas por funcionários), eram visitadas pelos representantes das empresas para ofertar trabalho. O estudo realizado por Espíndola (1999) corrobora esses dados, indicando tanto o crescimento progressivo da demanda por mão de obra nos frigoríficos até 1992, e o perfil da mão de obra buscada pelos mesmos.

Como se pode observar, a busca pela reação de êxodo, muito embora também esteja sendo motivada pelas crescentes dificuldades de reprodução na agricultura, não pode ser

explicada somente em função de tais dificuldades. Corroborando a hipótese que vimos afirmando ao longo dessa exposição, que as alternativas de futuro dependem da interpretação feita pelos camponeses frente às situações enfrentadas, os estudos analisados (ABRAMOVAY et al.,1998, 2001; TESTA et al., 1996) indicam claramente que, muito mais que fatalidade, a definição do futuro passa por escolhas dos jovens. E, em tais escolhas, ainda é bastante significativa a preferência pela agricultura entre os rapazes e muito baixa entre as moças. Entre os fatores que influenciam a escolha, muitos aspectos revelam ter peso significativo como, por exemplo, as representações dos jovens sobre suas melhores chances de sucesso, frente ao seu atual nível de qualificação, as perspectivas de participação na gestão dos negócios da unidade familiar de produção[55], ou a perspectiva de disponibilidade de capital para os investimentos necessários no desenvolvimento da produção. Entre as moças, revelou-se muito significativo o fato de suas perspectivas de participação no contexto da unidade familiar de produção agrícola. Ocorre que "[...] embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvem algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão".

d) A resistência pela limitação progressiva do consumo.

O que se observa, a partir dos estudos disponíveis sobre os desdobramentos da crise da economia camponesa tradicional é que, apesar de toda a pressão do contexto externo, que buscou induzir os camponeses a se modernizarem ou então, a abandonarem a atividade, (através do êxodo rural), uma parcela considerável de camponeses tem optado por resistir no meio rural, mesmo que, por razões diversas, não tenham modernizado suas propriedades e nem se integrado às agroindústrias. Em termos numéricos esse grupo é muito significativo. Para se ter uma idéia do seu significado, pode-se tomar como base um estudo realizado, pela Equipe de Sócioeconomia da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI), citado por Silvestro (1995) com dados do município de Coronel Freitas, considerado representativo da região, onde foram encontrados cinco tipos principais de produtores: 13.1% de avicultores; 8.2% de suinocultores; 14.6% de "diversificados"; 21,3% de "produtores de leite" e **42,6% de**

[55] Este tema tem se revelado, em diversos estudos revisados, um problema crucial para os jovens no meio rural. Isso porque a forte tradição patriarcal presente nas famílias, conduz a uma centralização na figura paterna de todo o processo decisório, tanto em relação à produção , quanto em relação ao destino dos recursos. Dessa forma, os jovens se vêem excluídos da possibilidade de participação da gestão das atividades e dos interesses da unidade familiar de produção, o que vem provocando um crescente descontentamento entre os mesmos, levando-os, inclusive a deixar o campo, em busca de uma maior realização pessoal no mercado de trabalho urbano.

"pequenos produtores de cereais". Esses últimos, que representam mais de um terço das propriedades, apresentam, segundo o estudo, um baixo nível de modernização no seu processo de produção. Logo, observa-se que um grupo bastante significativo de agricultores permaneceu praticamente fora da produção integrada e, por razões até então apenas parcialmente conhecidas, não aderiu ao processo de modernização. Além dos estudos realizados pelo grupo de sócioeconomia do Centro de Estudos da Pequena Propriedade da EPAGRI, localizado na cidade de Chapecó (SC)[56], o estudo de Silvestro (1995), é um dos mais detalhados sobre esse grupo de camponeses, os quais denomina de "agricultores fracos", fazendo referência a um termo corrente na região.

Os estudos citados, indicam que esse grupo possui algumas características principais. Em primeiro lugar, possuem áreas de terra muito reduzidas (em torno de 10 ha), nas quais predominam os solos declivosos, rasos e pedregosos, isto é, os menos indicados para o cultivo de culturas anuais. Dispõe de pouco capital, o qual tende a reduzir-se ainda mais ao longo do tempo[57], devido às suas dificuldades de reprodução, e o nível tecnológico de sua produção é muito baixo. Utilizam, na sua produção, basicamente a tração animal, sendo extremamente baixo o nível de mecanização das suas lavouras. Seus meios de trabalho mais freqüentes são a carroça, a trilhadeira com motor, o arado de tração animal, a junta de bois, a semeadeira manual, um galpão de madeira, um chiqueiro de madeira (de pequenas proporções), um estábulo para ordenha, ferramentas manuais, etc. A utilização de insumos modernos é pouco expressiva, sendo que apenas 20 % dos pesquisados por Silvestro (1995) indicaram utilizar algum tipo de adubo químico.

Orientam-se para a satisfação de suas necessidades em primeira instância, embora busquem alguma produção para o mercado. Além da produção de subsistência, fundamentam o seu processo produtivo na policultura sem criação animal expressiva. Em termos de produção comercial, produzem principalmente milho e feijão (existentes em praticamente todas as propriedades), além de leite e do fumo de modo complementar (ibidem)[58].

---

[56] Ver TESTA et al. (1996), ABRAMOVAY et al., (1998, 2001).
[57] Segundo estimativas de Abramovay (1998) a descapitalização deste grupo de agricultores está na ordem de 2,5% ao ano.
[58] Vale salientar que a produção de fumo também é realizada de forma integrada à indústria, porém, nesse tipo de produção predomina uma autonomia bem maior dos agricultores frente à indústria.

Ainda segundo Silvestro (1995, p. 205-206) "Este modelo [...] aponta no sentido de que esta produção familiar se sustenta basicamente sobre dois eixos principais: a auto-exploração do trabalho familiar e seu baixo nível de vida, e na exploração ininterrupta dos recursos naturais"[59].

As razões para a não modernização podem ser diversas e como já dissemos, ainda foram pouco estudadas. Observando esses dados apresentados, pode-se perceber que, sem dúvida, tratam-se de produtores que passam por grandes dificuldades de produção. Uma análise simplificada da questão poderia atribuir às dificuldades econômicas as razões para a não modernização. A respeito disso, pelo menos duas considerações parecem bem importantes. Em primeiro lugar, mesmo que a exclusão do processo de modernização tivesse como razão principal as dificuldades econômicas, ainda assim mereceria nota o fato de que tais camponeses recusaram-se à busca do êxodo rural como alternativa, mesmo que este se apresentasse de modo bastante atrativo, principalmente na década de 80. Vale lembrar que muitos camponeses, mesmo estando em condições bem melhores, do ponto de vista das possibilidades de permanência no campo, optaram por sair do campo e buscar o mercado de trabalho urbano. Percebe-se, então, aí, num e noutro caso, um processo de elaboração das experiência vividas por parte dos camponeses, a partir de sua bagagem cultural, dos seus interesse e do seu imaginário, a qual influencia a tomada de decisões relativas ao futuro.

A outra consideração a ser feita é no sentido de que, além das dificuldades econômicas, a resistência em aderir aos novos parâmetros da produção pode ter influenciado a decisão desses camponeses. Silvestro (1995) nos chama a atenção no sentido de que:

> Se a produção de suínos integrada ao setor industrial passa a ser uma garantia para algumas propriedades, e um desejo para outras, devemos também considerar que essa mesma estratégia suscita conflitos entre **alguns agricultores, que por opção, preferem ficar de fora do processo.** Este receio, manifestado nas entrevistas, está interiorizado no hábitus destes agricultores. Estas atitudes parecem estar relacionadas com o que Bourdieu (1979) ressalta. Para ele a lógica da economia capitalista supõe a referência a um futuro abstrato que confronta com o mundo do agricultor familiar, onde prevalecem outros valores. Mesmo que exista um contrato ou um acordo entre agricultores e a empresa integradora, este sempre implica rigoroso cálculo econômico, pois as disposições na agroindústria exigem dele uma postura de empreendimento, controle da produtividade e dos seus rendimentos e espírito de administração. (SILVESTRO, 1995, p. 237).

Desse modo, a especialização, a monocultura ou mesmo a integração podem ser interpretadas como ameaça futura para essas famílias, levando-as a preferir outros modos de sobrevivência, mais compatíveis com o seu imaginário e seu padrão cultural. Obviamente, a

[59] Grifo meu.

permanência no campo nessas condições, impôs a necessidade de uma drástica limitação nas expectativas de consumo.

Esse grupo tem particular importância no processo de afirmação da identidade da agricultura familiar por ser o público preferencial da ação dos sindicatos de trabalhadores rurais e ONGs, impulsionados pelo desejo de viabilização de tais unidades e a melhoria de suas condições de vida. Em maior ou menor medida, as ações dos sindicatos e ONGs em torno da identidade da agricultura familiar, promovendo a afirmação dessa categoria identitária, vem influenciando a adesão desses agricultores à identidade da agricultura familiar.

e) A busca de novas alternativas de produção na própria unidade de produção agrícola familiar.

A busca de novas alternativas de produção na própria unidade de produção agrícola foi outro modo de reagir, registrado frente à crise da agricultura familiar tradicional no Oeste catarinense. Ao observar a crescente inviabilidade econômica das práticas produtivas tradicionais, voltadas à produção de grãos e a criação autônoma de animais (especialmente os suínos) e inspirados nas discussões promovidas no âmbito do movimento sindical, dos movimentos sociais, ONGs e da própria igreja, uma parcela de agricultores familiares demonstrou disposição e iniciativa para a busca de práticas alternativas de produção. Essas práticas ocorreram em três direções principais: o desenvolvimento e/ou apropriação de tecnologias alternativas, a construção de alternativas de financiamento e comercialização da produção e a agregação de valor aos produtos produzidos nas unidades familiares de produção agrícola.

O desenvolvimento e/ou apropriação de tecnologias alternativas ocorreu em quatro frentes. Uma primeira frente foi a recuperação e melhoramento de sementes crioulas[60] para a utilização na produção agrícola familiar. A identificação das sementes foi fruto de um trabalho de resgate de antigas práticas produtivas e seus insumos, os quais incluíam a utilização dessas sementes (de milho, de feijão e de batatinha), de origem desconhecida, que foram utilizadas, por décadas, por esses agricultores familiares, antes da introdução das sementes híbridas, processadas industrialmente e adquiridas no mercado.

[60] Sementes crioulas são sementes de variedades nativas de milho, feijão e batatinha, presentes no patrimônio cultural dos agricultores familiares da região ou mesmo trazidas de outras regiões, caracterizadas por seu caráter não híbrido.

Seu melhoramento foi objeto de experimentos[61] realizados na região com a participação de técnicos e docentes ligados a universidades e outras organizações. Sua utilização foi buscada tanto como alternativa de redução de custos de produção, quanto como um meio de reconquistar parte da autonomia perdida pela produção agrícola familiar durante o processo de modernização da agricultura, em relação ao capital industrial que, progressivamente, passou a controlar a produção, definindo o que, como e quanto produzir. A produção das próprias sementes melhoradas isentou os agricultores da compra das sementes híbridas no mercado, garantindo-lhes maior autonomia, além de reduzir os custos de produção. Mas essa iniciativa também teve o sentido de participar do desenvolvimento de uma forma de produção agrícola menos agressiva ao meio ambiente e à saúde humana, identificada com a agroecologia.

Uma segunda frente de desenvolvimento e/ou apropriação de tecnologias alternativas foi a produção de leite a base de pasto. Seguindo a mesma linha de fundamentação da frente acima descrita, a produção de leite a base de pasto foi buscada como alternativa de redução do custo de produção do leite, tornando mais rentável a atividade, bem como a busca de uma produção ambientalmente e humanamente mais saudável. Baseava-se na não utilização de insumos de origem industrial na alimentação do gado leiteiro, centrando sua alimentação na utilização combinada de diferentes variedades de pasto, de modo a atingir uma alimentação balanceada.

A terceira frente de desenvolvimento e/ou apropriação de tecnologias alternativas foi a criação de suínos ao ar livre que, a exemplo das anteriores, buscou tanto a redução de custos de produção, especialmente devido a uma grande economia nos investimentos em infraestrutura, quanto uma maior autonomia em relação às empresas integradoras e as indústrias de produção de insumos.

A quarta frente de desenvolvimento e/ou apropriação de tecnologias alternativas foi a agroecologia. Trata-se de uma nova abordagem da agricultura que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, no intuito de avaliar os efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo, tendo como objetivo a produção de alimentos mais saudáveis e naturais, através de um sistema de produção socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável.. Seu princípio básico é o uso racional dos recursos naturais. Seu desenvolvimento procura integrar os conhecimentos científicos com os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações.

---

[61] Uma descrição um pouco mais detalhada desse processo de melhoramento das sementes crioulas está incluída no capítulo 2 (item 2.1.5.)

> Na agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra (AMBIENTEBRASIL, 2000)

No Oeste catarinense, como em todo o país, a afirmação da agroecologia como um sistema alternativo de produção agroecológica ocorreu a partir de meados da década de 90. Entre os agricultores familiares da região, um grupo crescente de famílias vem aderindo a essas práticas, especialmente na produção de frutas e hortaliças para serem comercializadas em feiras livres ou mesmo para venda direta "de porta em porta". No levantamento realizado durante o presente estudo também registrou-se a utilização da agroecologia na produção de cereais e mesmo na produção animal, especialmente na produção de leite, onde se destaca a utilização da homeopatia animal. Sua difusão, na região, contou com a participação de sindicatos, ONGs e universidades que passaram a apoiar e a promover a organização de agricultores interessados no seu desenvolvimento. Dentre essas organizações merece destaque na região a atuação da APACO, o Grupo de Agroecologia da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, e da Rede Ecovida de Agroecologia. Atualmente, a Rede Ecovida constitui-se na experiência mais abrangente e mais consistente de desenvolvimento da agroecologia na região. Aos a produção de produtos agroecológicos está se tornando uma alternativa de produção para um número crescente de famílias. Da mesma forma que nas frentes anteriormente descritas, aqui também buscou-se a redução de custos de produção, a autonomia dos agricultores familiares em relação ao capital industrial e, principalmente uma produção mais saudável e sustentável.

A criação de alternativas de financiamento e comercialização da produção foi outra direção em que ocorreu a busca de novas alternativas para a agricultura familiar, em vista da construção de uma maior autonomia dos agricultores familiares em relação ao capital industrial e financeiro. A histórica dificuldade de acesso ao crédito pelos agricultores familiares, bem como as dificuldades enfrentadas por muitas dessas famílias, em anos anteriores, quando obtiveram acesso a financiamentos bancários[62] tornou a construção de alternativas de crédito para o financiamento da produção uma das principais bandeiras para a viabilização da agricultura familiar. A partir disso, várias iniciativas e programas de fomento ao crédito surgiram, dentre os

[62] A dificuldade de quitação de empréstimos bancários, num contexto de elevação acentuada da inflação, no final dos anos 70 e início dos anos 80, foi uma das formas mais explícitas de manifestação da crise da agricultura familiar tradicional e uma das razões mais citadas como motivo para a venda das propriedades agrícolas pelos agricultores familiares que abandonaram o campo nesse período. Com isso, a relação dos agricultores familiares com o crédito assumiu uma acentuada conotação negativa, não apenas pela dificuldade de acesso, mas também pelos riscos que envolveu para a reprodução social dessas famílias.

quais se destacam as cooperativas de crédito do Sistema Cresol, como será descrito mais adiante[63]. Na avaliação dos agricultores e agentes entrevistados ao longo deste processo de pesquisa, os programas alternativos de crédito se constituem num dos principais instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar na região.

No que se refere às alternativas de comercialização da produção, os esforços voltaram-se para a eliminação dos atravessadores e intermediários, de modo a possibilitar a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar aos consumidores finais. Nesse sentido, as feiras livres e a venda direta "de porta em porta" tem importância fundamental. Atualmente grande parte dos municípios possuem sua feira livre.

A agregação de valor aos produtos produzidos nas unidades familiares de produção agrícola é, atualmente, uma das mais importantes alternativas de produção direcionadas à viabilização da agricultura familiar na região. Seu surgimento baseou-se na compreensão de que, quanto mais tempo o agricultor familiar permanece na cadeia produtiva e quanto maior o nível de processamento dos produtos produzidos, em direção da produção de mercadorias a serem vendidas diretamente ao consumidor final, maior será a agregação de valor aos produtos e maior será o retorno financeiro aos agricultores familiares. Essa linha de produção aparece sempre articulada à busca de alternativas da comercialização acima descritas. Sem dúvida, as agroindústrias familiares, objeto do presente estudo, são a principal forma de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar presente na região. Elas abrangem um leque amplo de produtos, ligados a diferentes cadeias produtivas.

A busca de novas alternativas de produção na própria unidade de produção agrícola familiar representa uma forma de reação dos agricultores familiares frente a crise da agricultura familiar tradicional de caráter inovador, uma vez que representa a criação de soluções inéditas e que surgem fora da linha de soluções incentivadas pelo mercado convencional. Representam, então, uma forma própria e efetivamente alternativa praticada pelos agricultores familiares. É importante registrar que tais iniciativas mantiveram, na sua origem, uma forte articulação com o processo de resistência e de reação política dos agricultores familiares frente a crise da agricultura familiar. Seu surgimento, portanto, apresenta um caráter de resistência política frente ao processo de modernização da agricultura, o qual, na verdade, esteve na origem do processo de crise da agricultura familiar tradicional. No item a seguir trataremos de modo mais específico desse processo de resistência política dos agricultores familiares a partir do final dos anos 70.

---

[63] Ver capítulo 4, item 4.2.2.

1.3 Crise da Agricultura Familiar Tradicional e Resistência Política

Na medida em que as novas condições sociais de produção se faziam perceber de modo mais claro, um conjunto significativo de camponeses revelou disposição e condições para articular uma série de reações de caráter político, na forma de ações coletivas e processos de mobilização e protesto. Inicialmente as ações se limitavam a protestos contra determinadas situações que afetavam negativamente o cotidiano dessa população[64]. Aos poucos essas manifestações foram ganhando consistência, articuladas por interpretações críticas sobre a realidade, que auxiliaram esses agricultores a perceber e compreender a teia de relações envolvidas em torno dos fatos porque protestavam.

A partir desse processo, no início dos anos 80, pelo menos quatro grandes movimentos sociais surgiram na região: **o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento de mulheres agricultoras (MMA), o Movimento dos atingidos pelas Barragens (MAB) e o Movimento de Oposições Sindicais**. Em todos eles, os estudiosos do assunto destacam a grande capacidade de organização, a força política de suas manifestações, bem como a sua capacidade de extrapolar o espaço local e as reivindicações específicas, transformando-se em verdadeiras frentes de luta política, que influenciaram o cenário político, não apenas local/regional, mas até estadual e nacional. Destaque-se neste sentido, por exemplo, o MST, que ainda hoje marca presença importante no cenário político brasileiro e que teve no Oeste Catarinense um dos seus berços mais importantes. Os outros três movimentos também continuam ativos, diretamente ou através de outros desdobramentos (POLI, 1995).

Esses movimentos, segundo Scherer-Warren (1989), caracterizam um novo sujeito histórico, com uma nova cultura política, que redefine a própria noção de cidadania[65], sendo

---

[64] Os altos juros bancários, os baixos preços dos produtos agrícolas, etc. Os maiores protestos, contudo, nesses momentos iniciais foram contra as ações do estado e das agroindústrias frente a uma suposta peste que estaria contaminando os suínos e que impediam sua comercialização, o que provocou prejuízos irreversíveis para a suinocultura independente na região, como será descrito no capítulo 2 (item 2.1.4.).

[65] O conceito de cidadania, desde suas origens mais remotas na democracia grega, sempre esteve ligado a idéia de participação na definição dos rumos da cidade. Comentando esse tema Patrice Canivez assim se expressa:

> Para ser cidadão, diz ele [Aristóteles], não basta habitar o território e poder pleitear seu direito diante dos tribunais.Porque os estrangeiros também tem essa possibilidade. O cidadão autêntico (em oposição às mulheres, às crianças e os que são atingidos por *atimia* – degradação cívica total ou parcial por faltas graves) é quem exerce uma *função*

fortalecidas novas relações comunitárias vivenciadas no cotidiano dos grupos e, de maneira geral, esses movimentos expressam a luta contra a desigualdade social no meio rural.

Como se pode observar, são diferentes identidades que se aglutinaram em torno de problemas ou carências específicas, todas elas, direta ou indiretamente relacionadas às novas condições de vida experimentadas pelos camponeses, em virtude do processo de modernização da agricultura.

Na perspectiva de análise que adotamos no presente estudo, a possibilidade do surgimento de reações dessa natureza (políticas), em que os sujeitos se colocam em confronto com outros personagens e questionam sobretudo a lógica das alternativas propostas pelas instituições hegemônicas do campo econômico e do estado, só se viabilizou mediante um considerável processo de elaboração e reelaboração das experiências vividas (antigas e novas), a partir do patrimônio cultural, afetivo e moral desses sujeitos, num processo de interação em que atuam tanto os fatores objetivos (terra, capital, possibilidades econômicas, tec), fatores que poderíamos chamar de pedagógico-elucidativos (ação de intelectuais orgânicos, difusão de interpretações críticas sobre a realidade, etc), quanto fatores de ordem subjetiva (valores, costumes, crenças, etc). Conforme observei em estudo anterior (POLI, 1995), a simples existência dos problemas e carências em torno das quais as novas identidades foram construídas (sem-terra, atingidos pelas barragens, etc), por si só, não teriam desencadeado tais processos de reelaboração das experiências, na direção e sentido que tomaram, ao menos de forma tão rápida e

---

> *pública:* que ele governe, ou que tenha função no tribunal, ou que participe das assembléias do povo. A cidadania é, pois, a participação *ativa* nos assuntos da Cidade. É o fato de não ser meramente governado, mas também governante. Nesse sentido, a liberdade não consiste apenas em gozar certos direitos; consiste essencialmente no fato de ser [...] 'co-participante no governo' (CAVINEZ, 1991, p. 30).

Ao longo da história o conceito de cidadania passou por muitas transformações, mas sempre preservou esse traço da possibilidade de participação política. Em sua versão atual, segundo Marshall (1967) conceito de cidadania é constituído por três elementos: os direitos civis, os direitos sociais e os direitos políticos. No caso específico das lutas políticas dos movimentos sociais envolvendo populações camponesas no Oeste catarinense, a concepção de cidadania foi construída em sintonia com a perspectiva dos novos movimentos sociais, cuja atuação no país, particularmente a partir da década de 80, influenciou o ambiente social e político brasileiro. Baseada na idéia de "direito a ter direitos", essa concepção de cidadania aponta para a necessidade de

> [...] participação direta e indireta dos cidadãos, enquanto sujeitos políticos, não apenas para a solução de seus problemas sentidos, em espaços públicos onde onde as decisões coletivas possam ser cumpridas, mas também para um processo de radicalização democrática, através do desempenho de um papel instituinte, transformador da própria ondem na qual operam" (BAIERLE, 2000, p.192).

Nessa perspectiva, as principais bandeiras dos movimentos sociais em questão, no Oeste catarinense, referem-se à conquista de uma participação política mais efetiva na definição dos rumos do estado (especialmente no que se refere à definição de uma política agrícola voltada ao fortalecimento da agricultura familiar) e à conquista de uma ampliação dos direitos sociais, relacionados ao acesso e permanência na terra e à conquista de um programa de previdência e assistência social.

efetiva. Observe-se, por exemplo, a identidade de "sem-terra". A existência de camponeses com dificuldade de acesso à terra na região, foi registrada desde o momento em que o processo de colonização se intensificou, momento em que os chamados "caboclos" foram desalojados de seus espaços e forçados a migrar ou a espremer-se nas encostas dos rios e outros lugares íngremes que não interessavam ao empreendimento colonizador. Contudo, naquele momento, este fato não foi suficiente para que a identidade de "sem-terra" fosse elaborada. Para que ela fosse construída foi necessário um processo de reelaboração da experiência de carência de terra, o que só foi possível, no caso em estudo, a partir da existência de processos pedagógico-elucidativos que, através da veiculação de um discurso crítico de interpretação da realidade econômica e, sobretudo, fundiária brasileira, contribuíram para a construção de novas representações frente ao fenômeno.

Esse discurso crítico trouxe elementos, inclusive, para redefinir o próprio significado das experiências vividas na condição anterior (camponesa), antes do processo de modernização da agricultura que agravou as condições de vida desses camponeses. Nesse processo de reelaboração de experiências foi possível aos camponeses problematizar/discutir, inclusive, a lógica que orientou a construção da estrutura fundiária brasileira e tomar contato com outros argumentos sobre as causas dos limites da disponibilidade de terras para a agricultura familiar, mesmo num país de abundantes terras agricultáveis não utilizadas (POLI, 1995).

Na mesma linha, puderam tomar contato e discutir também interpretações críticas a respeito do próprio processo de modernização da agricultura e sua lógica e, com isso, das razões das dificuldades de reprodução da pequena propriedade no novo cenário (ibidem).

Observando essas reações de caráter político, cabe destacar a importância da ação de alguns agentes externos (lideranças e instituições) que atuaram decisivamente junto à população, em prol de sua organização e exortando-a a reagir politicamente à situação. Sua ação ocorreu na perspectiva da ação de intelectuais orgânicos, dotando de consistência e coerência a interpretação da realidade vivida por esses camponeses. Destaque-se, sobretudo, a ação da igreja católica que, gozando de enorme credibilidade junto aos camponeses, contava ainda com a vantagem de estar presente, organicamente, junto a **todas** as comunidades camponesas, o que facilitava o trabalho de comunicação e articulação da população. Além disso, dispunha de espaços comunicativos/interativos amplamente consolidados, desde longa data, que regularmente contavam com a presença/audiência da quase totalidade da população. A partir de meados da década de setenta, a partir das novas orientações pastorais da igreja, emanadas do Concílio Vaticano II e, a partir delas, das próprias opções de uma parcela considerável do clero Latino Americano, esses espaços passaram a ser ressignificados e redimensionados, produzindo e

difundindo uma nova concepção de igreja e de vivência religiosa, na qual o engajamento sócio-político e o compromisso com a justiça social e a transformação da realidade passaram a ocupar um lugar central. Esse processo será melhor explicitado no item 2.1.3, em que se estará tratando da pedagogia da teologia da libertação.

Essas reações de caráter político também merecem atenção especial no contexto deste trabalho, uma vez que, além de terem sido, como vimos, importantes para a afirmação da identidade da agricultura familiar, foram gestadas no seu interior as principais iniciativas voltadas à criação de alternativas de trabalho e renda de perspectivas solidárias que serão descritas adiante.

Ocorre que o modo e a perspectiva de organização observada na constituição de empreendimentos econômicos alternativos, baseados na associação, na autogestão e na sustentabilidade e na solidariedade, no Oeste catarinense, especialmente aqueles ligados à produção agroindustrial (Agroindústrias Familiares Associativas) permite-nos construir a hipótese de que os mesmos fazem parte de um processo de reação política desses agricultores frente às novas condições de vida e de produção geradas pela modernização da agricultura. A afirmação dessa possibilidade se apóia na observação de alguns fenômenos distintos, porém correlatos.

Em primeiro lugar, porque representam uma ruptura em relação às tendências geradas pelos fortes mecanismos de indução (e de reeducação) colocados em movimento pelos agentes do capital industrial e financeiro, interessados em incorporar a região ao seu raio de ação e à sua lógica de produção. Cientes de que só o conseguiriam mediante a adesão e/ou cooperação da população envolvida, tais agentes passaram a operar de modo particularmente intenso, a partir da segunda metade da década de 70, através de mecanismos diversos, que aqui identificamos como diferentes pedagogias, visto que buscavam, verdadeiramente, reeducar a população em questão. Tais mecanismos ou pedagogias, que serão descritos com maior detalhamento no capítulo 2, apontavam (induziam e exerciam diferentes formas de pressão) para algumas atitudes esperadas dos agricultores, dentre as quais se destacam:

- A *modernização das propriedades e da produção agrícola*, com a incorporação do pacote tecnológico trazido pela modernização da agricultura, que previa:
    - ♦ a incorporação de novos insumos de origem industrial (sementes híbridas, defensivos agrícolas, fertilizantes químicos, equipamentos, animais com novos padrões genéticos cientificamente desenvolvidos);

- a adesão plena ao processo de produção integrada, incluindo não apenas a realização de contratos de integração mas, principalmente, a obediência às orientações e normas emanadas da empresa;
- a modificação de padrões de vida e de produção (padrões de higiene, de alimentação, de lazer, organização e gestão das propriedades e do trabalho, etc), incorporando elementos da racionalidade técnico-científica de organização da produção, propostas pelo processo de modernização da agricultura;
- ruptura com o processo de produção tradicional, típico do modelo camponês, recriado no sul do país a partir do processo de imigração, mediante a incorporação de uma nova mentalidade, aberta à modernização constante da produção, à busca incessante de novos padrões de produtividade e o ajuste aos novos conceitos de qualidade dos produtos.

- A alternativa do *êxodo rural* para a parcela da população que, por alguma razão, não estava disposta ou em condições de ingressar na produção agrícola modernizada. Essa população desempenharia um papel importante no processamento industrial dos produtos (matérias primas) produzidos pela agricultura modernizada, em plantas industriais instaladas nas principais cidades da região, principalmente em Chapecó.

Afirmamos que a construção dos EESs é uma reação de caráter político devido ao fato de que os agricultores que se envolveram na organização de tais EESs, têm se destacado, em primeiro lugar, pela negação do processo de integração[66] (contra toda a propaganda sobre as vantagens do mesmo) e pela tentativa de preservação de sua autonomia relativa no processo de produção, buscando a construção de um caminho alternativo próprio de participação no mercado. Em segundo lugar, pela negação do padrão tecnológico proposto (conhecido como revolução verde), confrontando-o com os conceitos alternativos de *sustentabilidade* e *agroecologia*. Em terceiro lugar, pela tentativa de construção de um novo padrão tecnológico em substituição àquele, desenvolvido em meio a processos de resistência ao novo modelo, em condições bastante precárias e contra toda a lógica do modo de desenvolvimento predominante, exigindo, acima de tudo, uma forte determinação para não retroceder frente às dificuldades (de limites legais, de

[66] Observe-se que várias famílias que participam da construção de EESs foram integradas à agroindústrias convencionais (especialmente na área de suínos e frangos), tendo construído a agroindústria familiar como alternativa ao processo de integração. Outras continuam sendo integradas à alguma agroindústria. Mas tal condição é

carência de recursos, de falta de suporte técnico-científico, etc). Em quarto lugar, pela tentativa de construção de novas relações de produção, alternativas em relação àquelas experimentadas no contexto econômico predominante.

Observe-se, também que o padrão tradicional de produção agrícola familiar é sim o ponto de partida para a reação desses agricultores familiares, mas não o seu ponto de chegada. Ocorre que os agricultores envolvidos não propõem simplesmente preservar seu antigo padrão tecnológico de produção (o que poderia ser interpretado como uma atitude de inércia), mas, como veremos em detalhes mais adiante, buscam, ativamente, a construção de um padrão tecnológico diferenciado, baseado em afirmações e convicções bem definidas e que mantém relações de ruptura e de continuidades em relação ao seu antigo padrão de produção agrícola familiar. Muitas das alternativas tecnológicas por eles desenvolvidas[67] e mesmo muitos dos princípios fundantes das relações de produção[68] que são propostas, são recriações efetuadas a partir de padrões tradicionais de produção. Segundo a perspectiva de Thompson, então, poderíamos dizer que existe aqui uma dialética entre continuidade e mudança desses padrões culturais.

---

elaborada como "um mal necessário" a ser superado com o tempo. Ou seja, mantêm-se, por necessidade, a atividade de integração, mas sonha-se em abandona-la e conquistar autonomia.

[67] Observe-se, por exemplo, o resgate e melhoramento das sementes crioulas, ou a criação de suínos ao ar livre que será tratado no capítulo 2.

[68] As relações de cooperação e solidariedade entre vizinhos e integrantes das comunidades, por exemplo, são um traço marcante no padrão cultural dessa população.

CAPÍTULO II
NOVAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS NO OESTE CATARINENSE

O que explica o fato de que, diante da crise da agricultura familiar tradicional, a partir dos anos 90, uma parcela considerável de camponeses dessa região tenha passado a optar pela organização de Empreendimentos Econômicos e Solidários como alternativa de vida? Como se caracteriza o processo de formação desses novos sujeitos que, rompendo com sua trajetória de meros produtores de matérias primas, transformaram-se em sujeitos dispostos e qualificados para organizar e gerir empreendimentos econômicos e solidários, voltados, na maioria dos casos à produção de mercadorias processadas industrialmente, destinadas ao consumidor final, através de novas relações de produção baseadas na autogestão? Quais os principais processos educativos que atuaram na transformação desses sujeitos?

A resposta a essas perguntas e a compreensão desse processo, parece ser possível, se tomarmos como foco de análise os modos como os camponeses envolvidos elaboraram o significado das novas condições de vida e de produção que passaram a experimentar no contexto do processo de modernização agrícola e a maneira como projetaram as soluções possíveis, dentro do leque (as vezes limitado) de possibilidades de soluções existentes. Isto permitirá colocar os sujeitos sociais concretos, com suas elaborações e suas escolhas (como sujeitos ativos, portanto) no centro do processo e das saídas efetivamente concretizadas por cada sujeito no novo contexto.

A opção por esse caminho de análise se deve ao fato de que esta postura permite compreender melhor as diferentes saídas que foram buscadas no passado e que continuam a ser buscadas no presente por esses sujeitos para a construção de seus meios de vida, as quais, por vezes (só aparentemente), parecem seguir uma lógica incompreensível. Refiro-me aqui, por exemplo, ao fato de que, como vimos, muitos camponeses que dispunham de certas condições favoráveis para modernizar-se e permanecer na produção agrícola (integrados ou não à indústria) optarem por buscar novas ocupações no espaço urbano. Outros, ao contrário, mesmo sem reunir as condições objetivas para modernizar-se, insistiram em permanecer no campo, utilizando como saída uma redução progressiva nos níveis de consumo. Outros ainda, com ou sem condições econômicas para modernizar-se, optaram pela reação política, através da organização e/ou participação em movimentos sociais que surgiram com muita força política na região. Outros, por

fim, mesmo partilhando de condições semelhantes, evitaram e, por vezes, até mesmo combateram tal opção.

Se é certo que a modernização agrícola agravou as condições de vida da maior parte da população rural e provocou o deslocamento de grandes contingentes dessa população para os centros urbanos, parece correto afirmar também que ela foi um fenômeno mais ou menos geral em nível de país, e que seus efeitos, em maior ou menor grau, mesmo que de formas diferentes para cada realidade, se fizeram sentir em quase todas as regiões. O empobrecimento de grande parte da população rural, o deslocamento dessa população para as cidades, o rebaixamento do preço real dos produtos agrícolas, através da redução das condições sociais médias para a sua produção, etc., são efeitos que parecem ter sido comuns em quase todas as áreas.

O que se observou acima, porém, é que a reação da população frente a ela foi muito diferente, indo desde a simples reação de êxodo à tentativa de resistência no campo, através de uma redução drástica do consumo de produtos adquiridos no mercado, até a reação política, sob a forma de grandes mobilizações e organização de Movimentos Sociais que articulam os diversos estratos da população rural (sem terras, pequenos proprietários, mulheres, etc.), de regiões amplas. Em meio a essas diferentes reações é que se colocou também, para uma parcela crescente de agricultores, principalmente a partir do final dos anos 80, a possibilidade de reagir à crise através da construção de alternativas de trabalho e renda que buscam romper, sob vários aspectos, com a lógica instituída pelo processo de modernização da agricultura.

Diante desse fato é que, seguindo um percurso semelhante ao empregado no estudo dos movimentos sociais que afloraram na região na década de 80[69], frente ao problema definido para o presente estudo, se coloca a pergunta: por que uma parcela considerável dos camponeses do Oeste Catarinense se mostrou disposta e capaz de reagir politicamente através da mobilização e da criação de movimentos sociais (na década de 80) e, posteriormente, através da organização de EESs que rompem com a lógica do processo hegemônico de desenvolvimento, o que parece não ter ocorrido em várias outras regiões em que a população também foi atingida pelos mesmos efeitos da modernização da agricultura?

Já tenho claro, fruto de estudos anteriores que, por razões históricas, relativas à origem da população que povoou a região a partir do processo de colonização, bem como pelas condições históricas em que ocorreu tal povoamento, a igreja transformou-se numa interlocutora privilegiada junto a essa população. Também já tive a oportunidade de resgatar o processo de

[69] POLI (1995).

constituição dos intensos movimentos sociais que agitaram a região a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, os quais demonstraram significativa capacidade de articulação interna e grande capacidade de interferir no cenário político regional e até mesmo nacional.

O que me pergunto, nesse momento, é sobre a natureza e as características do processo a partir do qual uma parcela desses camponeses optou e se qualificou para a organização de EESs como forma de permanecer no campo, viabilizando sua reprodução social e melhores condições de vida, sem aderir ao processo hegemônico de modernização agrícola, cuja implantação na região se intensificou a partir dos anos 70.

Seguindo a proposta teórico-metodológica escolhida para compreender esse processo e as razões para o aparecimento de um grande número de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EESs) nessa região, a partir do final dos anos oitenta, se faz necessária uma análise que leve em consideração outros fatores, para além dos aspectos econômicos ou estruturais, provocados pela crise da agricultura familiar tradicional. Como já informei na introdução deste estudo, para a elaboração dessa análise, busco apoio em alguns elementos teóricos, a partir dos quais, procuro superar os caminhos de análise que, com uma certa freqüência, predominou: a tentativa de análise das reações e da ação popular frente à realidade social, como simples respostas a estímulos econômicos. O fato de se observar que na origem das reações populares havia sempre uma razão de ordem econômica (agravamento das condições de vida, empobrecimento, perdas econômicas, instabilidade, mudanças desfavoráveis no contexto econômico, etc.) parece ter favorecido uma simplificação excessiva da análise, considerando-se essas razões econômicas como uma explicação histórica suficiente para tais fenômenos, menosprezando-se a possibilidade da intervenção de outros fatores de ordem social, cultural e subjetiva (inerentes ao sujeito).

Como vimos, isso parece resultar de um certo modo de compreender a relação entre o modo de produção e os processos históricos. Na perspectiva de análise do materialismo histórico estrutural, por exemplo, as causas estruturais cumprem um papel fundamental, na determinação dos processos históricos, em detrimento da participação ativa dos sujeitos. Nas palavras de Thompson (1981, p. 252)[70]: "a economia política tem termos para designar o valor de uso, o valor de troca, o valor monetário e a mais-valia, porém não para designar o valor normativo. Carece também de termos para outras áreas da consciência". Assim, mesmo conseguindo demonstrar a existência de relação entre a estrutura e os processos históricos, a análise materialista

[70] Tradução própria.

demonstrou-se incapaz de explicar a gênese dessa relação. Do mesmo modo, foi incapaz de explicar a possibilidade de reação ativa dos sujeitos nos processos históricos a partir da interferência de fatores de ordem subjetiva, influenciados por questões de ordem moral, afetiva ou cultural. Nessa perspectiva teórica, essa possibilidade parece ser, assim, muito restrita, ou até mesmo, nula.

Disso resulta, segundo o autor que, caso nossa análise não volva a atenção para os processos culturais, afetivos e morais, inerentes à ação humana, o homem acaba reduzido a um ser vazio, passivo e inerte (tábula rasa), que sofre passivamente as conseqüências das condições históricas em que vive.

Ao contrário disso, segundo o autor, é necessário desenvolver categorias teóricas que permitam compreender a história enquanto produto da ação humana, com toda a sua complexidade. Do contrário, torna-se impossível compreender a gênese dos processos históricos. Ou seja, demonstrada a existência de causas econômicas na origem dos processos históricos e das reações populares não se esgota o interesse sociológico pela questão. Ao contrário, é aí que ele começa efetivamente.

Nessa perspectiva, as próprias categorias teóricas não podem ser tomadas de modo estático e imutável. Elas são, antes, pistas para um processo de análise dinâmico e crítico que busca averiguar tanto os processos objetivos quanto subjetivos que interagem nas situações. No caso em estudo, é fundamental, além de considerar os aspectos principais da trajetória histórica dessas populações e as características centrais de sua tradição cultural, os valores, normas e costumes predominantes no seu meio, é importante observar os diferentes discursos presentes nessa realidade e os modos como foram recepcionados e reelaborados por essa população. É importante prestar atenção nas diferentes reações dos agricultores frente a essa nova realidade social (a crise da agricultura familiar tradicional e os novos desafios por ela colocados), a partir das experiências particulares vividas por cada agricultor e cada família no contexto dessa nova realidade social, como sendo resultado de processos complexos de interpretação, dos quais participam tanto elementos racionais, quanto culturais e afetivos.

Por esse caminho poder-se-á perceber o peso (diferenciado) das tradições nas decisões de cada agricultor e também o modo como tais tradições passaram a ser reelaboradas por cada família e mesmo por cada indivíduo dentro de cada família, frente às experiências e perspectivas abertas pelos novos discursos e novas interpretações sobre a realidade difundidas pelos múltiplos agentes que passaram a atuar no meio rural do Oeste Catarinense, a partir do processo de modernização da agricultura.

Seguindo essa perspectiva de análise, busquei, então, resgatar os processos sociais, políticos e culturais que agiram ou ainda agem no cenário em análise e o modo como esses mesmos processos estão sendo elaborados pelos sujeitos em estudo.

Uma atenção especial foi dada, então, aos novos discursos e interpretações sobre a realidade, veiculados por diferentes meios, por diversos agentes que passaram a ocupar a cena pública a partir da modernização da agricultura, quando a região passou a ser alvo do interesse do capital em expansão. Guiado por seus próprios interesses, cada um desses agentes passou a colocar em movimento, por diferentes meios, verdadeiros processos pedagógicos, destinados a difundir determinadas idéias e propostas e influenciar as ações e decisões dos agricultores frente ao novo cenário. Para os agentes da modernização agrícola, a conquista da adesão dos agricultores era fundamental ao sucesso do seu empreendimento. Já para outros agentes, contrários a essa nova lógica, era fundamental despertar atitudes e processos de resistência de modo a impedir a adesão dos agricultores às novas práticas.

Tais processos educativos, veiculados através de verdadeiros processos pedagógicos, são portadores de discursos que se propõem a oferecer aos agricultores envolvidos uma determinada interpretação sobre as novas condições de produção, uma expectativa de futuro e uma nova forma de agir.

Cada um desses novos discursos propunha-se a oferecer uma alternativa de interpretação da situação, uma maneira de agir e uma perspectiva de futuro. Em meio a esse cenário turbulento, cada agricultor, tendo como referência seu patrimônio cultural e suas expectativas de futuro, foi construindo suas próprias interpretações e pautando suas próprias decisões, não isentas de pressões externas, mas ainda assim, próprias.

As categorias trabalhadas na introdução do presente estudo permitem perceber que a "assimilação" dessas novas mensagens e dos novos discursos não é passiva. Sempre se dá mediante uma reelaboração pelo sujeito "a seu modo", num complexo processo no qual exercem influência tanto as tradições e costumes (patrimônio cultural), as disposições afetivas e os preceitos morais (consciência afetiva e moral), quanto os interesses, as expectativas e os anseios relativos ao futuro, despertados pelas novas propostas que entram em cena. Resgata-se, assim, o sujeito humano como um ser eminentemente ativo e capaz de elaborar suas próprias experiências e, a partir disso, propor e construir novas soluções aos problemas que enfrenta, não de modo independente em relação às condições do meio, mas interagindo com elas como um pólo ativo, que influencia e sofre influência.

Nesse sentido, é que para compreender as diferentes reações da população camponesa frente às novas condições históricas geradas pela crise da agricultura familiar tradicional, parece importante prestar atenção a um conjunto amplo de processos pedagógicos que, a partir do processo de modernização da agricultura e de sua conseqüente integração ao processo de produção industrial, passaram a disputar espaços na comunicação pública regional.

2.1 Processos Pedagógicos e as Transformações da Cultura Camponesa: diferentes pedagogias em ação

O que se observou ao resgatar as condições do contexto em que vem ocorrendo o surgimento de um grande número de Empreendimentos Econômicos e Solidários, foi a presença de diversas *pedagogias* atuando no meio, isto é, diferentes processos pedagógicos desenvolvidos por agentes e agências das mais diferentes matizes, portadores de discursos com perspectivas múltiplas, muitas das quais, contraditórias entre si, buscando conquistar espaço no imaginário dessa população.

Foi (e continua a ser) em meio a esse fervilhar de novas interpretações, que cada camponês construiu e continua a construir suas próprias elaborações, as quais passaram a influenciar suas decisões e seu modo de agir e, conseqüentemente, seu modo de reagir frente à crise.

Sem a pretensão e a possibilidade de apresentar um mapeamento exaustivo da multiplicidade de *pedagogias* que passaram a marcar presença nesse meio, o que apresentamos a seguir é a identificação de algumas dessas ações e agentes que, de modo mais evidente, se fizeram perceber no meio em questão e, presumivelmente, por razões que trataremos de indicar, tiveram influência destacada nas novas elaborações das experiências dos camponeses.

2.1.1 A pedagogia da extensão rural[71]

A incorporação de novos padrões tecnológicos e de organização da produção, fundamentais à implementação do processo de modernização da agricultura, e de novas atitudes relativas à organização da vida no interior da unidade familiar, teve, sem dúvida, a contribuição decisiva do processo de extensão rural.

Segundo Belatto (1985), aliado ao processo de pesquisa, esse foi um dos mecanismos prioritários de ação do grande capital (industrial e financeiro) para criar as condições de viabilização da revolução verde em todo o mundo.

A partir da década de 50, devido ao interesse do capital pela produção agrícola como um todo e pela capacidade que a agricultura tem de absorver capital, mais do que apenas difundir novas tecnologias, a preocupação passou a ser a organização da vida dos camponeses como um todo, incluindo aí as práticas de higiene, a organização do espaço doméstico, a alimentação, o cuidado com a saúde, etc.

> Os centros internacionais (de pesquisa) nascem [...] de uma vasta estratégia do imperialismo para dar conta e para organizar em profundidade e extensão sua ação em nível mundial e para incorporar ao capital regiões e povos que estavam praticamente fora do seu alcance. Os centros nasceram com claros objetivos políticos, isto é, mediante a intervenção na agricultura, objetiva-se a transformação econômica e social do tipo capitalista evitando, dessa forma, que as massas rurais possam enveredar por caminhos revolucionários de transformação. (BELATTO, 1985, p. 50).

Merece destaque o fato, indicado por praticamente todos os estudiosos do tema, de que todos os órgãos de extensão (e também de pesquisa) insistem em enfatizar a sua natureza técnica, neutra e apolítica. Toda a abordagem é feita em nome da necessidade do aperfeiçoamento técnico, cuja importância independe das posições político ideológica de quem está no exercício do poder. Belatto (1985, p. 13) afirma que "[...] é exatamente o apoliticismo e a neutralidade seu caráter explicitamente político, sua estratégia política."

[71] Extensão rural designa processos educativos praticados por diferentes agentes (geralmente públicos) voltados a difundir novos conhecimentos, valores e práticas no meio rural. A idéia de "estender", no sentido de levar conhecimentos para populações e regiões distantes está na base desse conceito. No processo de modernização agrícola, a extensão foi fundamental para a difusão dos novos pacotes tecnológicos e novas formas de organização da produção no meio rural. Por essa razão, surgiram em nível nacional e em muitos estados, empresas públicas especializaram-se no processo de extensão rural.

Essa característica, tão enfatizada, parece estar na base do sucesso dos referidos programas e na sua continuidade administrativa e financeira ao longo do tempo, livre das interrupções típicas do mundo da política[72], com seus abalos e sua instabilidade.

Segundo Renk (2000), embora seu caráter aclassista e apartidário tenha motivado inúmeras críticas, não se pode menosprezar o trabalho de extensão rural, que se expandiu a partir dos anos 60.

> Imbuída de caráter civilizador, levou informações que resultaram na adoção de novas práticas no mundo rural, tais como, novos cultivos, noções de puericultura, de horticultura, de economia doméstica e de higiene. Essa última, direta ou indiretamente influenciou para diminuir doenças causadas por falta de saneamento básico; com a adoção de fossas sépticas, "poços negros" para a coleta de dejetos e que, posteriormente, alteraram hábitos dos colonos (ibidem, p. 307-308).

Destaca ainda a transmissão de padrões educativos importantes, como as práticas de preservação do solo (curvas de nível e construção de patamares para evitar a erosão), como também do estímulo ao associativismo, o qual repercutiu na construção de novos parâmetros de organização da produção. Este aspecto merece uma ênfase especial, do ponto de vista do tema da presente pesquisa, já que a iniciativa das agências de extensão rural de Santa Catarina, no estímulo ao trabalho associativo para a produção no meio rural, através dos condomínios suinícolas, foi a primeira experiência de associação em nível da produção entre os camponeses do Oeste Catarinense, como será demonstrado com mais detalhe no Capítulo 4 (item 4.2.1.). Isso indica que essas atividades extensionistas também contribuíram para a difusão da idéia de produção associada (também chamada de agricultura de grupo), no Oeste Catarinense.

Em termos de estratégia, os programas de extensão utilizaram uma gama considerável de alternativas, incluindo, clubes de juventude, projetos de nutrição e saúde, exposições ou demonstrações comunitárias, boletins técnicos e programas de rádio para difundir inovações, novas práticas domésticas e agrícolas. Destaque-se também que, devido a dificuldade de atingir, diretamente o conjunto dos camponeses, os programas recorreram muito ao "efeito-demonstração", isto é, atividades desenvolvidas em algumas áreas selecionadas dentro dos municípios, envolvendo lideranças comunitárias que, uma vez cooptadas, tornavam-se elementos de ligação entre os agentes da extensão e os camponeses (ibidem).

[72] Apesar disso, essa orientação nem sempre foi seguida à risca pelos extensionistas, em seu trabalho de campo. Como destaca Bach (2001), alguns deles, ligados às empresas oficiais de extensão, atuaram claramente na organização política dos camponeses na defesa dos seus interesses, o que acabou gerando fortes reações dos setores mais conservadores e comprometidos com o modelo de desenvolvimento dominante.

Uma atenção especial merece o programa dos Clubes 4-S, uma vez que se voltou à educação dos agricultores jovens, ainda em processo de formação e, por isso, supostamente mais abertos às novas perspectivas da proposta de modernização da agricultura e ao cultivo de novos hábitos de vida. Segundo Renk (2000, p. 308):

> OS Clubes 4-S, de inspiração norte-americana, tinham como emblema um trevo de quatro folhas com a letra S: *saber*-aprender a fazer fazendo e ganhando, aprender como agir para conseguir os direitos que lhes cabem como cidadãos; *sentir*- olhar a vida com otimismo e realismo; o trabalho como contribuição para o desenvolvimento da comunidade e da pátria, buscando o bem estar próprio e dos seus semelhantes*; servir* – esquecer sua pessoa para dedicar-se à família comum, fazer seus os problemas da família, do grupo e da comunidade; *saúde* – higiene, alimentação, hábitos saudáveis, momentos delazer para um corpo e uma mente sãos.

Pode-se observar que se trata de uma abordagem educativa que engloba os diversos aspectos da vida dos jovens camponeses e tem como perspectiva, abrir novos horizontes de vida, rompendo com muitas práticas tradicionais. Ocorre que não se pode ignorar a força da tradição dos camponeses, educados desde o berço, à reprodução das práticas dos pais e avós, o que impunha forte resistência às propostas de modernização da agricultura, bem como de mudanças de hábitos de vida (saúde, higiene, alimentação, lazer, relações pessoais, etc). São freqüentes os registros de queixas dos extensionistas sobre a resistência ou teimosia dos camponeses que se negavam a adotar as novas práticas propostas. Nesse sentido os Clubes 4-S demonstraram preocupação com as novas gerações de camponeses, ainda em processo de formação. No interior dessas agremiações, além de cursos e palestras sobre as novas técnicas de produção e das lavouras experimentais desenvolvidas nas comunidades, os jovens tinham oportunidades de realizar muitas viagens para conhecer experiências de modernização bem sucedidas em outras regiões, de modo a criar uma predisposição para a inovação das práticas produtivas.

Ainda segundo Renk (2000), os objetivos dos Clubes 4-S envolviam um extenso rol de questões, como o desenvolvimento: do espírito associativo, da competição sadia; integral da personalidade, preparação para a vida em família, em comunidade e em relação à pátria, da capacidade de liderança, senso de responsabilidade e iniciativa; de hábitos mais saudáveis de vida; da independência econômica, da cidadania, do civismo e do amor a pátria. Como se pode observar, suas preocupações mantinham uma grande proximidade com as novas perspectivas trazidas pela modernização agrícola, fornecendo novos parâmetros de interpretação da realidade e novos horizontes de vida e produção aos jovens camponeses.

Do ponto de vista da produção, em linhas gerais, pode-se dizer que o conteúdo discursivo dos programas de extensão está voltado à difusão de uma mentalidade que se poderia

denominar de produtivista, voltada ao aumento da produtividade agrícola, mediante a incorporação intensiva de insumos industriais (SILVESTRO,1995).

Do ponto de vista do tema em estudo, como será abordado no capítulo 5, a extensão rural, especialmente através dos clubes 4Ss, foi responsável pelo desenvolvimento, entre esses agricultores familiares, da noção da possibilidade e necessidade da implementação de melhorias no processo de produção agrícola, mediante o controle dos diversos fatores de produção (composição e correção do solo, distribuição e variedade das sementes, práticas de manejo, etc), o que foi fundamental para a superação do caráter cíclico e repetitivo da produção agrícola tradicional.

Alemany (1988 apud SILVESTRO, 1995), dividiu a trajetória da extensão rural no Brasil em três grandes períodos, de acordo com as perspectivas das propostas de assistência técnica que difundiram, quanto aos objetivos buscados, quanto ao publico priorizado e ainda quanto à metodologia e propostas de ação. O primeiro momento caracterizou-se por um projeto "educacional extensionista", desenvolvido durante as duas primeiras décadas de existência (1948-1968). Seu objetivo era

> [...] levar às famílias rurais, em especial aos pequenos agricultores, a conquista do desenvolvimento econômico e social. Para isto era necessário difundir técnicas modernas, desenvolver a agricultura e o homem que nela trabalha, fazer com que os agricultores modifiquem os seus métodos tradicionais de trabalho. Estava aqui colocada a idéia de "**modernização**" em contraposição ao "**atraso**" (SILVESTRO, 1995, p. 178).

O segundo período que se desenvolveu entre o final da década de 60 e o início dos anos 80, foi marcado por uma atuação voltada para a transferência de tecnologia, baseado num pacote tecnológico. A ênfase do período esteve mais na assistência técnica à agricultura e menos no projeto educacional extensionista que caracterizou o momento anterior. "É a vez das monoculturas e da especialização, do incremento da utilização das máquinas e dos insumos modernos, sustentado pelo crédito rural subsidiado pelo estado" (ibidem, p. 179).

O terceiro momento, que teve início nos anos 80, foi marcado pela necessidade de

> [...] um novo "padrão de desenvolvimento tecnológico" para a agricultura, baseado no "uso alternativo e racional de insumos energéticos e importados", uma vez que a extensão havia perdido o seu principal instrumento de trabalho (crédito). Este novo enfoque teria que incorporar também as questões ambientais e econômicas que apontavam para uma nova estratégia interna à propriedade, de diversificação da produção, abandonando, ao menos ao nível de pequeno produtor, o paradigma da monocultura (ibidem, p. 179).

Nesse período, as dificuldades enfrentadas em nível do crédito obrigaram a uma atenção maior para o uso racional dos recursos, o que acabou por induzir a entrada em cena das

preocupações com a gestão e com o gerenciamento correto dos recursos existentes. Em Santa Catarina, particularmente, o projeto denominado "projeto gestão e administração rural" ganhou muito espaço e se transformou num dos principais programas da extensão.

> Esta proposta prega a modernização através da gestão eficiente dos recursos, 'uma agricultura moderna demanda um alto nível de gerenciamento. [...] O sucesso de uma propriedade não está apenas em função da adoção de tecnologias modernas, mas, sobretudo em função de uma boa ou má administração. (ibidem, p. 180).

A repercussão dessa proposta foi muito grande, sendo incorporada também por outras instituições do ramo (cooperativas, ONGs, etc). Elas passam a adotar o discurso modernizante, da eficiência, a partir da necessidade de administração racional dos recursos disponíveis na propriedade (ibidem). Mesmo discordando de muitos dos conceitos de gestão e de modernização propostos pela extensão rural e trabalhando na construção de um novo modelo tecnológico e organizativo para a agricultura familiar, a própria APACO, ao que tudo indica, valeu-se da ampla difusão da idéia de eficiência e da necessidade de uma administração racional dos recursos existentes, no seu trabalho junto aos agricultores.

Atualmente, pelo que se pôde levantar no trabalho de campo[73], uma nova ênfase está direcionando o trabalho de extensão: a ênfase na agregação de valor[74]. A idéia básica trabalhada nesse momento é de que a viabilização da agricultura familiar, ante as novas condições do mercado, dar-se-á pela permanência por um período mais prolongado do agricultor na cadeia produtiva, superando sua condição de mero fornecedor de matérias primas para a indústria, através da transformação dos seus produtos.

A partir dessa definição, o trabalho tem-se voltado ao estímulo aos processos de agroindustrialização e de venda direta de mercadorias ao consumidor. Esse fato é muito significativo do ponto de vista da compreensão do surgimento de um grande número de iniciativas de agroindustrialização, a partir de indústrias de pequeno porte, cuja base de organização e produção são as próprias unidades de produção agrícola familiar. Destaque-se aqui

---

[73] Entrevistas realizadas com técnicos da EPAGRI, bem como consulta a boletins técnicos e jornais informativos por eles fornecidos.

[74] Através de um programa denominado AGREGAR, que visa,principalmente, a qualificação e melhoria dos empreendimentos já existentes e não a criação/fomento de novos empreendimentos. A assessoria prestada através do programa envolve desde o contato com os agricultores que já possuem alguma iniciativa para discutir a possibilidade/viabilidade de sua melhoria, o envio dos envolvidos para o processo de capacitação no Centro de Treinamento de Chapecó – CETREC – (vinculado à EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), até o suporte em áreas específicas como os projetos de engenharia (civil) para implantação das instalações do empreendimento e a assessoria dos engenheiros de alimento no que se refere à elaboração dos produtos. Após a implantação/melhoria do empreendimento, a assessoria ocorre de modo contínuo com visitas, sugestões, críticas, apoio, etc.

também a importância estratégica do trabalho de capacitação técnico-profissional dos agricultores, realizado nos centros de treinamento da EPAGRI. Praticamente todo o *know-how* necessário à viabilização das agroindústrias familiares tem sido transferido pela EPAGRI, através dos centros de treinamento. Ilustra essa afirmação o fato de que, em todos os oito empreendimentos pesquisados no segundo momento do trabalho de campo, a tecnologia de processamento da carne suína foi obtida através de cursos e treinamentos promovidos pela EPAGRI.

Um último aspecto a destacar é que em todas as atividades e extensão, pelo menos no primeiro e, especialmente, no segundo período, as atividades de educação se fizeram acompanhar da disseminação do crédito rural subsidiado e supervisionado.

> A forma concreta, o fio condutor da intervenção e que se faz acompanhar da atividade de educação é a disseminação do crédito rural. Não se trata do crédito em si, mas do crédito supervisionado, isto é, da penetração do capital financeiro em condições de transformar a produção e subordinar o camponês à sua lógica, transformando profundamente a produção camponesa. A ação do capital financeiro requer a modificação completa da rotina do trabalho e da vida do camponês. Este é o espaço criado para a extensão enquanto ação educativa. (BELATTO, 1985, p. 15).

Pela via do crédito, elemento fundamental para a viabilização das mudanças requeridas na produção, o capital financeiro passou, então, a ter condições de interferir diretamente nas condições de produção, subordinando o camponês à sua lógica e transformando profundamente a produção camponesa, impondo uma modificação completa nas rotinas de trabalho e da vida do camponês como condição necessária ao acesso ao crédito. Por essa via, as ações de cunho propriamente educativo passaram a ser efetivamente demandadas pelo capital financeiro e receberam um reforço de caráter coercitivo que torna mais efetiva a sua implementação. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, junto com a pedagogia da extensão rural é preciso incluir a pedagogia dos agentes financeiros, os quais, sem dúvida, pelos meios propiciados pela dependência do camponês ao crédito, puderam difundir, com muita eficácia, um discurso fortemente voltado ao produtivismo, à modernização agrícola e a transformação da vida do campesinato como um todo.

> A supervisão e orientação para cada família que obtém empréstimo abrangem problemas gerais da agricultura e do lar, assim como adesão aos melhoramentos planejados e ao uso programado dos fundos de empréstimo. Assim o agricultor recebe instruções pessoais sobre como melhorar suas práticas agrícolas, enquanto a família é ensinada a fazer melhoramentos no lar e na vida familiar[...].
> Os camponeses selecionados para receber crédito são intensamente "educados" para se adaptarem às novas condições e, ao mesmo tempo, funcionam como "modelos", neste sentido é importante que participem e outros projetos [...] como aulas, demonstrações, reuniões de grupos e serviços educacionais semelhantes. (ibidem, p. 17).

Observa-se, assim que o acesso ao crédito funcionou como um poderoso mecanismo pedagógico da extensão rural, do que se conclui que, grande parte da difusão da ideologia da modernização agrícola na região deu-se através das atividades de extensão rural aliada ao fornecimento de crédito subsidiado e supervisionado. Bach (2001) chega a afirmar que tanto a extensão rural como a pesquisa agropecuária se constituíram em processos auxiliares na aplicação do Crédito Rural, principal instrumento de política na transferência dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Essa mesma posição é compartilhada por Leite (1999), que destaca que o crédito rural marcou profundamente a conjuntura do setor desde o final dos anos 60 até o início dos anos 80.

Dos elementos levantados, percebe-se que essa pedagogia teve considerável repercussão entre os agricultores familiares da região, tanto no sentido de abrir caminhos à modernização da agricultura, no sentido convencional, quanto na construção de alternativas à mesma, mediante a reelaboração de suas propostas e práticas. Assim é que importantes noções relativas à gestão agrícola, às práticas de higiene e alimentação e, especialmente, à melhoria de processos produtivos, fundamentais ao desenvolvimento dos empreendimentos em estudo, puderam ser construídos pelos agricultores envolvidos, mediante a reelaboração de conceitos difundidos pela extensão rural.

2.1.2 A pedagogia da assistência técnica das empresas integradoras

Seguindo uma lógica similar a da extensão rural, a assistência técnica desenvolvida pelas empresas integradoras junto às unidades familiares de produção constituiu-se numa outra ação pedagógica importante a interagir junto aos agricultores familiares do Oeste Catarinense desde o princípio do processo de produção integrada na região. Trata-se de um processo pelo qual as empresas garantem a capacitação e orientação dos camponeses sobre o processo de trabalho envolvido na produção integrada e pode ser desenvolvido de várias maneiras, incluindo dias de campo, cursos de curta duração, palestras e, principalmente, visitas às propriedades.

Observe-se, porém, que, esse processo não envolve apenas orientações técnicas sobre o desenvolvimento do trabalho pelos camponeses junto a sua propriedade, mas também a organização da vida e da unidade familiar de produção como um todo, buscando atuar sobre a produção da própria cultura camponesa. Como esclarece Silvestro (1995, p. 127)

> [...] parece-nos que a agroindústria, não destruindo completamente o caráter 'camponês' da propriedade, faz uma re-elaboração da 'cultura do colono', inserindo nela elementos 'modernos' (crédito, aperfeiçoamento técnico, especialização na produção, administração racional, etc.)[...].

No mesmo sentido, Giese (1991, p. 95) destaca que

> [...] os empresários agroindustriais tiveram uma atuação muito marcante no meio rural catarinense, nele transformando relações sociais, redefinindo regimes de trabalho, introduzindo novas tecnologias, semeando novas mentalidades".

Belatto (1985), além da dimensão da orientação técnica do trabalho camponês, destaca também as investidas da assistência técnica levada a efeito pela indústria, na tentativa de controle deste trabalho e do próprio comportamento social e político do camponês.

> A assistência técnica não se atém ao 'métier' técnico. É uma presença permanente da empresa dentro da unidade familiar. Os contratos, escritos ou não, prevêem sempre o direito da empresa de entrar na propriedade, sem prévio aviso e sem pedido de licença, para efetuar a inspeção e a fiscalização da produção: 'o integrado obriga-se permitir o livre acesso dos representantes da integradora às dependências dos aviários, objetivando orientação e fiscalização'. Essa presença permite que o técnico se transforme numa espécie de conselheiro econômico, político e sentimental, transmissor das vontades da empresa e coletor de informações precisas e detalhadas sobre as tendências políticas reinantes entre os camponeses, seus movimentos reivindicatórios [...]. (BELATTO, 1985, p. 336).

Existem boas razões para acreditar que a eficácia da assistência técnica seja, inclusive, maior que a da extensão rural, em virtude de estar relacionada a pelo menos uma atividade econômica importante para a família camponesa, exercendo um controle direto sobre a mesma, dispondo de vários mecanismos de "motivação" e de controle do trabalho dos camponeses.

> As unidades camponesas onde se instauram os mecanismos de produção do tipo integrado são unidades fabris dispersas no campo". Aí o processo de trabalho e seus controles, embora diferenciados dos da fábrica, tem o mesmo rigor e a mesma eficácia. [...] É neste espaço que se insere a necessidade de um trabalho camponês de novo tipo, e para o qual se requerem conhecimento, habilidades e disciplina de trabalho novas. [...] Mas, além dos novos conhecimentos que agora são imprescindíveis à produção,a ação da empresa visa a 'educação', isto é, o controle do processo de trabalho."(BELATTO, 1985, p. 335)

Mior (1992), estudando a produção integrada de suínos, também constatou a existência de um conjunto de estratégias das empresas integradoras que, embora muito diferentes entre si, encontram-se voltadas à redução da autonomia dos camponeses no desenvolvimento da atividade, de modo a obter deles uma adesão mais fiel às suas estratégias de desenvolvimento.

Espindola (1999) também evidencia entre os objetivos e as estratégias do processo de produção integrada a "dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente", em vista do aumento da produtividade, a padronização e o melhoramento qualitativo da matéria prima e a

construção de novas relações sociais (guiadas por uma mentalidade empresarial) no processo de produção agropecuária. Para tanto, segundo o autor, um conjunto articulado de estratégias é posto em desenvolvimento, o qual, em seu conjunto, desenvolve processos educativos que passam a intervir na vida e na cultura dos camponeses.

Para Belatto (1985), o processo pedagógico desenvolvido, levado a cabo através da assistência técnica, se inicia já na seleção dos integrados, que constituiu um dos segredos do sucesso do processo de integração e sempre mereceu grande atenção por parte das empresas integradoras. Ele se constitui também num dos segredos da eficácia do processo pedagógico desenvolvido pela assistência técnica das empresas, já que, ao definir critérios de seleção envolvendo tanto as formas de organização da propriedade, quanto as atitudes e disposições do camponês, passa a reforçar e induzir determinados comportamentos no conjunto da população que almeja participar do processo de integração, podendo até torná-los sinônimo de modernização, eficiência e de atitudes adequadas.

Assim, o fato de a seleção levar em consideração o processo de organização da propriedade como um todo, resultou que este passou a ser um fator "pedagógico" de pressão em favor da mudança de comportamento e de assimilação dos novos parâmetros de organização da produção, nos moldes difundidos pela modernização agrícola.

Outro aspecto importante para garantir a eficácia da assistência técnica foi a condição, determinada pelo próprio contrato de integração, de direito de monopólio da empresa integradora no fornecimento dos insumos necessários ao processo de produção. O controle rigoroso dos insumos fornecidos e das práticas de manejo a serem realizadas a partir dos mesmos, tornou-se um dos mecanismos fundamentais de controle e determinação do processo de trabalho dos agricultores familiares (ibidem). Nesse mesmo sentido, a própria tecnologia empregada na produção (também monopolizada pelas empresas integradoras), na medida em que determina a composição do capital e os procedimentos necessários à produção, acaba se transformando, também, num dos elementos centrais de atuação dessa pedagogia[75].

Por fim é preciso observar a presença de práticas explícitas de educação e controle de comportamento nesse processo, na forma de reforço positivo (festas e premiações) e de reforço negativo (ameaças e punições).

---

[75] Exemplo: a tipificação de carcaças, que permite avaliar o teor de gordura existente nas carcaças dos suínos abatidos impõe rigoroso controle dos insumos (leitões e rações) utilizados e das práticas de manejo a serem desenvolvidas. Desse modo, mesmo aparentando ser uma questão eminentemente técnica, acaba por constituir uma questão eminentemente política, uma vez que interfere nas relações de poder entre integrados e empresa.

A distinção e premiação dos integrados com melhor desempenho, segundo os critérios das empresas, tem sido uma prática bastante comum na produção integrada. Além da divulgação semanal ou mensal (via rádio) dos melhores lotes produzidos têm sido comum as festas anuais de confraternização com os integrados, ocasião em que os que tiveram os melhores resultados durante o ano recebem prêmios e a distinção honrosa por parte da empresa.

Já as ameaças e punições também são atividades de reforço empregadas com bastante eficácia e que garantem o sucesso dos processos pedagógicos envolvidos na produção integrada.

> Um camponês integrado a uma agroindústria é, por definição, um ameaçado. Pelo fato de estar subordinado e a subordinação estar reforçada por uma relação contratual, o universo que se lhe apresenta é de negação de outras alternativas que não as oferecidas pela empresa. Em conseqüência, a ameaça não precisa que seja explicitada. Ela existe sempre, é um a priori do fato de ser integrado. A presença sutil da ameaça se materializa em obrigações a serem cumpridas, em normas a serem observadas. Funcionam como poderosos elementos de controle do trabalho e das tentativas de resistência e busca de autonomia. A incorporação da ameaça permanente de punição faz com que esta dificilmente ocorra. São raros os casos de punição. Mas quando ocorrem, são massacrantes e exemplares (BELATTO, 1985, p. 338).

As ameaças mais freqüentes são as de não fornecimento temporário de insumos (pintos, leitões e ração), sem o que o integrado fica impossibilitado de produzir e tem prejuízos. As mais violentas são as que implicam o fechamento do aviário por longos períodos (de dois a seis meses). Nesse caso, só ocorrem quando se verificam transgressões das normas estabelecidas. Como geralmente os camponeses tem seus compromissos financeiros a cumprir, qualquer ameaça desta natureza os coloca em verdadeiro pânico, como atesta o depoimento coletado por Belatto (1985, p. 338).

> Já pensou se eles (a empresa) não me dá um lote de pintos? Que que eu faço? Vence a prestação do banco e no dia certo o dinheiro tem que estar lá. Você não faz como eles mandam, não ganha os pintos. Podem atrasar a entrega. Cada dia que atrasa você perde. Tem os compromissos e se pára o galinheiro, eu vou pro mato.

Durante o processo de pesquisa houve o relato de uma situação em que a punição foi efetivada mediante o fechamento do aviário por 60 dias. No caso relatado pôde-se confirmar seu caráter exemplar da punição, dada a desproporção entre o fato ocorrido e o teor da punição imposta.[76]

As observações feitas até aqui, que não pretendem esgotar o tema, já permitem perceber a efetividade e, possivelmente, a eficácia da pedagogia da assistência técnica (ou do processo de integração). Sem dúvida, foi, dentre os processos pedagógicos em curso na região, nesse período

[76] Essa situação será devidamente relatada no capítulo 5.

de modernização da agricultura, um dos mais efetivos e eficazes, imprimindo mudanças significativas no modo de produzir e de proceder dos camponeses. A partir dele, novos elementos, certamente, foram incorporados às experiências dos camponeses, suscitando, ao que tudo indica, diferentes interpretações sobre o seu significado.

Da mesma forma, também suscitou reações de negação. Entre os integrantes dos dois empreendimentos selecionados para este estudo, é corrente a existência de interpretações bastante negativas em relação ao processo de produção integrada, tendo elas servido, inclusive, de motivação para a criação de alternativas de produção.

2.1.3 A pedagogia da igreja, a partir da teologia da libertação

Entre os camponeses, o espaço da religião (a igreja e a comunidade construída em torno da capela) era também um espaço privilegiado de participação, de exercício de liderança e de práticas coletivas. Era um espaço em que o agricultor podia sair do seu espaço privado, do mundo doméstico e do âmbito de sua propriedade para travar contatos públicos, podendo tornar-se conhecido inclusive fora de sua propriedade (POLI, 1995, 2001).

Por outro lado, é preciso considerar, como já alertei em estudo anterior[77], que a fé religiosa era, para os colonos, um apelo forte, quase inquestionável, induzindo fortemente sua adesão aos propósitos colocados neste âmbito.

Ocorre que, a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, a partir do Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de Medelin e Puebla, a Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para a sua atuação, assumindo, explicitamente, uma opção preferencial pelos pobres e, assim, renovou profundamente suas práticas pastorais. Orientadas pela Teologia da Libertação, passaram a reinterpretar o significado da evangelização, o papel e o modo de viver a religiosidade e a prática religiosa.

A partir de então, valendo-se de sua profunda inserção junto à população regional, especialmente junto aos pequenos agricultores, passou a difundir uma visão de mundo calcada no igualitarismo, na vida comunitária, na solidariedade e na participação popular. Sua estratégia baseou-se, como em outras partes do país, na criação de Comunidades Eclesiais de Base, Grupos

[77] POLI (1995).

de Reflexão e criação de serviços de assessoria e apoio às lutas populares, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sistema de Assessoria e Informação (SAI)[78], e outros.

> A evangelização, então, assume a perspectiva de libertação, entendida como a superação de todas as formas de opressão que impedem o homem de ter uma vida em plenitude. '*A libertação é a ação que liberta, passo a passo, a realidade dos distintos cativeiros, a que está historicamente submetida e que contradiz o projeto histórico de Deus [...].'(*BOFF; BOFF apud POLI, 1995, p. 261).

Para a Teologia da Libertação, segundo Galilea (1978), a libertação deveria partir tanto de transformações da consciência, em nível pessoal, quanto de transformações das estruturas sociais. Desse modo, a ação pastoral da igreja passou a preocupar-se e a trabalhar na perspectiva de criar as condições históricas para a transformação das estruturas sociais que, por serem injustas, atentavam contra a vida e contra a dignidade humana. Nesse sentido a igreja (seus setores progressistas) redimensionou o seu próprio papel no mundo. Não se colocando como único *locus* de construção da libertação, buscou incentivar a construção de outras "ferramentas" e espaços de libertação (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, instituições políticas, etc).

Nessa nova perspectiva da igreja, o caminho para a libertação é o caminho da organização e da luta. Por isso, a igreja passou a exortar os seus fiéis no sentido de que, para ser cristão, não bastava construir uma consciência individual, uma fé e uma conduta pessoal moralmente correta. Para ser cristão era preciso estar disposto a contribuir para a construção de um mundo mais humano e mais justo, envolvendo-se nas lutas sociais e políticas desencadeadas para tal.

> Por que a Bíblia diz o seguinte... para ser bom cristão, para ter vida eterna, tenho que lutar aqui na terra para que todos tenham uma vida digna. [...] Não dar o que comer, mas ajudar a organizar, para que eles tenham dias melhores." (LÍDER CAMPONÊS apud POLI, 1995, p. 270).

Novamente fica clara uma nova perspectiva de interpretação do exercício da fé e da prática religiosa. Destaque-se, inclusive, a perspectiva classista, assumida por boa parte do discurso veiculado nesse momento por essa parcela da igreja. Muitos dos seus textos fazem referência explícita à existência de diferentes classes sociais, com interesses antagônicos, muito próxima à abordagem marxista. A própria questão partidária (a necessidade do cristão assumir uma posição partidária, em favor das classes oprimidas) passou a ser colocada, por alguns agentes religiosos, de forma bastante explícita, sendo o partido político colocado como "a grande

[78] Como o próprio nome indica, o SAI, criado e mantido pela diocese de Chapecó, voltava-se a prestar assessoria e

suporte às entidades e movimentos populares.

ferramenta".

Outro aspecto que aparece de modo bem explícito é a estreita ligação entre o trabalho pastoral, a perspectiva da fé e da construção do reino de Deus, com os problemas do cotidiano e da vida concreta da população. Não havia separação, na prática, segundo a nova perspectiva das pregações, entre construção do reino de Deus e a luta pela melhoria das condições de vida. O exercício da fé, então, deixou de ser um ato meramente abstrato, voltado ao espírito e ao imaterial e passou a ser uma atitude frente à vida concreta e aos problemas cotidianos.

Ficava bem evidente, nesse discurso crítico e nas práticas que ele inspirou, a perspectiva de que só a organização e a luta em torno dos interesses específicos do grupo, a partir de suas necessidades cotidianas, poderia levar à libertação e à transformação das estruturas sociais injustas existentes. Destaque-se, inclusive, o uso recorrente de termos como luta, organização, união, conquista e outros termos afins, tanto nos rituais e celebrações, nos textos e roteiros de orientação das comunidades eclesiais de base, quanto nos cursos de formação de lideranças que se multiplicaram, na região, principalmente nas décadas de 70 e 80.

A perspectiva de organização de coletivos em torno de seus interesses comuns foi algo bastante enfatizado nessa perspectiva de vivência religiosa. Assim, ao que tudo indica, ao engajarem-se em movimentos sociais e outras formas de luta política e de intervenção social, os camponeses o faziam em nome de Deus, em cumprimento ao seu dever sagrado de cristãos.

Nessa perspectiva, para difundir sua nova doutrina, a igreja redimensionou muitos dos seus espaços tradicionais de interação/comunicação (encontro dominical de oração, as celebrações litúrgicas e as suas homilias, dentre outros) e também criou novos espaços (destacam-se principalmente os grupos de reflexão, as pastorais específicas e os cursos de formação de liderança).

No caso da comunidade da capela, a mesma passou a ser vista não apenas como algo restrito aos limites das famílias que a ela pertenciam, ou seja, uma organização voltada às questões internas do grupo que a compunha, mas sim como um grupo organizado, cuja situação e interesses mantêm profundas relações com a sociedade envolvente, sendo a comunidade organizada um ponto de partida para a defesa de tais interesses no jogo político da sociedade como um todo.

Já o encontro de oração realizado aos domingos e dias santos, deixou de ser apenas um local de ritos e rezas repetidas e passou a ser um encontro de celebração realizado de forma articulada com as situações vividas pelos seus participantes. A reza do terço foi substituída pela realização de um culto, que envolvia, a exemplo da missa, um espaço para reflexão. Nesse espaço

os camponeses passaram a ouvir novas interpretações sobre os fatos e temas diversos, freqüentemente ligados aos problemas que enfrentavam no cotidiano.

Dentre os novos espaços comunicativos criados, os grupos de reflexão se destacaram tanto pela sua extensão, já que envolveram praticamente toda a população em questão, como pelo fato de que, no seu interior, além do contato com um discurso crítico, a população teve uma oportunidade ímpar de retomar o exercício da palavra no espaço público, fundamental para a participação e para o exercício de liderança. Exercitando a discussão, a argumentação e a troca de idéias, num espaço que lhes era bastante familiar (um grupo de vizinhos), guiados por por um roteiro de textos e questões fornecidos pela diocese, que falavam de temas do cotidiano e os provocava para uma discussão sobre a realidade e sobre o modo de agir diante dela, os camponeses tiveram aí, uma grande oportunidade de reelaboração de suas concepções e práticas relativas à sua realidade cotidiana.

As pastorais específicas, por sua vez, permitiram uma abordagem mais aprofundada de determinados temas, como a questão da terra, no caso da CPT. Seus encontros, dos quais participavam lideranças comunitárias, encarregadas de multiplicar as discussões em seus espaços específicos de atuação, possibilitavam a realização de estudos sistemáticos e discussões a respeito de temáticas como, por exemplo, a estrutura fundiária brasileira e as razões para a crise da agricultura familiar que vinha sendo enfrentada.

Por fim, os cursos de formação de lideranças (ministros de eucaristia, catequistas, etc), além de uma análise crítica da realidade brasileira, forneciam subsídios para a compreensão do novo modo de intervenção da igreja e dos cristãos, nessa realidade.

Sem dúvida, essa foi uma pedagogia de grande alcance junto à população camponesa da região, tanto pela credibilidade da interlocutora que a propunha, pela profunda ligação de suas temáticas com o cotidiano dos envolvidos, quanto pelas possibilidades de acesso a novos olhares e novos conhecimentos sobre a realidade.

Embora a adesão a essa nova forma de interpretar a vivência religiosa não tenha sido unânime, nem da parte dos agentes religiosos (padres, freiras, ministros, etc), nem entre a população e tenha gerado grandes conflitos e resistências por parte de uma parcela da população, sua presença e difusão, na região, foram muito significativas e teve grande influência no contexto regional, particularmente na elaboração de uma visão crítica desses camponeses frente à realidade e frente às alternativas de modernização propostas pelos agentes do capital industrial e financeiro, bem como para o surgimento e o fortalecimento da percepção da necessidade de construção de

outras práticas, alternativas ao capital, a serem organizadas e conduzidas, de modo autônomo, pelos próprios camponeses.

Muito significativa foi a idéia de que os próprios participantes (os camponeses) é que deveriam dirigir toda e qualquer iniciativa que os representasse no contexto da sociedade civil. Essa idéia parece estar na base da difusão da proposta de autogestão, exercitada com bastante ênfase nos cursos de formação de liderança, nas práticas das comunidades eclesiais de base e nos próprios movimentos sociais que surgiram nesse contexto. A idéia da autogestão é fundamental para a caracterização dos empreendimentos em estudo.

Pelo que pude observar na segunda e terceira parte do trabalho de campo, essa ação pedagógica foi responsável por um dos principais processos educativos vivenciados pelos envolvidos, tendo sido fundamental tanto para o surgimento, quanto para a sua condução.

2.1.4 Os movimentos sociais - seus discursos e suas práticas

Após o surgimento das primeiras mobilizações de agricultores familiares na região, no final dos anos 70, em torno da crise da suinocultura[79], surgiram também as primeiras mobilizações em torno dos problemas específicos que originaram os quatro grandes movimentos sociais que surgiram na região nos anos 80 aos quais já me referi anteriormente (MST, MMA, MAB e oposições sindicais). Gradativamente, estes se converteram em importantes espaços de difusão de um conjunto de idéias, valores e práticas que também passaram a servir de referência à

[79] As primeiras mobilizações de agricultores familiares na região surgiram em resposta a uma profunda crise que se abateu sobre a suinocultura independente (não integrada às agroindústrias) que foi, durante várias décadas a principal fonte de renda dos agricultores da região. Nesse sistema de produção a definição do que, como e quanto produzir, bem como a definição de para quem vender a produção cabia aos próprios agricultores familiares, sem uma influência direta dos frigoríficos. Da mesma forma, os insumos utilizados na produção eram, de um modo geral, aqueles disponíveis na própria unidade familiar de produção, sendo bem pouco significativa a utilização de insumos de origem industrial. No final dos anos 70, no entanto, essa produção autônoma de suínos entrou em franca decadência pela pressão das grandes agroindústrias que passaram a combatê-la através de diversos mecanismos comerciais e legais. Um dos episódios decisivos, nesse sentido, foi o fenômeno que ficou conhecido como *peste suína africada*, um suposto surto de uma doença muito grave e contagiosa que teria atingido a região, provocando o fechamento do processo de exportação e mesmo de comercialização nacional do produto, ocasionando grandes perdas para os agricultores. Dados dão conta de que mais da metade dos produtores independentes de suínos abandonou a atividade após esse episódio, cuja existência efetiva nunca foi comprovada. Os dados divulgados na época eram marcados pela imprecisão e por contradições, o que levou os criadores a realizarem grandes manifestações públicas contra *a farsa da peste suína africada*. Desse modo, o episódio acabou sendo decisivo para o surgimento do processo de mobilização e de reação política registrado na região.

população em questão, podendo, portanto, ser caracterizados como processos pedagógicos, na acepção que aqui vimos trabalhando.

Em primeiro lugar, a percepção e a tematização de cada um dos problemas específicos, em torno dos quais as diferentes identidades foram construídas, suscitou o levantamento e a veiculação de novas informações a respeito de cada uma das questões colocadas (a questão fundiária, a questão das barragens e do projeto energético brasileiro, a questão das mulheres agricultoras e da situação da agricultura familiar, etc.). Um exemplo bem elucidativo dessa produção e veiculação de novas informações e interpretações sobre a realidade foi o levantamento do número de sem terras e de proprietários com terra insuficiente na região de abrangência da diocese de Chapecó, realizado no início da década de 80, por iniciativa da própria diocese. Esse dado novo, articulado com os dados da estrutura fundiária do país[80], amplamente divulgados na época, provocou intensas e polêmicas discussões sobre o tema e novos olhares sobre a questão do acesso e da propriedade da terra no país puderam ser construídos.

Outro exemplo eloqüente nessa mesma direção foi a organização de uma expedição que visitou os assentamentos de atingidos por barragens nas regiões norte e centro oeste, organizada pela igreja católica na primeira metade da década de 80 e que possibilitou aos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai vislumbrar as possíveis conseqüências sociais da construção de barragens e as perspectivas de futuro que os aguardava. O conhecimento desses fatos acabou sendo altamente mobilizador, predispondo os camponeses para o processo de organização e de

[80] A referência feita aqui é sobre o fato da estrutura fundiária do país caracterizar-se pela acentuada concentração das terras agricultáveis nas mãos de um percentual insignificante de proprietários. Essa realidade, que caracterizou toda a história brasileira, acentuou-se nas décadas de 60 e 70 do séc. XX como se pode observar no quadro abaixo, extraído de Silva (1982b, p. 168):

Distribuição das propriedades rurais no Brasil por tamanho e categoria: 1967-78

Extratos de área total (há) e categoria (a)	Nº imóveis (%)			Área total (%)		
	1967	1972	1978	1967	1972	1978
Menos de 10	36,4	31,1	28,5	1,7	1,4	1,0
10 a menos de 100	51,0	54,7	55,7	17,0	16,1	13,8
100 a menos de 1.000	11,3	12,7	14,0	32,4	31,2	28,2
1.000 a menos de 10.000	1,3	1,4	1,7	33,1	32,4	32,0
10.000 a menos de 100.000	0,1	0,1	0,1	12,3	14,6	17,5
100.000 e mais (b)	-	-	-	3,5	4,4	7,5
Minifúndio	75,8	72,0	67,3	12,6	12,5	8,8
Empresa rural	2,4	4,8	3,7	4,6	9,7	5,6
Lat. Exploração	21,8	23,2	28,9	76,4	72,9	77,7
Lat. Dimensão (b)	-	-	-	6,4	4,9	7,8

(a) Para efeitos de comparaçãocom anos anteriores, excluiu-se a categoria de projetos fundiários, com 84,808 unidades e área total de 4,12 milhões de hectares, que passou a ser cadastrada a partir de 1978.

(b) O traço (-) representa frações inferiores a 0,1%

lutas e possibilitando a produção de novas interpretações sobre a realidade enfrentada na região.

Por outro lado, o início das mobilizações e a estruturação dos movimentos oportunizaram aos camponeses o contato com representantes de outros segmentos da sociedade e, conseqüentemente, o contato com diferentes visões e diferentes formas de interpretação das relações sociais. Destaque-se, nesse sentido, as novas possibilidades de contato com representantes de diferentes órgão e instâncias do estado, ONGs, lideranças de outras regiões do país e do exterior e de outros segmentos sociais, assessores e outros agentes.

Do mesmo modo, também as mobilizações promovidas pelos movimentos sociais em seu processo de organização como os acampamentos, as caminhadas e romarias, o fechamento de agências bancárias, a interdição de rodovias, as concentrações, as vigílias, a ocupação de escritórios, (do INCRA e da ELETROSUL, especialmente), repartições públicas e canteiros de obras, onde os camponeses passaram dias e noites inteiras, reunidos conversando, discutindo, cantando, repetindo palavras de ordem, discursando ou ouvindo discursos e até mesmo, enfrentado a repressão policial, foram importantes momentos de interação e de contato com novas informações, experiências e interpretações até então inacessíveis. Da mesma forma podem ser vistas as inúmeras reuniões e assembléias realizadas no âmbito de cada movimento ou do seu conjunto.

Ou seja, os próprios movimentos sociais, em si, a partir do momento em que começaram a ser organizados, passaram a ser importantes espaços educativos que viabilizaram a veiculação de informações, a vivência de experiências novas e a realização de processos interativos (POLI, 1995).

2.1.5 A APACO e seus programas educativos

No final da década de 80, a intensa movimentação política existente na região passou a ganhar novos contornos, em termos de ênfase e de perspectiva de intervenção na realidade. Após um período em que as atividades políticas se centravam prioritariamente em processos de reivindicação, aos poucos, sem abandonar as ações reivindicatórias, instituições importantes como a igreja (especialmente através da CPT), o movimento sindical e outros movimentos sociais passaram a discutir a necessidade de promoção de iniciativas no campo da produção, voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, que se caracterizassem pelo seu caráter alternativo, tanto

em termos tecnológicos, quanto em termos de relações de produção. Apontavam para as práticas associativas ligadas à cooperação agrícola e para o trabalho coletivo como alternativas tanto para os problemas que vinham sendo enfrentados no contexto da modernização agrícola (acesso à tecnologias, agregação de valor, etc) quanto como utopia social de transformação das atuais relações de produção.

A cooperação agrícola e as práticas de produção associada passaram, então, a representar a esperança do projeto de transformação da sociedade, onde a dimensão econômica dos empreendimentos era considerada (ao menos pelas lideranças dos sindicatos, movimentos e da própria igreja) um meio para atingir objetivos maiores de transformação social.

Nesse contexto surgiu a APACO, a qual representou um momento importante de impulso ao desenvolvimento dessas práticas, representando, por sua vez, o esforço das instituições acima indicadas para criar mecanismos mais específicos de estimulo, apoio e assessoria profissional à criação de práticas e empreendimentos ligados à cooperação agrícola.

> A APACO tem sua sede no município de Chapecó e foi fundada em novembro de 1989, fruto de uma longa história de organização dos pequenos agricultores da região, objetivando enfrentar as enormes dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento agrícola e agrário vigente no país, cujas conseqüências mais marcantes são a concentração da terra e da renda e a exclusão de uma grande parcela de pequenos agricultores do meio rural e comprometimento dos recursos naturais. A APACO surgiu em meio a este contexto, com o apoio decisivo do movimento sindical, popular e da igreja, com o objetivo de buscar alternativas para o pequeno agricultor. Alternativas que significassem não só a melhoria das condições de vida, mas também, colocasse a discussão de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na cooperação (entre) unidades de produção familiar, na solidariedade, na independência dos agricultores em relação à agroindústria, no uso de tecnologias alternativas que reduzam o custo de produção, preserve os recursos naturais, melhore as condições de trabalho do agricultor e, especialmente, eleve o grau de cooperação e organização dos mesmos (APACO, 1995, p.3).

Destaque-se o contexto social (a crise gerada pelo modelo da modernização da agricultura) e institucional (apoio dos movimentos sindical e popular e da igreja) em meio ao qual surgiu a entidade, bem como sua intencionalidade, voltada à produção de alternativas, não apenas para a situação específica dos pequenos agricultores, mas à produção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na cooperação, na solidariedade e na autonomia dos agricultores em relação à indústria, a utilização de tecnologias alternativas que reduzem os custos (econômicos, sociais e ambientais) de produção. Na sua origem pode-se identificar, então, uma clara intencionalidade ético-política, a qual significou a existência de uma concepção já amadurecida de consciência de classe.

A partir desse projeto institucional, a APACO, pôs em movimento um amplo processo pedagógico de discussão e difusão de princípios e idéias a respeito do processo de desenvolvimento social, econômico e político do país, a partir da realidade específica da agricultura familiar, bem como passou a desenvolver e/ou socializar um conjunto de técnicas de produção e de gestão, em vista da construção do propalado modelo alternativo de desenvolvimento.

Os primeiros anos de existência da entidade, foram voltados, principalmente, ao conhecimento e potencialização do desenvolvimento de formas de organização e produção que já vinham ocorrendo, de modo mais ou menos esparso, antes de sua criação[81] e a realização de uma série de iniciativas de caráter educativo, voltadas a difundir os princípios e as vantagens da cooperação e da produção associada, também identificada como agricultura de grupo.

Destaque-se, em relação ao primeiro aspecto, o esforço dedicado, nos primeiros cinco anos de existência da entidade, à criação e consolidação de grupos de cooperação agrícola e outras formas de cooperação como condomínios, associações municipais, grupos de máquinas, etc. Inúmeras reuniões e assessorias podem ser contabilizadas, nesses primeiros anos, tanto em nível de grupos de GCAs (Grupos de Cooperação Agrícola), de grupos de agricultores interessados em implantar diferentes tipos de atividades de cooperação (condomínios de leite e suínos, cooperativas de crédito, etc) quanto em nível das CEMAs (Centrais Municipais de Apoio[82]). Essas reuniões voltavam-se à difusão e discussão dos princípios da cooperação agrícola e suas vantagens, à assessoria para a criação e funcionamento dos próprios GCAs e outras formas de cooperação, bem como à organização das centrais municipais, encarregadas da coordenação das atividades da entidade em cada município.

Nesse sentido, cabe destacar que nos primeiros dois a três anos de atividade da entidade, as principais atividades de cooperação estavam orientadas ao processo de comercialização, onde a organização de grupos estava voltada, principalmente à realização de compras coletivas, tanto de produtos de consumo familiar em geral (açúcar, sal, etc), quanto de insumos agrícolas como adubo, uréia, etc[83]. Aos poucos, porém, (a partir do final de 1992), as ações da entidade e dos

---

[81] Registre-se, por exemplo, a existência de aproximadamente 20 grupos de cooperação agrícola, de diferentes formatos e objetivos, antes da criação da entidade.

[82] As Centrais Municipais de Apoio eram estruturas de organização da APACO em nível municipal.

[83] Ao efetuarem compras coletivas, os agricultores conseguiam economizar até 30% em determinados produtos. Esse fato gerou uma verdadeira explosão de grupos de cooperação agrícola, muitos dos quais voltados quase que exclusivamente a esse processo de compras coletivas. Isso, porém gerou uma forte reação do comércio local e das próprias cooperativas agropecuárias tradicionais, as quais passaram, inclusive a excluir os agricultores que se envolviam em grupos de compras coletivas. Contudo, ao perceber a inadequação da estratégia, uma vez que os

grupos passaram a voltar-se, cada vez mais, ao processo de produção. A razão de ser dos grupos deixou de ser apenas os ganhos diretos com as compras coletivas e passou a ser muito mais centrada no desenvolvimento de novos processos de produção.

Em relação às ações diretamente educativas, destaque-se, nesses primeiros anos, a realização de um grande número de seminários municipais e regionais, para o debate da cooperação agrícola em seus diversos aspectos, os cursos de formação de monitores e líderes de grupos e outras atividades de capacitação diversas junto aos agricultores, além da realização de estágios de vivência envolvendo estudantes de agronomia, destinados à sensibilização dos futuros profissionais para a questão da cooperação agrícola. Destaque-se ainda a preocupação da entidade com a difusão do ideário da cooperação junto a outros setores da sociedade, como escolas e outras entidades (sindicatos, movimentos sociais, etc).

Outra linha de intervenção da entidade, registrada desde os primeiros anos e que apresentava um caráter claramente educativo, foi a discussão e o desenvolvimento de tecnologias alternativas. Desde os primeiros momentos observou-se a realização de um considerável esforço na direção da produção de um novo modelo tecnológico voltado à sustentabilidade social e ambiental e a autonomia dos pequenos agricultores em relação à grande indústria, mediante a otimização e desenvolvimento dos recursos existentes na propriedade. Nesse sentido, destacam-se, principalmente, as iniciativas voltadas à produção de leite a base de pasto, à criação de suínos ao ar livre, ao resgate e desenvolvimento de sementes crioulas de milho, feijão e batatinha e à produção agroecológica (vegetal e animal), além da tecnologia voltada à gestão da produção associada. Essas iniciativas incluíam, além de encontros de estudo e trocas de experiências com outras entidades e regiões,[84] a implantação e acompanhamento de iniciativas experimentais junto a unidades de produção agrícola, vinculadas a grupos de cooperação agrícola, a implantação de roças experimentais coletivas, implantação e acompanhamento científico de experimentos e

---

grupos continuavam a se multiplicar, as cooperativas agropecuárias tradicionais passaram a modificar sua política de preços, diminuindo muito sua margem de lucros no intuito de tornar menos atrativas as práticas das compras coletivas. Isso forçou a APACO e os grupos a aprofundarem as buscas de novas razões para a organização coletiva, voltando-se, então, ao processo de produção.

[84] Nesse sentido foram muito importantes as articulações, as assessorias e os acordos de intercâmbio com outras ONGs voltadas à produção de tecnologias alternativas, dentre as quais se destacam: o Centro Vianei de Educação Popular, o CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), o CEPAGRI (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais), o DESER(Depto de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), a Rede TA-SUL, a Fundação RURECO, o CETAP (Centro de Apoio às Tecnologias alternativas Populares), AS-PTA, o DER-FUNDEP, o CAE-IPÊ (Centro de Agricultura Ecológica de Ipê – RS, atualmente denominado de Centro Ecológico) a AECOS (Associação Estadual e Condomínios Suinícolas), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) dentre outros.

ensaios voltados ao desenvolvimento e melhoramento genético de sementes[85], visitas a experimentos implantados em outras regiões, a realização de inúmeros dias de campo (com temáticas específicas), encontros regionais, estaduais e até nacionais para socialização e discussão dos resultados dos experimentos desenvolvidos[86].

A partir dessas iniciativas, aos poucos, as ações da entidade foram se transformando em diferentes programas específicos, cada um representando uma determinada linha de intervenção, sem prejuízo de um intercâmbio entre os mesmos. Dessa forma, oito programas foram estruturados e passaram a direcionar as ações ao longo dos anos, a saber:

a) Programa de Gestão Agrícola Associativa

Esse programa, criado desde os primeiros anos de atuação da entidade, voltou-se à capacitação dos agricultores e técnicos para a gestão sustentável dos grupos de cooperação agrícola e das propriedades familiares, compreendendo o planejamento, a organização, a direção e o controle dos processos. Através desse programa foi desenvolvido, em parceria com outras entidades, um amplo esforço para o desenvolvimento de ferramentas de gestão, bem como de capacitação dos agricultores (especialmente os líderes dos grupos), para o desenvolvimento de uma gestão mais racional e transparente das atividades dos grupos e propriedades familiares. Desse esforço, além dos Cursos de Gestão e de Contabilidade Agrícola e da elaboração dos Planos Agroeconômicos, surgiram os "Cadernos de Gestão", que contém uma série de ferramentas práticas voltadas ao planejamento e ao controle do processo de produção. Um dos seus resultados mais importantes talvez tenha sido a incorporação, pelos agricultores, de novos conceitos relativos ao processo de gestão da produção. Conceitos como planejamento, organização, direção, controle, diagnóstico, participação, capacitação, fatores internos, fatores externos, etc, até então ausentes no vocabulário e no imaginário dos agricultores, passaram a ser estudados e aplicados no cotidiano da produção, o que parece ter sido fundamental para o desenvolvimento da mesma. O desenvolvimento dessas habilidades e práticas teve influência significativa no processo de gestão dos empreendimentos em estudo, caracterizadas como uma das aprendizagens fundamentais à sua viabilização, como será visto no capítulo 5.

[85] Destaque-se, por exemplo, os ENMCs (Ensaios Nacionais de Milho Crioulo), os ERMCs (Ensaios Regionais de Milho Crioulo), desenvolvidos durante vários anos, em vista do melhoramento genético das sementes. Além disso, merecem destaques os Campos de Produção de Sementes, realizados com o intuito de produzir sementes crioulas, especialmente de milho e feijão, para distribuição aos agricultores da região.

b) Programa de Tecnologias Alternativas

Diz respeito a uma série de ações desencadeadas na perspectiva de produção de tecnologias alternativas, que se orientou pelos princípios da agroecologia, contrapondo-se ao modelo tecnológico da revolução verde (agricultura química). Suscitou o desenvolvimento de pesquisas e experimentos em três áreas principais: a produção de sementes crioulas (contrapondo-se à utilização de sementes híbridas), a produção de leite a base de pasto e a criação de suínos ao ar livre. Nos três casos, o esforço se voltou tanto à produção de alimentos mais saudáveis e a preservação do meio ambiente, quanto ao desenvolvimento de uma maior autonomia dos pequenos agricultores em relação à agroindústria e a viabilização de uma melhoria de sua renda, mediante a redução dos custos de produção.

As pesquisas, nas três áreas, tiveram início logo nos primeiros anos de existência da entidade e envolveram, além dos esforços dos técnicos da entidade, a parceria com várias entidades cujo foco também incluía a produção de alternativas tecnológicas adequadas à produção agrícola familiar.

Na área de produção de sementes, as pesquisas envolveram três produtos: o milho, o feijão e a batatinha. As pesquisas sobre sementes de milho foram as que mais se destacaram em termos de variedades envolvidas e de esforços empreendidos. No total, tem-se o registro do resgate, experimentação e melhoramento de mais de 20 (vinte) variedades crioulas, através de um Ensaio Nacional de Milho Crioulo (ENMC), desenvolvido por vários anos, no distrito de Sede Figueira, município de Chapecó; de quatro Ensaios Regionais de Milho Crioulo (ERMC), também desenvolvidos durante vários anos nos municípios de Quilombo, Saudades, Seara e Palmitos, além de um grande número de ensaios locais, desenvolvidos em vários grupos. Em todos os casos, houve o acompanhamento de técnicos e pesquisadores.Além disso, com o avanço do programa, foram implantadas unidades de beneficiamento de sementes, de modo a facilitar sua padronização, reprodução e distribuição aos agricultores. Tais esforços permitiram um amplo processo de substituição das sementes híbridas de milho, sem perda de produtividade e com uma sensível redução de custos para o agricultor.

As pesquisas com as sementes de feijão foram menos abrangentes mas, proporcionalmente, não menos importantes para a produção regional. As informações obtidas

---

[86] Destaque-se, por exemplo, o Encontro Nacional de Milho Crioulo, sediado pela APACO, em Chapecó, de 19 a 23 de julho de 1993; O Seminário Regional de Sementes da APACO, realizado em várias edições; o Seminário Regional de Suinocultura ao Ar Livre; o Encontro de leite em Pequenas Propriedades, dentre outros.

indicam a realização de pesquisas e experimentos com até sete variedades de feijão, em diferentes municípios da região, numa lógica similar à das pesquisas sobre milho, permitindo a melhoria das sementes e a distribuição aos agricultores. As informações em relação às pesquisas sobre a batatinha indicam o melhoramento e reprodução de sementes de três variedades, em processos similares aos acima descritos.

A produção de leite a base de pasto também foi uma tecnologia alternativa desenvolvida para baratear a produção de leite e torná-la mais autônoma em relação aos insumos de origem industrial, desenvolvida e difundida pela APACO em parceria com universidades e institutos de pesquisa popular. "Busca alternativas técnicas e organizativas para a produção leiteira, baseada em alimentação com pastagens perenes, piqueteamento, melhoramento genético a partir do rebanho existente, homeopatia e fitoterapias, menor custo de produção e bem estar animal" (APACO, [s.d], p. 3).

Desenvolvida com a contribuição de técnicos e pesquisadores de várias entidades e universidades (especialmente a UFSC) e aliada a práticas de produção agroecológica, tornou possível a produção de leite em pequena escala, ao mesmo tempo em que viabilizou a preservação ambiental e a produção de produtos isentos de resíduos químicos. Ao longo de toda a década de 90, mais de uma dezena de condomínios de produção de leite a base de pasto foram implantados através da assessoria da APACO. Porém, ao que tudo indica, a utilização dessa tecnologia foi bem mais ampla que o âmbito dos condomínios, sendo largamente utilizada pelos pequenos agricultores em geral, mesmo aqueles que produzem individualmente, como também foi objeto de observação e estudo por outras entidades (sindicatos,cooperativas, ONGs e inclusive órgãos oficiais de pesquisa e extensão).

Intenções, lógica e repercussão semelhantes teve o programa de produção de suínos ao ar livre. "O sistema baseia-se no piqueteamento e no uso de cabanas, integrando o animal ao meio ambiente, permitindo maior flexibilidade, o acesso a novos criadores e com a grande vantagem de reduzir em até 80% o custo de implantação em relação ao sistema confinado" (APACO, [s.d], p. 3).

Além de baratear os custos de implantação da produção, por ser mais econômica em termos de instalações, permite a redução dos custos de produção, pela utilização de alternativas mais viáveis de alimentação e manejo. Além disso, também trabalha com o conceito de bem estar animal. Também nesse caso, quase duas dezenas de condomínios de produção de suínos, nesse sistema, foram implantados sob a orientação da APACO. Destaque-se que essa tecnologia despertou o interesse, inclusive, da empresa oficial de pesquisa de suínos, sendo objeto de

seminário específico, promovido por ela, onde as experiências desenvolvidas pelos grupos foram objeto de análise.

c) Programa de Agroindústria Familiar Associativa

Esse programa foi criado durante o Congresso da APACO, em abril de 1994, por demanda dos próprios grupos. Surgiu em torno das discussões sobre a necessidade de agregação de valor à produção. Segundo informa a entidade, em seu material informativo este programa:

> Tem como objetivo principal agregar valor a própria produção dos agricultores familiares, fortalecendo as atividades dos GCA's. Trabalha com pequenas unidades rurais de transformação ou beneficiamento dos produtos artesanais e agroecológicos, atendendo a mercados locais e/ou regionais. Este programa busca construir alternativas de diversificação das atividades no meio rural para geração de emprego e renda, contribuindo desta forma para a permanência de muitos(as) jovens, e integrado com as atividades tradicionais da mão-de-obra familiar existente (APACO, [s.d], p.3).

Na verdade o programa foi organizado para atender a uma demanda já existente, pois muitas iniciativas já estavam sendo implantadas espontaneamente por grupos e mesmo por famílias, acima, inclusive, da capacidade inicial de acompanhamento da entidade. Em projeto elaborado para busca de financiamento, em 1995, a entidade destacava a existência de uma mini-usina de leite, três indústrias de queijo, dois moinhos coloniais, seis confecções de roupas, duas indústrias de vassouras, oito fábricas de ração, além de várias iniciativas de criação de novas unidades, todas ligadas a grupos de cooperação agrícola.

Ao longo do tempo o programa se consolidou, a ponto de que, em 1999, foi elaborado e aprovado um programa de qualificação e fortalecimento dessas agroindústrias (Programa Desenvolver), elaborado e desenvolvido em parceria com diversas entidades incluindo universidades, empresas de pesquisa, ONGs e Prefeituras Municipais e governo do Estado de Santa Catarina e financiado pelo CNPq/FUNCITEC[87]. O programa, de abrangência estadual, previa o acompanhamento, fortalecimento e melhoria de 90 agroindústrias na região de abrangência deste estudo. Contudo, a pressão da demanda levou a que 120 agroindústrias fossem incluídas no programa, somente na região do Oeste Catarinense, todas de caráter familiar, porém nem todas ligadas a grupos filiados à APACO. A assessoria do DESENVOLVER, juntamente com a solução do problema de inspeção, uma das principais carências dessas agroindústrias nos primeiros anos de funcionamento, permitiram um rápido crescimento e consolidação dessas unidades de produção que, atualmente, se constituem numa das iniciativas mais promissoras para

o desenvolvimento da agricultura familiar e para a Economia Solidária na região. A partir do Programa Desenvolver, as agroindústrias ligadas aos GCAs e Associações filiadas à APACO, reuniram-se numa entidade específica (a União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF-), criada, no ano de 1999, por iniciativa da própria APACO. Dirigida e mantida pelas unidades, atua diretamente na sua organização e apoio, o que tem permitido significativos avanços, sobretudo no processo de comercialização (legalização, marketing, etc).

Em torno desse programa, um grande esforço de capacitação foi desenvolvido, tanto em termos de apropriação de tecnologias, de estratégias de gestão, quanto de boas práticas de produção (higiene, controle de qualidade, etc). Dele se originaram os empreendimentos que constituem o objeto do presente estudo.

d) O programa de Crédito Solidário

As dificuldades de acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares e grupos de cooperação figuram entre as primeiras preocupações da APACO, sendo citado, com freqüência, em quase todos os documentos da entidade, desde os seus primeiros anos de funcionamento. O programa de Crédito Solidário surgiu para assessorar os agricultores na discussão e constituição de cooperativas de crédito rural e de micro-crédito. Com esse intuito, vários encontros e seminários foram realizados, tanto em nível municipal quanto regional, além de inúmeras reuniões com agricultores interessados. A primeira cooperativa de crédito rural que surgiu através da iniciativa e assessoria da APACO, foi criada em 03 de junho de 1993, contando com a participação de 470 sócios. Entrou em funcionamento efetivo em 28 de outubro de 1994. Desde então tais cooperativas vêm se multiplicando, vinculadas ao sistema CRESOL (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), o qual se constitui, hoje, numa das principais frentes de economia solidária da região, como veremos mais adiante. Atualmente, as cooperativas de crédito, vinculadas ao sistema CRESOL, mesmo mantendo uma parceria bastante forte com a APACO, funcionam de modo autônomo. Serão descritas com maiores detalhes no Capítulo 4(item 4.2.2. - b).

[87] FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Em 28 de fevereiro de 2005, a FUNCITEC foi

e) Programa de assessoria Técnica

A assistência técnica também esteve entre as primeiras preocupações da APACO, sendo objeto de preocupação e de iniciativas desde os primeiros anos. Inicialmente, a equipe técnica (um agrônomo e um técnico agrícola) foi mantida com recursos do convênio com a MISEREOR[88]. Porém a ampliação da demanda, a partir do crescimento dos grupos, levou à busca de outras alternativas para ampliação do serviço, principalmente através da celebração de convênios com prefeituras municipais, as quais, através desses convênios, passaram a colocar à disposição da APACO, técnicos para dar assistência aos grupos situados dentro de cada município. Nesse caso, embora os técnicos fossem formalmente contratados pelas prefeituras, seu trabalho era coordenado pela APACO, que também se responsabilizava pela sua capacitação e orientação. Apesar de exposto a instabilidade política das prefeituras municipais, esses convênios foram muito importantes para a ampliação da presença e da influência da entidade em toda a região. Para se ter uma idéia de sua extensão, vale citar que, no primeiro semestre de 1995, a equipe já contava com 14 técnicos, entre os da própria entidade e os mantidos por convênios com prefeituras, cooperativas e também com parcerias com outros movimentos sociais. Foi principalmente através desse trabalho de assistência técnica que a entidade pôde difundir e orientar a implantação de novas práticas de produção entre os agricultores da região.

f) Programa de Capacitação e Intercâmbio

Historicamente, na entidade, esse programa desenvolveu-se em três projetos específicos: intercâmbio com instituições do país e de outros países, estágios de estudantes de universidades e de nível médio e assessoria ao movimento sindical, aos movimentos populares e outras instituições como escolas, igrejas, etc. Destaque-se o grande número de parcerias registradas com entidades direta ou indiretamente ligadas à produção agrícola familiar, universidades e outras instituições de educação e pesquisa e mesmo com organismos de estado, principalmente ligados à

---

transformada em FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina).

[88] A MISEREOR é uma ONG ligada à igreja católica da Alemanha que arrecada fundos para financiar e apoiar iniciativas de desenvolvimento e superação da pobreza no terceiro mundo.

pesquisa e extensão rural (ACARESC[89], EMBRAPA[90], EPAGRI[91], CNPq[92] e outros). Um aspecto que merece registro é a existência, desde o início das atividades da entidade, de parcerias com instituições de outros países, especialmente da Europa, com as quais a entidade manteve importantes atividades de intercâmbio, com destaque para as missões de agricultores para a França e a vinda de missões francesas à região para acompanhar e assessorar o trabalho desenvolvido.

Os estágios, especialmente de estudantes universitários, foram e continuam sendo, um importante ponto de contato da entidade com as universidades, os quais têm resultado em diversos trabalhos de pesquisa, assessoria às atividades dos grupos, bem como na formação de profissionais mais sensíveis à realidade da cooperação agrícola.

As assessorias, ao longo da história da entidade, têm servido como meio de apoiar a ação de entidades que mantêm atividades ligadas ao trabalho de cooperação (igreja, movimento sindical e popular), de divulgação dos princípios da cooperação (em escolas e universidades, principalmente), bem como de intervenção política no debate de temas considerados relevantes para o desenvolvimento da agricultura e da sociedade como um todo[93].

g) Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Esse é o programa mais recente da entidade. Surgiu a partir da percepção da necessidade de articulação entre o desenvolvimento da cooperação, em nível dos grupos e as ações voltadas ao desenvolvimento local dos municípios e da região como um todo. A partir de então, a entidade

---

[89] A ACARESC (Associação De Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, teve forte presença junto aos agricultores familiares durante todo o período em estudo, até o ano de 1991 quando foi extinta num processo de fusão com outras organizações, dando origem à EPAGRI.

[90] A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Atua por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, 03 Serviços e 11 Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação.

[91] A EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) foi criada em 1991, no bojo de uma profunda reforma administrativa promovida pelo governo estadual no Serviço Público Agrícola, representa a fusão e incorporação, numa só instituição os serviços de pesquisa agropecuária até então desenvolvidos pela Empasc – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A., de extensão rural pela Acaresc – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, de extensão pesqueira pela Acarpesc - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, além do serviço de fomento apícola, à cargo do IASC – Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

[92] Criado pela Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma Fundação, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para o apoio à pesquisa brasileira.

[93] Destaque-se, por exemplo, os debates em torno do MERCOSUL, dos quais a entidade participou ativamente.

vem desenvolvendo ações voltadas a animação de processos de desenvolvimento local, mediante o envolvimento da sociedade civil e poder público local, mediante estruturação de propostas de desenvolvimento alternativo. Esse programa permitiu que a entidade se colocasse como um ator de destaque nos processos de discussão e planejamento de programas de desenvolvimento, especialmente naqueles municípios cuja economia é prioritariamente calcada nas atividades agrícolas. Destaque-se, nessa perspectiva, o desenvolvimento do programa "Animação de Dinâmicas de Desenvolvimento Local no Oeste Catarinense", proposto e coordenado pela APACO, juntamente com o CEPAGRI[94], que conta com o financiamento do BNDS/PNUD[95] e que é desenvolvido em 13 municípios da região.

Por fim, além dos programas acima descritos, é oportuno registrar a preocupação permanente da entidade no desenvolvimento de atividades de cunho político, tanto de caráter institucional (audiências com prefeitos, secretários de estado, governadores, etc), quanto as de caráter reivindicatório (mobilizações, manifestações públicas, etc), sempre realizadas em conjunto com o movimento sindical e popular e/ou igreja, cabendo, inclusive, a estes a iniciativa. Neste caso a entidade participava mais como apoio.

É inegável que essa intensa movimentação pedagógica e política em torno da criação e difusão de práticas e organizações de cooperação agrícola, ou agricultura de grupo representou um verdadeiro movimento, capaz de operar uma mudança de conceitos, de valores e de posturas frente à realidade, autorizando-nos a falar de uma verdadeira *quebra de padrões culturais*, no sentido atribuído à expressão por Caldart (2000). Parece-nos plenamente legítimo falar que o grande conjunto de agricultores e agentes envolvidos nas inúmeras práticas e organizações de cooperação agrícola constituem-se

> [...] como sujeitos sociais que se produzem como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de *projeto*, ou seja, de algo que ainda não é, mas pode vir a ser. Daí a expressão *sujeitos socioculturais* para frisar uma possível diferença de sentido, em relação à produção de cultura a partir da vivência cotidiana mais simples (CALDART, 2000, p.26).

Ou seja, parece plenamente legítimo se pensar que, por trás das inúmeras iniciativas que surgiam a partir de diferentes iniciativas, independentes entre si, motivadas por diferentes

---

[94] CEPAGRI: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais é uma entidade integrante da rede CEPAGRO, (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo)**,** uma organização não governamental, formada por entidades de agricultores familiares de abrangência regional ou estadual, fundado em 20.04.90, por um grupo de pequenos agricultores e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo, como forma de viabilização das pequenas propriedades rurais.

[95] O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é uma organização que atua no país com o foco central no combate à pobreza.

programas e instituições, havia uma forte dimensão de **projeto** no sentido de algo que aponta para relações sociais novas, ainda não plenamente existentes, mas com grandes possibilidades de vir a ser. Certamente o que ocorreu na região, a partir desse momento, foi muito mais do que iniciativas pontuais de formação de grupos de cooperação agrícola. Um verdadeiro movimento cultural que apontava para a construção de novas relações sociais e novos valores passou a ocorrer, envolvendo uma parcela significativa da população que passou a vivenciar práticas de cooperação e a tomar iniciativas para organizar-se em diferentes formas de grupos e associações, os quais extrapolavam em muito as iniciativas das instituições, adquirindo, assim, um caráter de movimento. Citando novamente Caldart (2000, p. 27):

> [...] pessoas simples e comuns, que por decidirem participar de uma luta que envolve sua sobrevivência social e individual, e por isso adquire esta dimensão de radicalidade, acabam se constituindo em uma coletividade que os torna sujeitos *capazes de esperanças e propostas*. Dessa forma, como sujeitos, passam a fazer parte, mesmo sem toda a consciência (social e pessoal) disso, desse *movimento sociocultural* que vem e vai historicamente muito além deles e do seu tempo.

Este depoimento de um assessor da APACO é ilustrativo.

> A partir de experiência de grupos que surgiram espontaneamente, do aprofundamento da crise da pequena propriedade e da própria crise do movimento sindical, os sindicatos passaram a discutir seriamente a questão da cooperação e sistematizá-la em torno de um projeto.[...] No decorrer de 1989 se definiu uma comissão provisória que discutiu um ante-projeto de estatuto para a APACO, em seguida se realizou a assembléia de fundação da APACO com a aprovação dos estatutos e eleição da direção". (Depoimento de um assessor da APACO, citado PRIM, 1996, p. 77).

É interessante ressaltar o fato apontado pelo depoimento de que muitos grupos de cooperação agrícola surgiram de forma mais ou menos espontânea, a partir do movimento que estava em curso. De sua existência é que decorreu a criação da APACO como entidade aglutinadora e estimuladora dessa forma de produção. Ou seja, em nenhum lugar da sociedade o projeto de desenvolvimento estava pronto ou foi elaborado por completo para ser implantado. Um grande conjunto de agentes (agricultores, intelectuais, agentes religiosos, sindicalistas, extensionistas e vários outros) envolveram-se, de diferentes maneiras e em diferentes momentos em sua criação. Muitos profissionais (agrônomos, professores universitários, etc) engajaram-se no processo por diferentes razões e, ao fazê-lo, passaram a desenvolver-se (culturalmente, profissionalmente e politicamente) no decorrer do mesmo. Vale aqui lembrar a idéia de Gramsci de que as massas, ao conviver com os intelectuais orgânicos, colocam aos mesmos não apenas problemas, mas também princípios (de pensamento e de ação), a partir dos quais os intelectuais passam a contribuir para a sua elaboração de modo coerente e homogêneo. Veja que os

agricultores, ao organizar-se espontaneamente em grupos, ofereceram um importante princípio que se tornou basilar para a construção de um novo projeto de desenvolvimento. Ou seja, a relação entre intelectuais e massa tem dois pólos ativos: os intelectuais e a massa. E ambos se constroem no próprio processo em função dessa influência recíproca. Nesse desenrolar histórico é que se tornam "sujeitos capazes de esperanças e propostas", mediados por processos de aprendizagem que possibilitam a abertura de novas possibilidades de solução aos problemas enfrentados e criam predisposições pessoais, sociais e institucionais para a organização e para a construção de alternativas de vida e de produção.

2.1.6 Os programas de formação e intercâmbio desenvolvidos pelo movimento sindical

2.1.6.1 O programa terra solidária

O Programa Terra Solidária é um amplo programa de formação, iniciado em 1999, voltado mais especificamente, embora não de modo exclusivo, aos agricultores familiares descapitalizados ou em transição[96], aos agricultores incluídos em programas como o PRONAF e o PROGER, além dos agricultores que participam de Grupos de Cooperação Agrícola, Associações e Cooperativas de Agricultores dos três estados do sul. É desenvolvido por três entidades (a FETRAFE-SUL-CUT, A Escola Sindical Sul da CUT e o DESER[97]) e conta com um amplo apoio institucional, inclusive do estado, através do financiamento. Seu objetivo é:

---

[96] Segundo Abramovay (2001) **agricultores descapitalizados** são aqueles que atuam em estabelecimentos que proporcionam um valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada. Correspondem, segundo o autor, a aproximadamente 42% dos estabelecimentos agrícolas da região. **Agricultores em transição** são aqueles que vivem na agricultura, mas não conseguem realizar investimentos. A idéia de transição mostra que a trajetória socioeconômica desses agricultores pode ser ascendente ou descendente. Correspondem a aproximadamente 29% dos estabelecimentos agrícolas da região.

[97] O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais é uma organização não-governamental que foi fundada em Junho de 1988 por diversos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas às igrejas e entidades de assessoria dos três estados da região Sul do Brasil. Surgiu a partir de uma demanda das diferentes organizações sociais do campo e, desde o início, trabalha na assessoria a esses movimentos e entidades, desenvolvendo sistematização de informações, elaboração e difusão de análises e estudos, produção de pesquisas e assessorias que avancem na implementação de políticas que melhorem as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares da região (www.deser.org.br).

> Estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo por base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos (FETRAFE SUL-CUT; DESER, 2001, p. 18)

Construído a partir dos princípios da educação popular, propõe-se partir da experiência concreta de vida dos agricultores familiares e promover um processo de formação que inclui tanto a formação política, quanto técnico-profissional, com o intuito de formar *agentes de desenvolvimento*. Sua concretização está baseada em quatro sub-programas:

a) Gestão sustentável e solidária – baseado no intercâmbio e trocas de experiências entre agricultores, onde a prioridade é a socialização das experiências alternativas em desenvolvimento nas diferentes regiões dos três estados do sul.
b) Sindicalismo e Desenvolvimento – voltado à capacitação de lideranças sindicais ligadas à agricultura familiar.
c) Desenvolvimento Metodológico – voltado à produção de recursos metodológicos para o desenvolvimento dos demais sub-programas.
d) Ensino Fundamental – Voltado à escolarização, em caráter supletivo, de agricultores familiares que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental em período regular.

O eixo articulador de todo o desenvolvimento curricular é: *"História do Desenvolvimento Agrário do Brasil e a Construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário"*. A partir dele, 20 unidades de ensino foram desenvolvidas para serem trabalhadas nas 900 horas do curso, abrangendo diversos temas ligados à realidade da agricultura familiar. Destaque-se o fato de que cinco delas, tratam, de modo específico da questão do desenvolvimento sustentável e da agroecologia e quatro delas referem-se diretamente à questão da cooperação, produção associada e economia solidária. Além disso, três unidades referem-se a aspectos ligados a gestão da produção e fatores correlatos.

Pela sua abrangência e extensão[98], bem como pela profundidade da abordagem dos seus temas (a julgar pelo material utilizado), o programa Terra Solidária provavelmente se constitua num dos mais amplos e significativos processos educativos desenvolvidos na região nas últimas décadas, tendo possibilitado aos agricultores o contato com vários conceitos novos, ligados tanto à produção agrícola em si, quanto ao processo de desenvolvimento.

[98] Estima-se que tenha atingido mais de 50 mil agricultores nos três estados do sul.

2.1.6.2 O programa "de agricultor para agricultor"

Trata-se de um programa desenvolvido pela FETRAF-SUL e sindicatos a ela filiados, que consiste na realização de visitas programadas de grupos de agricultores a propriedades rurais que implantaram algum tipo de experiência de inovação na produção, dentro de uma cadeia produtiva determinada[99]. Nessas visitas, que duram de um ou, geralmente, vários dias, os visitantes tomam contato com o cotidiano da produção, no interior dessas experiências, recebem informações, ouvem explicações, sanam dúvidas e até mesmo, participam do trabalho em desenvolvimento. Os temas abordam aspectos relacionados à produção (de pastagens, de animais, de olerícolas, etc), a industrialização, a comercialização e a organização dos agricultores. Tem por objetivo a identificação, cadastramento e divulgação de experiências alternativas de produção em desenvolvimento, bem como o resgate e socialização de conhecimentos desenvolvidos pelos próprios agricultores, em suas experiências de produção. Possibilita, assim, a troca de experiências e conhecimentos entre os agricultores e a aprendizagem mútua.

Este programa merece destaque por duas razões principais. Em primeiro lugar pelo resgate e valorização dos saberes desenvolvidos pelos próprios agricultores, a partir da sua tradição e das suas tentativas de solução dos problemas enfrentados no seu dia-a-dia, numa lógica orientada para a sustentabilidade (social e ambiental), a agroecologia e a solidariedade. Possibilita, assim, uma revalorização de saberes construídos a partir de uma lógica negada pelos agentes da modernização da agricultura e constitui-se, desse modo, numa tentativa de resgate da autonomia dos camponeses. Em segundo lugar, pela sua eficácia na difusão das novas experiências de produção, desenvolvidas na região pelos grupos de cooperação agrícola e outras iniciativas de inovação. Através desse programa, os agricultores podem tomar contato, de modo concreto, com o cotidiano de novas experiências de produção e perceber as possibilidades e desafios relacionados à sua implantação, a partir da ótica (e da experiência) dos próprios agricultores.

Através desse programa, as próprias experiências alternativas em desenvolvimento na região passam a se constituir, elas próprias, em experiências pedagógicas capazes de interagir

[99] Segundo a definição do próprio programa, as cadeias produtivas envolvidas são: cadeia produtiva do leite, de hortigranjeiros, de carnes (suínos e peixes) e da cana-de-açúcar e do manejo da biodiversidade. Na verdade, o manejo da biodiversidade, citado como cadeia produtiva, parece ser muito mais uma forma de abordagem do processo de produção, do que uma cadeia produtiva específica.

com outros agricultores, socializando e difundindo suas conquistas e o aprendizado obtido no enfrentamento de suas dificuldades cotidianas.

Nessa mesma perspectiva, merece destaque a articulação da agricultura familiar no Fórum Social Mundial. Desde a segunda edição do fórum, a agricultura familiar organizou um amplo espaço de exposição e troca de experiências entre os participantes. Mesmo com menores possibilidades de massificação, uma vez que implica no deslocamento dos agricultores à cidade sede do evento, é importante registrar a intensidade das trocas de experiências e a capacidade de divulgação das inovações implementadas nas diversas regiões do país e de outros países. Além da exposição das experiências e da possibilidade de contato direto com os agricultores responsáveis pelas mesmas, diversas formas de apresentações coletivas e debates são promovidas ao longo dos dias do fórum.

Numa linha semelhante, também pode se destacar o *Mutirão da Agricultura Familiar* que busca retomar a articulação dos agricultores no debate público sobre o desenvolvimento da agricultura familiar. Consiste num programa de visitas às propriedades rurais das diversas comunidades de cada município, através do qual, lideranças sindicais e de outras entidades tomam contato com a realidade dos agricultores, mesmo aqueles que não tem participado dos debates públicos e das ações desencadeadas pelo movimento sindical e movimentos populares a respeito do desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, são desenvolvidas reuniões e debates em cada comunidade, buscando envolver todos os agricultores, de modo a trazê-los de volta ao debate público sobre o tema.

2.1.7 A escola

Dentre as pedagogias em ação e interação no meio rural, é oportuno citar também a escola. Presente em todas as comunidades ou, mais recentemente, acessível a praticamente todas as crianças, embora não necessariamente no âmbito de todas as comunidades[100], a escola também tem sido um espaço de difusão de conhecimentos e práticas que, de algum modo, entram em

[100] Pelo processo de nucleação, as escolas têm sido centralizadas, reunindo, via transporte escolar, alunos de várias comunidades diferentes, levando, assim, ao deslocamento dos alunos para fora de suas comunidades e o contato com alunos de diferentes espaços e culturas, inclusive e até prioritariamente, com a experiência de vida no meio urbano. Esse processo tem sido alvo de críticas por parte dos agricultores entrevistados, principalmente pela perda de identidade dos jovens com o meio rural.

interação e até tensionam a cultura e a prática dos agricultores. Renk (2000) destaca, inclusive, o fato do papel do professor no meio rural geralmente extrapolar as atividades estritas da docência.

> As reuniões sistemáticas com os pais inserem conteúdos informativos, visando a 'elevar o nível de vida da população'. Além disso, a escola é responsável pelas novas formas de sociabilidade: como a introdução da pré-escola na área colonial (que noutros tempos era privilégio da área urbana) e a ampliação da rede escolar na colônia ou na cidade, com o serviço de transporte escolar custeado pela municipalidade, o que implica em aumentar o tempo de retirada do filho da propriedade. Esse insere-se mais cedo, ao freqüentar a pré-escola e prolonga o tempo de escolaridade. (RENK, 2000, p. 309).

Como se pode ver, a freqüência à escola, desde cedo, coloca a criança em contato com novas referências culturais, para além da sua família e da unidade familiar de produção. Além disso, a extensão do nível de escolaridade média dos jovens agricultores, facilitada pela disponibilidade do transporte escolar e incentivada através de diversos meios, permite aos filhos de agricultores um contato mais prolongado com padrões culturais externos à propriedade (especialmente a experiência de vida urbana), bem como permite o acesso a novos conhecimentos e aos produtos da cultura letrada, o que lhes permite construir novas referências de interpretação e análise da experiência de vida no campo. Possibilita-lhes, ainda, lidar com mais desenvoltura com os produtos da cultura letrada na busca de solução aos problemas do cotidiano.

Por fim, é preciso considerar que os conteúdos escolares não são isentos de uma visão de mundo e mesmo, como já nos alertaram os autores da sociologia crítica da educação[101], tendem a ser bastante sensíveis ao olhar e aos modos de interpretação típicos das camadas mais privilegiadas da população, fazendo com que, através dos aparentemente inocentes conteúdos escolares, novas visões de mundo marquem presença no mundo rural.

2.1.8 A eletrificação rural

Nesse trabalho de garimpagem dos principais movimentos pedagógicos que passaram a atravessar o campo nas últimas décadas, colocando os camponeses em contato com novas referências, ampliando o leque de opções para análise da realidade e tomada de decisões não se

[101] Refiro-me aqui tanto aos autores da chamada corrente crítico-reprodutivista (ALTHUSSER, 1985; BOUDIEU; PASSERON, 1982 e outros), bem como da corrente histórico-crítica (GRAMSCI, 1984, [s.d]; SNYDERS, 1981;

SAVIANI, 1985, 1993 e tantos outros), ou ainda da corrente pós-moderna como SILVA (1995). Ainda pode-se citar estudos mais específicos sobre a ideologia na escola e nos textos didáticos, como o estudo de Nosella (1981).

pode ignorar a importância da extensão da rede elétrica, a qual passou a atingir a grande maioria das propriedades. E ela se fez acompanhar de dois fatores da maior importância. Em primeiro lugar os meios de comunicação social, especialmente a televisão, através dos quais, além de novos conhecimentos e da percepção de realidades distantes do seu espaço local de convivência, a vida urbana e seus valores e modos de vida típicos, passaram a povoar o espaço doméstico da família camponesa. Com isso novos modos de ser, de pensar e de agir tornaram-se familiares aos camponeses. Não se pode deixar de considerar esse fato. A antiga expressão "MIR", significando "mundo" ou "paz", que na descrição de Pitt-Rivers (apud SHANIN, 1990), identificava a aldeia como uma totalidade que envolvia o camponês e se tornava praticamente sua única experiência de vida e única referência em torno da qual estruturava seu modo de ser e de pensar, não passa hoje de uma vaga lembrança, no cotidiano de vida dos agricultores. Hoje o agricultor familiar tem condições de conectar-se, seja através de informações ou de alternativas de entretenimento, ao mundo globalizado através da realidade virtual trazida pela televisão.

Em segundo lugar, não se pode deixar de perceber e fazer referência à importância pedagógica, no interior do modo de vida do agricultor familiar, do acesso aos eletrodomésticos que, junto com a facilidade de solução e desenvolvimento das lides domésticas, trazem consigo um novo modo de viver e de experimentar a vida e o trabalho. O chuveiro elétrico, a geladeira, a batedeira, o liquidificador e outros equipamentos, reeducam o corpo, os hábitos alimentares e modificam a experiência de trabalho doméstico. É, inclusive, muito provável que a crescente recusa dos pesados sacrifícios impostos pelo antigo trabalho na lavoura, percebida nos jovens da região pelo trabalho de pesquisa desenvolvido pela EPAGRI, no final dos anos 90 (ABRAMOVAY, 1998), mantenha relação com nova experiência de conforto, possibilitada pelo contato com os eletrodomésticos e outros utensílios típicos da civilização urbano-industrial.

Na mesma direção podem ser considerados a melhoria da malha viária (que facilitou em muito os deslocamentos para outras regiões) e o próprio acesso mais freqüente ao mercado, que permite a aquisição de novos produtos, antes desconhecidos (RENK, 2000).

Todas essas referências ou como aqui denominamos, *pedagogias*, que passaram a povoar o campo e interagir com o imaginário camponês, colocam novas referências e abrem novas possibilidades de solução ao desafio de construir as condições de vida dos agricultores. Nesse contexto é que se deve perceber e interpretar as diferentes reações da população atingida pela crise da agricultura familiar tradicional, o surgimento da economia solidária e o trabalho cooperativo como um novo modo de viver, de produzir e de pensar, desenvolvido no interior

dessa cultura, em sua interação com os novos elementos presentes no contexto e diante do desafio de produzir sua existência.

No capítulo 4 apresentaremos um panorama da economia solidária na região, numa tentativa de situar os diferentes tipos de iniciativas e empreendimentos num contexto geral do que se convencionou chamar de movimento sócio-cultural de economia solidária, presente nas diversas regiões do país e que, no Oeste catarinense vem ganhando grande visibilidade. É no interior desse movimento que se situam os empreendimentos estudados na presente pesquisa.

CAPÍTULO III
SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA
ORIGENS, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO ATUAL

A partir de meados da década de 90, a população envolvida na organização de alternativas de produção associada no Oeste catarinense começou a tomar contato com o que hoje se pode caracterizar como um movimento social da economia solidária. A partir de então, essas experiências e seus agentes passaram a tomar parte de um debate mais amplo e abrangente sobre o significado, os rumos e as possibilidades dessas iniciativas, no contexto social brasileiro e mundial, na perspectiva de construção de um modelo de produção alternativo ao capitalismo.

É importante deixar claro que essas experiências de produção associada, desde o seu princípio, mantiveram contato e intercâmbio com experiências similares de outras regiões e mesmo de outros países. Esse intercâmbio foi bastante favorecido pela existência de mediadores com amplo leque de contatos e articulações, como é o caso da igreja católica, a qual oportunizava articulações com experiências e entidades de outras regiões de dentro e fora do país[102]. Também a presença dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no apoio e organização das experiências de produção associada, favorecia a articulação com outras regiões, devido a sua própria dinâmica de articulação institucional, enquanto sindicato. Por fim, a estreita vinculação entre a criação de alternativas de produção e as lutas engendradas pelos movimentos sociais envolvendo populações camponesas que surgiram na região a partir da década de 80, também favoreceu a sua articulação com outras experiências de fora da região de origem.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 90, com o advento do que se entitulou de movimento social da economia solidária, os participantes dessas experiências passaram a perceber/reconhecer sua identidade com um amplo conjunto de experiências, de grande diversidade, ligadas a diversos setores econômicos, abrigadas sob um mesmo escopo teórico, político, econômico e social, por compartilharem um conjunto de características que passaram a definir a categoria "economia solidária".

[102] A revisão das atas das reuniões da APACO revela que, desde os seus primeiros anos de existência, a entidade manteve contatos regulares com ONGs e entidades de outras regiões do país e de outros países. O financiamento de suas atividades, logo nos primeiros anos, inclusive, foi viabilizado através de uma ONG alemã (a MISERIOR).

3.1 Origens da Economia Solidária

Segundo Singer (2002), a economia solidária (sem ainda utilizar essa nomenclatura) nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos, ocasionado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Nos primórdios da revolução industrial a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e era de tal dimensão que chegava ao ponto de ameaçar a própria reprodução biológica do proletariado.

Nesse contexto, as iniciativas de trabalho associado, gerido pelos trabalhadores através dos princípios da autogestão, surgiram como uma forma de reação à realidade de extrema exploração do trabalho em vista de construção de alternativas que pudessem melhorar as condições de vida dos trabalhadores. As primeiras iniciativas partiram de alguns industriais mais esclarecidos que passaram a implantar condições mais humanitárias de trabalho, dentre os quais destacou-se o inglês Robert Owen. Aos poucos, porém, essas iniciativas adquiriram um caráter de oposição ao trabalho assalariado e às dramáticas condições de vida que impunha aos trabalhadores.

No início do século XIX, diante da aguda depressão econômica que atingiu a economia da Grã-Bretanha e provocou um aumento acentuado do desemprego e da pobreza entre os trabalhadores; o agravamento ainda maior das condições de vida e de trabalho; da falta de políticas adequadas de reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, iniciou-se um movimento de criação de cooperativas para viabilizar a atividade econômica e a sobrevivência dos desempregados e mesmo para substituir o próprio trabalho assalariado. Desse modo, o movimento cooperativista surgiu como reação às condições de vida e de trabalho produzidas pela revolução industrial capitalista nascente, razão pela qual Singer (2002) denomina esse momento do cooperativismo como "cooperativismo revolucionário".

O auge do movimento foi atingido no momento em que o cooperativismo e as idéias de Owen foram assumidos pelo crescente movimento sindical dos trabalhadores, que se encontrava em uma fase de grande crescimento. A partir de então, a estratégia de organização da produção pela via do cooperativismo foi utilizada pelos trabalhadores não para melhorar a situação dos assalariados, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão.

> Muitas das cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX) eram dessa espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Beneficientes cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (COLE apud SINGER, 2002, p. 29).

A estratégia dos trabalhadores era a de disputar o mercado com os empresários capitalistas, visando substituir o trabalho assalariado por um sistema de trabalho associado de caráter autogestionário. Para tanto, uma série de outras iniciativas foram implementadas, como as bolsas eqüitativas de troca (espaço no qual os produtos eram intercambiados com o auxílio de moedas próprias), as cooperativas de consumo, as aldeias cooperativas ou cooperativas integrais, entre outras.

Observa-se, então que, de acordo com Singer, o cooperativismo e as iniciativas ligadas à estratégia autogestionária de organização da produção, ainda em seus primórdios, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo, chegando a ser proposto por Owen como República Cooperativa, desejando, através dele, rever toda a organização social e suas relações de produção.

> Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de 'cooperativismo revolucionário', o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo (SINGER, 2002, p. 35).

Esse processo, contudo, a partir de 1830, passou a sofrer uma forte oposição do empresariado, que percebeu sua dimensão revolucionária, com o qual, a partir de então, travou-se uma luta intensa que culminou com a derrota dos trabalhadores. Paralelamente, as condições do trabalho assalariado foram sendo revistas e muitos avanços foram registrados nas condições de vida e de trabalho dos assalariados, o que acabou por diminuir a disposição dos trabalhadores para a autogestão. A partir de então, mesmo que se tenha registrado ao longo de todo o tempo, experiências de busca de alternativas de produção fora da perspectiva do trabalho assalariado, não se repetiu o mesmo ímpeto dos anos iniciais, nem mesmo o seu caráter revolucionário de construção de alternativas ao modo capitalista de organização da produção.

Segundo Singer (2002), na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando, com redução da jornada de trabalho, elevação dos salários, acesso à seguridade social, dentre outros benefícios. Estes avanços se espandiram muito após a segunda guerra mundial, debilitando a crítica à alienação

que o assalariamento impõe aos trabalhadores. Assim o movimento sindical trocou a luta contra o assalariamento pela luta pela garantia dos direitos conquistados e pela sua ampliação. Esta foi, segundo o autor, uma das causas do desinteresse crescente pela autogestão.

> Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Ter emprego em que seja possível gozar de direitos legais e fazer carreira passou a ser um privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte da sua base social e conseqüentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a 'flexibilização' de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado.
> Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada (SINGER, 2002, p. 110-111).

Em todos os estudos consultados há um razoável consenso de que, na origem do fenômeno de difusão dessas iniciativas autônomas de trabalho, que caracterizam essa economia solidária (ou economia popular, como veremos adiante), encontram-se, inegavelmente, os efeitos da crise da sociedade salarial e do estado de bem estar social.

Ocorre que, passada a era de ouro do padrão fordista de acumulação (1940 –1980), momento em que o crescimento e o processo de acumulação assentavam-se fortemente (nos países mais desenvolvidos) na constituição de uma verdadeira "sociedade salarial", com índices de assalariamento que ultrapassavam os 80% da PEA[103] urbana e na qual os salários representavam a forma predominante de estruturação de consumo de massa, com ganhos significativos para os trabalhadores, a diminuição das taxas de lucro impôs a necessidade de construção de um novo padrão de acumulação, o qual teve como pressuposto a destruição das conquistas dos trabalhadores, alcançadas no auge do padrão fordista de acumulação. A nova produtividade conquistada no contexto da automação flexível e da intensificação dos processos de trabalho, permitiu uma acentuada dispensa de mão-de-obra, e colocou as bases de uma nova situação de negociação, amplamente favorável ao capital, que resultou, por si só, numa acentuada fragilização da força de trabalho e de suas entidades representativas de negociação (ANTUNES, 2000). Esse fato, junto com a elevação acentuada do desemprego, tem levado ao que Segnini (1999) e outros autores têm chamado de *fragilização da força de trabalho.* Com seu poder de

[103] População Economicamente Ativa

barganha bastante reduzido, os trabalhadores têm renunciado às lutas pela garantia de direitos e priorizado a defesa pura e simples do emprego. O desemprego, a precarização do trabalho e a redução dos ganhos têm sido a tônica e têm contribuído em muito para a concentração cada vez maior da riqueza entre as diferentes classes.

Esse complexo fenômeno se faz acompanhar, em todo o mundo, de um aumento da pobreza e um aprofundamento ainda maior das desigualdades, sobretudo nos países menos desenvolvidos, levando a um significativo agravamento das condições de vida da população mais pobre. O elemento novo trazido por esse momento não é propriamente a dificuldades dos setores populares em se integrarem ao processo econômico capitalista (formal)[104], e sim a quase total ausência de perspectivas de que essa integração venha a ocorrer. De um modo geral, a ausência de emprego e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho era identificada com as crises (cíclicas) do capitalismo. Nesse momento, porém, o conceito de *desemprego estrutural*, coloca a perspectiva do desemprego em massa coexistir com o crescimento econômico Frigotto (1999).

Em países como o Brasil, onde a renda historicamente foi bastante concentrada, em que a sociedade salarial sequer se instalou em sentido pleno e o estado de bem estar social sequer existiu, as condições atuais têm significado o aprofundamento do abismo que separa as classes sociais.

Esse conjunto de fatores, sucintamente apresentados até aqui, constituem o pano de fundo onde, cada vez mais, as perspectivas de inclusão das maiorias, através das políticas econômicas emanadas dos órgãos de regulação do capitalismo mundial são menores e onde, ao mesmo tempo, se desenvolvem as estratégias de sobrevivência produzidas pelos setores populares, no contexto da *economia popular*.

É nessa perspectiva que surgiu e ganhou visibilidade a possibilidade/necessidade de busca de alternativas que, de imediato, possam oferecer, ao menos, um alívio imediato da pobreza.

---

[104] Como destaca Singer(1997), a falta de empregos para as camadas mais pobres da população não é recente. As camadas mais pobres já se encontravam em situação de desemprego a décadas. O aumento atual do desemprego (de caráter estrutural), atingiu, isto sim, a uma grande parte dos que, sobretudo nos países mais desenvolvidos, faziam parte da classe média e se caracterizavam por terem empregos estáveis e um conjunto de direitos sociais inerentes a esta condição. Porém, este desemprego que hoje os atinge contribui para o aumento geral da pobreza, tanto entre estes que o autor chama de "novos pobres", quanto entre os pobres "antigos", devido a um agravamento geral das condições de vida. Nas palavras do autor:

> É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres 'antigos', os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados. É provável, porém, que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza.(SINGER, 1997,p. 11).

Tiriba (1998) chama a atenção para o fato de que a busca de alternativas de sobrevivência, fora ou fracamente integradas à economia capitalista, não são um fenômeno novo. Nova, no entanto, é a sua abrangência. O que vem se observando é um processo de generalização dessas alternativas em toda a América Latina, como parte integrante do contexto maior da nova ordem internacional, em que o trabalho assalariado vem perdendo sua centralidade nas relações entre capital e trabalho.

De fato, estudos de diferentes autores têm revelado um crescimento significativo de iniciativas de geração de renda, voltadas a viabilizar a sobrevivência. Coraggio (2000) destaca o fato de que, em sua ânsia de sobreviver, os setores de renda mais baixa, que vivem numa situação incerteza e necessidades extremas, são levados a procurar e/ou aceitar qualquer possibilidade de aumento de suas rendas, seja através de jornadas de trabalho muito longas (o que gera uma combinação curiosa de desemprego e excesso de trabalho) ou mesmo de atividades ilegais. Em todos os estudos consultados a respeito, há também uma ênfase na diversidade dessas alternativas, indo desde iniciativas individuais, de caráter emergencial para a garantia da sobrevivência, até a constituição de empreendimentos organizados coletivamente e que têm entre os seus objetivos a construção de novas relações sociais.

Tiriba (1998), coloca até mesmo a possibilidade de agrupar essas iniciativas em três grupos, de acordo com seu grau de estabilidade e permanência no tempo e ainda de acordo com o valor que seus protagonistas lhe atribuam:

> a) estratégias de sobrevivência: emergencial e transitória; b) estratégias de subsistência: satisfação de suas necessidades básicas, não sendo possível nenhuma forma de acumulação ou crescimento e c) estratégias de vida – valorização da liberdade/companheirismo/autogestão, preferência por trabalhar por conta própria ou por que foram fechadas as formas tradicionais de trabalho. (TIRIBA, 1998, p. 199).

Caracterizadas por essa sua grande diversidade, essas iniciativas foram muito lentamente ganhando visibilidade. O fato é que as próprias categorias teóricas empregadas para analisar o desenvolvimento econômico, construídas com base nas relações capital trabalho, pela via do emprego assalariado, não davam conta de incluir tais iniciativas e dotá-las de um estatuto próprio. Mesmo quando percebidas, eram analisadas como algo contingencial, provisório, ligado a ações assistenciais e sem qualquer potencial enquanto alternativas de sociabilidade. Tanto que os representantes dos movimentos sociais e partidos de esquerda olhavam com grande desconfiança para as ações que visavam apoiar tais iniciativas populares, julgando-as de caráter reformista e não vinculadas à construção de alternativas ao capitalismo.

No entanto, como destaca Coraggio (2000), aos poucos os próprios ativistas da promoção popular, de diversos matizes e características, dadas as tendências da economia, passaram a admitir e mesmo defender a necessidade de intervir no fator econômico, mesmo que, muitas vezes, não soubessem como fazê-lo. Isso porque estavam habituados a concentrar seus esforços na conscientização, mobilização e organização política da população e não na sua organização econômica. A partir de então, os programas de geração de trabalho e renda passaram a fazer parte, cada vez mais, das pautas de diversas organizações. A partir de então, as iniciativas de caráter econômico passaram a ganhar uma nova visibilidade e, até mesmo, novos significados, recaindo uma atenção cada vez maior sobre seus potenciais na construção de alternativas às relações econômicas capitalistas. O próprio conceito de economia foi sendo ressignificado, no âmbito da organização popular como informa Coraggio (2000, p. 118),

> [...] a economia não se reduz a atividades que passam pelo conceito de dinheiro-receitas. [...] Na realidade, a economia tem a ver com a resolução de todas as necessidades, as culturais, as simbólicas, as de sociabilidade e também com as necessidades materiais , como acesso aos serviços de saúde, educação e moradia, ainda que isto não se dê através do mercado e do dinheiro.

Gaiger (2000, p. 168) resgatando a história do surgimento do termo Economia Solidária afirma:

> Se olharmos nos últimos 20 anos, vamos perceber, a partir do início da década de 1980, uma gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos associativos de cunho comunitário e, às vezes, até semifamiliar. Em seguida, surgem empreendimentos formados dentro de movimentos sociais, também de cunho comunitário, ligados à questão da reprodução da vida. Mais recentemente, além de movimentos sociais como o MST, também o sindicalismo e um conjunto muito grande de entidades tem se interessado e vem se empenhando nesse campo de ação.
> Nos anos de 1980, essas iniciativas tinham pequena visibilidade. Eram até consideradas de pequena importância: não faziam parte do 'front' principal de mobilização e de luta. Naquela época, eram, muito mais, obras de entidades assistenciais e filantrópicas. [...]
> Aos poucos, esse campo vai ganhando visibilidade social e, agora, se pode falar também em viabilidade política. É quando vai surgir o conceito de Economia Solidária, junto com outros conceitos que procuram dar conta dessa realidade.

3.2 Sobre o Conceito de Economia Solidária

A expressão economia solidária foi elaborada na França, no começo dos anos 90, fruto de pesquisas desenvolvidas, em Paris, sob a coordenação de Jean-Louis Laville, visando, exatamente, dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação de

iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas, chamadas, na Europa, de iniciativas locais. (PINTO, 2004).

Já na América Latina, uma outra categoria vem sendo utilizada para caracterizar esse movimento de resistência dos trabalhadores à nova realidade do trabalho. É a chamada *economia popular* que, embora muito próxima, em sua conceituação, à economia solidária, representa uma leitura um pouco distinta em relação ao fenômeno em suas manifestações no continente latino americano.

> Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. Nessa compreensão, o conceito remete a duas questões fundamentais:
> Refere-se a uma dimensão de economia que transcende a da obtenção de ganhos materiais e está estreitamente vinculada à reprodução ampliada da vida. [...]
> Refere-se a um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os setores populares, manifestando-se e ganhando diferentes configurações e significados ao longo da história da humanidade. Sendo a forma pela qual, historicamente, os setores populares tentam assegurar – a seu modo- a reprodução ampliada da vida, temos que considerar, pelo menos, duas dimensões desta economia. A primeira diz respeito à forma como ela, cotidianamente, se faz, se apresenta, ou seja, à forma como os setores populares, no seu dia-a-dia, produzem e reproduzem a sua existência. A segunda diz respeito ao sentido que a economia popular assume em cada espaço histórico [...]. Em cada uma delas (sociedades) manifesta-se de acordo com os horizontes políticos e as práticas cotidianas de trabalho dos seus atores [...]. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p.101-2)

Segundo Razeto (1993, p. 36), economia popular é:

> [...] o resultado das diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares, marginalizados crescentemente dos dois grandes sistemas formais de destinação e distribuição de recursos (o mercado e o estado), vêm tendo que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas.

No seu interior, segundo o mesmo autor, podem ser incluídas cinco tipos deferentes de iniciativas;

- Soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza, etc.
- Atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, pequeno ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas;
- Iniciativas individuais não estabelecidas e informais como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de sucata, etc. – algumas vezes vinculados com o mercado formal;
- Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios como lojas de bairro, oficinas de costura, bares, biroscas, etc. (geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família)

- Organizações econômicas populares: organização de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares (RAZETO,1993, p.36-37).

Na mesma direção, Coraggio(2000) e Tiriba(1999) referem-se à economia popular como aquela voltada à *reprodução ampliada da vida*, ao invés da acumulação de capital.

Em todos os estudos empreendidos no intuído de desenvolver o conceito e descrever o fenômeno, destaca-se a grande diversidade de experiências que o mesmo abriga.

È importante destacar que, segundo Icasa e Tiriba(2003), embora submersa e subordinada às condições do contexto da produção capitalista, a economia popular apresenta características que se contrapõe à racionalidade econômica capitalista. Destaque-se o não assalariamento (ênfase à utilização da própria força de trabalho), uma vez que, mesmo quando ocorre o emprego de algum trabalho assalariado, a ênfase recai na reprodução ampliada da unidade doméstica, não se caracterizando pela exploração do trabalho alheio. Outro aspecto a é possibilidade de produção de um excedente para a comercialização (além da produção para a própria subsistência), cuja propriedade é dos próprios produtores, não sendo baseada no princípio da apropriação do trabalho excedente, característica da produção capitalista. A troca, nesse caso, é feita por outros valores de uso. Por fim, destaque-se que a economia popular não se caracteriza pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, sendo o trabalho o principal fator de produção.

Uma distinção conceitual importante feita pelas autoras é a distinção entre economia popular e economia informal. Ao contrário da economia informal, na economia popular não se incluem atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidos por empresários que buscam enriquecimento próprio, a partir da exploração do trabalho alheio, como o é o caso dos vendedores ambulantes, sacoleiros, etc. Ao contrário da economia popular, na economia informal, a ausência de vínculo empregatício não significa ausência de um patrão. Nesse sentido, Coraggio(1997) destaca que a lógica da reprodução ampliada da vida é o principal elemento que diferencia a economia popular dos outros segmentos econômicos, chegando inclusive a propor que dada a complexidade do novo tecido social, a economia estaria dividida em três subsistemas: a economia empresarial capitalista, a economia pública e a economia popular. Enquanto as duas primeiras se orientam pela busca do lucro e a legitimação do poder, a economia popular inclui todas as unidades domésticas que não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver

da riqueza acumulada, sendo que os seus membros precisam trabalhar continuamente para realizar as suas expectativas de vida.

Como se pode observar, pelas definições apresentadas, este conceito não é idêntico ao da economia solidária, embora mantenha com ele muitas aproximações.

Tiriba (1998, p. 189) destaca a diversidade de conceitos que têm sido utilizados para designar as múltiplas experiências econômicas populares:

> Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa... muitas tem sido as denominações utilizadas para fazer referência às diferentes experiências econômicas, empreendidas pelos setores populares. Frente ao desemprego, as alternativas de sobrevivência tem sido as mais diversificadas nos centros urbanos: comércio ambulante, drogas, prostituição, hortas comunitárias, coleta e reciclagem de lixo, serviços domésticos, pequenos negócios de caráter familiar, grupos de produção, cooperativas [...].

Nesse ponto é oportuno estabelecer uma distinção entre o que tem sido definida como *economia popular* e *economia solidária* ou *economia de solidariedade.*Se o que permite identificar a natureza da economia popular são os seus atores, que são oriundos das camadas populares, a economia solidária ou economia de solidariedade implica na existência de outros atributos. Razeto (1993, p. 40) define-a como:

> Conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Como se pode perceber, segundo o autor, nem toda a economia popular pode ser considerada como uma economia de solidariedade, uma vez que nem sempre está presente o que caracteriza como *fator "C"*, letra que, em vários idiomas, é inicial de termos como cooperação, companheirismo, comunidade, coordenação, coletividade, colaboração e outros. Assim, observa-se que há uma diferença de escopo entre as experiências incluídas num e noutro conceito. Enquanto a economia popular pode abrigar experiências que não se caracterizam pela dimensão da solidariedade, a economia solidária pode envolver experiências que não envolvem, estritamente, integrantes das camadas populares, uma vez que a dimensão da solidariedade e da autogestão podem se fazer presentes nos diferentes segmentos sociais.

A economia popular de solidariedade caracteriza-se, então, como um ponto de interseção entre a economia popular e a economia de solidariedade. Nesta interseção as Organizações Econômicas e Populares" – OEPs (RAZETO, 1993; TIRIBA, 1998) ou "Empreendimentos Econômicos e Solidários" – EES – (GAIGER, 2000), termos que aqui são tomados como

equivalentes, seriam concebidas como um modo de fazer a economia cuja tendência (não necessariamente sua realidade) é a de se constituir como um modo de produzir e distribuir bens e recursos e de consumir alternativos ao capital.

Segundo Gaiger (2000, p. 177), esses empreendimentos têm as seguintes características:

> Primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por outro lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante.

Tiriba (1998, p. 200) por sua vez, define as Organizações Econômicas Populares (OEPs) como aqueles empreendimentos que têm as seguintes características:

1. São iniciativas que se desenvolvem nos setores populares;
2. Não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;
3. São iniciativas organizativas, como objetivos, tomada de decisões, programa de atividades;
4. São iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas;
5. São iniciativas que buscam enfrentar os problemas através de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;
6. São organizações que implicam relações e valores solidários, não como algo acessório ou secundário, mas como algo inerente ao modo como se busca enfrentar os problemas e satisfazer necessidades;
7. São organizações que se pretendem participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas;
8. São iniciativas que não se limitam a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
9. São iniciativas que se pretendem distintas e alternativas no que diz respeito ao sistema imperante, propondo-se, ainda que seja em pequena escala, a uma mudança social, na perspectiva de uma sociedade melhor e mais justa;
10. São experiências que, surgindo dos atores populares para fazer frenteàas suas necessidades, geralmente são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não governamentais, através de atividades de capacitação, assessoria, doação de recursos materiais, visando o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e humano integral dos setores populares.

Já a Secretaria Nacional de Economia Solidária, buscando uma referência para o mapeamento nacional dos empreendimentos de Economia Solidária no país, considera como empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características:

a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc;
b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividade econômica definidas;
d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal;

> e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (BRASIL, 2006, p. 13).

Gaiger (2000) embora reconhecendo que não se encontram, na prática, empreendimentos que reúnam todas estas características, com perfeição, considera que o conceito tem a função de uma ferramenta para auxiliar a análise das experiências em desenvolvimento.

Essas definições, como se poderá perceber mais adiante, são pertinentes para caracterizar as agroindústrias familiares associativas, objeto do presente estudo, bem como outras frentes de economia solidária em desenvolvimento no Oeste catarinense. Ocorre que, no momento em que essas experiências e seus agentes passaram a tomar contato com o conceito de economia solidária, bem como com o movimento social que a vem promovendo em diversos lugares do país e do mundo, foi possível, aos seus participantes, tomar contato com outras experiências, de diversos setores da atividade econômica (recicladores, construção civil, artesanato, alimentação, prestadores de serviços urbanos,dentre outros). Com isso, além de poder observar a "crise" de reprodução social dos setores populares (fruto do novo momento do capitalismo e suas contradições) a partir de outros ângulos, pelo olhar de outros sujeitos, com variadas experiências e entendimentos, os participantes das experiências em estudo puderam operar uma reelaboração de sua própria identidade, antes restrita, basicamente, ao conceito e às experiências de cooperação agrícola. Nesse momento, então, passam a identificar-se com uma diversidade de outros empreendimentos que, ao invés de uma área de atuação econômica específica, compartilham com eles o seu significado social, econômico, político e cultural, além dos princípios de organização e funcionamento enquanto empreendimentos produtivos. Através desse envolvimento, novos engajamentos discursivos passam a ser operados, permitindo uma importante discussão e releitura sobre o significado e o alcance social, econômico e político de suas iniciativas.

Por outro lado, mesmo em nível nacional, a estruturação do movimento em torno da economia solidária teve como efeito uma ampliação do debate, com a participação de um maior número de intelectuais, o que acabou ampliando as perspectivas de seu aprofundamento. Esse fato também foi importante para o processo de interpretação do significado das experiências em curso na região, o que, direta ou indiretamente, acaba influenciando nas próprias decisões sobre as mesmas. O contato com esse debate e a conseqüente articulação das iniciativas incluídas neste estudo a um movimento mais amplo de busca de alternativas para a organização social da

produção como um todo, parece ser um dos grandes avanços propiciados aos EESs em estudo no Oeste catarinense. Para viabilizar a interpretação das leituras feitas pelos participantes dos EESs em estudo, a respeito do significado e das perspectivas econômicas e políticas desses empreendimentos, é fundamental agregar ao presente estudo, alguns elementos teóricos que nos ajudem na discussão do significado e o alcance social desses empreendimentos. Para isso, apresentaremos a seguir alguns elementos que permitem compreender os parâmetros do debate colocado nesse momento sobre o significado e as perspectivas da economia solidária, na direção da construção de uma organização social alternativa ao capitalismo.

3.3 Sobre o Significado Social e Político da Economia Solidária

Se é grande a diversidade de iniciativas que estão sendo utilizadas pelas populações mais pobres para construir sua sobrevivência, também muito diversos parecem ser os significados a elas atribuídos. Em que medida podem ser considerados como simples reações à fome? Em que medida podem ser vistas como iniciativas que contém em si potencial de construção de novas relações sociais? O debate a esse respeito ainda está por ser amadurecido, mas vem ganhando atenção de muitos estudiosos, tendo se revelado muito polêmico, alternando visões otimistas e pessimistas. Entre as críticas mais pessimistas pode-se elencar, por exemplo, o estudo de Kasmir(1996), sobre um dos maiores ícones das propostas de trabalho cooperativo, que é o complexo de Mondragon no País Basco espanhol. Dentre as principais contradições percebidas pela autora está a divisão do trabalho entre administradores e trabalhadores. Kasmir chama atenção para o fato de que a propriedade dos meios de produção não tem garantido aos trabalhadores efetivo poder de decisão. Investigando as experiências e percepções de trabalhadores e administradores, observa que a igualdade e a participação só existe efetivamente para os administradores e não para os trabalhadores em geral. Afirma que o discurso da integração e da cooperação encobre a permanência de antagonismos que, efetivamente, reproduzem relações de trabalho que opõem trabalhadores e gestores, a exemplo do que ocorre em empresas convencionais. Além disso, denuncia um distanciamento político entre os trabalhadores cooperados com os trabalhadores da mesma categoria em empresas convencionais, enfraquecendo a categoria como um todo.

Já Oliveira (2000) circunscreve sua análise ao contexto das conquistas possibilitadas pela construção do *welfare state.* Mesmo reconhecendo os limites das conquistas, particularmente na América Latina, denuncia que, frente às novas estratégias de acumulação elaboradas a partir da crise do fordismo e às novas formas de gestão do trabalho delas derivadas, o trabalho como vetor de uma sociabilidade, fundada em direitos sociais, tende a ser neutralizado.

Ainda segundo o autor, as conquistas de direitos sociais no interior do *welfare state,* e suas instituições significaram que a prática das relações sociais rejeitava o estatuto de mercadoria da força de trabalho.

> Organizados em suas formações sindicais, ampliando-se e apresentando-se na cena política através de seus partidos, os trabalhadores conseguiram inscrever, no modo de reprodução do capital, os direitos sociais, essa negação da mercadoria.[...] A luta que vem se travando ao longo das três últimas décadas é para reverter ao estatuto de mercadoria a própria força de trabalho. Por isso o programa neoliberal tem, em todas as partes, atacado severamente as instituições do Welfare, da seguridade social. (OLIVEIRA, 2000, p. 79).

Observe-se que o autor compreende que o *welfare state,* apesar de estruturado a partir do trabalho assalariado (*lócus* da exploração da força de trabalho e fonte da mais-valia), significa a negação do próprio capitalismo e a superação da força de trabalho como mercadoria, adquirindo um caráter revolucionário. Por isso defende que se faz necessário combater direta e politicamente a redução dos direitos conquistados, insistindo na centralidade política do trabalho assalariado na regulação social. Nesse sentido, o trabalho cooperativo e outras formas de trabalho autônomo, que anulam as proteções conquistadas pelos trabalhadores no contexto da sociedade salarial, são prejudiciais aos trabalhadores e uma solução funcional ao próprio capital. Por isso, seguindo a mesma linha de abordagem de Castel (1998), não vislumbra qualquer possibilidade de avanço, na direção de construção de relações de produção alternativas, a partir da economia solidária, categoria, aliás que sequer faz menção.

Antunes (2000) também se coloca ao lado dos críticos da economia solidária. Mesmo reconhecendo que as iniciativas incluídas nesse campo movem-se, prioritariamente, por valores não mercantis, elas cumprem, na verdade, um papel funcional em relação ao sistema, favorecendo seu próprio desenvolvimento, visto que o mesmo não deseja ter que assumir responsabilidades com os desempregados. Desse modo essas iniciativas colaborariam para liberá-lo dessa responsabilidade. A economia solidária, então, serviria como mais uma resposta frágil e de curto alcance, visto estar passivamente subordinada à dinâmica do mercado capitalista. Considera assim um "[...] grande equívoco concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado." (ANTUNES, 2000, p. 113).

Castel (1998) também se revela totalmente cético em relação às possibilidades de a economia solidária constituir uma alternativa ao modo capitalista de produção e à crise da sociedade salarial. Argumenta que nas frentes por ela abertas como a prestação de serviços à pessoa, serviços de proximidade e mesmo iniciativas como as ações do terceiro setor, e a economia social, as pessoas beneficiadas se encontram, na verdade, numa situação intermediária entre trabalho e assistência ou então, apresentam uma abrangência muito limitada e, portanto, não podem ser vistas como alternativas que possam ser estendidas aos demais setores da economia. Caracterizam-se, então, muito mais como "jazigas de emprego" (pontuais e limitadas) do que alternativas efetivas de integração social. Ou seja, as práticas de economia solidária, mesmo sendo desenvolvidas de modo autônomo e plural, seriam residuais e não passariam do estágio de experimentação.

Numa posição cautelosa, porém otimista, outros autores, sem abandonar a investigação crítica dos limites das experiências concretas de economia solidária, também percebem e destacam suas potencialidades na perspectiva da construção de alternativas de desenvolvimento.

Tiriba (2001) afirma que o crescimento e incremento desses novos empreendimentos, de caráter individual ou coletivo, não representa, necessariamente, uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos capitalistas de exclusão social, tampouco aí se produz uma economia alternativa ao capital. Destaca que, em muitos casos, fazem parte de uma estratégia do próprio capital as propostas de estímulo à proliferação de pequenos empreendimentos (via terceirização e outras propostas de auto-emprego) que, desse modo, não são transformadoras, mas uma simples readaptação do próprio sistema.

Por outro lado, Tiriba (2001) chama a atenção também para as iniciativas que partem de uma outra origem como as igrejas, os sindicatos e ONGs. Segundo a autora, na igreja, tem-se desde a vertente caritativa de defesa dos pobres e oprimidos, até iniciativas de caráter claramente empresarial,[105] além da vertente da Teologia da Libertação que, no caso das experiências do Oeste catarinense, é uma das mais importante, pela grande influência que teve na origem de toda a movimentação política e cultural que culminou no surgimento dos movimentos sociais e, mais recentemente, nas iniciativas de produção alternativa, objeto do presente estudo.

Nesse sentido ainda, em relação à posição do movimento sindical e de outras frentes de esquerda a autora chama a atenção para a polêmica que envolve o tema das iniciativas

[105] É o caso, por exemplo, da **economia da comunhão,** originada do Movimento dos Focolares, cuja idéia é criar empresas com fins lucrativos, nas quais a produção da riqueza tenha como principal finalidade satisfazer as exigências das pessoas mais necessitadas.

autogestionárias nessas instituições. Observa, contudo que, sem dúvida, ao longo das últimas décadas, uma mudança de postura vem ocorrendo em pelo menos parte desse segmento. Até o final dos 80, sindicatos e partidos atribuíam pouca importância política aos empreendimentos populares**,** porque, no processo de transformação social, esses empreendimentos não tinham capacidade de promover mudanças políticas entre as relações de poder.

> Nessa ótica, a responsabilidade pela promoção de organizações econômicas e pela geração de trabalho seria de competência dos empresários e do estado. Mesmo concebendo o trabalho assalariado como instrumento da exploração capitalista, tais setores dos movimentos sociais tinham apenas como horizonte o emprego, quer dizer, o trabalho na sua forma assalariada. No entanto a confirmação de que a crise do emprego não é simplesmente uma realidade conjuntural, mas estrutural, [...] tem contribuído para alterar o conjunto de propostas oriundas dos setores populares e de seus aliados (TIRIBA, 2001, p. 155)

Hoje, superando a cultura do simples protesto e reivindicação, muitos sindicatos começam a atribuir às suas organizações parte da responsabilidade com respeito ao futuro do grande contingente de trabalhadores que, conforme estabelece a legislação sindical, deixa de pertencer à respectiva base sindical, depois de um período determinado de desemprego. Na atual conjuntura, então, muitos sindicalistas descobrem os empreendimentos econômicos populares como uma forma de resistência contra os efeitos da nova ordem internacional, passando a considerá-los parte integrante dos movimentos populares e uma das instâncias de luta pela construção de uma nova sociedade. Obviamente, em parte do movimento sindical e partidos de esquerda, permanecem as resistências em incorporar essas iniciativas como uma frente de lutas (ibidem).

Por outro lado, segundo a autora, a partir do final dos anos 80, é preciso registrar a mudança ocorrida no âmbito dos movimentos populares que passaram a voltar-se mais para o "pequeno", entendido como uma nova estratégia de luta, que busca redimensionar o caráter do local, do específico, no processo de transformação social.

> Podemos inferir que, se a estratégia de luta no local era a conscientização popular para uma grande ação em nível nacional, agora os movimentos se apresentam sob outra lógica: são as pequenas ações as promotoras da conscientização da necessária transformação social. As práticas hoje predominantes entre os atores dos setores populares carregam explícita ou implicitamente, o pressuposto de que o pequeno está imerso no grande, é parte do grande. [...] No processo de 'atuar localmente, pensar globalmente' ou 'atuar e pensar local e globalmente', é necessário ocupar o espaço econômico e outros espaços, além do espaço político. Mais que nunca, a questão econômica tem-se apresentado como condição para a reprodução da vida e para a própria manutenção da luta. (TIRIBA, 2001, p. 159-160).

Na mesma direção, em outro momento, a autora assim se expressa:

> A luta pela manutenção da vida é o que move a grande contingência de excluídos; no entanto, se de um lado, no cenário internacional, em que o desemprego se apresenta como o problema crucial do fim do século [XX], as iniciativas econômicas populares não podem ser descritas como uma estratégia política, de outro, sendo uma das manifestações dos movimentos sociais, elas também não podem ser descritas como 'apolíticas', pois se reduzimos as complexidades das motivações e das condutas humanas ao estímulo primário da miséria, reduzimos o homem ao homem econômico. (TIRIBA, 1998, p.189-190).

Segundo a autora, então, mesmo considerando a prudência necessária para a análise do significado dessas iniciativas num contexto em que o próprio governo e empresários estimulam o auto-emprego e o cooperativismo como elementos para viabilizar o ajuste do capital e evitar o acirramento dos conflitos sociais gerados pelo desemprego, existem boas razões para acreditar que elas se constituem num espaço de possibilidade de criação de novos horizontes societais. Do mesmo modo que existe uma pedagogia da fábrica[106] ou pedagogia do capital, que forma os trabalhadores para a submissão no trabalho, começa a nascer, na multiplicidade de experiências de economia popular, muitos dos quais estruturados claramente a partir de princípios não capitalistas, uma pedagogia da produção associada, que poderá formar trabalhadores para uma nova cultura do trabalho. A análise, diante disso, deve voltar-se para as especificidades das iniciativas, no intuito de averiguar a natureza das relações sociais construídas no interior de cada experiência.

Outro autor que se coloca na perspectiva desse cauteloso otimismo é Luiz Ignácio Gaiger que, desde longa data, vem buscando estudar o perfil e o comportamento das iniciativas de economia solidária que se multiplicam no país, buscando captar-lhe o significado histórico. Ciente de que grande parte das iniciativas surge em função das crescentes dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores num contexto de aumento acentuado do desemprego e da precarização do trabalho; ciente também de que não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado pelos trabalhadores como recurso para enfrentar a luta pela sobrevivência, Gaiger percebe, contudo que, atualmente, pode-se estar diante da germinação de formas de economia alternativa, por se distinguirem da lógica mercantil capitalista e de alternativas econômicas para os trabalhadores por tratarem-se de empreendimentos viáveis, capazes de assegurar sua auto-sustentação, numa perspectiva de longo prazo. (GAIGER, 1999).

O mesmo autor entende que as características da economia popular de solidariedade não estão dadas, mas se apresentam como tendências e potencialidades. A partir disso, estabeleceu alguns parâmetros para avaliar a natureza e o desenvolvimento das diferentes iniciativas de

economia popular, de modo a definir seu significado social, cultural e político. Observou, por exemplo, que uma grande proporção desses empreendimentos tem conseguido desenvolver, de modo articulado e simultâneo, tanto seu vetor empresarial (que se refere às práticas de gerenciamento, planejamento, capacitação, eficiência e viabilidade econômica), quanto seu vetor solidário (que diz respeito a características como propriedade comum, cooperação, democracia, e autogestão). Destaca ainda a percepção de três tendências principais no desenvolvimento desses empreendimentos. Primeiramente a tendência de um crescimento numérico dos empreendimentos associativos de cunho econômico, bastante significativo em alguns setores. Em segundo lugar, o o fato que o perfil dos empreendimentos está se alterando, com uma diversificação crescente no que se refere ao tipo de atividade econômica e à composição social dos associados. Em terceiro lugar, ao mesmo tempo que se observam experiências bastante positivas, na perspectiva de uma economia autenticamente popular e solidária, ficam patentes alguns limites para a expansão e a consolidação desse campo, cujo principal obstáculo é a inexistência de estruturas e de mecanismos de intercâmbio entre os empreendimentos.

Essa e outras constatações, observadas mediante um amplo conjunto de pesquisas, lhe permite levantar a hipótese de que essas novas organizações dos trabalhadores estariam formando agentes propulsores de um novo solidarismo econômico, que aponta na perspectiva da construção de novas relações sociais (GAIGER, 1999a; 1999b).

Nessa mesma perspectiva, merece atenção o debate proposto por Paul Singer que, ao longo de muitos anos vem buscando destacar as potencialidades dessas experiências na perspectiva de construção de novas relações de produção. A exemplo do que ocorreu em outros momentos da história, o autor identifica, no momento atual, a existência de um conjunto de instituições anticapitalistas originadas nas lutas de resistência dos trabalhadores e que são sementes socialistas implantadas nos poros do capitalismo.

> Tanto o sufrágio universal como o estado de bem-estar social, o sindicalismo e o cooperativismo foram respostas a um sistema capaz de colocar à margem, aleatoriamente boa parte dos empresários e dos trabalhadores que, pouco antes, ainda exerciam papéis ativos na divisão social do trabalho. (SINGER, 1999, p. 118).

Contrariando a visão de que a construção do socialismo pode dar-se a partir da tomada do poder do estado, o autor entende que a revolução socialista é um processo de tentativa e erro, como não poderia deixar de ser, que começou na terceira década do século XIX e vem se

---

[106] Ver KUENZER (1995)

desenvolvendo com avanços e retrocessos, em que aprendizados históricos importantes vêm sendo acumulados.

> A revolução socialista, por essa conceituação, já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto, mas o resultado de inúmeras lutas no plano político, social e econômico, que se estenderam por um crescente número de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes. Estas lutas foram atentamente acompanhadas, sobretudo as que resultaram em grandes revoluções políticas e amplas mudanças institucionais. [...]
> Indubitavelmente, este labor teórico deu uma certa consistência ideológica aos implantes institucionais logradas pelas lutas socialistas. (SINGER, 1999, p. 132-133)

Nessa perspectiva, as iniciativas de economia solidária são parte do processo de revolução. Dentre elas, as cooperativas são, sem dúvida, segundo o autor, o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo. Em seus mais diversos tipos, seguem os mesmos princípios fundamentais[107], os quais são opostos aos princípios do capitalismo, uma vez que invertem a relação entre a empresa e seus clientes e a empresa e os trabalhadores. O fato de os trabalhadores serem os proprietários da cooperativa está na base de toda a diferença, muito embora, por si só, não garanta o seu funcionamento numa perspectiva alternativa. Muitas distorções podem ocorrer nas práticas dos empreendimentos cooperativos como a concentração do poder numa minoria, o domínio de uma burocracia que se apropria, efetivamente dos resultados do trabalho, a contratação de empregados, com os quais se reproduzem a mesma relação de exploração praticadas nas empresas capitalista convencionais, dentre outras. Mas mesmo assim, reconhece a grande potencialidade desses empreendimentos para a construção de relações sociais de produção não capitalistas. Nas suas palavras:

> Examinando-se o conjunto do movimento cooperativista, tem-se a impressão de que, de todos os implantes anticapitalistas com potencial socialista, este – apesar dos pesares – é o de maior potencial e o que está mais exposto à contingência de perder sua essência para se amoldar ao ambiente e às exigências da competição com as empresas capitalistas. A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção (ibidem, p. 128).

Em outra obra (SINGER, 2002), através do resgate da trajetória das alternativas autogestionárias experimentadas ao longo dos séculos XIX e XX, busca compreender os rumos tomados por essas experiências ao longo da história e pelo debate que se trava em torno do seu significado. Destaca que o retrocesso do debate e a perda de espaço das alternativas

[107]Segundo Singer (1999, p. 122) os princípios que orientam as cooperativas podem ser assim resumidos: "toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre os sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou proporcional à participação de cada sócio para estes resultados".

autogestionárias enquanto alternativas ao capitalismo, a partir do final do século XIX e início do século XX, ocorreu, principalmente, pelo posicionamento dos próprios trabalhadores que, diante do avanço das condições do trabalho assalariado (aumento do salário real, conquista do direito à organização, conquista do sufrágio universal, dentre outras), passaram a relativizar a importância da autogestão.

> Na verdade, quem mudou antes do que a cooperativa foram seus membros. Até o último quartel do déculo XIX, as condições de vida e de trabalho do proletariado eram tão ruins e desesperadoras que suas únicas opções era rebelar-se [...] ou se submeter [...]. Mas a partir dos anos 1870, a situação da classe trabalhadora começou a mudar; [...]. O proletariado foi incluído política e socialmente na sociedade capitalista [...].
> O emprego assalariado, de opróbio passou a ser condição social invejável, condição de cidadania do trabalhador e objeto de desejo da grande massa dos excluídos, dos condenados, por falta de quem queira emprega-los, a ter que se sustentar por conta própria.
> Reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores, em sua grande maioria perderam o entusiasmo pela autogestão. [...] A reconciliação do trabalhador, com o trabalho assalariado marca uma passagem de época do movimento socialista, que passa a enxergar no estado o único instrumento institucional para realizar seu programa... Social democratas e comunistas se irmanavam na mesma fé na possibilidade de construir, de cima para baixo, através de medidas políticas (como a estatização dos meios de produção), uma nova sociedade e um novo homem. A via de construção do socialismo de baixo para cima, a partir da iniciativa dos trabalhadores, era descartada e praticamente deixou de ser considerada como possibilidade real. (SINGER, 2002, p. 121-122).

Observa-se, então, que o enfraquecimento do debate a respeito das propostas alternativas ao capitalismo e à possibilidade de uma existência sem exploração também ocorreu devido ao enfraquecimento do ímpeto dos trabalhadores pela autogestão, passando a direcionar seu foco para as lutas e conquistas obtidas nas condições de assalariamento, no contexto da construção do estado de bem estar social, isto é, no âmbito do próprio capitalismo. Desse modo, a proposta de estatização dos meios de produção passou a ser a única alternativa efetiva para a transformação radical da sociedade.

Por outro lado, como destaca Singer (2002), o próprio sucesso econômico e o crescimento das cooperativas conduziu, a partir de meados do séc XIX, a uma perda de vigor das propostas autogestionárias, em praticamente todas as cooperativas existentes na época, as quais, contrariando os princípios da autogestão, passaram a contratar funcionários assalariados para as tarefas de gestão, promovendo a separação entre diretores eleitos e empregados. A própria Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, considerada a “mãe das cooperativas”, em 1864, após intensas controvérsias, por voto da maioria dos sócios, resolveu abolir o que restava dos princípios da autogestão, tornando-se praticamente uma empresa convencional, com a peculiaridade de ser possuída por cooperadores.

Esses elementos históricos são importantes para analisar o alcance e as possibilidades desses empreendimentos frente a cada contexto histórico. Será que o enfraquecimento dos ímpetos autogestionários é o único caminho possível diante da melhoria das condições de trabalho no contexto da produção capitalista? Considerando (i) que cada processo histórico é único e sua construção se dá pela ação dos homens e mulheres envolvidos; (ii) os aprendizados históricos conquistados tanto pelas experiências de sucesso quanto de fracasso das iniciativas de economia solidária; (iii) a peculiaridade do atual momento histórico da produção capitalista, que passa a expurgar, de modo definitivo, grandes contingentes que passam a se tornar inúteis ou desnecessários à acumulação de capital é possível, então, considerar, na perspectiva de Singer, que as experiências de economia solidária podem se constituir num espaço de gestação de um novo projeto de sociedade.

Há, por fim, um conjunto de autores que procura situar esse debate sobre o significado da economia solidária numa outra perspectiva de discussão sobre as possibilidades de uma existência social sem exploração, colocando ênfase acentuada nas práticas de participação e diálogo dos sujeitos envolvidos. Segundo Quijano (2002), a aspiração por uma existência social sem exploração é antiga, mas a idéia de que para tal seria necessário um "sistema alternativo de produção" foi formulada há apenas dois séculos, assim como o conceito de modos de produção. A partir de então, essa idéia nunca deixou de se fazer presente no debate e nos conflitos sociais mundiais. O capitalismo é o campo de relações que confere sentido à idéia de "alternativo" a qualquer modo ou sistema de produção que pretenda não apenas substituir o sistema de produção do capital, mas também eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração.

O autor faz um mapeamento das propostas alternativas surgidas ao longo do século XIX na Europa, em meio a esse rico debate de caráter revolucionário, incluindo os socialismos utópicos, a proposta comunista de estatização de todos os recursos de produção, a comuna de Paris, dentre muitos outros que não lograram a mesma divulgação. De todas, a que conseguiu maior sucesso prático foi, até pouco tempo, a proposta de estatização da economia, proposta pelo manifesto comunista de 1948 e que, num processo de disputas e embates acirrados, desterrou todas as demais propostas, pondo fim ao rico e longo debate dos revolucionários anticapitalistas da Europa. Apenas o cooperativismo sobreviveu à avalanche, embora ao custo de muitas adaptações. Isto só foi possível porque foi protegido, na Europa, pela social democracia e na América Latina por algumas correntes democrático nacionalistas, em luta contra a aliança oligárquico-imperialista. Mas ficou associado à concepção e a prática das reformas do capitalismo, no sentido de aliviar a exploração e de servirem de moderadoras das relações entre

capital e trabalho, nos países onde conseguiram ter acesso ao governo. E manteve-se como parte dos debates e da prática políticos, mas sempre como um setor marginal da economia capitalista (ibidem).

O autor alerta para a singularidade do contexto atual em que se assiste o ressurgimento dessas iniciativas. Em primeiro lugar, hoje, a idéia de "alternativo" não pode deixar de se referir à globalização e às novas condições de produção vigentes no mundo, bem como às novas fisionomias do capitalismo. Uma novidade importante nesse sentido é que o novo imaginário anticapitalista, não se contrapõe apenas ao capitalismo, mas também à proposta de estatização da economia, como alternativa ao capitalismo. O alternativo envolve, então, dois elementos concretos como referência: o capitalismo e a experiência frustrada de estatização (burocrática e despótica). Esse aspecto é muito significativo, uma vez que o atual movimento poderá ocupar um outro lugar no debate teórico e político entre os que se opõem ao modo capitalista de produção.

Nesse novo período de resistência dos trabalhadores, o autor identifica **dois momentos distintos e fundamentais.** O primeiro momento refere-se a **luta para assegurar a sobrevivência** (aumento da informalidade e, depois, desregulamentação legal das relações capital-trabalho).Essa etapa dura até o final dos anos 80.

Nesse contexto, segundo o autor, uma categoria ganha importância central: é a **reciprocidade.** Na verdade ela nunca esteve completamente ausente do capitalismo, mas o seu campo de ação tinha ficado muito reduzido. No entanto, agora aumenta massivamente o recurso a essa forma de controle do trabalho e de organização da produção. Isto é uma redescoberta dos trabalhadores na resistência ao capitalismo. Mas não se trata, necessariamente, do resultado da crítica consciente e explicita do capitalismo. É fundamentalmente uma conduta social resultante das próprias tendências do capitalismo, especialmente do seu desinteresse na mercantilização da força viva de trabalho individual.

> O recurso crescente à reciprocidade é uma nova tendência da resistência dos trabalhadores e implica a entrada de outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo. Na verdade, são as necessidades materiais produzidas pelas tendênicas atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos recursos e dos produtos, bem como de outras instâncias de sua existência social, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas do mercado. (QUIJANO, 2002, p.486).

É importante observar que, segundo o autor, não é indispensável, para essas práticas, que os atores sociais estejam inicialmente conscientes das implicações teóricas e políticas de suas

próprias ações, visto que, nesse primeiro momento, o que está em jogo é, antes de tudo, a busca da sobrevivência. Podem inclusive aparecer estranhas formas de combinação com ideologias conservadoras. Mas é a própria prática social, na produção ou em outras instâncias da existência social, o que produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo. Estas, por sua vez, agora e no futuro, vão associar-se àquelas, sem que seus agentes tenham, de início, consciência disso. Obviamente, a consciência dessas implicações permitirá aproveitar melhor e levar mais longe esse processo.

O segundo momento desse novo período de resistência dos trabalhadores, segundo Quijano (2002), refere-se à **busca de alternativas.** No entanto, o autor questiona como delimitar o que é alternativo? A questão é complexa, uma vez que é difícil responder à pergunta: que elementos poderiam ser definidos como eficazes para levar a cabo semelhante delimitação? A auto-identificação e a intencionalidade explícita das propostas e práticas como diferentes ao capitalismo? Como avaliar a sua vitalidade de sustentação e reprodução dentro e contra o universo capitalista?

O autor manifesta reservas em relação à ação de muitas iniciativas devido suas limitações, sua dependência e o pouco alcance efetivo em sua ação, contrariando, por vezes a própria percepção dos seus participantes.

> [...] face a uma pobreza universal, 'pequena escala' pode significar insignificante, 'politicamente independente' pode segnificar 'sem poder' ou 'desrelacionado', 'baixo custo' pode significar 'sub-financiado' ou 'de baixa qualidade', 'inovador' pode significar apenas 'temporário' ou 'não-sustentável'. (SHELDON apud QUIJANO, 2002, p. 488)

Diante desse quadro, Quijano afirma:

> [...] não basta a presença da solidariedade como código ético do comportamento das pessoas de uma determinada entidade para que esta possa ter a vitalidade e a viabilidade necessárias para se tornar um modo alternativo de produção tão poderoso, flexível e de comprovada capacidade de adaptação como é o do capital e do capitalismo. Se isso bastasse a história humana seria, provavelmente, muito diferente há milhares de anos. E é, contudo, também demonstrável [...] que a ausência de solidariedade debilita o esforço de manter a vitalidade de um exercício alternativo. (QUIJANO, 2002, p. 489).

Na tentativa de identificar os elementos centrais para a definição do caráter alternativo dessas iniciativas frente às contradições do modo capitalista de produção, a reflexão do autor vai na direção de que não se trata da busca **do** modo de produção que irá substituir o capitalismo. A conquista de novas relações sociais sem exploração e sem dominação, provavelmente, será fruto de uma diversidade de alternativas.

Nesse debate, Quijano levanta uma polêmica sobre as origens da exploração, argumentando que a ela não se origina, necessariamente, do regime de propriedade privada, como acreditava o materialismo histórico. O materialismo histórico sustenta que a propriedade privada é a própria condição da exploração. Por isso a busca *do* ou *dos* possíveis modos alternativos de produção põe toda a ênfase no sistema de propriedade: quanto menos privado é o sistema de propriedade, mais próximo de ser uma alternativa ao capitalismo. O fracasso da alternativa de estatização dos meios de produção tem orientado à procura de alternativas cuja propriedade seja totalmente coletivizada como cumprimento do caráter alternativo do modo de produção Esse parece ser o caso dos assentamentos de reforma agrária liderados pelo MST no Brasil. É, pois, segundo o autor, necessário procurar as fontes da exploração em outro lugar.

> Mas, na história da exploração, têm intervido todas as formas possíveis de propriedade (coletiva, individual, de grupos, empresarial, estatal, etc) [...]
> A exploração consiste no controle da força de trabalho (força de trabalho e produto) em benefício de quem não é trabalhador. Para impô-la é necessário separar o trabalhador do controle da sua força de trabalho e dos recursos da produção. E isso, evidentemente, não pode ser conseguido sem dominação. O controle da autoridade e da força (e, depois, o controle da naturalização e/ou legitimação da dominação) é o primeiro dos instrumentos da dominação, ao qual será mais tarde associado o controle da subjetividade, do conhecimento, do modo de produzir conhecimento. **Não é, por conseguinte, o sistema de propriedade a origem, nem a explicação da exploração**. Nem esta da dominação. Pelo contrário, sem dominação social, estruturada e duradoura, não pode haver exploração social igualmente estruturada e duradoura. (QUIJANO, 2002, p. 510)[108].

Isso significa que a democracia não é o resultado mas a condição *sine qua non* de toda a trajetória histórica, na qual a dominação e a exploração são reduzidas e erradicadas. Em outros termos: a democracia é condição *sine qua non* de uma revolução social. Partindo dessa perspectiva, é pertinente afirmar que não existe nem "economia alternativa" nem "sistemas alternativos de produção" sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista, em qualquer uma de suas variantes, desde os estados brutalmente autoritários e repressivos até os estados mais democráticos (ibidem).

Analisando esses elementos colocados no debate atual sobre as formas alternativas de produção o autor se posiciona no sentido de que, independente da forma organizativa assumida pelos empreendimentos ligados à economia popular ou economia solidária, é sua adesão ao ideário e às práticas da **autogestão** que diferencia os empreendimentos alternativos em relação às empresas convencionais. Esse é, segundo o autor, o ponto de inflexão capaz de emprestar um

[108] Grifo meu.

significado efetivamente alternativo em relação à sociedade capitalista e na perspectiva de uma sociedade sem exploração.

A esse respeito cabem algumas considerações. Concordo com Quijano de que apenas o regime de prorpiedade coletiva não é condição suficiente para garantir o estabelecimento de relações de igualdade no processo de produção. Exemplos eloqüentes, nesse sentido, são as experiências de estatização dos meios de produção, que geralmente desembocaram em regimes autoritários. Ou as inúmeras experiências de cooperativas que, não obstante serem propriedade dos associados, são geridas em favor de grupos restritos que, por possuírem maiores habilidades discursivas e de controle do processo de gestão, apropriam-se efetivamente dos resultados do trabalho dos associados. Essa é a realidade de boa parte das grandes cooperativas de produção agropecuária do sul do país, inclusive de muitas daquelas localizadas no Oeste catarinense. Nesse mesmo rol também podem ser incluídas muitas das experiências de terceirização, onde os proprietários das empresas terceirizadas não têm controle efetivo sobre as condições relativas ao seu processo de trabalho, visto que as empresas que terceirizam as atividades definem não apenas o que, quando, quanto e como produzir, mas também o valor a ser pago pelos serviços prestados.

Contudo, nesse processo, se o regime de propriedade não é condição suficiente para o estabelecimento de práticas democráticas, na perspectiva da autogestão, entendo que seja uma condição necessária e indispensável. Não que esteja defendendo a necessidade de estatização da propriedade ou a necessidade indispensável de formas de propriedade coletiva. Existem formas de propriedade que, estando limitadas à parcela de bens ou meios de produção necessários ao desenvolvimento da produção de cada trabalhador (individual ou coletivo), não possibilitam o exercício da exploração e da expropriação do trabalho de terceiros. É o caso, por exemplo, da propriedade agrícola familiar, cuja existência se volta exclusivamente para a reprodução social dos próprios agricultores, sem se constituir em mecanismo de exploração de trabalho de terceiros.

É preciso estar atento, porém, que num regime de propriedade privada, em que o surgimento dos empreendimentos produtivos ocorre por iniciativa individual de um empreendedor ou grupo de empreendedores que está em busca da remuneração do seu capital e da reprodução ampliada do mesmo, a partir do trabalho de empregados ou trabalhadores contratados por outras formas, não podem vigorar práticas efetivamente auogestionárias, que definam o sentido e a finalidade da produção. Nesses casos, o sentido e a finalidade do empreendimento estão definidos desde o surgimento do mesmo (a busca do lucro e a reprodução

ampliada do capital), não importando se são ou não utilizadas estratégias de diálogo e participação envolvendo os trabalhadores no planejamento e gestão dos processos de trabalho.

Nessa perspectiva da autogestão como referência para definição do caráter alternativo dos empreendimentos, situa-se também Pinto (2004). Baseando-se nas categorias de reflexibilidade[109], proposta por Giddens e democracia pública[110] desenvolvida por Dewey, Pinto (2004) afirma que como os indivíduos e grupos não podem mais recorrer à tradição e à autoridade da ciência como formas de auto-justificação, eles são instados a empreender reflexivamente um engajamento dialógico, que implica numa abertura para o outro.

Essa perspectiva aponta na direção de que a autogestão é um espaço por excelência para o exercício da reflexibilidade, visto que cada situação, cada problema e cada decisão são definidos e encaminhados mediante o debate livre e aberto, para o qual concorrem as mais diferentes formas de saber e de entendimento, presentes entre os participantes.

Considerando que Giddens atribui aos movimentos sociais o papel de "empurrar" para dentro do domínio discursivo temas e aspectos da vida social até então não discutidos, Pinto entende que a economia solidária vem se constituindo em um movimento social precisamente no sentido de expressar a reflexibilidade e a produção de laços sociais no campo econômico, estendendo a participação social sobre a organização da produção e distribuição da riqueza, que atualmente se encontra sob o domínio privado. Ou seja, a economia solidária, baseada na autogestão, estende o raio da ação política sobre a economia mercantil, responsável por organizar a produção da riqueza social. Essa condição é essencial para a produção de relações sociais

---

[109] A reflexibilidade segundo Giddens (citado por Lopes Pinto, 2004) consiste no fato de que, dado que todas as convenções e tradições estão sujeitas à revisões, em relação à consciência de que existe uma variedade de outras formas de fazer as coisas, as práticas sociais passam a ser, permanente e intensamente, apreciadas e revistas à luz de novos conhecimentos e informações. Do que resulta que nenhum fenômeno ou situação se mantém como está por costume, naturalização ou norma indiscutível. Todos os modos de ser e de fazer precisam, permanentemente, se justificar através de processos de reflexão baseados em argumentos.

[110] A noção de **democracia pública** refere-se ao alcance das conseqüências produzidas no âmbito das interações humanas entre os indivíduos definiria as dimensões privada e pública da associação humana.

> [...] somos levados a observar que as conseqüências são de dois tipos, aquelas que afetam as pessoas diretamente engajadas na transação, e as que afetam outras para além daquelas imediatamente envolvidas. [...]
>
> A linha entre o privado e o público é definida com base na extensão e escopo das conseqüências dos atos que são importantes que necessitem controle, seja para inibi-las ou promovê-las. [...]
>
> O público consiste de todos aqueles que são afetados pelas conseqüências indiretas da transação em uma tal extensão que é considerado necessário ter aquelas conseqüências sistematicamente cuidadas. (DEWEY apud PINTO, 2004, p. 69).

alternativas que superem as condições da produção capitalista e suas contradições. Além disso, se o princípio da autogestão se traduz na construção de novos acordos a partir do engajamento dialógico dos sujeitos envolvidos e das suas vivências no âmbito da produção e distribuição da riqueza, esse princípio aplicado à economia pode, efetivamente, produzir a possibilidade de uma sociedade isenta de relações de exploração. (PINTO, 2004).

Na ótica do autor, então, a autogestão é uma condição fundamental para a transformação das relações entre os sujeitos e a construção de um novo patamar de relações sociais em que seja possível superar as relações de exploração. Por outro lado, entende que a associação é um ambiente muito favorável ao engajamento dialógico. Porém, aq partir disso, não se pode presumir que toda associação inclua os valores e a forma de gestão típica da autogestão.

Neste prisma de análise, a construção de um sistema alternativo de relações sociais, caracterizado por relações mais igualitárias e isento de relações de exploração, passa pela construção e fortalecimento de um espaço público, em que as relações sociais, seus temas e suas ações sejam objeto de uma reflexibilidade construída isenta de pressões restritivas estranhas, num espaço em que cada sujeito se abra para o outro numa interatividade voluntária e ativa.

Sobre essa abordagem também cabem algumas considerações. A tendência desse autor, com base nos seus referenciais teóricos, é trabalhar na perspectiva de que os destinos da produção podem e devem ser definidos por meio de práticas discursivas, voltadas à produção de consensos, em que todos os integrantes participem em igualdade de condições, isentos de pressões restritivas estranhas, em espaços em que cada sujeito se disponha, ativa e voluntariamente, para a interação com os demais participantes. As categorias da reflexibilidade e da democracia pública são construídas e apresentadas nessa perspectiva.

Mesmo concordando que o exercício de práticas comunicativas voltadas ao desenvolvimento da reflexibilidade e ao alargamento do público é fundamental para que todos os integrantes dos empreendimentos possam participar da sua gestão, exercendo diferentes papéis, em igualdade de condições, sendo fundamental para que todos os integrantes se qualifiquem para a prática política, condição essencial para o exercício concreto e efetivo da autogestão, é preciso estar atento para os limites dessa perspectiva de análise, visto que se concentra, excessivamente, nas questões de caráter comunicativo. O mundo do trabalho, em sociedades fundadas na propriedade privada, em que os proprietários não sejam os próprios trabalhadores, é um espaço de conflitos que não podem ser resolvidos no âmbito de práticas meramente dialógicas, visto que envolvem interesses antagônicos. Ou seja, em regime de propriedade privada, em que os proprietários não sejam os próprios trabalhadores, é enganoso buscar a interpretação do

desenvolvimento das relações de produção pela categoria do consenso, visto que, na raiz dos empreendimentos produtivos, estão interesses conflitantes que, em última análise, são a base para a existência de diferentes classes sociais.

Considero que essa observação é necessária, pelo fato de que se observa, atualmente, uma tendência de um considerável número de intelectuais que tendem a limitar as discussões relativas às relações de produção ao campo da comunicação e das estratégias discursivas, omitindo qualquer referência à questão da propriedade dos meios de produção e, conseqüentemente, à questão das classes sociais, o que desvia o foco da análise para aquilo que é um dos pontos centrais para a eliminação das relações de exploração e do próprio capitalismo.

Portanto, se é correto afirmar que não há um único caminho para a construção de relações de produção isentas de exploração, também é certo que o regime de propriedade e a natureza das relações de trabalho estabelecidas no interior dos empreendimentos (a existência ou não de relações de assalariamento, por exemplo), fazem toda a diferença e nos permitem definir parâmetros para a análise das experiências de economia solidária e da prática da autogestão no seu interior.

CAPÍTULO IV
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE CATARINENSE

No contexto descrito nos capítulos 1 e 2 é que surgiu e se desenvolveu na região, uma variedade de alternativas econômicas que, em que pese sua considerável diversidade de formas e mesmo de orientações teóricas e políticas, aproximam-se do conceito de Economia Solidária. Como já informei nos capítulos anteriores, no Oeste catarinense, a maior parte das iniciativas fundamentais à organização desses empreendimentos ocorreu sem qualquer contato com a categoria "economia solidária", sendo, inclusive, anteriores ao surgimento dessa categoria na região e mesmo no país.

Segundo os depoimentos de agentes que atuam em diferentes instituições (ONGs e sindicatos) voltadas ao apoio a iniciativas autogestionária entre os agricultores familiares da região, historicamente, a identidade das iniciativas em desenvolvimento deu-se pela categoria da cooperação agrícola, o que revela os limites da abrangência das experiências envolvidas. Segundo os mesmos agentes, embora as experiências de cooperação e de solidariedade sejam bastante antigas e diversificadas, a utilização do termo e as discussões sobre Economia solidária são muito recentes na região. O termo empregado para caracterizá-las sempre foi a cooperação agrícola, visto que

> [...] a região se caracteriza por uma experiência bastante rural na questão da cooperação. **E é um movimento que surge na negação do modelo cooperativista tradicional**. Essa, portanto, é a raiz das organizações que hoje se juntam para discutir economia solidária. São efetivamente organizações de caráter econômico, com o principal foco de atuação no econômico, que geram um produto que vai para o mercado, disputar mercado. As outras são organizações de apoio a elas. Há todo um conjunto de entidades, de diferentes matizes, e que fazem este trabalho de apoio. E aí há concepções diferentes, em meio as quais a gente procura navegar (MST, FETRAFE, ONGs...) Cada uma com sua concepção. (Engenheiro Agrônomo, militante de uma ONG).

Observa-se, pelo depoimento, alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, a negação do chamado cooperativismo tradicional, o que já nos permite perceber uma tentativa de resgate dos valores e práticas dos pioneiros das experiências de economia solidária que Singer (2002) chamou de "cooperativismo revolucionário". Em segundo lugar, o destaque a atuação das diferentes agências de promoção e apoio às iniciativas que, no contexto regional, são bastante

numerosas e com especificidades de estratégia que as diferenciam, muito embora compartilhem grande parte do seu ideário.

O mesmo entrevistado destaca a importância do contato com o conceito e o movimento da economia solidária.

> Que este termo (economia solidária) veio em muito boa hora, no limite do tempo em que poderia chegar. Porque, se demorasse mais, os empreendimentos começariam entrar em decadência. Os grupos iriam se desfazendo. Porque os grupos tem uma vida útil, não é uma coisa permanente. Toda a organização tem que se oxigenar, se reestruturar e tal. Mas não tinha uma perspectiva para isso. E eu acho que a economia solidária traz essa luz, que acaba dando todo um outro corpo para capitalizar todo esse trabalho que dá um salto de qualidade no trabalho de cooperação da região. Indo pelo viés econômico, pelos princípios da economia solidária, tem que se acoplar a eles uma discussão sobre **desenvolvimento local/regional**. Sem isso, tenho a impressão de que todas essas experiências vão se diluindo, se enfraquecendo (Engenheiro Agrônomo, militante de uma ONG).

Observe-se que, segundo o entrevistado, o contato com a discussão sobre a economia solidária foi fundamental ao próprio dinamismo (oxigenação) das experiências em andamento, pelas novas perspectivas que abriu no sentido de perceberem-se parte de um movimento social mais abrangente, que amplia os seus horizontes identitários, vinculando-as a experiências e empreendimentos aparentemente distantes, porque vinculadas a outros públicos, setores da economia e regiões. Os integrantes dos empreendimentos de cooperação agrícola passaram a perceber que compartilham com empreendimentos de outros setores da economia, inclusive do espaço urbano, uma mesma utopia de transformação social. A partir disso passam a agregar novos elementos à discussão, renovando as perspectivas de futuro dos próprios empreendimentos.

De qualquer forma, o certo é que, a partir da percepção e do reconhecimento do movimento de economia solidária, os EESs em estudo passaram a ser discutidos e interpretados num contexto bem mais amplo do que apenas a cooperação agrícola. Vale registrar que um bom número de envolvidos na organização desses empreendimentos, desde os momentos que precederam seu surgimento, revelaram uma grande disposição para a discussão política a respeito da sociedade como um todo, manifestada através da participação nos movimentos sociais e outras ações coletivas, de protesto e reivindicação, promovidas pelos sindicatos ou pela igreja. O que ocorre é que, antes do contato com o movimento da economia solidária, as discussões eram mais limitadas à temática da agricultura familiar e da cooperação agrícola. A partir de então, passaram a identificar-se com um projeto societário mais abrangente e, especialmente, a perceber uma identidade entre as suas iniciativas e outras iniciativas ligadas aos trabalhadores urbanos.

Mesmo se tratando, na maioria dos casos, de empreendimentos recentes e, portanto, ainda não plenamente consolidados, ou seja, "com alto risco de mortalidade" (Massi, 2000), verifica-se a existência de um movimento de expansão dessas alternativas, em quase todas as suas frentes. Isso indica uma tendência de crescimento da importância econômica e social desses empreendimentos na região. Também se pode observar que, não obstante o fato de muitas das experiências serem ainda recentes e em processo de consolidação, já se pode registrar um número considerável de experiências consolidadas, com boa infraestrutura de produção, operando melhorias crescentes na oferta de produtos (em diversidade e qualidade), atingindo boa presença no mercado.

O panorama que ora apresento não permite uma avaliação precisa da extensão e do significado desses empreendimentos em termos quantitativos. O que apresento é apenas um mapeamento das diferentes frentes em que os empreendimentos econômicos e solidários vêm se desenvolvendo na região, de modo mais significativo. Uma avaliação quantitativa mais precisa da extensão e do significado do fenômeno, para ser construída, necessitaria de um esforço de pesquisa de vários anos e implicaria uma caracterização mais pormenorizada de cada uma das frentes, bem como de sua articulação com o conjunto dos demais empreendimentos e ainda uma análise do seu peso e a importância para o conjunto da economia da região.

4.1 Fatores que Favoreceram o Desenvolvimento da Economia Solidária no Oeste Catarinense

O atual desenvolvimento registrado nessas alternativas de produção associada na região foi favorecido, ao que tudo indica, pela confluência de vários fatores, dentre os quais destacamos quatro que consideramos principais.

4.1.1 A densidade institucional

Em primeiro lugar, a relativa densidade institucional**,** fruto do forte movimento de organização popular registrado a partir dos anos 80, já mencionado anteriormente, o que favorece as ações de articulação e apoio junto a sociedade civil.

No que se refere a essa **densidade institucional** é necessário destacar, conforme já indicamos nos capítulos anteriores, em primeiro lugar, **a atuação da igreja** (especialmente da igreja católica), cuja importância estratégica é inegável nesse cenário. Desde a criação da CPT, em 1975, essa instituição passou a ter grande familiaridade com os problemas relativos à questão agrária e ao desenvolvimento da agricultura familiar no país. O sul do país e, particularmente, o Oeste Catarinense, foi um *lócus* privilegiado de sua atuação. Desde então, tem se constituído um ator da maior importância para o desenvolvimento de EESs, seja pelo seu trabalho educativo, como vimos, difundindo a perspectiva da solidariedade e do trabalho associado, seja pela sua atuação no processo de organização dos agricultores ou, até mesmo, na manutenção de programas de financiamento de EESs.

Até o final dos anos 80, a atuação da igreja se voltava mais ao processo de formação e de organização política dos agricultores, mediante diversas estratégias, como já nos referimos no Capítulo II (item 2.1.3)[111]. A partir de então, passou a atuar direta e indiretamente no estímulo ao desenvolvimento de EESs. Nesse sentido, em primeiro lugar, foi uma das principais articuladoras da criação da APACO que, como vimos acima, e constituiu-se na principal fomentadora da economia solidária no meio rural da região. A participação da igreja na criação da APACO foi decisiva, atuando tanto no aspecto da articulação político-organizativa, quanto na viabilização de recursos e infra-estrutura de funcionamento[112].

Em segundo lugar, desde 1989, através de um convênio da CNBB com a MISERIOR[113], a igreja mantém um programa (Fundo de Mini Projetos Alternativos – FMPAs), destinado a atender iniciativas comunitárias de caráter econômico, voltadas à sobrevivência de populações menos favorecidas, cujos critérios de acesso privilegiam os empreendimentos de caráter solidário. Por esse programa, a igreja passou a atuar diretamente no fomento de EESs[114], apoiando-os tanto do ponto de vista organizativo e de formação, quanto do ponto de vista dos recursos necessários à sua implantação e funcionamento. Pode-se, assim, sem dúvida, afirmar que a igreja católica foi a

---

[111] Ver POLI (1995) op. Cit.
[112] Desde a sua criação até hoje a APACO conta com um apoio financeiro regular da igreja através da MISEREOR, o qual foi fundamental para sua viabilização.
[113] ONG ligada à Igreja Católica. Apóia atividades sociais em todo o mundo.
[114] Os EESs aprovados pelo Fundo de Mini Projetos, constituem uma das frentes de desenvolvimento da Economia Solidária da região, que serão descritas mais adiante.

principal instituição de fomento, direto ou indireto, ao desenvolvimento da economia solidária na região nos seus momentos iniciais.

Já a Igreja Evangélica, embora em menor dimensão, também participou do mesmo esforço, de educação política e organizativa dos agricultores durante as décadas de 70 e 80 e, posteriormente do fomento à EESs, principalmente através da ação do CAPA (Centro de apoio ao Pequeno Agricultor. (RENK, 2000).

Do ponto de vista do apoio institucional à economia solidária, é preciso destacar também a atuação dos **movimentos sociais** que surgiram e ganharam evidência a partir dos anos 80. Além de todo o trabalho pedagógico-elucidativo que desencadearam, em favor da necessidade de construção de novas relações sociais de produção, voltados à superação da exploração capitalista, o qual já foi descrito acima, sua importância reside sobretudo na capacidade de mobilização de pessoas e articulação de grupos que, em muitas situações, se voltam à constituição de empreendimentos de trabalho e renda. Exemplos disso, além do Sistema Cooperativista dos Assentados, surgido diretamente pela ação do MST, são os inúmeros grupos de mulheres que se associam para desenvolver atividades produtivas, em projetos específicos de produção que, não raro, se aglutinam devido à sua participação no Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)[115]. A organização dos processos de distribuição e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar tem sido outro aspecto favorecido, diretamente pela ação dos movimentos sociais.

Também merece destaque enquanto apoio institucional ao desenvolvimento da economia solidária, a presença e ação do **movimento sindical[116]**, especialmente dos sindicatos de trabalhadores rurais que, desde o final dos anos 80, vêm desenvolvendo ações de estímulo à cooperação agrícola. Nos últimos anos, esses sindicatos vêm trabalhando na afirmação da identidade da "Agricultura Familiar', o que tem possibilitado a elaboração de bandeiras de luta comuns e a realização de um movimento de pressão sobre o poder público pela elaboração de políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva de um modelo alternativo de desenvolvimento, caracterizado como "sustentável e solidário". Mesmo sem manter nenhum programa específico de fomento a empreendimentos de economia solidária, o

[115] Atualmente o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), assim denominado em toda a sua trajetória, passou a auto denominar-se de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Manteremos aqui a denominação original, embora, no presente estudo, tomaremos as duas denominações como equivalentes.

[116] A rigor, o movimento sindical poderia aqui ser incluído entre os movimentos sociais no apoio institucional à economia solidária. Contudo, pela sua importância para o desenvolvimento da economia solidária na região, entendemos ser preferível fazer um registro em separado de sua participação no processo.

movimento sindical vem se constituindo num ator importante no fortalecimento dos EESs. Sua contribuição se dá pela consolidação de formas de acesso a diferentes recursos necessários à viabilização dos empreendimentos (crédito, acesso ao conhecimento e a tecnologias, organização política, etc), além de ser um dos principais agentes de articulação e apoio do trabalho da APACO ao longo de toda sua existência. É oportuno lembrar também que, como vimos acima, o movimento sindical é o responsável pelo desenvolvimento de um grande programa de Educação do campo (Programa Terra Solidária), fortemente voltado ao estímulo da economia solidária. No meio urbano, a ação do movimento sindical na direção da economia solidária tem sido bem mais tímida. A única experiência de destaque talvez seja a criação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó (CREDI CHAPECÓ), que marca, na região, o início da implantação do Sistema ECOSOL, como será devidamente descrito neste capítulo (item 4.2.2. – d).

Ainda entre as instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento de iniciativas de economia solidária, é necessário incluir **as empresas de pesquisa agropecuária e extensão rural do Estado**[117]. Sua importância deve ser destacada, em primeiro lugar, pelo fato de que os primeiros empreendimentos de caráter associativo, que fomentaram a organização dos agricultores em projetos de produção coletiva, foram os condomínios suinícolas e nasceram no ano de 1981 por iniciativa da ACARESC[118].

A partir da segunda metade da década de 90, as ações da empresa, já sob nova organização, voltaram-se ao conceito de agregação de valor através do processamento dos produtos no interior das próprias unidades de produção agrícola familiar, prolongando a permanência do agricultor na cadeia produtiva. Para isso, desenvolveu um amplo programa de difusão de tecnologias, através de processos de capacitação, o qual foi essencial à constituição de agroindústrias familiares associativas, uma das mais importantes frentes de economia solidária na

[117] Até 1991, eram três as empresas públicas no ramo. A EMPASC, voltada à pesquisa agropecuária, a ACARESC, responsável pelo trabalho de extensão rural e a ACARPESC (voltada, especificamente, ao desenvolvimento da pesca). A partir de 1991, essas empresas foram unificadas e deram origem à EPAGRI, a qual passou a responsabilizar-se tanto pelo trabalho de pesquisa, quanto de extensão. Ainda é necessário citar a CIDASC, responsável pelo trabalho de inspeção, fundamental ao processo de produção de alimentos, tanto de origem animal, quanto vegetal, sem o qual os produtos não podem ser comercializados. A CIDASC, no entanto, continua atuando de modo independente, sem unificação às demais.

[118] Sob a denominação de agricultura de grupo, os condomínios eram constituídos pela associação de um grupo de agricultores (geralmente de 8 a 10) da mesma comunidade, regidos por um contrato particular de convenção, cujo objetivo era a produção coletiva de leitões (a fase mais delicada da produção de suínos) que, posteriormente, eram distribuídos para a engorda nas propriedades dos participantes. Visavam melhorar o nível técnico e a produtividade da produção de suínos através da racionalização dos custos permitida pelos ganhos de escala. Além de estimular a produção associada, difundiam a idéia da necessidade de melhorar a gestão dos fatores de produção como forma de viabilização da agricultura familiar.

região. Nessa mesma direção, estimulou a utilização do programa PRONAF[119] agroindústria, destinado a financiar os projetos de implantação de agroindústrias familiares no meio rural. Também participou no programa DESENVOLVER[120], o qual foi decisivo para a consolidação de mais de 120 Empreendimentos Econômicos e Solidários de produção agroindustrial apenas na região Oeste de Santa Catarina. Destes, em torno de 50% de caráter associativo e solidário, sendo estes a base de constituição da UCAF (União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense).

Assim, é preciso destacar que, mesmo que, em muitos casos, a EPAGRI não tenha participado do processo de organização dos EESs, nem estimulado a produção de caráter coletivo, na quase totalidade dos casos, os EESs, sobretudo aqueles ligados à produção industrial, tiveram no trabalho de extensão da EPAGRI a fonte do conhecimento necessário ao processo de produção. Esse é o caso, inclusive, da totalidade dos empreendimentos ligados à UCAF.

Atualmente, a EPAGRI, tendo voltado seu trabalho aos processos necessários à agregação de valor aos produtos agrícolas (industrialização, melhoria de produtos e processos de produção, gestão, etc), vem desenvolvendo algumas experiências de organização dos agricultores em associações voltadas ao processo de comercialização. A organização dos produtores em torno de processos de produção coletiva deixou de ser uma ênfase para a EPAGRI, devido às dificuldades que a empresa encontrou de equacionar problemas relativos ao relacionamento dos produtores no tocante ao trabalho coletivo.

Percebe-se, contudo, a existência de concepções conflituosas, no interior da empresa, sobre as possibilidades e o significado dessa produção direta de mercadorias pelos agricultores. Por um lado alguns técnicos e mesmo setores inteiros de trabalho da instituição apostam num crescimento significativo das experiências de agroindústrias familiares, preferencialmente de caráter associativo, com ganhos de escala através de processos de associação e da atuação em rede, de modo a atingir mercados cada vez mais amplos e a construção de relações de produção alternativas. Por outro lado, há outros técnicos que apostam numa participação apenas local e marginal desses empreendimentos no mercado, de modo a não concorrer com os grandes frigoríficos e outras agroindústrias de grande porte, preservando-se o caráter familiar e informal dos empreendimentos. Esses conflitos, contudo, não impedem a EPAGRI de realizar a sua principal contribuição para o desenvolvimento dos EESs, que é a transferência de tecnologia e a

[119] Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ligado à Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
[120] Sobre esse Programa ver item 4.1.2.3. neste mesmo capítulo.

melhoria de processos e produtos, já que para o processo de organização dos EESs, enquanto empreendimentos coletivos, a principal referência continua sendo as ONGs e não na EPAGRI.

Outra instituição que tem se revelado importante para o estímulo e/ou a viabilização dos EESs é o **poder público municipal**. Como se pôde observar acima, grande parte do trabalho desenvolvido pela APACO tem o apoio das prefeituras municipais na liberação de técnicos que, orientados pela entidade, prestam assessoria técnica aos grupos. Além disso, mesmo nos casos em que a prefeitura não mantém nenhum programa direto ou indireto de fomento a empreendimentos dessa natureza, muitas das demandas dos EESs tem a prefeitura municipal como destinatária, sendo esta uma instância de grande importância. Um aspecto a ser registrado é que, devido à importância da agricultura familiar na trajetória histórica da economia regional, permanece, na cultura local, um forte sentimento sobre a importância do apoio a este setor, como uma condição indispensável ao desenvolvimento local/regional. Esse fato contribui em muito para uma predisposição do poder público municipal em apoiar e atender as demandas dos EESs, mesmo quando não tem em suas prioridades o apoio à economia solidária em si, ou mesmo quando divergências políticas colocam os participantes dos EESs e os mandatários municipais em lados opostos.

Do levantamento efetuado, constatou-se a existência de quatro situações distintas das prefeituras municipais em relação ao apoio à economia solidária. Em primeiro lugar, destacamos a realidade de uma prefeitura (do município de Chapecó) que, durante vários anos manteve um programa direto de fomento e estímulo à criação e desenvolvimento de EESs. Neste caso a prefeitura se colocou na posição de fomentadora direta de empreendimentos dessa natureza, através de uma incubadora de empreendimentos econômicos e populares que será descrita mais adiante entre os programas de apoio e fomento da economia solidária. Essa situação singular não se repete na atual gestão de mandatários municipais.

Outras prefeituras não mantém programas diretos de apoio e fomento de EESs mas, através de convênios e outras formas de atuação, apóiam o trabalho das ONGs que fomentam o desenvolvimento da economia solidária[121]. Nesse caso, através de diferentes formas e modalidades de apoio, as prefeituras atuam, indireta mas ativamente, no estímulo ao surgimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários.

Já outras prefeituras se mantém, de certa forma, indiferentes à questão mas, de algum modo, têm atendido algumas reivindicações pontuais do setor como serviços de infra-estrutura,

apoio a eventos e outras demandas. Neste caso, as iniciativas existentes são fomentadas e apoiadas por outras instituições, especialmente ONGs, sindicatos e mesmo a igreja. Nesta situação encontra-se um número muito grande de prefeituras da área de abrangência deste estudo. Este fenômeno (do apoio às demandas dos EESs) como vimos, pode ser explicado pela importância da agricultura familiar para a economia regional, o que predispõe a existência de ações para o seu fortalecimento.

Por fim, podem ser citadas algumas (poucas) prefeituras que, por razões político-ideológicas ou de disputas político eleitorais, tem uma relação de oposição ao trabalho das ONGs e olham com uma certa desconfiança para o trabalho dos EESs. Mesmo nesses casos, não está descartado o apoio pontual de alguma reivindicação. Os exemplos mais característicos dessa situação talvez sejam o das Prefeituras Municipais de Quilombo e de Chapecó (gestão atual) que, por razões da conjuntura política local, mantém uma relação de oposição com as entidades que estimulam a organização dos agricultores e que fomentam o surgimento de tais iniciativas. Mesmo assim, como observamos acima, não se pode descartar totalmente a possibilidade de apoio em questões muito pontuais. Esse também é o caso da Prefeitura Municipal de Saudades que, mesmo se opondo frontalmente a quem está à frente do movimento, em si, e da sua linha de atuação política, não deixa de desenvolver algumas ações importantes como o apoio a organização de uma feira livre municipal e outras formas de apoio.

Alertamos, contudo, que é preciso considerar o alto grau de instabilidade desse quadro, uma vez que a cada quatro anos e, algumas vezes, durante os mandatos, a orientação política dos mandatários municipais pode mudar muito e o quadro descrito acima alterar-se significativamente. Um caso exemplar, nesse sentido, é o que ocorreu no município de Chapecó. Após oito anos de uma política de estímulo e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos e solidários, a mudança de orientação política da prefeitura municipal nas eleições de 2004 alterou significativamente a relação do poder público municipal com os empreendimentos. Ao invés de receber apoio, os empreendimentos passaram a conviver com a oposição do poder público, por identifica-los como aliados dos mandatários da gestão anterior.

Percebe-se, por outro lado, que com o ingresso do poder público municipal na criação e manutenção de programas de fomento de EESs, estes passam a levar os princípios da economia solidária e suas formas de organização a públicos totalmente excluídos, que não eram atingidos pela atuação das demais entidades. Esse é o caso dos chamados desorganizados ou "resistentes"

---

[121] Experiências dessa natureza foram identificadas, durante a pesquisa, nas Prefeituras Municipais de Guaraciaba,

que, pela sua dificuldade de responder aos estímulos à organização, sem um apoio mais efetivo de assistência e até de indução, nem o MST, nem a FETRAFE[122], nem as ONGs (APACO e outras) conseguem envolvê-los de modo efetivo.

4.1.2 Os instrumentos de apoio ao desenvolvimento da economia solidária

Entre os fatores que favoreceram o desenvolvimento da economia solidária na região, cabe registrar a existência de entidades, programas e redes, atuando diretamente no fomento e apoio a empreendimentos de economia solidária, incluindo desde o apoio à formação de grupos, a assessoria ao seu funcionamento e solução de problemas de diversas ordens, sua articulação em rede para superar problemas relativos à escala, ao acesso e desenvolvimento de tecnologias, ou ainda relativos ao seu funcionamento e consolidação e até mesmo relativas a programas de acesso ao crédito necessário aos investimentos de implantação e expansão. Pela sua atuação mais específica, podem ser colocadas como *fomentadoras* diretas do surgimento e desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (MOSER, 1999, 2002)[123]. Dentre as principais, identifiquei pelo menos sete entidades, seis programas de fomento ao desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária e quatro redes, que apresentam uma influência direta e acentuada no contexto regional. É oportuno esclarecer que tanto as instituições, quanto os programas e redes serão apenas citados e sumariamente descritos, uma vez que maiores detalhes serão apresentados ao longo da descrição das frentes de economia solidária em desenvolvimento na região. A intenção, aqui, é tão somente dar uma idéia do conjunto dos fatores que atuam no fomento e apoio aos EESs na região.

Coronel Martins, Coronel Freitas, Xavantina, Cordilheira Alta, Ipumirim e Concórdia.

[122] Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar.

[123] A autora registra a atuação de apenas quatro entidades fomentadoras. Um levantamento mais minucioso da realidade, contudo, precisa ampliar esse espectro pra pelo menos sete entidades.

4.1.2.1 As entidades fomentadoras

a) Secretariado Diocesano de Pastoral e as paróquias.

Vinculado à Diocese de Chapecó, o Secretariado Diocesano de Pastoral atua tanto na difusão dos princípios da economia solidária, com ênfase muito grande nas idéias de trabalho coletivo e de igualdade, chegando, por vezes, até a um igualitarismo[124] (que, segundo alguns outros agentes, tem sido um dos fatores limitantes no avanço do vetor empresarial dos empreendimentos), quanto na assessoria e apoio financeiro aos EESs, através do Programa de Mini-Projetos Alternativos. Além disso, coordena a definição de diretrizes de atuação para o conjunto da diocese, influenciando o trabalho das equipes paroquiais. Estas, por sua vez, dependendo da postura de cada agente, especialmente dos párocos que coordenam o trabalho em cada paróquia, podem prestar um importante apoio aos EESs em sua organização e desenvolvimento, constituindo-se, em alguns municípios, na principal instituição de apoio e fomento a essas organizações.

b) A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina – APACO

Define-se como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, cujo objetivo maior é o estímulo e assessoria ao desenvolvimento da *agricultura de grupo* na região do Oeste Catarinense. Como vimos acima, atua desde 1989 diretamente na difusão dos princípios da Economia Solidária e na organização direta de grupos e empreendimentos, através de diversos programas. É formada e dirigida por grupos de agricultores familiares que se organizam e desenvolvem suas atividades de forma cooperada, a partir de suas próprias comunidades. O fato de sua direção ser integrada apenas por agricultores familiares é muito valorizado, como um

[124] Refiro-me a uma defesa feita por alguns agentes religiosos de um ideal de igualdade absoluta, especialmente em termos de ganhos econômicos que considera negativa qualquer diferença de remuneração, mesmo para pessoas diferentemente qualificadas ou com participação diferenciada no desenvolvimento do trabalho no empreendimento. Essa postura pode dificultar a permanência dos trabalhadores mais qualificados que, por vezes, consideram não ser justamente valorizados em sua participação no trabalho, levando-os a buscar outras opções no mercado de trabalho, com maiores possibilidades de remuneração individual. Uma das conclusões do relatório de avaliação dos mini projetos alternativos apoiados pela igreja, realizado em 2002, ilustra essa diretriz orientadora da ação da igreja, em relação aos empreendimentos: "A cultura que se pretende implementar com a atuação do Fundo de MPAS é a da gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor em novo projeto de desenvolvimento." (CNBB, 2002, p. 12).

indicativo da autenticidade do processo de organização e da representatividade da entidade em relação a sua base social[125].

c) Movimento dos Sem Terra - MST

Caracterizado antes de tudo como um movimento social que luta a favor da reforma agrária, o MST, enquanto organização, viu-se compelido a discutir e definir políticas para a organização do processo de produção nos assentamentos que passaram a se multiplicar pelo país, sob o risco de reproduzir nesses espaços os mesmos problemas que vêm sendo enfrentados pela agricultura familiar e que têm levado a um crescente abandono do campo e a um êxodo rural significativo. Após algumas tentativas frustradas de implementar uma produção totalmente coletivizada no interior dos assentamentos, o MST passou a fomentar a cooperação agrícola, sob diferentes formatos, como estratégia para o fortalecimento da produção agrícola, sem abandonar os ideais socialistas, a serem implementados a médio e longo prazo, em conjunto com outros atores sociais. A partir dessa decisão, passou a ser constituído o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que será descrito adiante como uma das frentes de economia solidária da região. O MST, enquanto organização, fomenta, dá direção e apóia a organização de cooperativas nos assentamentos, constituindo-se efetivamente, numa entidade fomentadora.

d) Sistema CRESOL

O crescimento das cooperativas de crédito de trabalhadores da agricultura familiar, nascidas inicialmente no interior da APACO, levou à decisão de formação, junto com iniciativas similares do Paraná e do Rio Grande do Sul, de um sistema integrado de cooperativas de crédito, reunindo sob uma mesma rede e sob os mesmos princípios, o conjunto das cooperativas de crédito, criadas e dirigidas por agricultores/as familiares, guiadas pelo princípio da autogestão, existentes no meio rural. Assim surgiu o Sistema CRESOL, com a missão de "fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores/as familiares, através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável". A partir do seu

[125] Esse princípio (de autonomia da população na condução das suas entidades representativas) foi sempre bastante enfatizado pelos agentes da igreja católica, vinculados à teologia da libertação, em seu trabalho de estímulo à organização dos agricultores. Apesar disso e da ênfase com que continua a ser defendido pelos integrantes da entidade, observamos, em nosso trabalho de campo, vários registros de conflitos que ocorreram, ao longo de sua história, entre agricultores e técnicos pela direção efetiva do trabalho. Ocorre que, sob certos aspectos, alguns

surgimento, o sistema adquiriu vida própria e passou a fomentar a expansão das iniciativas, levando a um crescimento acentuado do número de cooperativas e de associados, tendência que se mantém até os dias atuais. Por essa razão pode ser citado como uma entidade fomentadora.

e) Sistema ECOSOL/ADS

O Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (Sistema ECOSOL) vem sendo implantado em todo o país por iniciativa e estímulo da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), em parceria com o SEBRAE, como uma tentativa de superar as barreiras de acesso ao crédito, no sistema financeiro convencional, pelos micro e pequenos empreendimentos. Tem como missão a organização de uma rede de instituições financeiras locais, voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase na mobilização das comunidades e das organizações e empreendimentos locais, visando oferecer um conjunto de serviços financeiros compatíveis com as condições e demandas das populações mais carentes (ADS/SEBRAE, [s.d]).

A justificativa para a sua criação baseia-se, principalmente na importância do crédito para o desenvolvimento local sustentável e a necessidade de simplificar e facilitar o acesso ao crédito, em vista das grandes exigências burocráticas e das altas taxas de juros que caracterizam o Sistema Financeiro Nacional. Aponta para a necessidade de desenvolvimento de um sistema flexível, adaptável às condições locais de produção e às características dos empreendimentos econômicos de pequeno porte, desenvolvendo metodologias e regras de funcionamento mais compatíveis com a realidade desses empreendimentos. Seu objetivo geral é a democratização do acesso ao crédito e aos serviços financeiros e seus objetivos específicos são a mobilização da poupança local, a ampliação do acesso ao crédito e a promoção do desenvolvimento local sustentável .

O sistema se organiza em três níveis: a Cooperativa Central de Crédito, com sede em São Paulo, responsável pela coordenação das ações de todo o sistema; as Bases de Apoio, responsáveis pela assessoria e coordenação das cooperativas de uma determinada região; e as Cooperativas de Crédito, responsáveis pelas operações do sistema junto aos associados.

O sistema está sendo implantado, até o momento, em nove estados, com oito bases regionais. No Oeste Catarinense, foi implantada, em 2004, uma base de apoio que assessora e estimula a criação de cooperativas de crédito nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

---

técnicos reúnem mais informações e possuem maiores condições de intervenção qualificada do que os próprios

Já possui, em sua base quatro cooperativas em funcionamento[126], uma delas localizada na região do presente estudo (em Chapecó). É a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó – Credi Chapecó - com 920 associados. Desde a sua criação (em 2004) a mesma vem se expandindo de forma bem expressiva (18% em 2005). Neste momento, está em processo de transformação para atuar em outros 38 municípios da região o que deverá significar um grande salto no seu número de associados. Esses dados nos permitem colocar o Sistema ECOSOL entre as entidades fomentadoras de economia solidária na região.

f) União Central das Agroindústrias Familiares Do Oeste Catarinense (UCAF)

A UCAF é uma entidade civil, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de uma associação, criada em fins de 1999, com a finalidade de apoiar os agricultores familiares organizados em grupos, proprietários de pequenas agroindústrias, na perspectiva de prestação de serviços essenciais ligados à produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização. Possui uma equipe técnica, em parceria com a APACO, que busca melhorar a qualidade e a padronização dos produtos e assessora os empreendimentos em suas dificuldades técnicas. Na verdade o seu surgimento é fruto do desenvolvimento de um dos programas da APACO (Programa de Agroindústrias Familiares Associativas) como um dos seus desdobramentos. Porém, a partir de sua criação, passou a desempenhar um papel importante no surgimento e no fortalecimento das agroindústrias Familiares Associativas, o que a coloca como uma das entidades fomentadoras existentes na região.

g) Poder Público Municipal

O poder público municipal, como vimos acima, nos últimos anos, tem contribuído, direta e indiretamente, para o desenvolvimento da economia solidária na região. Sua participação, inclusive, vem crescendo significativamente ao longo do tempo, sobretudo a partir do final da década de 90, tanto através do apoio a programas interinstitucionais de fomento, onde tem assumido o papel de um dos principais parceiros, quanto através de implantação de programas próprios de fomento de empreendimentos econômicos e solidários. Exemplos disso são as prefeituras municipais dos municípios de Concórdia, Guaraciaba e Chapecó. No caso da

---

agricultores, gerando, por vezes, situações de tensão.

[126] As quatro cooperativas localizam-se nas cidades de Porto Alegre (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Metroviários), Otacílio Costa (Papel Credi – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Indústrias de Papel), em Curitiba (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Setor Bancário) e em Chapecó (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó – Credi Chapecó).

prefeitura de Chapecó, a partir de 1998, dois diferentes programas fomentaram um número significativo de empreendimentos, justificando, inclusive, sua classificação como uma frente de desenvolvimento da economia solidária e o poder público municipal como uma entidade fomentadora. Contudo, como já informamos acima, seu exemplo é revelador da principal fragilidade dessa entidade fomentadora (poder público): a descontinuidade. A mudança de orientação política a partir dos processos eleitorais, pode interromper o apoio e o fomento a empreendimentos, o que pode,inclusive, comprometer sua continuidade, dependendo do seu grau de consolidação.

4.1.2.2 Instrumentos de apoio: as redes

As REDES são instrumentos de desenvolvimento, que se organizam e atuam de forma interconectadas e interdependentes, que visam garantir aos EESs a conquista de alguns parâmetros considerados essenciais ao seu fortalecimento e consolidação, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário, compartilhada pelos diferentes atores. Dentre esses parâmetros inclui-se escala de produção, redução dos custos, agregação de valor, racionalidade de função para os componentes das organizações e das redes (evitar a sobreposição de ações) e apropriação de tecnologias. "Procuram romper com a lógica competitiva e tradicional do mercado capitalista, e assim construir novas relações sociais e econômicas que valorizem o ser humano e não o capital" (APACO/CEPAGRI, 2001, p. 30).

Atuando no desenvolvimento da Economia Solidária no Oeste Catarinense, identifiquei quatro redes principais que passamos a caracterizar.

a) A Rede ECOVIDA de Agroecologia

A Rede ECOVIDA "[...] é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, entidades de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos" (APACO/CEPAGRI, 2001, p. 34). Tem por objetivo garantir o desenvolvimento da agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável, buscando influenciar a construção de um conjunto de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Mesmo tendo a agroecologia como seu foco principal, trabalha com uma orientação explícita de estímulo às relações de caráter solidário. Desse modo, trabalha com um processo de certificação solidária, onde os integrantes de cada núcleo organizado, através de visitas periódicas às propriedades, participam coletivamente do processo de avaliação e planejamento das melhorias necessárias em cada propriedade, de modo a que possa receber o selo que identifica os produtos de origem agroecológica. Por esse processo, também opera e coordena um amplo esforço de busca coletiva de soluções ecologicamente corretas para os problemas enfrentados na produção, processamento e comercialização, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Está organizada em núcleos regionais, os quais articulam as ações da rede em cada região específica, sendo que, atualmente, existem quatro (04) núcleos no Paraná, sete (07) núcleos no Rio Grande do Sul e sete (07) núcleos em Santa Catarina, sendo sete (02) deles no Oeste Catarinense. No núcleo Oeste, do qual faz parte o município de Chapecó, participam do núcleo 37 famílias que já possuem selo de produtos agroecológicos, obtidos pelo processo de certificação solidária. Outras 40 famílias estão em processo de transição para a obtenção do selo. Nesse momento está em curso um processo de preparação das famílias para a produção de leite e queijo orgânico, o qual envolverá aproximadamente 3 mil pequenos produtores.

b) A Rede de Agroindústrias Familiares de pequeno Porte[127]

Constitui-se num mecanismo de articulação de um grande número de agroindústrias familiares de pequeno porte (vinculadas a GCAs e Associações de produtores, ou a uma única família) que se constituiu na região, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90. Procura implementar um sistema de gestão transparente e participativo. Busca conciliar o funcionamento das unidades agroindustriais locais, preservando a descentralização e democratização das decisões em nível local e microrregional. Através da cooperação solidária procura viabilizar um sistema em rede e que dê escala e suporte à produção e à comercialização das agroindústrias envolvidas (APACO/CEPAGRI, 2001).

[127] Essa denominação de Rede de Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte é bastante utilizada pelos órgãos oficiais para referir-se ao conjunto das agroindústrias familiares da região. Neste estudo, ao me referir ao nosso objeto de estudo, especificamente, utilizo a expressão Rede de Agroindústrias Familiares Associativas, por ser a denominação mais adequada para nos referirmos às agroindústrias familiares criadas e mantidas por grupos de famílias organizadas em Associações ou Grupos de Cooperação Agrícola. Esta é, inclusive, a denominação utilizada pela UCAF, ao referir-se à rede. A rigor, a Rede de Agroindústrias Familiares Associativas, articulada pela UCAF, integra a Rede de Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte, sendo que esta última inclui também agroindústrias familiares vinculadas a um único grupo familiar.

Para viabilizar o seu trabalho, a Rede de agroindústrias familiares do Oeste procura atuar em duas frentes estratégicas. Em nível municipal e/ou microrregional, as agroindústrias agregam-se às cooperativas familiares. Estas disponibilizam às agroindústrias familiares serviços como habilitação jurídica e fiscal, o acesso aos mercados locais e a aquisição de insumos de forma coletiva. Em nível regional, um número considerável de agroindústrias se articula em torno da UCAF, onde dispõe, de forma coletiva, de alguns serviços essenciais, já citados acima. Observa-se,contudo, que um grande número de agroindústrias são filiadas às cooperativas, em nível local, sem estar associadas à UCAF. Mesmo assim, parece inegável que a UCAF constitui-se numa organização essencial na definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento do conjunto desse tipo de agroindústrias.

c) A Rede de Crédito com Interação Solidária

É formada por um conjunto de mecanismos de acesso ao crédito em que se incluem vários instrumentos diferentes. Entre eles estão o Sistema CRESOL (composto por cooperativas de crédito formadas por agricultores familiares), o fundo de Mini projetos (mantido pela igreja através de convênio com a MISEREOR), as associações e grupos de garantia de crédito (ou fundos de aval), banco de crédito popular (Banco do Povo) e, mais recentemente, o Sistema ECOSOL. É importante constatar que, mesmo sendo ela própria uma frente de economia solidária, que será descrita mais adiante, formada por empreendimentos econômicos e solidários, também constitui uma importante rede de apoio ao surgimento e viabilização de outros empreendimentos, mediante o acesso ao crédito.

d) A rede de Comercialização Solidária

Esta rede é o elo de ligação entre a produção e transformação dos produtos da agricultura familiar, normalmente efetuada por agricultores familiares (meio rural) e os consumidores (meio urbano). Como instrumentos de comercialização pode-se citar as cooperativas familiares de comercialização, as feiras livres, os mercados institucionais e os circuitos de venda direta.[128] (APACO/CEPAGRI, 2001) .

[128] Todos os empreendimentos participantes da UCAF, caracterizados durante a pesquisa, praticam a venda direta ao consumidor, através de diversas estratégias, incluindo às vendas em domicílio. Esse tipo de comercialização representa ainda uma parte importante do total das vendas realizadas pelos EESs.

As cooperativas familiares de comercialização (locais e microrregionais), são organizações comerciais de agricultores, na forma de cooperativas, que trabalham em parceria com as redes e as unidades agroindustriais, na comercialização dos seus produtos e serão descritas detalhadamente neste mesmo capítulo (item 4.2.1.1.- b), como partes de uma frente de economia solidária. Desempenham um papel fundamental na viabilização do processo de comercialização, sobretudo por possibilitar a venda dos produtos no mercado formal. A partir da criação das cooperativas, as agroindústrias familiares, por exemplo, não mais necessitaram recorrer à criação de uma micro-empresa para efetuar a comercialização dos seus produtos, uma vez que passaram a funcionar como filiais das cooperativas familiares.[129] No Oeste Catarinense, como veremos mais adiante (item 4.2.1.1. b), são 15 cooperativas familiares em funcionamento.

Na mesma linha, mas com um papel mais específico, podem ser incluídas as *cooperativas de produtores de leite*, que vêm se multiplicando rapidamente na região, como será visto neste mesmo capítulo (item 4.2.1.1.- c). Seu papel está diretamente ligado à organização e defesa dos interesses dos produtores de leite, garantindo-lhes melhores condições de atuação na comercialização do produto, fazendo frente ao poder das grandes indústrias do setor. Em alguns casos, as cooperativas familiares de comercialização podem atuar também na organização dos produtores e na comercialização do leite.

As feiras livres são espaços diretos de comercialização, geralmente instituídos e organizados pelo poder público municipal, através dos quais produtores e consumidores entram em contato direto.Esse fato, além de estimular a agregação de valor aos produtos, mediante sua transformação em produtos finais para venda ao consumidor, possibilita a eliminação dos atravessadores. Também possibilita uma maior interação entre produtores e consumidores, onde estes podem expressar suas preferências e reivindicar as melhorias que julgam necessárias aos produtos, o que favorece a adequação dos produtos à demanda. As feiras livres renasceram na região na década de 90, como estratégias de comercialização solidária e como forma de apoiar a conversão da produção agrícola convencional para agroecológica. No Oeste Catarinense hoje elas existem em mais de uma dezena de municípios e vêm se expandindo, devido à demanda colocada sobretudo pelas agroindústrias familiares e outros grupos de agricultores que produzem hortigranjeiros e frutas. Somente em Chapecó, atualmente, são mais de dez pontos de feira funcionando regularmente, o que motivou, inclusive a formação de uma associação de feirantes do município, a qual vem garantindo a organização dos agricultores, sua representatividade junto

[129] A Cooper familiar de Chapecó, por exemplo, possui nove agroindústrias filiadas, na condição de filiais.

ao poder público local e a busca de soluções a problemas comuns. Pelo seu crescimento e pela importância crescente na geração da renda direta de inúmeras famílias e grupos, as feiras podem ser colocadas como mecanismos fundamentais para o desenvolvimento de economia solidária na região.

Os Mercados institucionais se referem às demandas de produtos oriundas das necessidades do poder público (municipal e estadual), voltadas ao atendimento de programas sociais (merenda escolar, distribuição de cestas básicas,etc). Percebeu-se um esforço muito grande dos EESs e do próprio poder público no sentido de viabilizar o acesso dos EESs a esse importante mercado. A dificuldade maior refere-se à habilitação aos processos de licitação pública, que ordena as compras nesse tipo de mercado. Apesar dos esforços realizados, ainda persistem grandes dificuldades na participação de EESs nesse tipo de mercado. Nos últimos anos, ganhou importância as compras diretas do Programa Fome Zero, junto aos agricultores familiares. Através dele, centenas de famílias passaram a comercializar seus produtos no mercado institucional, o que lhes vem garantindo uma renda mensal regular. Da mesma forma, merece registro o programa de aquisição de produtos orgânicos para a merenda escolar que neste momento está sendo iniciado pelo governo de Estado de Santa Catarina.

Todos os empreendimentos participantes da UCAF, caracterizados durante a pesquisa, praticam a *venda direta ao consumidor*, através de diversas estratégias, incluindo as vendas em domicílio. Esse tipo de comercialização representa ainda uma parte importante do total das vendas realizadas pelos EESs.

É necessário registrar o fato de que grupos de agricultores ligados à APACO estão também atuando em redes do chamado "mercado justo", sobretudo voltado à exportação. Este espaço de mercado defende um novo modelo comercial, no qual o valor do trabalho necessário para manter os produtores seja reconhecido e incorporado nos preços das mercadorias. Este tipo de mercado segue o exemplo do que ocorre com os produtos orgânicos, em vários países europeus, Estados Unidos e Japão, onde há um número significativo de consumidores dispostos a pagar um pouco mais por estes produtos para apoiar o movimento. (APACO/CEPAGRI, 2001).

Na região do Oeste Catarinense, esse tipo de comércio ainda está restrito à exportação de suco de laranja para alguns países Europeus, estando, portanto numa fase ainda inicial de desenvolvimento. Porém, com o avanço do processo de globalização e o crescimento das articulações internacionais entre as iniciativas de economia solidária, essa perspectiva tende a crescer.

As experiências de comercialização atualmente em desenvolvimento na região, estão sendo efetuadas através de contratos entre agricultores familiares do Oeste Catarinense (articulados pela APACO) com organizações das nações compradoras (ONGs interessadas na difusão deste tipo de mercado)[130].

4.1.2.3 Os programas de fomento a empreendimentos de economia solidária

a) Programa de Mini-Projetos Alternativos (MPAs)

Desenvolvido pela Diocese de Chapecó, desde o ano de 1989, com o apoio da CNBB (Regional Sul IV) e de ONGs e financiado pela MISEREOR, constitui um trabalho de assessoria a pequenas iniciativas comunitárias de geração de renda e educação/formação, incluindo desde o trabalho de assessoria e apoio à organização, até o próprio financiamento de sua implantação. O Objetivo geral do programa é expresso como uma "[...] contribuição para o desenvolvimento comunitário, o fortalecimento de grupos de auto-ajuda existentes, a formação de novos grupos e o fomento de iniciativas concretas que melhorem as condições de renda e vida da população [...]"(MOSER; SOUZA, 1999, p. 26).

O programa envolve o apoio a projetos de vários tipos, rurais e urbanos, divididos em dois fundos específicos: o *Fundo para Projetos de Produção e Geração de Renda* (apoio a projetos de produção, comercialização e prestação de serviços) e o *Fundo para Projetos Comunitários* (apoio a projetos de capacitação profissional, educação, assessoria, etc). A aprovação do apoio implica a existência de um planejamento prévio do empreendimento, com análise de viabilidade e a participação de seus responsáveis em encontros de estudos e capacitação, os quais incluem tanto os aspectos técnicos e administrativos, quanto aqueles ligados à participação e organização comunitária.

b) Programa Desenvolver

O Programa Desenvolver foi criado em 1998, através de uma ação integrada de instituições governamentais (prefeituras e órgãos ligados ao governo do estado) e não-

[130] No momento em que realizei o lenvantamento de dados, a APACO possuia contratos com três organizações da Europa, através dos quais comercializa em torno de 200 toneladas de suco de laranja por ano.

governamentais (ONGs e Universidades), financiado pelo CNPq e pela Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina – FUNCITEC- voltado ao desenvolvimento da agricultura familiar, mediante a agregação de valor aos seus produtos, através do processo de industrialização. Atuando em 41 municípios do Estado de Santa Catarina, apoiou a formação e/ou melhoria de 234 agroindústrias familiares, individuais ou associativas, as quais envolveram 1.076 famílias. Só no Oeste Catarinense foram apoiadas 120 agroindústrias familiares, sendo aproximadamente 50% delas de caráter associativo. A equipe técnica do programa envolvia em torno de 30 profissionais entre engenheiros civis, químicos, de alimentos, sanitaristas e agrônomos, além de administradores, veterinários, farmacêuticos bioquímicos e publicitários. O apoio aos emprendimentos podia envolver, de acordo com a necessidade, desde os estudos de viabilidade econômica, planejamento, assessoria a organização e gestão, elaboração de plantas e projetos, treinamentos e orientações na manipulação dos alimentos, elaboração e aperfeiçoamento de produtos, estudos de impacto ambiental, projetos de destinação de resíduos, controle de qualidade, desenvolvimento de insumos diversos, acompanhamento à produção de animais, desenvolvimento de rótulos e outras peças de divulgação e posicionamento de marketing, entre outros. Ou seja, através do programa, os empreendimentos encontravam o apoio de uma equipe multiprofissional que abrangia quase todas as áreas envolvidas no processo de produção. Essa assessoria permitiu um salto de qualidade na produção agroindustrial. Muitos produtos que já eram produzidos artesanalmente em condições precárias, passaram a ser produzidos em melhores condições de instalação e através de melhores práticas produtivas, elevando, assim sua qualidade. Na última etapa do programa, divergências entre algumas instituições participantes, dificultaram o andamento dos trabalhos, inclusive a instalação de algumas unidades que demandavam financiamento.A partir dos resultados desse programa surgiram as iniciativas para a criação da UCAF, para viabilizar a continuidade das articulações e o fortalecimento das agroindústrias familiares por ele assessoradas.

c) Programa Comunidade do Futuro

Desenvolvido no período de 1998 a 2000, a partir da preocupação com o desenvolvimento local, teve como lema "*O desenvolvimento de Chapecó nas mãos dos chapecoenses"*. Mesmo tendo sido elaborada para servir às estratégias de marketing do programa, a frase indica a proposta teórico-política a partir da qual as ações do programa foram definidas. Organizado em parceria com entidades municipais, estaduais, federais e não-governamentais, o programa teve como objetivo promover o desenvolvimento partindo do potencial humano,

cultural, social, existente no município, através da viabilização de um programa de capacitação de pessoas e organizações, promovido de forma conjunta, por instituições públicas e privadas e realizado a partir de uma metodologia de gestão participativa em que o conhecimento teórico está voltado para a própria prática, estimulando a iniciativa, a ousadia, a confiança, a mudança pessoal e coletiva. (MOSER; SOUZA, 1999).

Coordenado por um *Comitê de Apoio Institucional,* formado por dezenove entidades, utilizando a metodologia GESPAR (Gestão Participativa), desenvolvida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o programa enfrentou resistências dentro do próprio governo da frente popular[131], desde o seu primeiro ano de funcionamento. Mesmo assim, em seus três anos de funcionamento, conseguiu fomentar ou apoiar o surgimento de 57 empreendimentos, sendo onze deles caracterizados como empreendimentos econômicos e solidários – EESs - (seis ligados ao ramo industrial e cinco no setor de comércio e serviços).

Sua interrupção deveu-se a falta de apoio dentro da equipe de governo do segundo mandato da frente popular.

d) Programa Incubadora de cooperativas Populares, da Prefeitura Municipal de Chapecó

O Programa Incubadora de cooperativas Populares, da Prefeitura Municipal de Chapecó, funcionou de 2001 a 2004, como parte integrante do **Programa Empresa Mãe,** criado pelo poder público municipal, coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e agricultura, com a participação de outras secretarias municipais, tendo por objetivo apoiar a formação de cooperativas populares, associações e micro-empresas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e buscando a inclusão social. A Incubadora de Cooperativas Populares, durante a sua vigência, esteve voltada, especificamente, à geração de trabalho e renda nos setores mais excluídos da população local, especialmente aqueles atendidos pelos programas sociais (Renda Mínima, Erradicação do Trabalho Infantil, Grupos de Mulheres e Projetos Habitacionais).

Sua missão era a de "apoiar o surgimento e o fortalecimento de associações e cooperativas populares e auto-gestionárias como alternativas de geração de trabalho e renda, visando o enfrentamento à pobreza e o desenvolvimento sócio-econômico das famílias envolvidas"(CHAPECÓ, 2002, p. 3-4).

[131] Coalisão política liderada pelo Partido dos Trabalhadores que governou o município de Chapecó por duas Gestões (1997 a 2000 e 2001 a 2004).

Trabalhando com duas modalidades de incubação (interna e externa)[132], num processo com duração prevista para três anos, prorrogável por mais um, o programa se propôs a estimular o trabalho cooperativo, associativo entre os excluídos sociais, oferecendo às cooperativas e associações a infra-estrutura básica necessária ao funcionamento dos seus empreendimentos (incubação interna). Além disso buscou viabilizar aos empreendimentos incubados cursos de capacitação em gestão de empreendimentos associativos, marketing, vendas e outros de qualificação e requalificação profissional de interesse dos mesmos e oferecer assessoria técnica às cooperativas e associações incubadas.

Observe-se que a proposta do programa estava diretamente voltada à geração de empreendimentos (cooperativas e associações) junto aos setores excluídos que dependiam do apoio de programas assistenciais, no intuito de construção de sua autonomia, bem como o resgate das condições de participação cidadã, incluindo o acesso à escolarização e a qualificação profissional. As atividades do programa foram encerradas no final do ano de 2004, em virtude da derrota da frente popular nas eleições municipais.

e) programa Animação de dinâmicas de Desenvolvimento Local do Oeste Catarinense (Fortalecer)

Foi um programa proposto e administrado pelo Consórcio Desenvolvimento Local no Oeste Catarinense, integrado pela APACO e pelo CEPAGRI[133] e financiado com recursos do BNDES/PNUD[134], cujas atividades foram desenvolvidas entre os anos de 2002 a 2004. Seu objetivo era o de apoiar dinâmicas de Desenvolvimento Local em construção na região, contemplando as múltiplas dimensões do processo (cultural, social, ambiental, tecnológica, política institucional e econômica), com a finalidade de melhorar a qualidade de vida. De modo mais especifico, voltava-se a apoiar o surgimento e fortalecimento de novas dinâmicas de desenvolvimento na região, orientadas pela perspectiva da economia solidária. Através da análise e da reflexão sobre as potencialidades e limites dos sistemas locais de produção, transformação e comercialização, atuou na construção de mecanismos voltados ao seu fortalecimento, especialmente através do aprofundamento da organização da sociedade civil e da construção de redes. O Programa mantinha uma equipe técnica de apoio às iniciativas locais de

[132] O programa considera incubação interna aquela em que, além de todos os itens previstos no processo de incubação, as cooperativas recebem também a infra-estrutura básica para o seu funcionamento (incluindo o espaço físico). Já a incubação externa, o processo de incubação não inclui cedência do espaço físico e infraestrutura.
[133] Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais com sede no município de Caçador, no Oeste catarinense.
[134] PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

desenvolvimento e buscava facilitar a articulação e a capacitação dos diversos agentes envolvidos. Sua atuação se estendia a 13 municípios da região nos quais se propunha a apoiar as dinâmicas de desenvolvimento local em construção na região, tendo a cooperação solidária como fundamento teórico-político.

Seu impacto real sobre o desenvolvimento da economia solidária na região é difícil de ser dimensionado, devendo merecer um estudo específico. Destaque-se, contudo, a resistência que o programa enfrentou em alguns municípios em virtude, provavelmente, da metodologia empregada e do modo como foi conduzido[135], bem como das divergências e disputas políticas entre os diversos agentes que atuam na promoção do desenvolvimento local. Também é preciso registrar a existência de fortes conflitos internos envolvendo as próprias entidades participantes na constituição do consórcio ou diretamente relacionadas ao desenvolvimento do trabalho.

f) programa ITCP UNOCHAPECÓ

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - ITCP UNOCHAPECÓ - iniciado no final de 2002 e oficialmente implantado no início de 2003, é um programa permanente de extensão da universidade que tem por objeto a incubação e acompanhamento de empreendimentos de economia solidária, estruturados e geridos a partir dos princípios da autogestão, preferencialmente junto a grupos sociais excluídos ou em processo de exclusão. Tem por objetivo fortalecer o cooperativismo popular (e outras formas de economia solidária), como meio para geração de trabalho e renda, e para a organização da comunidade e de grupos socialmente excluídos, visando a ampliação da cidadania e da participação popular.

Atua na assessoria a empreendimentos de economia solidária em processo de formação, desde a apresentação da demanda e pelo período necessário à sua consolidação (de acordo com a avaliação da equipe de incubação) através da prestação de serviços de consultoria e realização de atividades formativas de capacitação para a autogestão.

Dá preferência a atuação no fortalecimento das iniciativas já existentes, através do apoio às ações das entidades fomentadoras. Devido a sua história recente é difícil construir qualquer

[135] O Programa, a exemplo do Programa Comunidade do Futuro, atuou através da metodologia denominada GESPAR (Gestão Participativa), originária do PNUD, a qual implicava no desenvolvimentos massivos de capacitação e estímulo à organização de empreendimentos (ambientes oficina), concebidos para o atendimento de algumas milhares de pessoas ao mesmo tempo. O trabalho, posteriormente, se desdobrava para estratégias de trabalho autônomo de cada um dos grupos que fossem surgindo. Essa metodologia enfrentou resistências, não apenas entre os participantes, mas mesmo entre alguns agentes responsáveis pela organização do Programa.

conclusão sobre os seus resultados. Porém, por se tratar de uma instituição com uma considerável capacidade de mobilização de recursos, especialmente técnico-profissionais, e do fato deste programa fazer parte de uma iniciativa em curso em nível nacional, em mais de 20 universidades, o surgimento deste programa é significativo por revelar o atual dinamismo do cenário regional na ótica do tema em questão, indicando possibilidades concretas de crescimento.

Além disso, nos seus pouco mais de três anos de funcionamento, o programa já assessorou 26 empreendimentos, que envolveram 765 famílias[136]. Em 2006, está iniciando a assessoria a mais dois empreendimentos que envolverão outras 420 (quatrocentas e vinte) famílias, totalizando mais de mil famílias atendidas.

4.1.3 Os programas de formação profissional

Entre os fatores que favorecem o desenvolvimento da Economia solidária na região, citamos em terceiro lugar, **a existência de programas de formação profissional** que facilitaram o acesso à tecnologia e à capacitação técnico profissional necessário para a organização, gestão e desenvolvimento do trabalho e para a elaboração dos produtos pelos EES. Entre esses programas de formação profissional, destacamos o trabalho de extensão desenvolvido pela ACARESC/EPAGRI em seus Centros de Treinamento (CETREC em Chapecó e CETRESMO em São Miguel d'Oeste) a partir dos quais a quase totalidade dos grupos teve acesso à tecnologia e treinamento para o desenvolvimento de suas atividades. Para se ter uma idéia, todos os oito grupos que integram a cadeia da carne suína e derivados, ligados à UCAF, tiveram acesso à tecnologia e treinamento através da EPAGRI.

Outros programas importantes são aqueles desenvolvidos pela APACO (já descritos acima) que garantiram a socialização de novos conhecimentos, diretamente ligados à atuação dos grupos e à capacitação dos agricultores participantes. Também foram responsáveis, em grande medida, pelo desenvolvimento de algumas tecnologias novas, principalmente na área de sementes, de produção de leite à base de pasto e da criação de suínos ao ar livre. Destaque-se

[136] Desses 20 empreendimentos, 14 são empreendimentos urbanos que totalizam 407 famílias. Outros 14 são assentamentos rurais que estão implantando cooperativas agropecuárias de diferentes tipos, envolvendo outras 365 famílias.

também o amplo trabalho de capacitação em gestão e o desenvolvimento de ferramentas de gestão adequadas para a agricultura familiar associativa desenvolvida pela APACO. Além disso, cabe citar o Grupo de Estudos em Agroecologia, ligado à UNOCHAPECÓ e o programa de estágio de vivência desenvolvidos nos grupos da região, principalmente pelo curso de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina e, nos últimos anos, também pelo curso de agronomia da UNOCHAPECÓ. A partir do estágio de vivência, além da elaboração de projetos de desenvolvimento para os grupos e propriedades agrícolas, também foi possível identificar muitas das dificuldades e problemas enfrentados pelos agricultores, os quais passaram a ser objeto de estudo de pesquisadores, aproximando as universidades da realidade por eles vivida. Sem a contribuição desses programas de capacitação, certamente o desenvolvimento desses Empreendimentos Econômicos e Solidários ficaria, em grande medida, comprometido ou pelo menos muito dificultado.

4.1.4 A existência de um capital social[137] frente às dificuldades de reprodução da agricultura familiar

Como quarto fator importante para o desenvolvimento da economia solidária na região, identificamos a existência de um capital social, mobilizado frente as dificuldades crescentes de reprodução da agricultura familiar nos moldes tradicionais e o caráter seletivo do processo de modernização da agricultura, que exclui grande parte dos agricultores familiares. Essas dificuldades, aliadas ao crescente desemprego no mercado de trabalho urbano, verdadeiramente forçaram a busca de alternativas de produção e serviram de estímulo à inovação. O direcionamento de parte do esforço dos agricultores para a busca de alternativas para a economia solidária, deve-se, provavelmente, à existência de um capital social significativo na região, entre os próprios agricultores familiares, sendo este fruto tanto dos processos educativos desenvolvidos na região, já descritos acima, quanto dos processos de luta e organização em que se envolveu essa população os quais, em conjunto, difundiram largamente as idéias sobre a importância da permanência no campo, sobre os riscos do êxodo rural e sobre a produção associada como alternativa de sobrevivência e de construção de novas relações de produção.

[137] Para um aprofundamento teórico sobre a categoria capital social, ver HIGGINS (2005).

4.2 Frentes de Desenvolvimento da Economia Solidária no Oeste Catarinense

Dentro desse contexto, contando com o estímulo dos fatores acima descritos, registra-se, na região a ocorrência de uma gama considerável de empreendimentos que podem ser enquadrados na categoria de EESs, definida no capitulo três. Tal fenômeno, pode ser registrado desde o final da década de 80, tendo se expandido consideravelmente a partir de então. O cenário é complexo, devido à variedade de situações (níveis de desenvolvimento e consolidação, existência de programas de apoio, etc) e de empreendimentos nos diferentes municípios, ramos de atividades e cadeias produtivas. Isso torna complexa a tarefa de construção de um panorama do desenvolvimento da economia solidária na região.

Para facilitar a tarefa de apresentar os dados levantados, dentro de uma organização que os torne compreensíveis, procurei agrupar as múltiplas formas de EESs existentes na região em "frentes" de desenvolvimento da economia solidária, tendo como critério de aglutinação, principalmente, os ramos e as formas de atuação e, secundariamente as entidades fomentadoras[138]. Há, contudo, casos em que as diferentes "frentes" podem sobrepor-se nos mesmos empreendimentos. É o caso, por exemplo, das agroindústrias familiares associativas, as quais, em sua maioria, funcionam no interior de Grupos de Cooperação Agrícola ou Associações de produção agrícola (geralmente articuladas pela APACO). Ocorre que sua principal entidade fomentadora, a UCAF, foi criada a partir do desdobramento de um dos programas de ação da APACO, que trabalha prioritariamente a partir da criação de GCAs e Associações de Produção Agrícola. Logo, as agroindústrias em questão (que, em si mesmas constituem uma frente de desenvolvimento da economia solidária na região) foram, na maioria dos casos, criadas, mantidas e administradas por GCAs ou Associações de agricultores que aqui são caracterizados como uma outra frente de desenvolvimento. Contudo, em virtude do nível de desenvolvimento atingido por essas agroindústrias e da afirmação inequívoca de sua identidade (fortalecida pela existência e ação da UCAF), além do fato das mesmas atuarem em rede própria, com autonomia em relação à APACO, justifica seu tratamento como uma frente específica de desenvolvimento da economia solidária na região. No mesmo sentido merece destaque a experiência das cooperativas familiares de comercialização. Elas, em si próprias, são empreendimentos econômicos e solidários, que

funcionam através dos princípios da autogestão, que abrigam e dão suporte à comercialização para agricultores que produzem individualmente. Mas também servem de "abrigo" para inúmeros EESs. Isso porque, mesmo funcionando como empreendimentos autônomos, de caráter associativo (onde participam diversas famílias de agricultores, todas associadas à cooperativa), esses EESs se organizam internamente na forma de Associações ou GCAs que produzem de forma coletiva, não podendo, do ponto de vista legal, comercializar diretamente seus produtos. Assim, sua personalidade jurídica é constituída através dessas cooperativas, a partir das quais obtêm as condições legais para realizar a comercialização de seus produtos. Logo observa-se uma interação complexa entre EESs, em que ocorre, de certa forma, uma sobreposição de identidades.

No trabalho de levantamento realizado, identifiquei seis frentes principais de desenvolvimento da economia solidária que passaremos a descrever a seguir.

4.2.1 Produção agrícola associativa ou agricultura de grupo

Os empreendimentos que compõem esta frente estão entre as formas mais antigas de desenvolvimento da economia solidária no Oeste Catarinense, constituindo as primeiras iniciativas registradas na região.

Seu surgimento deve ser compreendido no contexto da intensa movimentação política ocorrida durante toda a década de 80, onde a ação de várias instituições (especialmente a igreja católica, através da CPT, o movimento sindical e o MST) apontava para as práticas associativas ligadas à cooperação agrícola e para o trabalho coletivo, como alternativas tanto para os problemas que vinham sendo enfrentados no contexto da modernização agrícola (acesso a tecnologias, agregação de valor, etc), quanto como utopia social de transformação das atuais relações de produção.

Nesse momento, com a consolidação e fortalecimento dos movimentos sociais enquanto organizações e da crise enfrentada pelas práticas políticas de cunho meramente reinvidicatório (tanto dos movimentos, quanto dos sindicatos de trabalhadores rurais[139]), a região passou a

---

[138] Este critério (de trabalhar a partir das entidades fomentadoras) foi utilizado por MOSER et al. (2002) e MOSER; SOUZA(2002)

[139] Segundo Prim(1996, p. 69)

> Através da sua própria atuação, o movimento sindical começa a perceber que havia algo de errado na sua forma de tentar encaminhar as lutas em relação ao pequeno agricultor. A partir de 1988, o movimento sindical já sofria uma crise de representação em relação ao pequeno agricultor e, mediados por uma série de debates que estavam ocorrendo na

experimentar uma intensa movimentação política na direção da busca de alternativas que viabilizassem o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de práticas de experimentação de novas relações sociais. A cooperação agrícola e as práticas de produção associada passaram a representar a esperança do projeto de transformação da sociedade, onde a dimensão econômica dos empreendimentos era considerada (ao menos pelas lideranças dos sindicatos, movimentos e da própria igreja) um meio para atingir objetivos maiores de transformação social.

Além do intenso trabalho de discussão e de estímulo à produção coletiva, realizado através dos sindicatos, dos grupos de reflexão, das ações da CPT e outras pastorais, vários eventos passaram a ocorrer em torno da temática, apontando a cooperação agrícola como alternativa fundamental. Diversos seminários e encontros foram realizados em nível regional e estadual, como por exemplo, o "1º Seminário Oeste Catarinense de Cooperação Agrícola", cujo tema foi *A cooperação agrícola e o projeto político da classe trabalhadora.* Para os participantes deste evento, a criação de Grupos de Cooperação Agrícola (GCAs) e outras formas similares de cooperação tornaram-se alternativas viáveis e possíveis, a curto prazo, importantes para:

> – resistir na terra; uma forma de organizar e planejar a produção;
> – facilitar compra e venda para baratear os custos de produção;
> – socializar os meios de produção;
> – fortalecer os movimentos populares, sindicatos e partido;
> – liberar líderes para os movimentos populares;
> – promover troca de experiência entre grupos e buscar a transformação da sociedade. (SEMINÁRIO OESTE CATARINENSE DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA apud PRIM, 1996, p. 77)

Vê-se, pois, que a organização desses grupos não tinha apenas o fim de buscar saídas imediatas para a crise de reprodução da agricultura familiar, mas estavam relacionados com a construção de um projeto de transformação social, tornando-se, assim, "herdeiros" das esperanças e utopias de todo o processo de lutas e mobilizações que deu origem aos movimentos sociais no início da década de 80.

Várias experiências de organização de grupos, especialmente ligados a compras coletivas (de produtos de consumo geral das famílias, mas principalmente de insumos e também de máquinas), passaram a surgir nos municípios da região. Em seu estudo sobre "A Cooperação Agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar no Oeste Catarinense", Bach

---

Região Oeste, o sindicalismo começou a preocupar-se com a pequena propriedade.[...] Com forte influência dos ideais e das experiências do MST, os sindicatos passaram a defender a cooperação agrícola como forma de viabilização para a pequena produção.

(2001) indica que esses primeiros grupos de cooperação agrícola, surgiram, na região, entre 1981 e 1983.

Não se pode ignorar também que, a partir do surgimento dos primeiros assentamentos ligados ao MST, as práticas de produção coletiva que ali começavam a ser implantadas tiveram influência significativa nesse sentido[140]. Como explicita Prim (1996, p. 65)

> As políticas de assentamento do MST tinham como objetivo não apenas a manutenção e otimização das condições de vida dos agricultores em situação precária, mas incluíam a proposta de construção de uma 'nova sociedade', baseada em homens novos e num conceito diverso de justiça social. A cooperação seria baseada na socialização da propriedade dos meios de produção e na valorização das formas coletivas de organização da produção e do cotidiano.

É preciso registrar também, como já fiz referência anteriormente, que a própria empresa de extensão do estado (a ACARESC, hoje EPAGRI), durante a década de 80, passou a estimular a produção associada (denominada de "agricultura de grupo") através do estímulo e assessoria à formação de condomínios suinícolas (para a produção de leitões), o que também ajudou a difundir a produção associada como alternativa para a agricultura familiar[141]. Observe-se, contudo que, neste caso, a motivação básica para a sua implantação, na ótica da instituição fomentadora, era econômica, voltada à viabilização da participação dos pequenos suinocultores no mercado, a partir do acesso à tecnologia e aos ganhos de escala e racionalização de custos e não a transformação da sociedade em si, como se observa em outras experiências[142].

Nesse contexto, a criação da APACO em 1989 foi um momento importante de impulso ao desenvolvimento dessas práticas, representando, por sua vez, o esforço das instituições acima indicadas para criar mecanismos mais específicos de estimulo, apoio e assessoria profissional à criação de práticas e empreendimentos ligados à cooperação agrícola. Sua criação, na verdade, representou um importante avanço na perspectiva de um movimento que já vinha ocorrendo a partir da ação de várias instituições (movimentos sociais, movimento sindical, igreja, ACARESC), de estímulo ao que se convencionou chamar de "agricultura de grupo" ou "cooperação agrícola", com criação de grupos de cooperação.

---

[140] Na terceira parte do trabalho de campo, os depoimentos de pelo menos duas das famílias envolvidas na pesquisa ilustram a influência dessas experiências desenvolvidas pelo MST na difusão do ideário da cooperação e da associação.

[141] Segundo dados fornecidos pela EPAGRI, em 1986 já existiam 147 condomínios na região, envolvendo 1502 sócios. Segundo Bach (2001), estas estão entre as primeiras experiências de agricultura de grupo da região.

[142] Prim (1996) destaca, inclusive, a existência de duas vertentes a partir das quais a agricultura de grupo passou a surgir, uma representada pela extensão rural (ACARESC) e outra oriunda do trabalho educativo da igreja, através dos grupos de reflexão.

Para melhor compreender esse processo, resgatamos aqui, as discussões registradas na introdução desta tese, a partir de autores da perspectiva de um materialismo histórico e cultural, particularmente Thompson, Gramsci e a própria Ellen Wood, a respeito da relação entre as tradições culturais dos grupos populares e os processos de transformação social. Se é certo que a cultura popular é impregnada de muitos conformismos, também é certo que, por vezes, é justamente nesse patrimônio cultural que se encontram elementos que entram em conflito com as novas relações de produção, impostas a partir de fora. A partir daí podem ser desencadeados processos de resistência e de luta que, dependendo dos seus desdobramentos e das ações dos sujeitos sociais envolvidos, podem desembocar em novos níveis de consciência e novas práticas sociais, transformando os próprios padrões culturais dos envolvidos.

Assim, entendo que, embora a expressão Movimento de Cooperação Agrícola (MCA), registrada tanto por Prim (1996) como por Bach (2001) não tenha se popularizado, como observei no trabalho de campo, é inegável que a intensa movimentação pedagógica e política em torno da criação e difusão de práticas e organizações de cooperação agrícola, ou agricultura de grupo, como forma de resistir às novas condições de produção, representa um verdadeiro movimento, capaz de operar uma mudança de conceitos, de valores e de posturas frente à realidade, autorizando-nos a falar de uma verdadeira *quebra de padrões culturais*, no sentido atribuído à expressão por Caldart (2000) ao falar do MST, sendo legítimo falar que o conjunto de agricultores e agentes envolvidos nas inúmeras práticas e organizações de cooperação agrícola constituem-se como sujeitos sociais que se produzem como sujeitos de uma cultura com uma acentuada dimensão de *projeto*, ou seja, de algo que ainda não é, mas pode vir a ser.

Ou seja, parece plenamente legítimo se pensar que, a partir das inúmeras iniciativas que surgiam a partir de diferentes agentes, independentes entre si, motivadas por diferentes instituições, foi se constituindo um verdadeiro movimento político-cultural com uma forte dimensão de **projeto** no sentido de algo que aponta para relações sociais novas, ainda não plenamente existentes, mas com grandes possibilidades de vir a ser. Certamente o que ocorreu na região, a partir desse momento, foi muito mais do que iniciativas pontuais de formação de grupos de cooperação agrícola. Um verdadeiro movimento cultural que apontava para a construção de novas relações sociais e novos valores passou a ocorrer, envolvendo uma parcela significativa da população que passou a vivenciar práticas de cooperação e a tomar iniciativas para organizar-se em diferentes formas de grupos e associações, os quais extrapolavam em muito as iniciativas das instituições, adquirindo, assim, um caráter de movimento. Citando Caldart (2000, p. 27):

> [...] pessoas simples e comuns, que por decidirem participar de uma luta que envolve sua sobrevivência social e individual, e por isso adquire esta dimensão de radicalidade, acabam se constituindo em uma coletividade que os torna sujeitos *capazes de esperanças e propostas*. Dessa forma, como sujeitos, passam a fazer parte, mesmo sem toda a consciência (social e pessoal) disso, desse *movimento sociocultural* que vem e vai historicamente muito além deles e do seu tempo.

Este depoimento de um assessor da APACO é ilustrativo.

> A partir de experiência de grupos que surgiram espontaneamente, do aprofundamento da crise da pequena propriedade e da própria crise do movimento sindical, os sindicatos passaram a discutir seriamente a questão da cooperação e sistematizá-la em torno de um projeto. [...] No decorrer de 1989 se definiu uma comissão provisória que discutiu um ante-projeto de estatuto para a APACO, em seguida se realizou a assembléia de fundação da APACO com a aprovação dos estatutos e eleição da direção." (Depoimento de um assessor da APACO, citado PRIM, 1996, p. 77).

O que se seguiu foi um intenso trabalho de formação e divulgação dos princípios da cooperação agrícola através de cursos, encontros, seminários e outras formas de discussão e estudo, além de um trabalho de formação de lideranças e assessoria aos grupos que iam se estruturando, através de uma estreita cooperação entre APACO, movimento sindical (Departamento Rural da CUT e Sindicatos de Trabalhadores Rurais[143]), igreja[144] (CPT e equipes paroquiais), movimentos sociais, Partido dos Trabalhadores (Secretaria Agrária) e outras organizações, que acabaram formando uma ampla rede institucional de apoio às experiências de cooperação agrícola.

Observa-se aqui, empiricamente, aquilo que Thompson bem claramente apontou em seus estudos históricos e nos princípios do materialismo histórico. Agricultores familiares que viram suas condições de vida significativamente alteradas, ocasionando crescentes dificuldades de reprodução social, tendo como ponto de partida as referências de sua própria cultura, com seus valores e crenças, participaram de intensos movimentos de protesto, no interior dos quais, em interação com gama significativa de mediadores de diferentes matizes, passaram a desenvolver,

---

[143] A grande maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dava apoio ao trabalho da APACO. Para se ter uma idéia, os registros do livro de atas da APACO, informam que, em 1991, de todos os STRs da região (existia um por município), apenas quatro apresentavam resistência ao trabalho da APACO. Por outro lado, são abundantes os registros de atividades conjuntas e de apoio mútuo. O mesmo pode ser dito do Depto Rural da CUT.

[144] Além do apoio da CPT, que foi bem evidente desde os primeiros momentos, é importante registrar a importância do apoio do SAI (Sistema de Assessoria e Informação) ligado à diocese de Chapecó, o qual esteve à frente, junto com o STR de Chapecó e de outros municípios, da iniciativa de criação da APACO, responsabilizando-se, inclusive, pelo envio do projeto inicial à MISERIOR, para a busca de financiamento das atividades da APACO. Além disso, as equipes de pastoral da diocese, eram responsáveis pela coordenação das atividades dos grupos de reflexão e outros processos de formação em cujos roteiros e cartilhas, a questão da cooperação agrícola e do trabalho coletivo era abordado. Quanto às equipes de pastoral das paróquias, o apoio dependia das convicções e da disposição das equipes locais de cada município. Porém os registros de atividades de colaboração são abundantes.

aos poucos, uma nova consciência a respeito das relações sociais em que se encontravam inseridos.

Compelidos a buscar alternativas de sobrevivência, acompanhando a tendência do movimento da época, envolveram-se na construção dessas experiências de produção coletiva que, ao menos no imaginário de suas lideranças, relacionam-se a uma perspectiva projetiva de construção de novas relações sociais de produção.

No interior desse movimento, muitos desses participantes vão construindo novas interpretações sobre o significado do trabalho e suas relações.

Obviamente que, seguindo a linha de abordagem até aqui desenvolvida, é forçoso reconhecer a existência de diferentes leituras e interpretações sobre os novos fenômenos em curso, mesmo entre aqueles que diretamente participavam das práticas e da organização de iniciativas de cooperação. Ou seja, apesar da existência de um grande esforço de divulgação de uma proposta ideológica ligada à cooperação e de muitos fatores que favoreciam a adesão a este movimento, os motivos pelos quais cada camponês aderia ao mesmo, poderia ser diferente. Como coloca Prim (1996,) não existe uma homogeneidade entre os agricultores. A forma como eles se lançam para o futuro e aderem às novas alternativas depende de uma série de condições e possibilidades, colocadas pela própria realidade na qual vivem e também pela forma como eles a entendem.

> Ao analisarmos os motivos que levam os agricultores a entrar para os GCAs (Grupos de Cooperação Agrícola), novamente vimos não existir homogeneidade, embora haja um denominador comum a todos os agricultores, que é o desejo de melhorar as atuais condições de vida**.** Concluímos que há pontos, especialmente controvertidos na implementação e funcionamento dos grupos. (PRIM, 1996, p.21).

Como pode ser observado no capítulo 5, esse fato ficou bastante evidente no momento da caracterização dos dois empreendimentos estudados, visto que cada um deles apresenta uma trajetória diferente de organização, com motivações bem diferenciadas para a iniciativa de organização dos grupos.

Vale aqui fazer referência aos três padrões institucionais que podem organizar a o funcionamento das instituições associativas identificados por Pinto (2004): o padrão comunitarista, o padrão individualista e o padrão autonomista. Possivelmente, esses padrões abarcam a variação dos posicionamentos dos participantes desses empreendimentos, muito embora o esforço feito pelos agentes no sentido da difusão do padrão autonomista de organização. Esse aspecto será melhor analisado no capítulo cinco.

Particularmente, segundo a autora, a relação do movimento em torno da cooperação agrícola com os partidos políticos é um ponto nevrálgico, provocador de polêmicas, conflitos e impasses. Também a apropriação da proposta da cooperação, que contém elementos de uma lógica empresarial, especialmente relativo às ferramentas de gestão, pela unidade familiar de produção, é permeada por dificuldades.

Os grupos de compras coletivas de máquinas e outros insumos e os condomínios suinícolas estão entre as primeiras iniciativas de associação e cooperação entre os agricultores familiares, registradas na região, existindo mesmo antes da constituição da APACO, e representavam uma das primeiras frentes de trabalho da APACO, ainda no final dos anos 90. Segundo Prim (1996, p. 169):

> As compras coletivas realizadas sob a coordenação da CEMA – Central Municipal de Associações[145] – contribuíram de forma a quebrar tabus, provando que através da organização é possível se alcançar resultados econômicos positivos, eliminando atravessadores que se apropriavam de parte da margem de lucros que, assim, fica com os agricultores.

A partir de então, e como fruto dos diferentes programas de estímulo à cooperação agrícola postos em movimento (pela APACO e por outras organizações), as iniciativas foram se multiplicando. A extensão do fenômeno é difícil de precisar, devido ao fato de não haver um registro sistematizado das organizações e da existência de várias instituições que atuam no estímulo ao seu surgimento. Um levantamento realizado no ano 2000 (Massi, 2000), que se propôs realizar um diagnóstico da cooperação agrícola na região Oeste de Santa Catarina, através de um processo de cadastramento e caracterização do que genericamente chamou de *Organizações Associativas*, identificou e cadastrou 346 (trezentas e quarenta e seis) organizações associativas em toda a região. O levantamento, cuja área de abrangência foi de 105 municípios, incluiu no conceito de *Organizações Associativas,* além de diferentes tipos de cooperativas, também Associações de Produtores Rurais, Grupos de Cooperação Agrícola, Condomínios de Produção Agropecuária e Clubes Agrícolas. Os dados foram obtidos mediante o preenchimento de um formulário padronizado, por intermédio das entidades que atuam no fomento e acompanhamento da cooperação no meio rural e/ou diretamente com as Organizações Associativas existentes nos 105 municípios. Dos municípios pesquisados, 77 devolveram os instrumentos preenchidos, 10 informaram não existir nenhuma modalidade de *organização associativa* em sua área de abrangência e 28 não deram nenhum retorno para a coordenação da

pesquisa. Atualmente está em andamento um trabalho de recadastramento dos grupos pela APACO, não sendo possível precisar, neste momento, o seu número. É preciso considerar também a existência de muitos grupos independentes ou ligados, direta ou indiretamente a outras instituições[146].

As diferentes modalidades de *Organizações Associativas* que surgiram na região a partir desse movimento, compartilham a estratégia fundamental de afirmação pelo processo de **autogestão**, com a participação ampla e concreta do quadro associativo e o princípio da cooperação interinstitucional para o desenvolvimento de novas soluções e/ou de soluções compartilhadas para os problemas comuns. Especificamente, essas diferentes modalidades de organizações associativas podem ser assim definidas:

4.2.1.1 Cooperativas do ramo agropecuário

O estatuto da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) em seu artigo 8º (oitavo) define que "Será considerada como sociedade cooperativa, qualquer que seja sua estrutura legal, toda a associação de pessoas ou de sociedades que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros por meio da exploração de uma empresa, baseada na ajuda mútua e nos princípios cooperativos, tal como foram estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale e sua nova redação no 23º Congresso da ACI, em Viena, 1966" (ACI apud BACH, 2001, p. 85). Segundo Pinho (apud MASSI, 2000, p. 32) cooperativa pode ser definida como "uma sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam, não só suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais". Observe-se que a definição de uma cooperativa envolve quatro aspectos fundamentais: sua constituição envolve um elemento

---

[145] Embora a autora tenha registrado que a tradução, por extenso de CEMA seja Central Municipal de Associações, os documentos da entidade informam que a tradução correta é Central Municipal de Apoio.

[146] O que se pode observar é que, afora os grupos diretamente associados à APACO, a maioria dos grupos mantém relações institucionais ou informais e/ou ocasionais com diversas instituições governamentais e não governamentais, sem caracterizar uma tutela ou filiação estrita a uma ou outra. Os próprios grupos filiados à APACO mantém diferentes relações institucionais. Além disso, é preciso registrar a forte presença do movimento sindical, nos últimos anos, na promoção da criação e/ou dinamização de grupos, na busca de alternativas tecnológicas e de produção. A FETRAF-SUL e os sindicatos a ela filiados têm como uma de suas principais diretrizes, a busca de alternativas de produção. O próprio trabalho de formação política dos grupos vinculados à APACO, geralmente tem ficado a cargo

social e um elemento econômico; a finalidade é a melhora econômica e social dos seus membros; a ajuda mútua como condição básica da ação; além das normas, deve haver em seu meio um espírito ou uma cultura cooperativa (BACH, 2001).

Tendo a obrigatoriedade de contar com, no mínimo, vinte sócios, as cooperativas, diferentemente das outras modalidade de organizações associativas estudadas, são todas instituídas legalmente, pertencendo, portanto à economia formal.

Massi (2000) destaca que as cooperativas podem ser classificadas em várias modalidades a partir de diferentes critérios como tipo de atividade (de produção, de consumo, de crédito, mistas), ramo de atuação na produção (de produção agrícola, de produção industrial), número de atividades desenvolvidas (simples ou integrais), nível de organização (cooperativas de primeiro e de segundo grau), orientações teórico-ideológica (cooperativismo tradicional e cooperativismo alternativo).

O estudo realizado por Massi (2000), identificou 19 cooperativas nos 105 municípios estudados, ligadas à área rural, sem, no entanto, classificá-las em seus diferentes tipos.

No levantamento realizado durante o presente estudo, considerando a área de abrangência estabelecida, atualmente, além das chamadas cooperativas tradicionais, (30 cooperativas ligadas ao ramo agropecuário, todas filiadas à OCESC[147]), existe na região um total de 38 cooperativas ligadas à produção agropecuária (excluídas aquelas ligadas ao crédito), que se orientam pela perspectiva autogestionária e se identificam com o chamado "cooperativismo alternativo", que se opõe às propostas de desenvolvimento do cooperativismo da OCESC. Essas cooperativas se encontram organizadas em três diferentes grupos: o sistema cooperativista dos assentados, as cooperativas familiares de comercialização e as cooperativas de produtores de leite.

a) Sistema Cooperativista dos Assentados(SCA)

É um sistema cooperativo que envolve várias formas diferentes de cooperação, formais e informais, nos assentamentos (e mesmo nos acampamentos) de reforma agrária ligados ao MST. Define-se como um setor do próprio MST, responsável pela organização da produção nos assentamentos, em todos os seus aspectos (organização do processo de produção, do crédito rural, da tecnologia, do processamento industrial e da comercialização dos produtos). Mas, além dessa função econômica, assume funções claramente políticas, voltada à organização dos assentados,

---

dos sindicatos e da FETRAF-SUL. Isso coloca uma realidade de relacionamento institucional dos grupos com preservação de sua autonomia.

[147] Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

sua mobilização para a luta em defesa dos seus interesses e de uma política agrícola compatível com os ideais do Movimento. Por isso defende que tanto o SCA, quanto as cooperativas devem ter, ao mesmo tempo, um caráter político e um caráter de empresa econômica.

Sua proposta define-se como um cooperativismo *alternativo* (ao modelo capitalista de produção), *diferente* (enquanto o cooperativismo convencional prioriza o crescimento empresarial da cooperativa e os cooperados mais viáveis economicamente, o SCA prioriza o crescimento dos associados, especialmente aqueles em maior dificuldade de viabilização) e *de oposição* (frente à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional). Por essas razões, faz oposição à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e filia-se à CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda).

O SCA reconhece e envolve diversas formas de cooperação (em torno de dez), desde as mais simples, como o mutirão (trabalho conjunto, de mútua ajuda que ocorre ocasionalmente para resolver um problema imediato), até as mais complexas como as CPAs (Cooperativas de produção agropecuária) em que todo o trabalho é desenvolvido de forma coletiva. Essa multiplicidades de formas incluídas no SCA representa um esforço do MST de ampliar a presença da cooperação agrícola nos assentamentos, já que as primeiras tentativas realizadas, que objetivavam coletivizar todo o processo de produção nos assentamentos, sofreram fortes resistências entre os assentados. Assim, mesmo que a produção coletiva continue sendo a forma preferida pelo movimento, diversas outras formas de cooperação passaram a ser respeitadas e incentivadas de modo a ampliar o número de cooperados nos assentamentos. É importante esclarecer que, não obstante estes esforços, a adesão às diferentes formas de cooperação, embora tenha crescido nos últimos anos, ainda é minoritária entre os assentados.

No Oeste Catarinense, além das formas mais elementares e informais de cooperação, quatro formas principais de cooperação integram o SCA:

- *As associações de produtores* – são formas de organização, formais ou informais, em que os agricultores se associam em torno de um ou mais objetivos (aquisição de máquinas, animais ou meios de transporte, realização de benfeitorias de uso coletivo, comercialização da produção, etc). Nesse caso, a produção geralmente é individual e a associação ocorre em torno de alguma questão de interesse comum. Também podem viabilizar a produção de um ou outro produto de forma coletiva, permanecendo o restante da produção de forma individual. A extensão do fenômeno é difícil de precisar, pelo seu caráter mais informal. Mas as informações obtidas indicam ser um fenômeno bastante freqüente nos assentamentos.

- *As cooperativas de Trabalho* – são cooperativas voltadas à prestação de serviços de pessoas, de forma coletiva. Na região em estudo (e no estado como um todo), atuam três diferentes cooperativas deste tipo. Uma voltada à organização do trabalho dos acampados. Nesse caso, trata-se basicamente de uma forma de viabilizar a sobrevivência dos participantes dos acampamentos, enquanto aguardam a obtenção de seu lote de terras, através de prestação de serviços diversos, geralmente ligados à lavouras (COOPTAASC). Uma segunda cooperativa de trabalho existente na região (a COPTRASC) volta-se à organização da prestação de serviços técnicos diversos, tanto para os assentamentos, quanto para outras instituições. Dela participam diferentes profissionais que se dedicam a prestar assessoria ao MST e deste para outras instituições (serviços burocráticos, agrônomos e outros profissionais). Uma terceira cooperativa é formada pelos trabalhadores que prestam serviços nas agroindústrias que fazem o processamento industrial dos produtos oriundos dos assentamentos (COOPER SMO). Nesse caso, os trabalhadores não são proprietários das agroindústrias, porém, são preferencialmente filhos de assentados que, por sua vez, são sócios de uma Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) que é detentora da propriedade da agroindústria.
- *As Cooperativas de Prestação de Serviços* – são cooperativas regionais, que envolvem vários assentamentos diferentes, voltadas a organizar diferentes serviços necessários à produção dos assentados. Buscam viabilizar a compra coletiva de bens de consumo para as famílias, insumos necessários à produção, assistência técnica à produção, organização do crédito e, inclusive, a industrialização dos produtos produzidos nos assentamentos. Nesse caso, a produção de cada família ocorre de forma individual, e a associação à cooperativa se volta à viabilização de determinados serviços necessários ao processo de produção. Sua organização regional é importante para facilitar os ganhos de escala e racionalizar os investimentos. No estado, ao todo, existem quatro CPS, sendo que três delas atuam na região do Oeste Catarinense.
- *Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)* – São as formas mais avançadas de cooperação na perspectiva do MST. Nelas, tanto o trabalho, quanto os meios de produção (terra, máquinas, equipamentos e insumos) são organizados, adquiridos e administrados de forma coletiva. Sua abrangência é sempre restrita a um assentamento (ou parte dele). A cooperativa, administrada por uma diretoria eleita, organiza todo o processo de produção. É subdividida em tantos setores quanto formem as atividades desenvolvidas no assentamento. Cada assentado, neste caso, participa de um setor da produção, cuja gestão é realizada por um

assentado, eleito entre os seus pares, por um mandato com prazo definido. O resultado da produção é dividido igualmente entre os assentados, de acordo com critérios estabelecidos. Geralmente as próprias compras dos bens de consumo das famílias é feito pela cooperativa, sendo o seu fornecimento deduzido dos ganhos a serem divididos entre todos. O mesmo critério vale para a distribuição da produção de subsistência feita no próprio assentamento. Ao todo, no estado de Santa Catarina existem quatro CPAs, três delas na área de abrangência do presente estudo.

Existe ainda, no estado, a Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCRA), a qual é formada pelo conjunto das cooperativas e outras formas de cooperação existentes nos assentamentos do estado, sendo, assim, uma cooperativa de segundo grau. Seu papel é o de coordenar as ações do SCA em nível de estado e tem sob sua administração a marca *Terra Viva,* utilizada pelas cooperativas dos SCA da região. O quadro 1 apresenta um mapa completo das cooperativas ligadas ao SCA que atuam no Oeste Catarinense.

Como já afirmei acima, apesar dos esforços, o nível de adesão às diferentes formas de cooperação ainda é relativamente reduzido, não atingindo a maioria dos assentados. As razões atribuídas para tal, pelos responsáveis do SCA na região, é a cultura individualista típica dos agricultores. Por essa razão, um dos objetivos dos SCA é trabalhar pela mudança cultural dos assentados, incentivando, cada vez mais, as práticas de cooperação.

> A maioria ainda não participa de nenhuma forma dessas de cooperação. Por que é um processo, né[...]. Hoje vivemos um processo de individualização e sobressaem os valores individualistas e tal. E o camponês tem uma característica muito forte nisso tudo[...] da cerca, da propriedade privada e tal. Então tem uma série de mecanismos que a gente está buscando superar para ir criando esses novos valores. Por que não passa simplesmente [...] a cooperação passa pela retomada de novos valores [...] a solidariedade, a participação das pessoas e tal [...]. Então é um processo que a gente está trabalhando... Justamente é buscar formas mais simples de cooperação. Teve um momento em que nós, no movimento, definimos, de forma prioritária, as cooperativas de produção agropecuária, em que todo o trabalho é coletivo, a propriedade é coletiva e tal [...]. Mas aí a cooperação não massificou, porque restringiu a participação das pessoas [...]. As pessoas, diretamente, não se enquadraram nessa forma de cooperação. (AL. responsável pelo SCA no Oeste Catarinense).

Existe atualmente existe no MST, em todos os seus setores, um amplo processo educativo, voltado ao desenvolvimento da cultura e das práticas da cooperação, o qual se inicia já no processo de ocupação das áreas e de organização dos acampamentos e se estende para todos os momentos posteriores de organização dos assentamentos e da produção dentro deles. Nesse processo, coordenado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, procura

realizar um embate, caracterizado como "individualismo x cooperação", voltado ao cultivo de novos valores e de uma nova cultura entre os camponeses.

Quadro 1. Cooperativas Ligadas ao Sistema Cooperativista dos Assentados que atuam no Oeste Catarinense

Nome da Cooperativa	Município Sede	Atividade Principal	Nº de sócios	Data Fund
Cooperativa Padre Josimo Tavares COOPER SMO	São Miguel D'Oeste	Prestação de serviços na agroindústria	58	02/05/02
Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda (COOPERUNIÃO)	Dionísio Teixeira	Frangos, leite, mel, peixe e erva-mate	126	01/10/90
COOPERNOVA - Cooperativa de Produção Agropecuária	Abelardo Luz	Produção de Grãos e leite	20	26/09/91
Cooperativa de Comercialização Justino Draszevski Ltda (COOPERJUS)	Abelardo Luz	Comercialização de grãos e erva mate	230	31/07/94
Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda (COOPEROESTE)	São Miguel D'Oeste	Industrialização de leite, queijo e derivados	350	20/07/99
Cooperativa dos Trabalhadores na Reforma Agrária de Santa Catarina (COOPTRASC)	Chapecó	Serviços e assessoria	80	15/08/97
Cooperativas dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Santa Catarina (COOPTAASC)	Chapecó	Serviços agropecuários e serviços em geral	60	09/01/98
Cooperativa de Crédito Rural de pequenos Agricultores da Reforma Agrária do Extremo Oeste Catarinense CRENHOR	São Miguel D'Oeste	Crédito Rural	600	11/03/00

Fonte: Levantamento realizado durante o trabalho de campo.

Observa-se, porém, nesse ponto, uma clara reação de resistência aos princípios da coletivização de todos os meios e processos de produção, por parte de um número considerável de assentados. Trata-se, pelo que se percebe, de uma resistência cultural, uma vez que essa forma de produção fere princípios muito importantes de seu modo histórico de produção. Destaque-se particularmente o princípio da autonomia, muito valorizado pelos agricultores familiares. Também se observa, por outro lado, uma certa inflexibilidade do movimento na condução desse debate interno.

Não obstante todo esse esforço em promover a cooperação e as inúmeras vantagens econômicas e não econômicas do trabalho cooperativo, destacadas pelos representantes do MST, é preciso esclarecer que a produção cooperativa tem, para o MST, mais um caráter de resistência

(à organização social e à produção capitalista), de organização (política e econômica) da população, de modo a fortalecê-la diante do sistema político e dos mecanismos do mercado e também de estratégia para a geração de novas alternativas de produção, em que se vislumbrem novas possibilidades de relações sociais e produtivas, do que um caráter de modelo alternativo de organização social. Nesse sentido a forma de produção cooperativa tem muito mais um caráter de meio do que de fim. O próprio conceito de economia solidária sofre restrições no interior do movimento que, claramente tem no socialismo a sua utopia societária.

b) As Cooperativas Familiares de Comercialização

Como já foi indicado acima, as Cooperativas Familiares de Comercialização integram a Rede de Comercialização Solidária do Estado, e têm caráter de apoio na organização, assessoria e comercialização nos municípios e no seu entorno, formando redes de comercialização dos produtos ("in natura" ou processados) produzidos por agricultores familiares, individualmente ou organizados em alguma das formas de produção associada. Seu papel inclui:

> [...] garantir acompanhamento técnico local, resolvendo os problemas da produção e transformação; organizar o quadro social de agricultores familiares e seus grupos de cooperação; assegurar a promoção e gestão das marcas que identificam os referidos produtos; orientar questões comerciais; negociar financiamentos com agentes de crédito local; promover a gestão dos empreendimentos, num processo de avaliação conjunta e; formalizar a comercialização dos produtos agropecuários. (APACO/CEPAGRI, 2001, p. 44).

Seu surgimento permitiu resolver uma grande dificuldade enfrentada tanto pelos agricultores e, principalmente, pelas agroindústrias familiares, relacionada ao processo de comercialização, sem a necessidade de constituir-se como micro-empresa. Mesmo para os agricultores que produzem individualmente, as cooperativas familiares permitiram facilitar tanto o processo de comercialização dos seus produtos agrícolas, quanto a aquisição de insumos necessários ao processo de produção, além da aquisição de muitos produtos relacionados ao consumo doméstico, principalmente aqueles produzidos pela agricultura familiar e agroindústrias familiares.

Na área de abrangência do presente estudo, existem 15 cooperativas familiares de comercialização, totalizando mais de 800 sócios como se pode observar no quadro 2. A elas estão vinculadas mais de 80 agroindústrias familiares associativas, que funcionam como filiais das

cooperativas[148] e, nessa condição, conseguem comercializar formalmente sua produção e a emissão de notas fiscais. Vale ressaltar que, muito embora a cooperativa geralmente mantenha um ou mais pontos de comercialização dos produtos, a responsabilidade primeira pelo processo de comercialização é das próprias agroindústrias, as quais mantêm suas próprias estratégias para tal, sendo que o principal papel da cooperativa é possibilitar a regularização fiscal e tributária do processo.

Os principais serviços prestados pelas cooperativas aos seus associados são o apoio ao processo de comercialização através de pontos de venda situados no meio urbano e da legalização do processo de comercialização dos produtos, a assistência técnica (disponível em apenas algumas cooperativas) e a organização e representação dos associados.

Quadro 2. Cooperativas Integrantes da Rede de Cooperativas de Comercialização Localizadas na Região Oeste Catarinense

Nome	Município Sede	Nº de Sócios	Municípios de Abrangência
Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar de Chapecó e Região (Cooper Familiar)	Chapecó	185	Chapecó, Coronel Freitas, União do Oeste, Cordilheira Alta, Guatambu e Arvoredo
Cooperativa das Agroindústrias Familiares dos Grupos de Cooperação de Quilombo e Região (COESTA)	Quilombo	34	Quilombo, Santiago do Sul e Formosa do Sul
Cooperativa Alternativa dos Agricultores Familiares de Campo Erê e Região (Cooper Familiar)	Campo Erê	25	Campo Erê, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e São Bernardino
Cooperativa Mútua de Produção, Industrialização e Comercialização Ângelo Berto Machado de Dionísio Cerqueira e Região	Dionísio Cerqueira	44	Dionísio Cerqueira, Palma Sola e Guarujá do Sul
Cooperativa Alternativa dos Agricultores Familiares de Seara (COOPAFASA)	Seara	25	Seara, Itá, Xavantina e Ipumirim

[148] Na verdade, a cooperativa é constituída a partir dos agricultores familiares que a ela se associam. A partir disso, cada agroindústria familiar passa a ser legalmente constituída como uma filial da cooperativa, utilizando o seu CGC na comercialização dos seus produtos. Assim, mesmo que realizem as vendas de modo autônomo, o fazem formalmente através da cooperativa.Contudo, o patrimônio de cada uma das agroindústrias familiares participantes (filial) não pertence à cooperativa é sim ao grupo de agricultores familiares que a constituiu.

Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – COPAFAC	Concórdia	100	Concórdia e Alto Bela Vista
Cooperativa Mútua de organização da Produção, da Industrialização e da Comercialização de Guaraciaba e Região	Guaraciaba	120	Guaraciaba e Paraíso
Cooperativa Biorga de Produtores Orgânicos (Cooper Biorga)	Mondai	98	Mondai, Iporã do Oeste, Erval Seco (RS), Vicente Dutra (RS), Maravilha, Palmitos, Cunha Porã, Riqueza, Caibi
Cooperativa dos Agricultores Familiares de São Miguel do Oeste - COFASMO	São Miguel Do Oeste	25	São Miguel do Oeste, Belmonte, Descanso
Cooperativa Agroindustrial Artesanal Familiar de Ipumirim - COOPERMIRIM	Ipumirim	24	Ipumirim
Cooperativa de Produção e Industrialização de Itá	Itá	Não Inform	Itá
Cooperativa de Trabalhadores da Agricultura Familiar - COOTRAF	Pinhalzinho	38	Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Nova Erechin
Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Lindóia do Sul - COOPAFAL	Lindóia do Sul	36	Lindóia do Sul
Cooperativa de Agricultores Familiares de Planalto Alegre - COOPERARE	Planalto Alegre	28	Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul
Cooperativa de Produção e Comercialização Pedras Brancas de Coronel Martins e Região	Coronel Martins	24	Coronel Martins,
Totais:		806	

Fonte: Levantamento realizado durante o trabalho de campo.

c) As Cooperativas de produtores de Leite

As Cooperativas de produtores de Leite estão entre as mais recentes formas de cooperação desenvolvidas na região. Passaram a ser organizadas a partir do ano 2000, como forma de fazer frente ao poder dos grandes laticínios no que se refere ao estabelecimento do

preço do leite e das condições gerais de produção e comercialização. Também representam uma forma de fazer frente ao processo de exclusão dos pequenos produtores, aos quais a produção de leite era inacessível devido às exigências mínimas de escala pelas grandes indústrias de laticínios que monopolizam o processamento do leite no país. Justamente os produtores mais descapitalizados é que, novamente, estavam sendo excluídos da possibilidade de produção de leite para comercialização devido à resistência das agroindústrias em proceder ao recolhimento do leite de propriedades com escala muito pequena de produção.

Nesse cenário, as cooperativas de produtores de leite surgiram para promover a organização dos produtores e aumentar o seu poder de barganha frente às agroindústrias. Em primeiro lugar, a negociação da venda do leite deixou de ser individual e passou a ser feita pela cooperativa, em nome de todos os associados. Cada cooperativa passou a representar a venda do total de leite produzido pelos agricultores a ela associados[149], o que lhe garantiu um considerável poder de barganha. A venda do leite, assim, passou a ser feita mediante cotação junto às diversas agroindústrias interessadas, forçando um processo de concorrência e gerando um aumento no preço pago ao produtor. Além disso, muitos pequenos produtores, antes excluídos por problemas de escala, puderam acessar ao processo de comercialização do leite, já que a escala de produção é garantida pelo conjunto dos associados. Nesse caso, um serviço importante prestado pela cooperativa é o processo de recolhimento do leite nas propriedades, o qual, ao contrário da prática anterior dos laticínios, inclui as propriedades de pequena escala. Além disso, a disponibilidade de equipamentos para o resfriamento do leite permite negociar melhor as condições de comercialização.

Ao todo, atualmente, já são quinze cooperativas de produtores de leite existentes na região, totalizando em torno de 1915 sócios, que representam uma produção mensal de mais de três milhões e trezentos mil litros de leite por mês, como se pode ver no quadro 3. Mas esse número tende a aumentar, uma vez que o movimento se encontra em franca expansão, com outros municípios em processo de organização, os quais poderão vir a constituir novas cooperativas. Em alguns casos, existe a tendência de se optar pela constituição de associações de produtores, em vez de cooperativa, que exerceria praticamente as mesmas funções destas. Em outros casos, existem tratativas para que a organização dos produtores e a negociação do leite seja assumida pelas próprias cooperativas familiares de comercialização que já existem.

---

[149] Atualmente, escala mínima (a menor cooperativa) representa uma produção mensal de 70.000 (setentea mil) litros de leite. O maior volume atinge o montante de 850.000 (oitocentos e cinqüenta mil) litros de leite. No total, o conjunto das oito cooperativas, representam mais de 3.300 000 (Três milhões e trezentos mil) litros de leite por mês.

A associação dos agricultores a essas cooperativas, a exemplo do que ocorre com as cooperativas familiares, se dá de modo individual, mas a produção, em alguns casos é coletiva, ocorrendo através de GCAs e associações. O processo de constituição dessas cooperativas vem ocorrendo com a participação e apoio de diversas entidades, entre elas os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, especialmente, os Grupos de Cooperação Agrícola e Associações presentes em cada município, os quais se valem de sua longa trajetória de organização para a busca de alternativas[150].

Merece destaque também a atuação da APACO, que vem auxiliando a organização e qualificação das cooperativas, bem como no seu processo de articulação regional e com as cooperativas dos outros estados do sul (RS e PR). Através dessa articulação, a exemplo das cooperativas familiares, as cooperativas de produção de leite estão buscando associação e integração em rede. Em Santa Catarina constituiu-se a ASCOP (Associação das Cooperativas de Produtores de Leite do Oeste Catarinense) que está buscando estratégias de negociação e soluções comuns aos problemas enfrentados. Atualmente, inclusive, está em discussão a constituição de um sistema de cooperativas de produção de leite dos três estados do sul.

Quadro 3. Cooperativas de Produtores de Leite Localizadas na Região Oeste Catarinense

Nome	Município Sede	Sócios	Volume de produção (litros/mês)[151]	Municípios de abrangência
Cooperativa dos Produtores de Leite de Irati (COPERLEITI)	Iratí	215	200.000	Irati, São Lourenço D'Oeste (em parte) Jardinópolis (em parte)
Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite de Formosa do Sul (COOPLEFORSU)	Formosa do Sul	198	310.000	Formosa do Sul
Cooperativa dos Produtores de Leite de Marema Ltda	Marema	112	206.000	Marema
Cooperativa dos Produtores Rurais de Santiago do Sul	Santiago do Sul	59	127.000	Santiago do Sul

[150] Parece importante registrar que a iniciativa de criação da primeira cooperativa de produtores de leite da região (no município de Formosa do Sul) partiu de um Grupo de Cooperação Agrícola com mais de 12 anos de existência. A experiência organizativa destes grupos parece ter sido um suporte importante para a constituição e administração das cooperativas em questão.

[151] O volume de produção é aproximado, uma vez que a produção está sujeita a variações.

Cooperativa dos Produtores de Leite de Jupiá (COOPLEJU)	Jupiá	121	140.000	Jupiá
Cooperativa dos Prod. de Leite do Alto Vale do Rio Chapecozinho	Passos Maia	151	250.000	Abelardo Luz, Passos Maia, Ponte Serrada e Vargeão
Cooperativa Comunitária de Interação Solidária dos Produtores de Leite e Derivados Ouro Branco (Cooper Ouro Branco)	Tigrinhos	100	90.000	Tigrinhos Bom Jesus (em parte)
Cooperativa dos Agricultores Familiares Entrerienses Ltda (COAFER)	Entre Rios	64	70.000	Entre Rios
Cooperativa dos Produtores de Leite de Quilombo	Quilombo	120	80.000	Quilombo
Cooperativa dos Produtores de Leite de Cel. Martins (COOPERCEL)	Coronel Martins	170	170.000	Coronel Martins
Cooperativa de Agricultores Familiares de Novo Horizonte - COOPERAL	Novo Horizonte	80	180.000	Novo Horizonte
Cooperativa dos Produtores de Leite de Xavantina e Região -COOPLAX	Xavantina	130	230.000	Xavantina e Seara
Associação dos produtores de Leite de Coronel Freitas	Coronel Freitas	115	220.000	Coronel Freitas
Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares e Produtores de leite	Chapecó	Não Inform	850.000	Chapecó, Jardinópolis, Cordilheira Alta, Guatambu, Nova Itaberaba, Arvoredo, Planalto Alegre, Águas de Chapecó, Xaxim
Cooperativa de Agricultores Familiares de São Lourenço d'Oeste - COOPAF	São Lourenço d'Oeste	280	180.000	São Lourenço d'Oeste
TOTAL	15	1915	3.303.000	

Fonte: Levantamento realizado durante o trabalho de campo.

É preciso destacar a participação das próprias prefeituras municipais nesse processo de organização. Todas elas vêm prestando alguma forma de apoio a essa organização[152], muito embora isso não elimine a possibilidade (freqüente) de disputas políticas entre os mandatários municipais e seus representantes e os produtores organizados. Tais conflitos correm em virtude, principalmente, do modelo e da concepção de organização adotados pelos agricultores, voltados à autogestão e à autonomia das cooperativas, além de sua vinculação, geralmente explícita, ao chamado *cooperativismo alternativo*, visto com desconfiança por alguns dos mandatários das prefeituras em questão.

Em termos de perspectivas, existem, atualmente, iniciativas no sentido das cooperativas evoluírem para o processo de industrialização do leite. Várias cooperativas consultadas estão montando projetos para a construção, com recursos do PRONAF Infraestrutura, de pequenas bases industriais para a realização do processamento do leite. Paralelamente vêm ocorrendo negociações com prefeituras municipais, consórcios intermunicipais, associações de municípios e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, para direcionar as compras de merenda escolar e outras formas de consumo institucional de leite a estas cooperativas. Nesse processo, a discussão e articulação com as prefeituras tem sido importante, devido à possibilidade de acesso ao mercado institucional do leite, pelo qual as próprias prefeituras têm condições de absorver grande parte da produção regional.

4.2.1.2 Associações de agricultores

Segundo Massi (2000, p. 36) as Associações de Produção Agrícola, juntamente com os Grupos de Cooperação Agrícola, "são agrupamentos formais ou informais de pessoas ou de famílias de produtores com uma finalidade específica, que pode ser esportiva, cultural, produtiva, de comercialização, etc".

As associações envolvidas no objeto do presente estudo são aquelas formadas por grupos de produtores que se juntam em torno de objetivos comuns e/ou para resolver problemas para os

[152] O interesse nesse processo é mais ou menos generalizado por parte das entidades e do poder público nos municípios, devido a grave crise que enfrenta a agricultura familiar, principal setor econômico dos pequenos municípios. Assim, a necessidade de promover o desenvolvimento dos municípios acaba levando à necessidade de viabilização dos agricultores familiares.

quais as soluções coletivas se mostram mais indicadas ou, ao menos, são mais desejadas. Dentre as associações de produtores rurais, foram identificadas associações de produtores de leite, de avicultores, de suinocultores, de apicultores, de processamento industrial de produtos[153], de aquisição e uso conjunto de animais, máquinas e equipamentos agrícolas, meios de transporte, benfeitorias de uso comum (armazém, secador de produtos, poço artesiano, etc). "Estas associações podem gerar diversas atividades e se constituem, na maioria dos casos, em *prestadoras de serviços*" (ibidem, p.36). Ou seja, a exemplo das cooperativas prestadoras de serviço, a existência de grande parte das associações se volta à geração de um determinado serviço aos seus sócios. Podem, contudo, também ser voltadas à geração e administração de um determinado empreendimento. Neste caso, dividem-se em duas formas distintas: as associações de produção coletiva e as associações de produção semi-coletivas. No primeiro caso, as mais raras[154], toda a produção das famílias envolvidas é realizada coletivamente, enquanto que nas associações de produção semi-coletivas, apenas uma (ou, raramente, algumas) atividade (s) é (são) realizada (s) coletivamente, enquanto que o restante da produção das famílias envolvidas ocorre de modo individual.

As associações também podem ser formais (com estatuto aprovado registrado oficialmente) ou informais (sem estatuto ou com estatuto não registrado). Essa possibilidade de existência de modo totalmente informal torna muito difícil o trabalho de quantificação do número de associações existente na região. No estudo de Massi (2000) foram identificadas e cadastradas 182 (cento e oitenta e duas) associações de produção agrícola na região de abrangência do estudo. Esse número, contudo, pode ser maior, uma vez que levantamentos parciais realizados em alguns municípios indicam números que apontam projeções maiores para a região como um todo.

[153] Grande parte das agroindústrias familiares associativas identificadas no presente estudo foram criadas e são mantidas por associações de produtores rurais ou Grupos de Cooperação Agrícola.

[154] Na pesquisa realizada por Busnello (2002), apenas 29% das associações estudadas eram de produção coletiva, enquanto 71% delas eram de produção semi-coletiva. No estudo de Massi (2000) a proporção encontrada foi de 24,8% de associações de prestação de serviço, 10,7% de associações de produção coletiva e 51,4% de associações semi-coletivas.

4.2.1.3 Grupos de cooperação agrícola

Bastante semelhantes às associações, os grupos de cooperação agrícola são definidos por Massi (2000, p. 37) como "[...] grupos de produtores que se juntam para, de forma coletiva ou semi-coletiva, tentar suplantar as barreiras impostas pela política econômica aos pequenos produtores."

Do mesmo modo que as associações, também se voltam a encontrar soluções coletivas para problemas comuns ou a organizar, total ou parcialmente, a produção das famílias envolvidas.

Analisando mais detidamente as características dos Grupos de Cooperação Agrícola, Bach (2001) classificou-os em Grupos de Cooperação Total (coletivos) e Grupos de Cooperação Parcial (semi-coletivos). Observou que os Grupos de Cooperação Parcial estudados, em sua maioria, surgiram através de um apoio ou estímulo externo ao grupo, enquanto os Grupos de Cooperação Total tiveram sua origem em discussões internas ao próprio grupo. Da mesma forma, estes são compostos por um número menor de famílias (até quatro), geralmente unidas por laços de parentesco, com maior afinidade ideológica, sendo que todas elas possuem envolvimento com movimentos sociais. Já aqueles (Cooperação Parcial) são compostos por um número maior de famílias (até onze), em sua maioria não aparentadas, com menor afinidade ideológica, embora, em sua maioria também participem de movimentos sociais.

No estudo de Massi (2000) foram identificados 127 (cento e vinte e sete) grupos de cooperação que atuam nas diversas áreas da produção agropecuária, tanto vegetal como animal, bem como na transformação de matérias primas e na comercialização, e ainda na aquisição de insumos e na venda dos seus produtos. Pelas mesmas razões apontadas no tocante às associações, supõe-se que esse número possa ser bem maior. Vale, também registrar que, só no município de Saudades, Bach (2001) em seu estudo constatou a existência de 11 grupos, incluídos apenas aqueles com mais de três anos de existência.

Os agentes envolvidos na promoção desse tipo de atividade associativa têm defendido que os agricultores devem atuar em toda a cadeia produtiva, ou seja, desde a produção das sementes, na produção vegetal, na produção animal, na transformação e beneficiamento de produtos vegetais e animais e na comercialização da sua produção. Visam, com isto, eliminar os intermediários e garantir uma maior agregação de valor à produção agrícola familiar de modo a

viabilizá-la, superando a crise que vem atravessando a agricultura familiar, além de promover uma organização produtiva ligada aos princípios da economia solidária.

4.2.1.4 Condomínios

Consistem num agrupamento de um determinado número de agricultores em torno de um sub-sistema de produção, onde cada um entra com um determinado número de quotas (em dinheiro, em produto ou em animais), como por exemplo, nos condomínios de suínos. O processo de trabalho, nesse tipo de agrupamento, é discutido e acordado entre os participantes e as decisões são baseadas no número de quotas que cada sócio detém.

> Nos condomínios, todo o capital é coletivo e cada associado tem parte do capital na forma de quotas. Quando ele sai do condomínio tem direito a vender suas quotas para outro, sendo que neste caso o grupo pode ou não aceitar o novo sócio. Caso o novo sócio não seja aceito, o condomínio deve providenciar novo comprador ou assumir ele mesmo a quota, dividindo-a em partes iguais para todos os sócios. (MASSI, 2000, p. 38).

As áreas de atuação mais comuns dos condomínios na região de abrangência do estudo são a produção de suínos e o armazenamento e a secagem de grãos. Como já vimos anteriormente, os condomínios de suínos estão entre as mais antigas formas de cooperação agrícola ou agricultura de grupo, como foram denominados na sua origem. As primeiras experiências de condomínios de suínos foram incentivadas e orientadas pela empresa de extensão agropecuária do estado, no início dos anos 80. Posteriormente, muitos deles foram, aos poucos, monopolizados por um ou poucos produtores, devido às dificuldades de gestão do trabalho coletivo. Em sua autocrítica, os responsáveis pela sua implantação reconhecem que os primeiros condomínios surgiram de forma bastante induzida e com pouca participação ativa por parte dos agricultores, o que ocasionou sérias dificuldades na gestão, sobretudo em momentos mais difíceis. Desse fato resultou uma realidade em que, não obstante o grande sucesso desses empreendimentos do ponto de vista técnico (aumento de produtividade, racionalização de custos, etc.) a sua continuidade, enquanto forma de produção coletiva, encontrou consideráveis dificuldades. Posteriormente a realidade dos condomínios foi se alterando e o seu formato foi sendo modificado a partir da experiência de trabalho em grupos e de associação dos agricultores. Atualmente é uma forma de produção coletiva ainda presente na região, mas sem a expressão numérica que teve nos primeiros anos de sua existência. No estudo de Massi (2000) foram identificados e cadastrados 15 (quinze) condomínios constituídos e em funcionamento. Os dados

fornecidos pela EPAGRI, informam que, em meados dos anos 80, havia 147 condomínios em funcionamento na região.

4.2.1.5 Clubes de integração e troca de experiências

Os Clubes de Integração e Troca de Experiências constituem-se numa estratégia de articulação e troca de experiência entre os produtores agrícolas de uma dada localidade ou região. De um modo geral não envolvem o trabalho coletivo em nível da produção, mas sim a busca conjunta de soluções para problemas comuns, a busca de acesso a tecnologias e mesmo a organização de estratégias comuns de atuação nos diversos momentos do processo produtivo. Dentre as estratégias de associação em estudo, os clubes são os menos difundidos, tendo sido identificados e cadastrados apenas três clubes no estudo de Massi (2000). Durante o trabalho de campo da presente pesquisa, nenhum outro clube dessa natureza foi identificado.

4.2.2 Os Sistemas de crédito solidário

O crédito é um mecanismo importante para a viabilização e consolidação de empreendimentos econômicos solidários. O alto custo do dinheiro em instituições bancárias convencionais, bem como as dificuldades de acesso aos recursos por parte dos micro empreendimentos, tanto em função da necessidade de garantias, difíceis de serem oferecidas pelos produtores mais descapitalizados, quanto pela inexistência de linhas de crédito para micro empreendimentos, tem feito da inexistência de crédito uma das grandes limitações para o surgimento e consolidação de EESs. Para responder a tal demanda, aos poucos, começaram a surgir diferentes experiências alternativas de crédito que, no seu conjunto, formam a Rede de Crédito com Interação Solidária, já anunciada acima. Os sistemas alternativos de crédito solidário existentes ou em processo de formação na região, são quatro: o Fundo de Mini-Projetos alternativos, o Sistema Cresol, as associações de garantia de crédito (ou fundos de aval e banco do povo) e o Sistema ECOSOL.

4.2.2.1 O fundo de mini projetos

Existente desde 1989, já foi descrito acima, enquanto programa de estímulo ao surgimento de EESs e dispensa outra descrição neste momento. Embora os mini projetos alternativos constituam, por si só, uma frente de desenvolvimento de economia solidária, o fundo que os financia pode ser colocado como um dos sistemas de crédito alternativo, de caráter solidário. Nesse caso, os recursos disponíveis provêm de doações recolhidas por ONGs estrangeiras, especialmente pela MISEREOR da Alemanha. O recurso não é repassado a fundo perdido e sim deve retornar ao fundo, para ser reinvestido nas mesmas funções. As condições de pagamento são muito favoráveis, tanto em termos de prazo como de encargos, o que facilita o acesso a grupos com menor poder aquisitivo. Há, inclusive, um incentivo para que os grupos apoiados contribuam em termos de animação e apoio à organização para o surgimento de novos grupos, sendo essa uma condição colocada para a avaliação do andamento dos grupos apoiados. A avaliação dos projetos concorrentes é feita de forma participativa e conta com o apoio de entidades ligadas à economia solidária.

Embora bastante abrangentes em sua amplitude, atingindo um número bastante considerável de empreendimentos, carece de uma sistemática mais efetiva de acompanhamento dos empreendimentos antes, durante e depois da liberação dos recursos, prejudicando o desenvolvimento dos empreendimentos.[155]

4.2.2.2 O sistema CRESOL

É um sistema integrado de Cooperativas de crédito, constituídas e dirigidas por agricultores/as familiares, integradas através de uma central de crédito (que coordena todo o sistema), e Bases Regionais de Serviços (responsáveis pela coordenação das cooperativas de uma determinada região).

As cooperativas (singulares) abrangem, por princípio, um só município, ou uma micro região de pequena abrangência (dois a quatro pequenos municípios, no máximo), de modo a

[155] Esse aspecto será aprofundado no item 4.2.3. deste mesmo capítulo.

garantir a possibilidade de controle direto pelos seus associados. Sua organização, no Oeste Catarinense, ocorreu a partir de um dos programas da APACO, Como vimos acima, a primeira cooperativa foi criada, por iniciativa da APACO, em 03 de junho de 1993, contando com a participação de 470 sócios. O sistema CRESOL, em si, foi criado no ano de 1995, com abrangência nos três estados do sul (PR, SC e RS), com a missão de "fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores/as familiares através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável" (CRESOL, 2002, p.2).

A partir do seu surgimento, impulsionou um forte crescimento no número de cooperativas e de associados, transformando-se, atualmente, numa das principais frentes de economia solidária da região, tanto pelo número de empreendimentos (cooperativas singulares) que fazem parte do sistema, quanto pelo seu impacto na viabilização e fortalecimento de outros EESs das diversas cadeias do setor produtivo. Seu impacto social pode ser avaliado também através da análise do perfil dos seus associados, uma vez que mais de 80% (oitenta por cento) dos seus sócios possuem menos de 20ha de terra, caracterizando-se como pequenos proprietários, com área inferior ao módulo mínimo necessário para a região. Além disso, 49,82% (quarenta e nove vírgula oitenta e dois por cento) não tinham conta corrente no sistema financeiro convencional, sendo que, dos que tinham conta corrente, 39% (trinta e nove por cento) não podiam movimentá-la. Dos seus associados, 85,18% nunca tinham tido acesso a um financiamento bancário,o que indica a sua exclusão do sistema de crédito do país, condição essa que o sistema CRESOL permitiu superar.

Atua, principalmente, no repasse dos financiamentos do programa PRONAF[156], mediante contrato com o Banco do Brasil, pelo qual a CRESOL se responsabiliza por todo o processo de concessão do crédito, desde análise do projeto, até o acompanhamento da sua execução, incluindo a liberação dos recursos e a cobrança. Para se ter uma idéia do perfil dos associados e dos financiamentos concedidos, é oportuno citar que mais de 60% (sessenta por cento) dos contratos são relativos ao PRONAF C, destinado aos agricultores com renda anual até R$ 10.000,00 (dez mil reais) e a maior parte dos contratos envolve financiamentos de até R$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso, inclusive, devido às dificuldades desses agricultores de oferecer as garantias exigidas pelo sistema financeiro, o PRONAF C exige que os financiamentos

[156] O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) possui várias modalidade (A, B, C, D e Agregar), todas voltadas à agricultura familiar, porém cada uma delas adequada a um tipo de público e de necessidade.

sejam concedidos mediante a formação de grupos solidários de garantia de crédito, envolvendo de três a dez agricultores. Isso, segundo o relato do coordenador da CRESOL Base Oeste, tem estimulado a formação de grupos de cooperação, em nível da produção, uma vez que estimula os agricultores a discutirem mutuamente os seus projetos, já que todos são responsáveis por todos, solidariamente. Desse modo, é um estímulo à formação de empreendimentos coletivos. De parte da CRESOL, há um incentivo, para que os agricultores juntem suas pequenas cotas individuais de financiamento, para a formação de empreendimentos de porte um pouco maior.

A atuação com recursos próprios, arrecadados dos próprios associados, também ocorre e permite trabalhar com taxas mais atrativas que as do mercado, tanto para os depositantes, quanto para os tomadores de empréstimos.

É interessante observar que, não obstante o fato de que antes de entrar na CRESOL, a grande maioria não possuía ou não movimentava conta bancária, a quase totalidade dos associados passou a fazer empréstimos anualmente para financiar a sua produção (crédito de custeio) e/ou para investimentos nas propriedades. Isso mostra a importância do crédito para esse público e a importância do sistema CRESOL para o resgate social e econômico desse público.

Atualmente, no total dos três estados, o sistema atua em 208 municípios, através de 73 cooperativas, sete bases regionais e conta com aproximadamente 40 mil associados.

Desde sua origem manteve um ritmo significativo de crescimento ao longo dos anos, em torno de 20% (vinte por cento) a cada ano. Na Região de abrangência do presente estudo, o sistema conta com quatorze cooperativas e mais de 8.873 (oito mil e oitocentos e setenta e três) famílias associadas, como se pode ver no quadro 4 .

4.2.2.3 As associações de garantia de crédito (Fundos de Aval e Banco do Povo)

Entre os sistemas de crédito solidário, é preciso citar também a existência de uma associação de garantia de crédito funcionando no município de Chapecó, a qual vem atuando tanto como fundo de aval, quanto como banco de crédito popular.

Criada em 18/12/2000, a Associação de Garantia de Crédito Comunidade do Futuro é uma ONG, integrada por pessoas jurídicas, incluindo desde bancos, universidade, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs e Prefeitura Municipal. Entre os seus objetivos estão o estímulo ao desenvolvimento e o combate à pobreza, através da facilitação da criação e

consolidação de micro empreendimentos; o desenvolvimento de mecanismos alternativos de crédito e o fomento ao associativismo, dentre outros.

A associação mantém um fundo de aval, formado a partir de um repasse inicial de recursos da Prefeitura Municipal de Chapecó, o qual vem se constituindo numa forma importante de apoio ao desenvolvimento dos EESs, uma vez que permite o acesso aos programas de crédito existentes no sistema financeiro tradicional, dos quais os empreendedores menos capitalizados geralmente permanecem marginalizados por não possuírem bens suficientes para dar em garantia, condição indispensável para acessar às linhas de crédito. Assim, o fundo permite tomadas de recursos para financiar os investimentos, também no sistema financeiro convencional, especialmente a partir dos recursos do PROGER e do PRONAF. Além disso, para acessar os benefícios do fundo, os micro-empreendedores passam por um processo de capacitação em gestão de empreendimentos, visando melhorar as condições de funcionamento dos empreendimentos apoiados.

Quadro 4. Relação das Cooperativas Singulares do Sistema CRESOL, no Oeste Catarinense

Nome da Cooperativa	Municípios de abrangência	Nº de associados	Ano de fundação
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Dionísio Cerqueira - CRESOL Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	739	04/11/98
Cooperativa de Crédito Rural de Abelardo Luz – CREDILUZ	Abelardo Luz	1.452	14/02/96
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Quilombo – Cresol Quilombo	Quilombo	404	23/08/83
Cooperativa de Crédito Rural Seara CREDISEARA	Seara	1334	14/08/94
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Chapecó – Cresol Chapecó	Chapecó	928	25/01/01
Cooperativa de Crédito Rural com Interação de Formosa do Sul – Cresol Formosa	Formosa do Sul	370	04/09/02
Cooperativa de Crédito Rural com Interação de Ipumirim – Cresol Ipumirim	Ipumirim	430	18/11/02
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Concórdia – Cresol Concórdia	Concórdia	572	03/12/02
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Coronel Martins – Cresol Pedra Branca	Coronel Martins	545	25/05/02

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Guaraciaba – Cresol Guaraciaba	Guaraciaba	356	26/09/02
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Santiago do Sul – Credisul	Santiago do Sul	754	21/02/00
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Pinhalzinho – Cresol Pinhalzinho	Pinhalzinho	252	Não Informado
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Xanxerê – Cresol Xanxerê	Xanxerê	133	Não informado
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Xaxim – Cresol Xaxim	Xaxim	604	21/02/00
TOTAL DE SÓCIOS		8.873	

Fonte: dados fornecidos pela Base Regional Oeste. Levantamento realizado durante o trabalho de campo

Oferece apoio tanto a empreendimentos rurais quanto urbanos. A partir de 02 de abril de 2002 a Associação passou a atuar também com o oferecimento de micro-crédito a partir de recursos próprios, originados de repasse da Prefeitura Municipal de Chapecó, inaugurando o que ficou popularmente conhecido como Banco do Povo. O quadro 5 mostra o panorama das operações realizadas pelo empreendimento na área do crédito.

Quadro 5. Resumo das Operações realizadas pelo Banco do Povo entre 2002 e 2005

Ano base	Nº de clientes	Nº de contratos	Valor total emprestado	Média emprest. por cliente	Inadimplência (%)
2002	129	147	153.964,27	1.193,52	3,14
2003	223	272	330,041,60	1.480,00	3,74
2004	328	366	591.569,89	1.803,84	3,45
2005	272	295	601.095,88	2.209,91	2,74

Fonte: Dados fornecidos pelo Banco do Povo. Levantamento realizado durante o trabalho de campo

Como se pode observar, o crescimento das operações foi significativo nos três primeiros anos de funcionamento. Em 2005, a redução do número de clientes e de contratos foi reflexo da perda do apoio do poder público municipal. Entre 2002 e 2004, o funcionamento da Associação recebeu um apoio decisivo da Prefeitura Municipal de Chapecó, a qual garantia o pagamento dos funcionários, mediante convênio de cessão com ônus para o município, além do pagamento de

aluguel, luz e outras despesas. A partir de 2005, todo esse apoio foi retirado e, além disso, a prefeitura municipal passou a dificultar as operações envolvendo folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Mesmo assim, o empreendimento manteve sua viabilidade, sendo que, para 2006, a perspectiva já é de retomada do crescimento. Atualmente o empreendimento não recebe qualquer apoio do poder público municipal. Mesmo assim vem conseguindo manter sua viabilidade.

Entre as associações de garantia de crédito, é necessário citar também os grupos formados para acesso aos recursos do PRONAF, junto ao sistema CRESOL, uma vez que, mesmo sem contar com o aporte de recursos públicos, vem viabilizando o acesso ao crédito para muitos agricultores familiares historicamente excluídos do sistema financeiro convencional. Não disponho de um levantamento do número exato de grupos existentes em todo o sistema. Porém, se considerarmos que mais de 60% dos recursos operados pela CRESOL são provenientes do PRONAF C e que, só na cooperativa singular de Chapecó, anualmente são fechados em torno de 220 contratos dessa natureza (o que significa nada menos que 45 grupos ou associações de crédito solidário), pode-se se ter uma idéia de sua extensão em toda a região.

Ou seja, isso nos indica que as associações para aval solidário são um instrumento bastante presente no cotidiano dos micro investidores, constituindo-se numa importante forma de solidariedade para a população de baixa renda. Mesmo que surgida através da indução de um agente financeiro, ele próprio de perspectiva solidária, fomenta a construção de relações solidárias no campo da produção e, como vimos no depoimento do coordenador da CRESOL de Chapecó, vem, inclusive, estimulando a formação de empreendimentos coletivos, pela necessidade de discussão e mútuo comprometimento no momento de buscar os recursos junto à CRESOL.

4.2.2.4 O Sistema ECOSOL

Em 12 junho de 2002 entrou em funcionamento a **Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó (CREDI CHAPECÓ),** criada a partir do estímulo do Programa Comunidade do Futuro, a partir da iniciativa do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó e Região. Vinculou-se ao sistema ECOSOL (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia Solidária), criado a partir da Agência de Desenvolvimento Solidário

da Central Única dos Trabalhadores (ADS – CUT) na perspectiva de iniciar uma nova frente de desenvolvimento de instituições de micro-crédito na região.

Ao longo de todo o seu tempo de existência e funcionamento, apresentou uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento muito promissora, já podendo ser tomada como empreendimento consolidado, tendo superado pelo menos uma grande crise, representada pela mudança de postura do poder público municipal, a partir do início de 2005, o qual retirou todo e qualquer apoio e passou a dificultar todos os procedimentos relativos às movimentações financeiras com servidores públicos municipais (desconto em folha de pagamento, consignações, etc). Apesar disso, no ano de 2005 o número de associados cresceu próximo de 18%. Atualmente a cooperativa funciona de modo totalmente autônomo, sem qualquer apoio institucional, exceto do próprio sistema ECOSOL. Sua média de crescimento tem permanecido acima dos 20% ao ano, nesses quase quatro anos de funcionamento. A exceção foi o primeiro ano quando os índices foram bem significativos, em termos do número de sócios e de contratos. Tendo iniciado com 25 sócios e um capital de R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), chegou ao final de seu primeiro ano de funcionamento com 400 sócios, um capital de R$ 72.060 (setenta e dois mil e sessenta reais) e mais de trezentos contratos de financiamentos firmados.

Quanto à expansão do sistema ECOSOL na região, é significativo o fato de que, em Chapecó, a partir da ação dos dirigentes desta cooperativa, assessorados pela ADS-CUT e pela Cooperativa Central de Crédito da ECOSOL, tenha sido criada e consolidada a Base de Apoio que realizará o trabalho de fomento e assessoria ao surgimento de novas cooperativas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como vimos anteriormente, até o momento, nos três estados do sul, até o momento quatro cooperativas já estão em funcionamento. No Oeste Catarinense, para além de outras iniciativas que estão sendo gestadas, a própria CREDI-CHAPECÓ está expandindo sua base para outros 38 municípios da região, o que significará grandes possibilidades de crescimento.

Um aspecto a ser destacado em relação à CREDI CHAPECÓ, é que sua primeira prioridade, neste momento, é a criação de um cartão de crédito local que funcionará para compras em estabelecimentos credenciados, sendo que, um dos objetivos principais, além de facilitar as compras dos associados, é fomentar a comercialização dos produtos dos EESs existentes na cidade de Chapecó e entorno. Para isso, as máquinas para a operação do sistema serão fornecida gratuitamente aos EESs, mediante projeto de apoio financeiro obtido junto ao SEBRAE. Isto deverá induzir o consumo dos associados nesses estabelecimentos, o que poderá ter um efeito bastante positivo para a consolidação de tais EESs.

Portanto, a inclusão do Sistema ECOSOL entre as frentes de desenvolvimento da Economia Solidária na região deve-se a essa grande perspectiva de expansão e consolidação, nos próximos anos.

4.2.3 Os mini projetos alternativos

Os chamados Mini Projetos Alternativos são EESs que surgiram e/ou se consolidaram a partir do apoio do Programa de Mini-projetos alternativos, desenvolvido pela Diocese de Chapecó, em convênio com a MISEREOR, acima descrito.

Desde sua criação, o fundo financiou mais de 360 diferentes projetos em todo o estado de Santa Catarina. Só no Oeste Catarinense foram 127 projetos, dos quais, 119 se caracterizam como EESs. Destes, 52 projetos estão ligados à produção industrial, dentre as quais se destacam as malharias, as agroindústrias e as fábricas de diversos tipos de massas. Outros 55 projetos estão ligados à produção agropecuária, destacando-se os projetos ligados à produção de hortigranjeiros, a produção de leite, a produção de sementes crioulas e outros projetos ligados à produção agroecológica. Além disso, identificamos 12 projetos ligados à implantação de organizações de prestação de serviços diversos.

Como vimos acima, mesmo atingindo um número bastante significativo de empreendimentos, carece de uma sistemática mais efetiva de acompanhamento dos empreendimentos antes, durante e depois da liberação dos recursos, prejudicando o desenvolvimento dos empreendimentos. conduz a uma alta mortalidade dos empreendimentos e uma provável perda dos recursos . Analisando o teor dos relatórios de avaliação do programa, observa-se que, por vezes, os avaliadores têm dificuldades, inclusive, de identificar a localização dos empreendimentos financiados, permanecendo uma grande margem de imprecisão nas informações coletadas. Ainda assim, as informações sobre a extinção de muito empreendimentos são bastante freqüentes.

A propósito, em 2002 a Regional Sul-4 da CNBB realizou um processo de avaliação dos projetos implantados no estado de Santa Catarina. A pesquisa, realizada por amostragem, atingiu 16% (dezesseis por cento) dos projetos da região Oeste Catarinense. Algumas observações podem ser destacadas dos dados da pesquisa. Em sua totalidade, são projetos de pequeno porte que praticam venda direta ao consumidor. Apenas 10% deles realizam, complementarmente,

vendas em feiras livres e em torno de 40% vendem para o comércio e indústria em geral, também em caráter complementar. Em média, em torno de quatro pessoas atuam diretamente nos empreendimentos, havendo ainda um ou dois postos de trabalho indireto, para cada empreendimento.

Dos empreendimentos pesquisados, 31% (trinta e um por cento) deles estavam com dificuldades na continuação de suas atividades (embora permanecessem ativos), o que indica um índice de sobrevivência e consolidação em torno de quase 70% (setenta por cento). Na região do Oeste Catarinense, foram localizados apenas três empreendimentos desativados.

Outros aspectos podem ser destacados para descrever melhor a perspectiva que orientou a implantação desses projetos. A grande maioria dos participantes dos projetos, (90%), consideram sua atividade um elemento de transformação social e não meramente uma atividade produtiva e não se consideram apenas como empresas, mas co-participantes da construção de uma sociedade mais solidária. O mesmo percentual apresenta uma participação ativa na comunidade e 80% (oitenta por cento) fazem avaliações periódicas, planejam suas atividades, se capacitam e fazem sua administração de forma participativa. Mais da metade (53%) já participaram de pelo menos uma atividade voltada à estimular e/ou auxiliar na criação de novos empreendimentos. Observa-se também, pelos depoimentos citados no relatório-síntese da avaliação realizada que os participantes mantêm uma forte motivação política em suas atividades, entendendo essa forma de organização produtiva (EESs) como um modo de construir novas relações sociais de produção. Também destacam os ganhos econômicos (criação de alternativa de trabalho e renda para muitas famílias e ampliação da renda para outras) e não econômicos (fortalecimento da organização, mudança cultural, ampliação do exercício da cidadania, etc), obtidos a partir da implantação dos empreendimentos.

Mesmo considerando ser possível haver pontos de intersecção dessa frente de desenvolvimento da economia solidária com outras já citadas, especialmente a da produção agrícola associativa, já que muitos dos mini-projetos estão vinculados a Grupos de Cooperação Agrícola ou Associações, pode-se considerar essa como uma frente específica de desenvolvimento da economia solidária tanto pela natureza e perspectiva de desenvolvimento dos projetos, quanto pelo volume de empreendimentos que fomentou no meio rural e no meio urbano, sendo uma das poucas frentes (certamente a mais antiga) que tem conseguido desenvolver-se no meio urbano na região, onde o desenvolvimento de EESs é significativamente menor. Além disso é preciso destacar o pioneirismo desses projetos no fomento ao desenvolvimento da economia solidária na região.

4.2.4 Os empreendimentos econômicos e solidários surgidos a partir de programas públicos de fomento à economia solidária

O desenvolvimento de EESs a partir de iniciativas ligadas ao poder público é relativamente mais recente. Uma das primeiras iniciativas da região foi o já citado programa Comunidade do Futuro, implementado pela Prefeitura Municipal de Chapecó, de 1998 a 2000. A partir de sua ação foram gerados 57 empreendimentos (onze deles de caráter associativo), o que significou 177 postos de trabalho.

De 2001 a 2004 a mesma prefeitura manteve outro programa, também já descrito acima (Programa Empresa Mãe de Cooperativas Populares), diretamente voltado à geração de cooperativas de perspectiva popular.

Através desse programa, dez empreendimentos foram incubados, possibilitando a criação de 205 postos de trabalho, além de apoiar a organização da produção e da comercialização de mais de uma centena de outros trabalhadores envolvidos na Cooperativa de Trabalhadores em Artesanato Mão de Ouro. O quadro 6 apresenta a relação dos empreendimentos incubados. Atualmente esses empreendimentos não contam mais com o apoio do poder público municipal. Pelo contrário, mantém com ele uma relação de oposição.[157]

Programas similares, embora formatados de modo diverso, do ponto de vista institucional, foram e ainda estão sendo desenvolvidos em outros municípios como Dionísio Cerqueira, Ipumirim, Concórdia Guaraciaba e outros. Porém um levantamento detalhado dos resultados de cada um foge dos objetivos do presente estudo, permanecendo como um desafio a novos projetos e pesquisadores interessados.

[157] Esse fato provocou impactos negativos sobre o funcionamento desses empreendimentos. Contudo, nenhum deles interrompeu suas atividades, o que, de certa forma, revela sua capacidade de auto-sustentação. Está em curso, inclusive, a criação de uma Central de Empreendimentos de Economia Solidária do Oeste Catarinense, cujo seria o de realizar a representação política e econômica dos empreendimentos de toda a região, além de promover o apoio e organização dos mesmos. Contudo essa iniciativa, surgida como reação dos empreendimentos e das entidades comprometidas com o desenvolvimento da economia solidária à falta de apoio do poder público aos empreendimentos, está ainda em fase embrionária.

Quadro 6. Empreendimentos Incubados no Programa Empresa Mãe de Cooperativas Populares do Município de Chapecó

Nome do empreendimento	Nº de Participantes	Localização	Atividade desenvolvida
Cooperativa de Trabalho Folha Verde (COTRAVE)	22	Distrito Mal. Bormann	Corte de erva mate.
Associação Horta Comunitária Vale das Hortaliças	10	Distrito Mal. Bormann	Produção e comercialização de hortaliças
Associação Horta Comunitária Goio-ên	12	Distrito de Goio-Ên	Produção e comercialização de hortaliças
Cooper. de trabalhadores em Panificação e Similares de Chapecó (COOPERPÃO)	44	B. EFAPI B. São Pedro B.Pinheirinho D. Goio-Ên	Panificação e similares
Cooper. De Trabalhadoras em Confecções "Mulher Ativa"	20	B. EFAPI	Confecções
Cooperativa de Trabalho Vida e Esperança (COOPERVIDA)	52	Diversos bairros	Serviços Gerais (hidráulica, eletricidade, pintura, limpeza urbana e ajardinamento)
Associação de Catadores Renascer	25	Diversos bairros	Coleta e triagem de material reciclável
Cooperativa de Trabalhadores em Artesanato e Similares Mãos de Ouro	35[158]	Diversos bairros	Artesanato (crochê, panos de cozinha, emborrachados, brinquedos, artefatos em madeira e outros)
Associação das trabalhadoras Domésticas de Chapecó	32	Diversos bairros	Serviços Domésticos
Associação Horta Comunitária Jardim do Vale	12	B.São Pedro	Produção de Hortaliças

Fonte: trabalho de campo e Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Chapecó – Programa Empresa Mãe.

[158] Este é o número de pessoas que estão oficialmente iniciando a cooperativa, mas existem mais de cem pessoas efetivamente produzindo nos 35 grupos de produção existentes. Em breve o número de sócios deverá ser bastante ampliado.

4.2.5 Agroindústrias familiares associativas

As agroindústrias familiares associativas são empreendimentos voltados ao processamento industrial de produtos de origem animal ou vegetal, oriundos da agricultura familiar, geralmente produzidos pelas próprias famílias que constituíram e mantêm a agroindústria em funcionamento. Seu objetivo é a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, mediante o seu processamento industrial de modo alternativo às grandes agroindústrias que dominam o cenário regional (frigoríficos, laticínios, e outras).

O termo familiar refere-se à vinculação dessas agroindústrias à agricultura familiar, onde a produção se dá através de um trabalhador coletivo, formado pelo conjunto dos membros da família[159], no qual o processo de produção é desenvolvido pelo conjunto dos membros, sem distinção clara do trabalho individual de cada integrante.

O termo "associativas" refere-se ao fato de que essas agroindústrias foram geradas e são conduzidas por uma associação de agricultores familiares ou grupo de cooperação agrícola, no interior dos quais predomina o trabalho coletivo e a autogestão. Observe-se que, nesse caso, os grupos aos quais se encontram vinculadas são constituídos por uma associação de famílias e não de pessoas individualmente.

Seu surgimento, embora algumas vezes tenha ocorrido de modo espontâneo, por iniciativa direta dos grupos, geralmente contou com a participação e apoio, direto ou indireto, de várias instituições, incluindo desde o governo federal (financiamento), a EPAGRI (tecnologia e capacitação profissional), governo do estado e municípios (serviço de inspeção, terraplanagem e outros), cooperativas (legalização, comercialização, etc), ONGs (organização e assessoria direta), apenas para citar as principais.

São bastante comuns as situações em que um ou mais dos agricultores participantes já realizava o processamento artesanal dos produtos, de maneira informal, sem inspeção, em espaços improvisados, geralmente muito precários. O apoio institucional, nesses casos, foi fundamental para a profissionalização e legalização da atividade, a partir da realização de melhorias relativas tanto à infra-estrutura quanto aos processos de produção. Destaque-se nesse sentido o papel importante realizado pelo programa DESENVOLVER, já descrito acima, o qual

[159] Sobre esse conceito de trabalhador coletivo, ver Chayanov (1985) e Queiroz (1976).

contribuiu para a qualificação de 120 agroindústrias somente no Oeste Catarinense[160] (234 em todo o estado). Destaque-se também o trabalho da EPAGRI que tem atuado fortemente na qualificação e melhoria das condições de produção desses empreendimentos na região.

O fenômeno de organização de agroindústrias familiares é muito freqüente na região, tendo se multiplicado em ritmo acelerado. Observando-se o fenômeno de forma mais geral, é preciso considerar, que seu formato e sua vinculação institucional é diversificada. Em primeiro lugar é preciso considerar a existência de muitos desses empreendimentos vinculados a apenas uma família (geralmente pais e filhos adultos, casados ou não). No caso da participação de filhos casados, ocorre também a inclusão do(s) cônjuge(s). Também podem ser incluídos outros membros da(s) família(s) do(s) cônjuge(s), sendo que a organização do trabalho pode ser muito variada, bem como as suas estratégias de gestão.

A motivação principal para o seu surgimento é a agregação de valor e a conseqüente melhoria das condições de vida e de renda para as famílias envolvidas. Esse fenômeno tem sido registrado com muita freqüência. Atualmente, inclusive, a EPAGRI mantém um programa de trabalho específico para apoio a esse tipo de iniciativa (Programa Agregação de Valor), através do qual estimula a qualificação e profissionalização do processo de industrialização no interior das propriedades, buscando garantir condições mínimas de higiene, funcionamento adequado e boas práticas de fabricação. Recentemente, inclusive, foi constituída, no interior da EPAGRI, uma equipe de apoio a esse tipo de empreendimento que inclui até mesmo engenheiro civil para elaborar a planta do empreendimento e o acompanhamento técnico da construção. Observa-se, contudo, no interior dessa instituição, uma divergência acentuada entre os diferentes técnicos quanto ao alcance e futuro desses empreendimentos. Enquanto uma parte da equipe acredita e defende o crescimento de tais empreendimentos a partir de sua articulação em rede, formalização/legalização e busca de escala para atingir os grandes mercados do país, outra parte acredita que se trata de iniciativas importantes, mas voltadas apenas ao atendimento do mercado de seu entorno mais próximo, geralmente de modo informal e sem inspeção sanitária.

É preciso registrar, inclusive, a existência de um número inestimável de iniciativas de produção agroindustrial (de caráter artesanal), com diferentes níveis de desenvolvimento e

[160] É necessário observar, contudo que nem todas essas 120 agroindústrias têm caráter associativo. Em torno de 50% delas caracterizam-se apenas como familiares, Istoé, ligadas a uma única família. Vários casos observados em nosso trabalho de campo indicam ser muito freqüente, nesses casos, a participação dos pais juntamente com os filhos adultos, casados ou não. Portanto tratam-se de agroindústrias familiares, não vinculadas a Associações ou GCAs, mas contam com vários membros de uma mesma família, constituída, muitas vezes, de mais de uma família nuclear, o que nos autorizaria a utilizar o conceito de família extensa.

qualificação, atuando, geralmente, na informalidade e de forma bastante precária, mas que, mesmo assim, participam ativamente do mercado com vendas diretas. É a estas iniciativas que se volta, principalmente, o trabalho da EPAGRI. É também esse grande número de iniciativas que exerce uma forte pressão pela implementação de programas de apoio às iniciativas de agregação de valor.

Noutros casos, o surgimento das agroindústrias ocorreu no interior de grupos de cooperação agrícola ou associações, situação em que, mesmo mantendo muitas características comuns ao que descrevemos acima, existe uma maior tendência à estruturação formal do empreendimento, geralmente através de um estatuto de associação. A comercialização, com freqüência, é regularizada pela vinculação a uma cooperativa de comercialização (Cooper familiar) já descritas neste capítulo (item 4.2.1 – c). Mas também existem casos em que a forma jurídica é a de uma microempresa. Noutros casos, ainda, a comercialização pode dar-se de modo informal.

Suas dimensões e volume de produção geralmente permanecem ligados à capacidade de produção de matérias primas das famílias envolvidas e a disponibilidade, nessas mesmas famílias, de mão de obra para o processamento industrial. É menos freqüente a prática de aquisição de matérias primas de outras propriedades rurais. Mesmo que essa possibilidade não possa ser descartada, quando ela ocorre, com poucas exceções, o mais freqüente é a aquisição de produtos produzidos pelas famílias mais próximas ao empreendimento. No caso da UCAF, inclusive, uma das condições necessárias ao processo de filiação, é a utilização de, no mínimo, 80% de matérias primas produzidas nas propriedades das famílias participantes (sócios). Observa-se, porém que, atualmente, tem sido toleradas situações em que esse limite percentual não é respeitado. Ainda assim, assim estas situações permanecem como exceções.

O maior conjunto organizado de agroindústrias familiares associativas existente na região é aquele reunido e organizado através da UCAF. Esta, como já vimos acima, é uma entidade civil sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação, cuja finalidade é servir de suporte e apoio ao funcionamento das agroindústrias familiares associativas. Sua principal função, além da organização do conjunto das agroindústrias filiadas e da representação dos seus interesses, é a prestação de alguns serviços essenciais de modo compartilhado, viabilizando a racionalização dos custos e o acesso a serviços que, individualmente, os empreendimentos teriam dificuldades de obter, devido a sua pequena escala. Dentre os serviços oferecidos pela UCAF estão as assessorias nas áreas contábil, marketing, organização de processos de produção (boas práticas de produção, melhoria de produtos e processos, etc), além de apoio ao processo de

comercialização. A UCAF também disponibiliza aos empreendimentos filiados a marca "Sabor Colonial" a qual identifica o conjunto da rede e um código de barras para todos os produtos das agroindústrias filiadas.

O objetivo geral da UCAF é "Prestar serviços, para as Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense, nas áreas de comercialização, marketing, controle de qualidade, gestão e contabilidade"(UCAF, 1999, artigo 2, inciso 1). Já os seus objetivos específicos, segundo o seu estatuto, são:

> - Abrir mercado para os produtos das agroindústrias familiares rurais;
>
> Manter os grupos de agricultores associados informados sobre demandas dos consumidores e novos mercados;
>
> - Oferecer os produtos junto a atacadistas, varejistas, etc;
> - Auxiliar os grupos de agricultores na participação de licitações;
> - Fazer marketing dos produtos, propagandas, cartazes, catálogos, folders, etc.
>
> Auxiliar os grupos de agricultores na aquisição de insumos e equipamentos para as agroindústrias;
>
> - Auxiliar na melhoria da qualidade e padronização dos produtos;
> - Propiciar cursos de capacitação aos agricultores associados;
> - Assegurar aos grupos de agricultores no processo de legalização dos seus empreendimentos; (ibidem, art. 2, inciso 2).

Participam, atualmente, da UCAF, trinta e nove (39) empreendimentos, distribuídos em dez cadeias produtivas, conforme pode ser visto no quadro 7. As condições para a associação à entidade, conforme o artigo 3 do seu estatuto, são assim expressas:

> Art.3 – Poderão associar-se a UCAF:
> Todos os grupos de agricultores pertencentes ao Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense, inscritos no PRONAF – Agroindústrias e filiados a uma das Cooperativas Microregionais do programa.
> Todos os demais grupos de agricultores das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense, filiados a uma das Cooperativas Microregionais do programa, que se enquadrem nas normas deste estatuto e manifestem interesse em se associar. (UCAF, 1999, art. 3)

No seu artigo 4, o estatuto da entidade define o que são consideradas agroindústrias familiares rurais[161]:

> Art. 4 – Para a UCAF, são consideradas Agroindústrias Familiares Rurais:
> As unidades de Agroindústrias que pertençam exclusivamente a grupos de Agricultores Familiares.
> Que no mínimo 80% (oitenta por cento) da matéria prima seja produzida pelas famílias componentes dos grupos.

[161] Observe-se a variação de formas de denominação dessas agroindústrias no interior do mesmo documento. No artigo 3º o estatuto às denomina de agroindústrias familiares associativas. Já no artigo 4º as denomina de agroindústrias familiares rurais.

> Que utilizem exclusivamente a mão de obra dos membros das famílias componentes dos grupos.
> Que estejam situadas nas comunidades rurais onde residem os componentes dos grupos. (UCAF, 1999, art. 4)

A entidade ainda define como princípios de trabalhos a serem respeitados pelas agroindústrias associadas:

- Utilizar base tecnológica inspirada na agroecologia;
- Fabricar produtos através de processos artesanais, conforme Lei Estadual nº 10.610[162]
- Pautar-se pelos princípios da solidariedade, cooperação, respeito à democracia, transparência e na legislação trabalhista vigente;
- Possuir instrumentos que comprovem a democracia interna da associação de agricultores;
- Estar de acordo com a legislação sanitária em vigor e sob responsabilidade dos serviços competentes;
- Estar estatutariamente aberta a entrada de novos membros;

Observa-se uma grande afinidade entre os princípios adotados pela UCAF e os princípios do cooperativismo definidos pelos Pioneiros de Rochdale (gestão democrática e transparente, liberdade de entrar e sair, etc). Também se observa a existência de critérios que impedem a construção de monopólios, uma vez que condiciona que pelo menos 80% da matéria prima a ser transformada e comercializada deve ter origem nas propriedades dos associados e que a mão-de-obra utilizada seja exclusivamente das famílias associadas, o que impede, ou pelo menos limita, a existência do trabalhado assalariado, limitando também o crescimento de cada empreendimento à capacidade produtiva das famílias associadas ou à ampliação do número de sócios. Essas exigências revelam uma opção política de construção de novas relações sociais. Outro aspecto que chama a atenção é a orientação pelo uso da agroecologia como base tecnológica, o que também manifesta uma opção política de busca de alternativas ao modelo implementado através do processo de modernização da agricultura.

Observando-se os dados expostos no quadro 7, percebe-se que apenas três empreendimentos estão constituídos na forma de microempresa e sete comercializam de modo informal. Os demais vinte e nove empreendimentos constituem-se na forma de Associação ou

[162] Dispõe sobre normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina.

GCAs e vinculam-se a uma cooperativa de comercialização na forma de filial, de modo a regularizar o processo de comercialização, participando, assim, da rede de comercialização solidária.

A comercialização dos produtos ocorre principalmente através da venda realizada por cada grupo, diretamente ao consumidor final ou a pequenos mercados, através de estratégias próprias de cada empreendimento. Mas também é freqüente a utilização de mecanismos coletivos de comercialização como feiras livres e a comercialização através das cooperativas familiares. Devido a essas estratégias, praticamente a totalidade dos produtos é comercializada em nível local/regional, sendo ainda insignificante o intercâmbio comercial com outras regiões. Em termos de expansão, segundo a coordenação da entidade, o objetivo primeiro é atingir o mercado de outras regiões do estado, sendo ainda pouco considerada a possibilidade de comercialização em regiões mais distantes e grandes centros urbanos do país como a região sudeste ou mesmo as principais cidades do Paraná e Rio Grande do Sul[163].

O **Apêndice A** apresenta uma descrição mais detalhada da realidade das agroindústrias ligadas à cadeia da carne suína, a qual estão ligados os dois empreendimentos estudados no último momento do trabalho de campo. Mesmo sendo restrita a uma das cadeias produtivas, a referida descrição permite uma percepção melhor da realidade desses empreendimentos.

[163] Atualmente está em fase de discussão e elaboração um projeto interinstitucional envolvendo a UCAF, a APACO e a UNOCHAPECÓ que pretende criar condições para a comercialização desses produtos nos três estados do sul do país, envolvendo investimentos na melhoria de processos e produtos, no aperfeiçoamento do processo de gestão das agroindústria, na definição de uma logística de distribuição e comercialização e na definição de uma estratégia de divulgação desses produtos junto ao público consumidor.

Quadro 7. Agroindústrias Familiares Associativas Vinculadas à UCAF

Agroindústrias por Cadeia Produtiva	Localização	Sistema de Inspeção	Formação Institucional	Cooperativa a que Esta Filiada
CARNE SUÍNA				
Coxilha	Saudades	SIE	Micro-empresa	Não Filiado
Agrado	Cel.Freitas	SIE	Associação	Cooperfamiliar
Maradonel	Guaraciaba	SIM	Associação	Cooperguarac.
Giacomelli	Dionísio Cerqueira	SIE	GCA	
Porcel	Chapecó	SIE	Associação	Cooperfamiliar
Estrela D´Oeste	Ipumirim	SIE	Associação	Não-Filiado
Sem Fronteiras	Quilombo	SIE	Micro-empresa	Não-filhado
São Pedro	Quilombo	SIE	Associação	COESTA
OVOS				
Appi	Chapecó	SIE	Associação	Coperfamiliar
São Paulo	Seara	SIE	Associação	COPAFAC
Severino Sgarbozza	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Ângelo Bellaver	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Leonir Schmacher	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Onoralino Sobrinho	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Arnaldo Basso	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Nelson Zanol	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Roberto Guidorsi	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Rodolfo Kramr	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Ivo Macagnan	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Celso Knob	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
Delvy Cassol	Concórdia	SIM	GCA	COPAFAC
LEITE E DERIVADOS				
Resistência	Quilombo	SIE	Associação	COESTA
Bollis	Seara	SIE	Associação	COPAFAS
Diel	Guaraciaba	SIE	Associação	Cooperguarac.
Pertusatti		SIM	GCA	
Malagutti	Chapecó	SIE	Micro-empresa	Não Filiado
PEIXES				
Modeschen & Schimitt	Guaraciaba	SIE	Associação	Cooperguaraciaba
FRANGO				

Giobelli	**Seara**	**SIE**	**GCA**	**COPAFAS**
MEL				
Theobald	Seara	SIF	GCA	COPAFAS
SUCOS E BEBIDAS				
Mânica	Chapecó	SIF	Associação	Coperfamiliar
Líbano	Cunha Porã	SIF	GCA	Não Filiado
Breancini	Cordilheira Alta	SIF	GCA	Coperfamiliar
Cosmann	Não Ident	SIF	GCA	Não Filiado
CANA DE AÇÚCAR				
Prove Sabor da Terra	Guaraciaba	M.S.	Associação	Cooperguarac
Itáçúcar	Ita	M.S.	Associação	COOPAFAS
FRUTAS E HORTALIÇAS				
Natureza Em Festa	Não ident	M.S.	Associação	Não Filiado
Santa Fé	Não ident	M.S.	Associação	Não Filiado
PLANTAS MEDICINAIS				
Saúde Solidária	Guaraciaba	M.S.	Associação	Cooperguaraciaba
Mulheres de Chapecó	Chapecó	M.S.	Associação	Coperfamiliar

Fonte: Dados fornecidos pela UCAF. Levantamento realizado durante o trabalho de campo.

CAPÍTULO V
EXPERIÊNCIAS DE VIDA E DE TRABALHO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ASSOCIATIVAS DO OESTE CATARINENSE

Como já vimos buscando demonstrar desde a introdução, o presente estudo inscreve-se numa perspectiva materialista histórica crítica ou, seguindo a indicação feita por E.P. Thompson, na perspectiva de um materialismo histórico e cultural, por basear-se no entendimento de que cada sociedade é histórica, isto é, é o resultado de um arranjo único de fatores, cuja descrição não pode ser generalizada para outras situações, justamente por serem influenciados decisivamente pela ação dos homens e das mulheres que deles tomam parte. Seus costumes, sua cultura, seus desejos, as interpretações que constroem sobre as suas experiências e as decisões que tomam a cada momento, no curso das experiências que vivem, sob a influência de determinadas condições materiais e econômicas são fatores importantes para a definição do curso dos processos históricos.

Vale lembrar que o propósito inicial de Marx e do materialismo histórico era o de oferecer fundamentação teórica para interpretar o mundo, de modo a tornar possível a sua transformação, na direção de uma sociedade sem exploração, que permitisse um desenvolvimento pleno de todos os homens e mulheres. Todo o esforço dos teóricos do materialismo histórico, sobretudo dos autores de perspectiva crítica que, segundo Ellen Wood, pretendem desafiar de frente o capitalismo, foi o de compreender a sociedade capitalista e os princípios dos processos de mudança social, de modo a ajudar na orientação dos processos políticos voltados à transformação social. Atenção especial foi dada à compreensão do peso dos fatores objetivos e subjetivos nos processos de desenvolvimento e mudança social, sendo este um dos principais pontos de discórdia entre os estudiosos e o divisor de águas entre o marxismo de perspectiva estruturalista e o marxismo de perspectiva histórico-cultural.

O significado ético-político do presente estudo reside na busca de compreensão do sentido e do significado (social, político, econômico e cultural) dessas experiências de construção de agroindústrias familiares associativas, em curso no Oeste catarinense. Por meio delas, os agricultores familiares estão buscando novas formas de produção de suas condições de vida, num contexto de crise da agricultura familiar tradicional que tem suscitado diferentes reações e interpretações. E o meio em que essas ações se desenrolam é permeado pela ação de uma variada

gama de atores que, à sua maneira, procuram exercer influência sobre o processo e com os quais os agricultores interagem de diferentes maneiras, sendo, em maior ou menor medida, numa ou noutra direção, influenciados por eles em suas interpretações e ações.

Ou seja, para além do problema de pesquisa específico que vem orientando a presente investigação, temos em vista a construção de uma fundamentação teórica que ajude a interpretar o significado das experiências em curso, numa ótica de transformação da sociedade atual e de construção de formas sociais de futuro em que sejam superadas a exploração e a miséria que assolam milhões de pessoas no país.

Em que medida as experiências em curso apontam para um novo projeto de sociedade que supere as mazelas típicas do modo capitalista de produção no âmbito da agricultura familiar? Como se caracterizam os processos educativos presentes na formação dos sujeitos de tais experiências? Tenho plena consciência de que o presente estudo não tem condições de dar uma resposta a essas questões, em sua totalidade. Porém, guiado pelo problema de pesquisa proposto para esta investigação específica, temos a pretensão de reunir elementos que, num contexto maior da atividade científica em curso, apresente contribuições originais para tal compreensão.

A partir dessa opção, é preciso reconhecer que o presente estudo dialoga com uma dimensão ético-política, na perspectiva da abordagem de Severino (2006), já apresentada na introdução. Isto significa que esta tese olha para o horizonte numa perspectiva de um devir social que supere as atuais condições de exploração e desigualdades humanas.

Nos capítulos anteriores persegui a compreensão do contexto (econômico, cultural e político) mais abrangente da região e da agricultura familiar em especial, em que essas experiências se desenvolvem. No presente capítulo vamos mergulhar na especificidade das experiências de agroindustrialização construídas mediante a associação, o trabalho coletivo e a autogestão, que são o foco específico do estudo.

Embora a Rede de Agroindústrias Familiares Associativas, organizada em torno da UCAF, envolva uma abrangência de dez cadeias produtivas, limitamos, deliberadamente, a abrangência do presente estudo apenas à cadeia da carne suína e derivados, em vista de garantir uma maior profundidade ao estudo, remetendo a abordagem das demais cadeias produtivas à realização de outras pesquisas que, certamente, trarão outros tantos elementos elucidativos referentes a esse fenômeno da agroindustrialização vinculada a estratégias de produção associada.

A cadeia da carne suína e derivados da rede UCAF é constituída de oito empreendimentos, cada um deles situado num município diferente do Oeste catarinense, como

pode ser observado no quadro 7 do capítulo anterior. A escolha de empreendimentos ligados à essa cadeia produtiva para a realização dessa terceira parte do trabalho de campo, baseou-se no fato de que, dentre todos os empreendimentos ligados à rede UCAF, aqueles ligados à cadeia da carne suína e derivados estão entre os mais complexos e mais consolidados. Representam uma transformação bastante profunda no trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares, visto que, mesmo continuando vinculados à agricultura familiar, passaram a desenvolver processos de trabalho típicos da produção industrial (urbana), os quais são profundamente diferentes daqueles utilizados na trajetória de produção da agricultura familiar.

Uma caracterização geral dos empreendimentos ligados a essa cadeia é apresentada no Apêndice A, cujos dados podem facilitar a compreensão geral desse tipo de empreendimento, bem como auxiliar na contextualização dos dois empreendimentos que foram escolhidos para a realização de um estudo detalhado, como última parte do trabalho de campo da presente pesquisa. Mesmo restrito aos empreendimentos de uma cadeia produtiva específica, a análise dos dados apresentados no referido apêndice podem dar uma idéia do perfil das agroindústrias ligadas à rede.

Concluído o segundo momento do trabalho de campo[164], que consistiu num levantamento, realizado a partir de visitas diretas a cada um dos oito empreendimentos, oportunidade em que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (com e sem o uso de gravador), bem como o preenchimento de um formulário contendo 95 questões, abertas e fechadas, agrupadas em oito grandes temas, [165] após o processamento dos dados obtidos, realizei a escolha de dois empreendimentos a partir dos quais busquei aprofundar a análise de sua caracterização interna, de seu relacionamento com a sociedade envolvente e a trajetória de seus integrantes, os trabalhadores.

O intuito, aqui, foi perceber, a partir da análise pormenorizada de dois casos, os modos como essas novas experiências de vida e de trabalho vêm sendo elaboradas pelos sujeitos

---

[164] Essa etapa do trabalho de campo foi realizada durante o primeiro semestre de 2005. Devido ao longo período transcorrido entre a realização da visita *in loco* e a finalização do estudo, procedeu-se a uma atualização de alguns dados principais, no primeiro semestre de 2006, utilizando-se para tal, além das visitas diretas (naqueles empreendimentos mais próximos da cidade de Chapecó), contatos pessoais com integrantes de dois empreendimentos bem como contato telefônico com aqueles empreendimentos mais distantes. Apenas os dados de um dos empreendimentos não pode ser atualizado, devido a sua localização distante (município de Dionísio Cerqueira) e a inexistência de possibilidade de contato telefônico. Nessa atualização, nem todos os dados foram novamente levantados. Apenas buscou-se observar se o número de famílias havia ou não se alterado, assim como o comportamento do volume de produção, a diversificação dos produtos e o destino da produção.

[165] O preenchimento do formulário foi feito a partir das informações prestadas por um integrante do empreendimento, geralmente o seu coordenador

envolvidos, desde suas representações sobre o presente e o futuro, suas perspectivas de vida e de

trabalho no empreendimento e a forma de perceber sua inserção presente e futura na sociedade. Atenção especial foi dedicada à percepção dos processos educativos que mais marcaram sua trajetória.

Tendo em vista esses objetivos, a escolha desses dois empreendimentos não foi aleatória. Optei por trabalhar com empreendimentos diferenciados em termos de características e de trajetória. Fiel à hipótese que vem guiando a presente investigação, estabeleci como critério principal de clivagem a experiência organizativa anterior dos envolvidos, em termos de organização e desenvolvimento de experiências de cooperação agrícola. Observei para isso, principalmente, a participação em grupos de cooperação agrícola ou associação de agricultores. Um critério secundário foi o formato institucional do grupo, estabelecendo diferenciação entre empreendimentos legalmente constituídos como micro-empresa e empreendimentos legalmente constituídos como filiais de cooperativas familiares de comercialização. Busquei contemplar ainda a situação de vínculo da agroindústria familiar a um ou a dois grupos de cooperação agrícola e/ou associação e a sua caracterização como grupos ou associações constituídos por relações de vizinhança e grupos ou associações constituídos a partir de laços de parentesco.

Seguindo esses critérios, a escolha assim recaiu:

a) **Empreendimento A -** empreendimento cujos participantes têm longa tradição organizativa[166] no que se refere à chamada produção associada ou agricultura de grupo[167], legalmente instituído como micro-empresa, localizado no município de Saudades (SC) sendo é mantido, conjuntamente, por dois grupos de cooperação agrícola;
b) **Empreendimento B - mantido pelo grupo de cooperação agrícola de criação mais** recente dentre os empreendimentos da amostra, legalmente instituído como filial de uma cooperativa familiar de comercialização, localizado no município de Coronel Freitas. Diferentemente dos outros casos, a criação deste grupo ocorreu em função da própria implantação da agroindústria.

No item 5.1., apresento as características mais gerais dos dois empreendimentos de modo a facilitar a compreensão dos dados apresentados na análise feita nos itens subseqüentes.

Como já explicitei na introdução da tese, a metodologia de trabalho, neste último momento da investigação envolveu um processo de observação participante, dentro dos

[166] Trata-se das referências mais antigas de grupos de cooperação agrícola, dentre os oito empreendimentos estudados, existindo desde 1984.
[167] Ver item 4.2.1.

princípios da pesquisa etnográfica e a realização de entrevistas em profundidade com os trabalhadores envolvidos nos dois empreendimentos estudados, através das quais efetuou-se a coleta de suas histórias de vida. A utilização de depoimentos orais, baseados na experiência pessoal de cada ator, dentro do processo histórico em questão, não impediu que, no processo de entrevista, fossem levantadas pelo pesquisador, questões consideradas pertinentes e importantes para a compreensão do tema em estudo. Mesmo assim, adotou-se a postura de não impedir, mas, ao contrário, de estimular o relato pelo entrevistado, daquelas experiências que ele mesmo considerasse mais relevantes, numa combinação do que Demartini (1992), seguindo a definição de Bertaux (1980), chamou de "histórias de vida sumárias". Isto é, depoimentos baseados na história pessoal do entrevistado, mas que se concentram principalmente em torno do tema em estudo. Complementarmente também realizei entrevistas coletivas envolvendo vários integrantes das famílias participantes. Nesse caso, o objetivo foi detalhamento de pontos ainda não suficientemente esclarecidos nos depoimentos anteriores.

É importante esclarecer que na apresentação dos dados feita ao longo do capítulo, em vários momentos, dialogo com as informações obtidas no segundo momento do trabalho de campo, fazendo referência ao conjunto dos empreendimentos. Essa estratégia se revelou importante para caracterizar algumas tendências mais gerais dos empreendimentos da cadeia produtiva como um todo que, na análise mais restrita dos dois empreendimentos escolhidos, poderia ficar prejudicada.

5.1 Caracterização dos Empreendimentos Selecionados

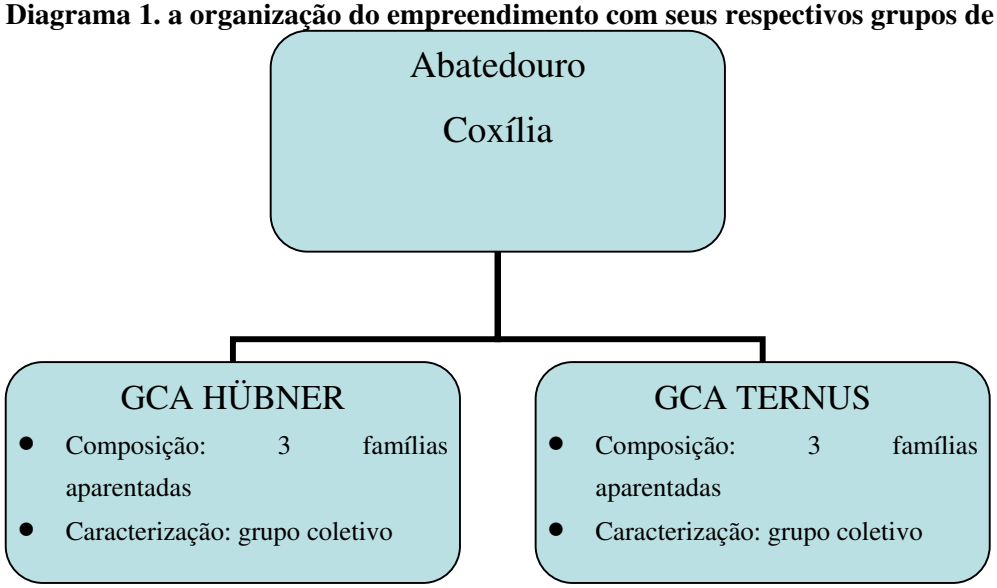
5.1.1 O empreendimento A

O Empreendimento B localiza-se no interior do município de Saudades (Linha[168] Coxília), distante 7 km da sede do município de Saudades e a 65 km de distância de Chapecó. Criado em 1996, é mantido por dois Grupos de Cooperação Agrícola, cada um deles constituído de famílias aparentadas. Porém, inexistem laços de parentesco entre as famílias de um grupo em

relação ao outro. O Diagrama 1 representa a organização do empreendimento com seus respectivos grupos de cooperação agrícola.

O Grupo de Cooperação Agrícola Hübner, criado em 1988, é composto por três famílias constituídas a partir de irmãos, do sexo masculino, com idade entre 41 e 53 anos, todos casados e com filhos. Naturais da própria linha Coxília, sempre residiram nesse mesmo espaço, embora um deles (o mais velho dos irmãos), após o casamento, tenha residido por 13 anos numa outra comunidade (Linha São Carlos), também no município de Saudades. O quadro 08 apresenta a constituição das famílias do Grupo.

Diagrama 1. a organização do empreendimento com seus respectivos grupos de cooperação agrícola



Quadro 8. Composição das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Hübner

Família	Homem (idade)	Mulher (idade)	Filhos (idade)	Filhas (idade)	Terra Própria (em ha)
Família 1 (RH e LH)[169]	52	47	24 e 16	18 e 16	7
Família 2 (FH e EH)	45	38	7	15 e 12	8
Família 3 (PH e SH)	41	40	5	17 e 13	8
Total	03	03	04	06	23

Fonte: trabalho de campo

[168] Linha é o modo de denominar as comunidades rurais. O termo tem origem na forma de divisão das terras feitas pelas empresas colonizadoras durante o processo de colonização da região.
[169] As letras representam as iniciais dos nomes dos casais integrantes de cada família.

Caracteriza-se como grupo coletivo, isto é, as famílias compartilham todas as atividades econômicas entre si, inexistindo outras atividades econômicas individuais (de cada família). Isto é, todas as atividades econômicas, incluindo aquelas voltadas exclusivamente para a subsistência, são compartilhadas. O grupo iniciou com duas famílias, desenvolvendo atividades de terminação de suínos[170], em integração com uma grande agroindústria tradicional[171], além de um projeto de gado de leite e atividades agrícolas voltadas à produção de grãos. A incorporação da terceira família ocorreu sete anos mais tarde (em 1995), quando o grupo resolveu implantar também uma Unidade de Produção de Leitões (UPL), para suprir a demanda de animais para terminação.

É importante registrar que essa terceira família, incorporada posteriormente, também já fazia parte de um grupo de cooperação agrícola, de caráter coletivo no local onde residia, constituído por seis famílias de vizinhos não aparentados, residentes na comunidade de Linha São Carlos (município de Saudades) com projetos na área de gado de leite, e de suínos na modalidade de "ciclo completo"[172], em integração com um grande frigorífico.

As atividades econômicas do Grupo de Cooperação Agrícola Hubner envolvem uma Unidade de produção de Leitões (UPL), uma unidade de terminação de suínos, um projeto de gado de leite (com pouco mais de 20 vacas em produção) e o projeto do abatedouro, do qual participa com 50% do capital e da mão-de-obra. Além disso, mantém algumas atividades de subsistência como horta, criação de frangos de postura e de corte para consumo doméstico e cultivo de outros produtos como batatinha, alho, cebola, destinados à subsistência das famílias. A estrutura econômica do grupo ainda envolve uma fábrica de rações automatizada (apenas para consumo próprio dos vários projetos) e um biodigestor para a produção de gás (em fase final de implantação). A unidade de terminação de suínos pertencente a esse grupo fornece mais de 80% (oitenta por cento) da matéria prima processada pelo Abatedouro.

Cada família é proprietária de uma área de terra. Duas delas possuem área de 8 hectares cada, herdadas dos pais, sendo que a escritura ainda é compartilhada. A terceira família a ser incorporada ao grupo é proprietária de uma área de 07 ha, escriturada individualmente. O uso das três áreas é coletivo, não havendo qualquer demarcação de divisas entre as mesmas.

---

[170] O processo de terminação de suínos é a atividade em que os agricultores adquirem leitões de outras propriedades para fazer apenas o processo de engorda e comercialização. Essa forma de atuação tem origem no processo de modernização da agricultura e está voltada ao aumento da produtividade, uma vez que permite uma maior especialização entre os produtores.

[171] Frigorífico Chapecó.

[172] A modalidade de "ciclo completo" na criação de suínos diz respeito a situações em que os agricultores, ao invés de comprar os leitões para a engorda, mantêm as próprias criadeiras que fornecem os leitões, com a característica essencial de que as criadeiras e os suínos para a terminação convivem na mesma unidade, sem especialização.

A distribuição do trabalho entre as famílias, em cada um dos diferentes projetos, está claramente definida, havendo regras bastante claras para sua execução, embora predomine um clima de cooperação, sempre que o responsável por uma atividade tenha alguma dificuldade em executá-la, seja por necessidades de caráter particular, seja para freqüentar cursos ou participar de atividades políticas e comunitárias. Este aspecto é bastante destacado por todos os participantes.

Os rendimentos obtidos pelo grupo de cooperação agrícola, incluindo todas as suas atividades, são distribuídos igualmente entre as famílias, sendo que os jovens que já participam das atividades (a partir dos 14 anos de idade) também recebem um valor mensal que chamam de salário, aspecto muito valorizado pelos adultos e pelos próprios jovens, visto não ser esta uma prática comum entre os agricultores familiares. Um rapaz de 24 anos de idade, responsável pela Unidade de Produção de Leitões, além do rendimento fixo mensal, recebe um valor por produtividade, relativo à quantidade (peso) dos leitões entregues para a unidade de terminação.

Todos os integrantes dos três casais freqüentaram a escola apenas até a 4ª série do ensino fundamental. Atualmente um deles concluiu as séries finais do ensino fundamental e iniciou o ensino médio através do ensino supletivo e outros estão buscando complementar o ensino fundamental. Já todos os seus filhos, ou estudam, ou já concluíram o ensino médio. Nesse caso, todos pensam em ingressar no ensino superior, embora apenas um já esteja tomando providências para tal.

O GCA Ternus, que também participa do **Empreendimento A,** é constituído por três famílias aparentadas, sendo os pais (com idade de 55 e 53) e dois filhos, com idade de 29 e 34 anos, ambos casados e com filhos. O pai é original do município de São Francisco de Paula (RS) tendo migrado para a região nos anos 60, ainda menino. O destino foi o próprio município de Saudades (Linha Santa Teresinha), bem próxima a residência atual. A mãe é originária de Três Arroios (RS) e migrou para região também na década de 60. Conheceram-se e casaram-se no próprio município de Saudades, residindo, desde o casamento na mesma propriedade. Tiveram 05 filhos (um falecido). Além dos dois que integram o empreendimento e residem nas imediações da propriedade, um outro filho, de 23 anos mora com os pais, atuando de modo economicamente independente, na condição de arrendatário. A única filha (21 anos) reside e trabalha na cidade de Pinhalzinho. Os dois filhos participantes do grupo residem nesse mesmo lugar desde o seu nascimento. O quadro 9 apresenta a constituição das famílias do Grupo.

Quadro 9. Composição das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Ternus

Família	Homem (idade)	Mulher (idade)	Filhos (idade)	Filhas (idade)	Terra Própria (em ha)
Família 1 (LT/LUT)[173]	55	53	34, 29, 23	21	9,5
Família 2 (ALT/JT)	29	30	10, 02	08	-
Família 3 (AT/RT)	34	32	-	02	-
Total	03	03	05	03	9,5

Fonte: trabalho de campo

As atividades econômicas desse grupo são todas coletivas e envolvem um projeto de gado de leite com 08 vacas e um pequeno espaço de lavoura. A área total de terras do grupo é de apenas 9.5 ha, sendo um dos limites para a expansão de outras atividades. O grupo conta ainda com uma atividade econômica, ligada ao serviço de operação de máquinas que um dos filhos presta para o Grupo de Cooperação Agrícola Pioneiro[174] que existe desde 1984 e envolve 11 famílias, incluindo as seis famílias dos dois grupos aqui citados.

Todos os rendimentos obtidos pelo grupo são administrados através de um caixa comum, gerenciado pelo pai e as retiradas são feitas de acordo com a necessidade de cada família, mediante uma praxe tradicional existente entre o grupo. Duas famílias residem na mesma casa. Nesse caso, toda a economia é compartilhada. Já com a terceira família, as refeições são feitas separadamente, exceto nos dias de abate, em que praticamente todos se envolvem na atividade do abatedouro. Porém as compras em supermercado são pagas pelo caixa comum. Cada um dos núcleos de habitação mantém, separadamente, ao que parece, por uma questão de praticidade, em virtude da distância, alguns pequenos cultivos de subsistência (horta, frutas, etc). Todo o restante é compartilhado.

Apesar de ser um critério pouco comum de gestão, altamente centralizada, não foi observado nenhum tipo de insatisfação por parte dos participantes. Até pelo contrário, indicam que o único modo de conseguirem dar conta dos compromissos financeiros é este, uma vez que o grupo apresenta um histórico de endividamento bancário anterior ao início das atividades do abatedouro, o qual foi agravado pelas necessidades de investimentos no abatedouro, após a sua implantação, os quais tiveram que ser financiadas com recursos dos próprios GCAs. Todos foram

[173] As letras representam as iniciais dos nomes dos casais integrantes de cada família.
[174] Detalhes sobre este Grupo de Cooperação Agrícola serão apresentados a seguir, ainda neste tópico.

unânimes em salientar as vantagens desse sistema e percebeu-se falarem com um certo orgulho desse seu modo bem próprio de atuar.

Em virtude na natureza e forma desse grupo, é difícil de precisar uma data para o início das atividades do GCA, uma vez que, conforme seus depoimentos, "sempre trabalharam em conjunto"[175].

A tradição organizativa desses dois grupos não está restrita à composição dos GCAs acima citados na sua forma atual. Desde 1984, existe nessa comunidade, reunindo 11 famílias, o Grupo de Cooperação Agrícola Pioneiro, "[...] com o objetivo de adquirir e utilizar em conjunto um trator, um arado, uma grade e um distribuidor de esterco líquido." Desde o seu surgimento até o presente, o referido grupo é responsável pela aquisição, utilização e conservação dos equipamentos agrícolas necessários ao desenvolvimento das atividades nas propriedades agrícolas do local. Atualmente o grupo já renovou e ampliou os equipamentos adquiridos e sua existência já foi, em certo sentido, naturalizada entre as famílias participantes. Com uma gestão coletiva e uso compartilhado dos equipamentos, a iniciativa significou uma grande transformação na cultura dessas famílias, acostumadas, desde os primeiros anos da colonização, a trabalhar de modo individual por família e tendo na autonomia e na posse da **sua** terra e **seus** equipamentos um valor da mais alta importância (POLI, 1995)[176].

Observa-se que, na ótica dos participantes, o grupo Pioneiro representou uma saída original, criada no bojo de um movimento de resistência ao processo de modernização agrícola comandado pelo grande capital agroindustrial, indispensável à viabilização da própria agricultura familiar[177]. Todas as seis famílias que participam do Empreendimento A, também participam do

---

[175] Se tomarmos como referência o casamento dos filhos, momento que, na tradição regional, geralmente marca a conquista da autonomia econômica dos filhos, poderíamos dizer que o grupo iniciou em julho de1996.

[176] Estudando agricultores familiares em situação de perda da terra devido à construção de hidrelétricas (POLI, 1995) observei que na cultura dessas famílias existe uma forte ênfase na busca da autonomia da unidade doméstica de produção agrícola, sendo esta considerada uma condição fundamental para o seu bem estar e para o seu desenvolvimento na agricultura. Em decorrência disto, percebe-se um apego muito grande à **sua** terra e ao **seu modo** de organizar e realizar suas atividades, o que gera algumas dificuldades em compartilhar equipamentos e atividades com outras famílias. Observe-se que esse traço cultural não dificulta a entre ajuda ocasional, visto que esta não interfere no processo de decisões de cada família, mas gera dificuldades para o compartilhamento de decisões cotidianas, como, por exemplo, o uso de um equipamento comum.

[177] No surgimento deste grupo, observou-se uma participação ativa dos técnicos da ACARESC (atual EPAGRI) que atuavam no município. Os participantes destacam, porém, que esse modo de atuação era estimulado principalmente pela igreja, sobretudo através da CPT como se pode ver no depoimento:

> A igreja defendia porque a igreja, junto com CPT, é que começou a [...] também pregava isso [...] o trabalho coletivo, que tinha que fazer associações. Ai a própria APACO surgiu disso, naqueles anos ai. Que, justamente, foi um trabalho unificado, que era

grupo Pioneiro.

Ainda, na tradição organizativa dessas famílias existiu uma outra experiência de agricultura de grupo, que foi a Associação União de Linha Coxilha, criada em 1988, destinada à realização de compras coletivas de insumos, especialmente adubos e sementes, experiência muito comum nessa época em toda a região, nos locais onde as discussões sobre a agricultura familiar eram mais intensas. Essa associação está na memória dos integrantes desse empreendimento como um momento importante da sua trajetória de organização, por significar mais uma forma de enfrentamento da lógica capitalista de produção que se implantava na agricultura na época. Sobre esse significado, é ilustrativo o depoimento de um dos seus fundadores:

> Surgiu também da necessidade da eliminação do intermediário... é, não falando mal da cooperativa, mas as cooperativas também fundaram-se, numa lógica de atender os associados. Mas imediatamente a cooperativa virou uma grande empresa**.** E quando ela vira uma grande empresa, me parece que o associado é o ultimo lembrado. E isso nos tocou demais. Mesmo como associado da cooperativa, a gente [...] surgiu a idéia, da Pastoral, como já falei. Reuniu, fizemos reuniões, várias reuniões, né. E ai se fundou a associação, justamente para baratear esse custos de produção, sempre comprando do mais barato. Se tu compra sempre do mais barato, tem vantagens. Agora as vendas foram muito poucas, muito poucas. As vendas a gente não tinha problemas, mas nas compras sim, fizemos compras boas, realmente grandes. Fizemos um armazenzinho aqui mesmo, e distribuía.
> O: Economizavam?
> L: Economizava, porque, não tinha ninguém que ganhava mais ou menos. Se eu comprava 5 sacos e um vizinho 50, o preço era o mesmo, não tinha diferenciação. Por exemplo, se eu fazia uma compra de 1500 sacos de adubo, a gente conseguia 10 sacos de bonificação. Mas esses 10 sacos não eram para mim. Esses 10 sacos eram pro grupo (LT, fundador da Associação União de linha Coxília e integrante do GCA Ternus).

É interessante lembrar que esses grupos de compras coletivas foram muito comuns na região, conforme observamos no capítulo anterior, sobretudo nos primeiros momentos das práticas da chamada agricultura de grupo. Eles estão entre a primeiras formas de organização coletiva que ocorreram na região. Após alguns anos de muito sucesso desses grupos de compras coletivas, em que os agricultores familiares, eliminando atravessadores e barganhando preços, conseguiram excelentes resultados, esses grupos e associações de compras coletivas passaram a enfrentar a concorrência das casas agropecuárias e, especialmente, das cooperativas agropecuárias tradicionais que passaram a diminuir os seus lucros, ou ata a trabalhar sem nenhum lucro, apenas para desestimular e inviabilizar o funcionamento desse tipo de associação. Muitas delas, então, desapareceram, mas, de um modo geral isto não significou o fim dos grupos e associações. Pelo contrário, de um modo geral foram transformadas em grupos de produção

---

> mesmo o mesmo discurso" (Integrante do Grupo Coxília que também participa do Grupo Pioneiro).

agrícola, propriamente ditos, com o início da produção coletiva. A Associação União de de Linha Coxília também seguiu essa trajetória. Mas mesmo tendo desaparecido, foi o ponto de partida para a organização de outros GCAs, como é o caso dos que participam do Abatedouro Coxília.

5.1.2 O empreendimento B

O Empreendimento B localiza-se no interior do município de Coronel Freitas (linha Monte Alegre), distante 8 km da sede do município de Coronel Freitas e a 35 km de distância de Chapecó. Criado em 2001, é mantido por um Grupo de Cooperação Agrícola, constituído por um grupo de vizinhança, muito embora exista relação de parentesco entre duas das quatro famílias que atualmente compõe o grupo. Os dois integrantes que são irmãos tem 54 e 44 anos. Nasceram na própria localidade de linha Monte Alegre. O mais velho (GB), casado (com RB) é pai de duas filhas e um filho. Elas graduaram-se em pedagogia e serviço social e atuam como professoras na cidade de Chapecó. O filho mais jovem (20 anos) freqüenta curso superior à noite e atua no abatedouro, sendo um dos responsáveis pela administração financeira do abatedouro. A família possui uma área de terras de 15 há. O mais jovem dos dois irmãos (NB) 44 anos, anos de idade, nasceu e sempre morou na mesma propriedade que pertenceu aos seus pais já falecidos. Casado com MB (41 anos) têm quatro filhos. O mais velho (23 anos) mora e trabalha na cidade de Chapecó. Tendo saído para estudar, já concluiu o ensino médio, mas permanece no emprego. Segundo o relato dos familiares, sonha em retornar à propriedade da família, desde que consiga trabalhar no abatedouro. A mais velha das duas filhas (21 anos) concluiu o ensino médio e atua em tempo parcial no abatedouro. O filho mais jovem (14 anos) estuda e trabalha no projeto de produção de leite mantido pela família individualmente (essa atividade não é integrada ao GCA). A filha mais jovem tem 10 anos de idade. A terceira família é composta por um casal (FG e DG) e dois filhos, um rapaz com 17 e uma moça com 19 anos de idade. O rapaz, que morou em Chapecó para cursar o ensino médio, retornou à propriedade da família para atuar no abatedouro, tão logo concluiu o curso, no final de 2005. A filha freqüenta curso superior também e reside na cidade de Xaxim (SC) retornando para a casa dos pais nos fins de semana. Esta não tem certeza se voltará ou não a atuar na propriedade após concluir os estudos. A quarta família é composta por AC (49 anos) e IC (41 anos). AC nasceu e sempre morou na mesma propriedade, a qual também herdou dos pais. Sua esposa (IC) também sempre morou na mesma localidade. Têm duas filhas adultas, uma das quais (24 anos) já casada, reside na cidade de Chapecó, onde trabalha como funcionária de uma clínica médica. Até o casamento, atuou no abatedouro, sendo uma das

responsáveis pelas vendas. A mais jovem (RC, 21 anos) também já concluiu o ensino médio e atua no abatedouro, tendo ocupado o lugar da irmã que saiu ao se casar. O quadro 10 apresenta uma síntese da composição das famílias participantes.

Quadro 10. Composição Atual das Famílias Integrantes do Grupo de Cooperação Agrícola Monte Alegre[178]

Família	Homem (idade)	Mulher (idade)	Filhos (idade)	Filhas (idade)	Terra Própria (em ha)
Família 1 (FG/ DG)	41	42	17	19	22,5
Família 2 (DB/RB)	54	51	20	27, 31	15
Família 3 (AC/IC)	49	41	-	23, 21	40
Família 4 (NB/MB)	44	41	23, 14	21, 10	25
Total	04	04	04	07	102,5

Fonte: trabalho de campo.

Das 11 famílias que constituíam o grupo originalmente, quatro já o haviam abandonado no momento da primeira visita para caracterização geral do empreendimento. Desde então, outras três famílias saíram do grupo. Uma delas, era constituída por mulher separada e filhos. Casou-se novamente e mudou-se para acompanhar o marido. Atualmente retornou à comunidade, mas não reingressou no grupo. Um dos fundadores (e idealizador do grupo) saiu do grupo logo após a realização da primeira visita ao empreendimento. Sem terra, era proprietário de um bar, que mantinha paralelamente às atividades do abatedouro e no interior do qual surgiram as primeiras discussões sobre a formação do grupo. Vendeu o bar e sua participação no empreendimento e atualmente é proprietário de uma pequena mercearia de um bairro de Chapecó. A saída da terceira família foi bem recente (primeiro semestre de 2006). Um dos responsáveis pelas vendas do grupo abandonou a atividade sem apresentar uma justificativa. Alegou apenas cansaço e desânimo. Como nenhum acerto foi feito até o momento, os demais integrantes ainda tem esperanças de que o mesmo retorne ao grupo. Essas famílias que, por diferentes razões, abandonaram as atividades do grupo (três famílias) não eram parentes entre si. Os relatos sobre a constituição do grupo deixam claro que o recorte feito no momento da constituição do mesmo, não seguiu o critério de parentesco.

[178] O grupo era composto inicialmente por 11 famílias. Atualmente permanecem apenas 4. Os possíveis motivos para a saída das demais serão apresentados ao longo da análise dos dados. Foram realizadas entrevistas com integrantes de seis famílias ligadas a esse grupo. Além das quatro famílias que o integram atualmente, foram entrevistados

integrantes da última família a se retirar e também os integrantes de uma família que contribuiu significativamente para o surgimento do grupo.

Para compreender a saída dessas famílias é preciso considerar alguns pontos que serão detalhados ao longo da análise. Em primeiro lugar, a ausência de retorno financeiro imediato, já que os rendimentos obtidos pelo GCA, até o mês de agosto de 2006, não eram distribuídos, tendo sido utilizados integralmente para a amortização do financiamento da construção da unidade e a realização de melhorias, como a compra de veículos e outras. Pelo que se pôde perceber, esse parece ter sido um dos fatores de desmotivação por parte de algumas famílias. A partir de setembro de 2006, a proposta é de que se inicie a realização de retiradas mensais, de igual valor, para cada família, mais um valor adicional pelo trabalho complementar dos participantes adicionais.

Outro aspecto destacado de modo recorrente foi a ocorrência de problemas administrativos, tendo levado o grupo à beira da dissolução no final de 2005. Os principais problemas apontados eram a falta de controle dos negócios (compras, vendas, recebimentos e pagamentos) e a falta de transparência sobre os resultados. Desenvolveu-se, em função disso, um sentimento de desconfiança mútua e um desânimo quase generalizado no grupo. Em dezembro de 2005, a gestão financeira do grupo foi confiada a um jovem, filho de uma das famílias integrantes do empreendimento, o qual implantou um sistema mais transparente de gestão e um rigor muito maior no controle das entradas e saídas de produtos e de recursos, o que redeu um ânimo renovado às famílias e o vislumbre de novas possibilidades para o empreendimento[179]. Os relatos foram recorrentes que, caso essa medida não tivesse sido implementada, o grupo corria sério risco de encerar suas atividades.

O terceiro aspecto a ser considerado em relação às dificuldades enfrentadas pelo grupo e a conseqüente saída de várias famílias, é a ausência de experiências de participação e organização anterior de parte da maioria dos participantes. A única tentativa anterior de organização de um grupo de cooperação agrícola, nessa comunidade, ocorreu em 1990, por iniciativa de um dos líderes atuais do grupo e que possuía experiência de participação, foi totalmente frustrada. Convidados a participar, mais de 20 famílias manifestaram interesse, talvez pela necessidade de encontrar alternativas à crise que os atingia, ou até pela percepção do movimento de organização que ocorria na região. Faltava-lhes, contudo, a compreensão mínima dos princípios e das perspectivas ético-políticas que moviam o movimento que estava em curso na região ou, no

[179] No momento em que a nova gestão financeira foi implantada (dezembro de 2005) o grupo possuía cerca de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) de dívidas com fornecedores de matéria prima e insumos. Em agosto de 2006 essa dívida havia caído para menos de R$ 10.000,00 (dez mil reais) sendo que o grupo dispunha, na mesma data, de R$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais) em créditos a receber. Esse saneamento financeiro parece estar modificando o estado de espírito dos participantes.

mínimo, disposição para o surgimento de novas propostas, como pode ser observado no relato a seguir sobre a única reunião realizada.

> Daí, em 1990, estávamos, eu e o AB[180], aborrecidos, nós dois, porque ele perdeu as eleição e eu era parceiro dele. Eu que convenci ele de entrar na política. Lutei um tempo pra convencer ele pra vim pro nosso partido. Eu nem ligava, só por amor à camisa né. E eu sabia que ele tinha aquele, aquele Q a mais né, porque ele era uma liderança, assim, né. Mas avulsa. Muito competente, mas avulsa. Daí depois da derrota dele, daí ele disse pra mim "FG, está na hora de nós tomarmos uma decisão...Vamos formar um grupo [...]" [...] E nós começamos a avisar uns e outros. Quando vimos, nós estávamos fazendo reunião com 20 famílias. (risos...)Na segunda reunião, daí chamamos os caras da APACO. Quando eu sai da reunião, só não chorei porque, não dá, não dá pra chorar... Ficava feio né... de ver a consciência do pessoal. Cada um![...] Os caras já preocupados com o patrimônio dos outros... Verdadeiros capitalistas. [...] Daí, desse jeito não dá certo, daí, o AB no outro dia teve aqui e disse: 'Não. Bola furada isso ai' (Integrante do GCA Monte Alegre e um dos seus líderes).

Observa-se, então, tratar-se de um grupo de famílias que, com apenas três exceções, apresentava pouca ou nenhuma experiência em termos de participação em movimentos sociais, produção associada e trabalho coletivo no momento da criação do grupo e do abatedouro. Esta falta de experiências de participação também ocasionou uma falta de envolvimento nos processos educativos em curso na região e que contribuíram para a elaboração do sentido e do significado dos empreendimentos, a qual poderia ter auxiliado na superação das dificuldades enfrentadas. Este fato deve estar influenciando o desenrolar da experiência, bem como as suas interpretações.

Esses aspectos relativos às dificuldades do grupo e à saídas de várias famílias serão retomados ao longo da análise.

O GCA Monte Alegre, mantenedor do Empreendimento B, é um grupo semi-coletivo e, no momento, compartilha apenas as atividades do abatedouro, sendo que cada família mantém outras atividades paralelas, em suas propriedades, de modo independente em relação ao grupo e ao abatedouro especificamente. Seu surgimento deu-se em função da criação do abatedouro, sem ter portanto, uma experiência anterior de trabalho em grupo. Após o seu surgimento, por três anos, o grupo funcionou praticamente como um grupo coletivo, mantendo, além das atividades do abatedouro, atividades coletivas na agricultura e na fumicultura. Com o ingresso de todas as famílias na atividade leiteira, os projetos agrícolas foram abandonados em função na necessidade de implantação de pastagens para o gado de leite. As atividades ligadas à produção de leite não foram coletivizadas, segundo os integrantes do grupo, em função dos diferentes níveis de investimento de capital já realizados por cada uma das famílias.

[180] Líder comunitário e militante do PT que residia na comunidade. Faleceu logo após a criação do atual GCA Monte Alegre, vítima de um acidente de trabalho.

A distribuição do trabalho entre as famílias incide apenas sobre as atividades do abatedouro. A regra é que cada família deve oferecer ao grupo a atividade de um integrante diariamente e de dois integrantes nos dias de abate, quando o trabalho é mais intenso. Duas famílias ainda participam com mais um integrante cada, em caráter complementar, recebendo para isso uma remuneração adicional. A divisão dos trabalhos é relativamente estabelecida. Os vendedores têm esta atribuição especificamente, exceto nos dias de abate, em que os mesmos também auxiliam nos trabalhos no interior do abatedouro. O trabalho com a mistura e tempero dos ingredientes também é bem estabelecida, sendo realizada por um dos integrantes, especificamente, tendo um substituto, no caso de sua impossibilidade. Já para as demais atividades, predomina um alto grau de informalidade e até de improvisação. "A gente faz o que aparece"[181]. Não há regras claras para a distribuição das tarefas, exceto em relação à quantidade de trabalho que cada família deve dedicar ao abatedouro.

5.2 Sobre a Origem Social dos Sujeitos

Observando-se a trajetória das 10 famílias envolvidas nos dois empreendimentos acima descritos, percebe-se tratarem-se, todos, de agricultores familiares, descendentes de imigrantes de origem européia (alemães e italianos),[182] oriundos do estado do Rio Grande do Sul e que vieram para a região durante o processo de colonização. Com exceção de um deles, todos os participantes já nasceram na própria região. Os relatos coletados informam que se tratam de representantes típicos dessa trajetória social descrita no capítulo 1.

Os traços culturais mais marcantes dessa população foram apresentados na introdução do capítulo 1. Destaque-se a forte tradição associativa, pela qual todas essas famílias puderam exercitar a participação comunitária, o exercício de liderança, o planejamento e a execução de projetos coletivos[183]. Merece destaque também a forte preocupação com a reprodução social da

[181] Depoimento recorrente entre os integrantes do Empreendimento B.
[182] Outros estudos por mim realizados indicam também a presença de descendentes de imigrantes poloneses na região, embora em menor número que os de origem italiana e alemã. Nenhuma família dessa descendência foi registrada nos dois empreendimentos.
[183] Durante toda a trajetória histórica dessa população, a partir do processo de colonização, tem sido muito comum as comunidades organizarem-se para a construção de equipamentos públicos destinados especialmente às práticas religiosas (igrejas, santuários, cemitérios, etc) de lazer (pavilhões e salões comunitários, campos e praças de esportes,

sua condição de vida e de trabalho, sendo capazes de realizar verdadeiras odisséias[184] para não abandonar sua condição social, o que não significa a existência de um desejo acentuado de acumulação ou enriquecimento. Esse traço cultural é muito importante para a compreensão dos objetivos e das perspectivas futuras estabelecidos para os empreendimentos em estudo.

Um outro traço destacado em estudo realizado anteriormente (Poli 1995 e 2002) é que, mesmo que a migração tenha sido presença constante na trajetória histórica dessa população, seu objetivo foi sempre o de viabilizar a própria reprodução social. Uma vez estabelecidos num determinado lugar, esses agricultores familiares não desejam mais mudar-se. Pelo contrário, realizam todos os esforços para poder permanecer no mesmo espaço, onde organizam a sua propriedade, na sua terra, como seu modo próprio de produzir e de organizar as coisas. Esse apego, inclusive, foi importante para desencadear certas reações políticas ante a ameaça da perda da terra ou da impossibilidade de adquiri-la. É importante registrar que, nos estudos citados, fica bastante evidente que esse apego não significa um desejo de acumulação ou de enriquecimento. Simplesmente um forte desejo de reprodução social. Observe-se, na caracterização das famílias realizada acima, o registro de pelo menos quatro famílias cujos integrantes ainda residem no local onde nasceram. Ilustra bem essa perspectiva cultural o fato de que seis das dez famílias atualmente envolvidas nos dois empreendimentos sempre moraram na mesma comunidade, sendo que três delas sempre moraram na mesma unidade familiar de produção agrícola. Nesse sentido também é ilustrativo o fato de que uma das famílias participantes e todos os pais das outras nove famílias chegaram à região, vindos do estado do Rio Grande do Sul, através do processo de migração.

A solidez dos grupos familiares também é outro traço a ser destacado, em virtude de sua influência no desenvolvimento de projetos de longa duração e que exigem investimentos combinados de diferentes famílias[185]. Observe-se, por exemplo, o fato de os grupos de cooperação agrícola e/ou associações coletivas serem, em sua quase totalidade, fundados por

---

etc). Em estudos anteriores (POLI 1995 e 2002) destaquei a importância de tais práticas para o processo de organização e resistência política dessas famílias No curso dessas experiências.

[184] Ver, nesse sentido o livro de Arlene Renk (2000) com o sugestivo título de *Sóciodisséia as avessas*, que trata da origem desse modelo de desenvolvimento e sua crise.

[185] O próprio processo migratório que possibilitou a vinda dessas famílias para a região caracterizou-se, acentuadamente, como um investimento coletivo dos grupos familiares ampliados, onde o deslocamento de um ou mais membros, geralmente, contava com a cooperação de todo o grupo familiar ampliado (pais e irmãos), uma vez que se tratava de uma estratégia coordenada para a viabilização de todo o conjunto, a partir de regras próprias de herança e distribuição do patrimônio. A vinda de um ou mais filhos para as chamadas "colônias novas" (RENK, 2000) no Oeste catarinense, por exemplo, poderia ser parte da estratégia para garantir terra a todos os filhos homens da família e, por isso, contava com a cooperação e participação de todos na viabilização do empreendimento.

parentes próximos, como pude observar no trabalho de campo[186]. Observa-se que quando se trata de grupos de parentesco, os laços que mantêm a unidade do grupo são muito fortes.

Destacamos por fim o traço da acentuada religiosidade que caracteriza o patrimônio cultural dessa população. A percepção da força da tradição religiosa é indispensável para a compreensão da importância da igreja católica no ambiente cultural local. Sua influência só foi tão marcante entre esses agricultores familiares pelo lugar privilegiado que ocupa na sua cultura e no seu imaginário[187]. Esse traço cultural teve importância estratégica no desenrolar das experiências político-culturais que desembocaram na organização dos empreendimentos em estudo.

É importante notar a influência desse patrimônio cultural, no modo como essas famílias reagiram diante da crise da agricultura familiar e no modo como processam suas experiências de vida e de trabalho, a partir do seu envolvimento no movimento político cultural que passou a se desenvolver na região.

5.3 A Experiência do Trabalho Associado

Considerando-se inicialmente a realidade constatada no conjunto dos empreendimentos que fazem parte da cadeia produtiva em estudo, observei que, antes da criação das Agroindústrias Familiares Associativas, os integrantes de sete dos oito empreendimentos envolvidos vivenciaram a experiência da produção associada (agricultura de grupo), materializada na forma de Grupos de Cooperação Agrícola (GCAs) ou Associações de Agricultores Familiares, tal como foram descritas no capítulo 4 (item 4.2.1.) . Entre os participantes as razões apontadas para o surgimento dessas experiências de produção associada referem-se principalmente à carência de terra nas unidades familiares de produção agrícola. A terra que dispunham era insuficiente para a permanência dos filhos na agricultura, levando-os a buscar alternativas para agregação de valor e criação de novas oportunidades de trabalho para os filhos, através da verticalização das atividades.

Com a mesma ênfase, foi citada a necessidade da busca de alternativas mais rentáveis para substituir a produção agrícola tradicional, ligada principalmente à produção de grãos, a qual

[186] Ver a respeito os dados apresentados no Apêndice 1.

não mais viabilizava nem mesmo a permanência na agricultura dos grupos familiares atuais e não apenas a permanência dos filhos.

A racionalização dos investimentos também foi apontada, com freqüência, pelos diferentes grupos, como uma das razões para a busca da associação e do trabalho coletivo, como alternativa para a permanência no campo. Num primeiro momento, contrariando a lógica de mercado difundida pelos grupos econômicos fornecedores de implementos e insumos agrícolas, os agricultores familiares em estudo desenvolveram uma lógica de associação para a aquisição desses itens, evitando o desperdício e possibilitando o acesso a tais recursos mesmo àqueles agricultores familiares menos capitalizados. O depoimento a seguir é ilustrativo dessa forma de elaborar essa experiência pelos agricultores.

> [...] teve uma empresa ali, que, em cada comunidade, um só vendedor vendeu 5 ou até 10 tratores. E aqui na Linha Coxilha também entrou. Só que nós, como a gente tinha assim... era bastante pequenos proprietários, a gente já tinha consciência que assim a máquina tinha que se pagar. Não era assim você compra a máquina e depois se não tinha serviço?! E, por incrível que pareça, daí surgiu um grupo de 11famílias[188]. Nós compramos a maquina completa. Hoje é a única máquina que tem na comunidade. As outras, todas elas[189], as propriedades faliram e o tratores sumiram. E nós, a nossa máquina existe ainda hoje e ainda temos agora já a segunda máquina..
> O: Renovaram?
> P: Renovamos. Compramos uma máquina nova e com todos os equipamentos. Até já temos uma máquina pra fazer silagem, feno... isso foi assim um trabalho, na época, que foi muito desacreditado, por todos, principalmente pelos vendedores de máquinas, dizendo que não funcionava. E o nosso grupo hoje graças a Deus está funcionando (PH, integrante do Empreendimento B).

Observe-se que o depoimento indica a existência de uma consciência ativa dos sujeitos envolvidos da necessidade de confrontar as estratégias dos grupos econômicos atuantes na implantação da proposta de modernização da agricultura na região. E essa confrontação não foi pensada em termos de negação da tecnologia ou na direção da continuidade, pura e simples, das práticas tradicionais de produção agrícola, sem alterações (uso de arado e carretas movidas por bois, por exemplo). Ao contrário, a cultura popular desses agricultores interagiu com as propostas de modernização das atividades agrícolas, difundidas por diferentes agentes, dentre os quais tiveram destaque as atividades de extensão rural e, particularmente, os clubes 4S[190], incorporando, à sua maneira, de modo ativo, propostas relativas à modernização dessas

---

[187] Para uma descrição detalhada desse traço cultural, ver POLI (1995, 2002) e RENK (1994; 2000).
[188] Referência ao Grupo de Cooperação Agrícola Pioneiro que reuniu 11 famílias para a aquisição coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas. Criado em 1982 o grupo existe até hoje. Através dele apenas um trator equipado atende a todo o grupo de onze famílias. O uso do trator é gerenciado por um responsável, mediante regras estabelecidas no estatuto original, elaborado e assinado em 1982.
[189] Refere-se às diversas máquinas vendidas para agricultores individuais na própria Linha Coxília.
[190] A esse respeito, ver especialmente os itens 2.1.1 e 2.1.2. no capítulo 2.

atividades. Porém a consciência de classes que começava a surgir, de modo mais elaborado, possibilitou aos mesmos a construção de soluções originais, pautadas nos seus próprios interesses e não nos interesses dos grandes grupos econômicos que passaram a atuar na região.

Observa-se, então, que a busca de alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar, por parte desses sujeitos, voltou-se principalmente para a organização de associações e Grupos de Cooperação Agrícola voltados ao desenvolvimento de atividades coletivas, de modo integral (grupos coletivos) ou parcial (grupos semi-coletivos). Já as iniciativas de organizar agroindústrias familiares, com exceção de um caso, foram posteriores, surgindo como um desdobramento do próprio processo de produção associada, como uma das alternativas possíveis de trabalho para a viabilização da agricultura familiar, originadas no interior dos grupos e associações.

Um dado que chama a atenção nos relatos coletados, para além da precedência da produção associada em relação à experiência de industrialização, é que o surgimento da produção associada veio na esteira dos intensos movimentos de mobilização e protesto, realizados em oposição às novas condições de produção agrícola trazidas pelo processo de modernização da agricultura já descritas nos capítulos precedentes. Trata-se, portanto, de uma reação às novas condições de produção trazidas pelo processo de modernização liderada pelo capital industrial. Isso pode ser atestado observando-se que, em sete dos oito grupos visitados, houve ênfase na participação em atividades de mobilização e protesto, antes da origem do grupo, mesmo que nem todas as famílias envolvidas tenham participado diretamente[191]. Em tais atividades, um dos focos temáticos principais era, quase sempre, a situação da agricultura familiar e a busca de alternativas. Vê-se, então que as experiências em estudo fazem parte do movimento político-cultural que culminou na produção de um grande número de experiências de produção associada, descritas nos capítulos anteriores[192]. Isso permite situa-las efetivamente como uma reação política desses agricultores familiares frente à crise da agricultura familiar tradicional.

Destaque-se que o que temos chamado de "crise da agricultura familiar tradicional"[193] é percebida por esses agricultores como sendo relacionada, principalmente, com a implantação do processo de integração e a inclusão dos insumos de origem industrial na produção, especialmente

[191] Há que se destacar que, é provável que a alta incidência de comentários relativos à participação em mobilizações, protestos e atividades de organização tenha sido influenciada pelo fato de que, em geral as pessoas que prestaram as informações eram lideranças dentro dos grupos e que estiveram à frente da sua organização. De qualquer forma, indica que essa foi uma das razões presentes no seu surgimento.
[192] Capítulo 1 (item 1.2.) e capítulo 4 (item 4.2.).
[193] Ver capítulo 1, item 1.4.

a ração industrializada para os suínos e os "venenos"[194] para a produção agrícola. Vejamos alguns depoimentos:

> - A crise começou, justamente, a agricultura começou a piorar na época que começou a integração, tipo as parceria...Antes, nós criava o nosso porco 10,15 matriz engordava e vendia o porco. Nós sempre tinha uma margem de lucro garantida. Quando começou a entrar as parcerias [...] ai foi pra simplesmente pra sobrevivência. Daí só começou a exploração em cima da suinocultura (PH, integrante do GCA Hübner).
>
> - [...] a integração, no meu modo de entender, a integração veio pra beneficiar, alguns, não a maioria. Pra prejudicar a grande a maioria. Porque nós tinha ali 10 ou12 matrizes... que nós criava os leitões, engordava e vendia. E estava dando, estava dando [...]. De repente vem a ACARESC, botar na nossa cabeça que - os técnicos mandados, é verdade, pela agroindústria - que a mandioca não era pra tratar, que era só água, o pasto não adiantava trazer da roça [...] Tem que comprar ração [...]. Em 86 eu vendi um lote de porco... cinco mil quilos de porco, e pra [...] pra cobrir as despesas, eu vendi duas vaquinhas, chegando de cria[195], pra pagar a cooperativa. E ai veio o técnico colocar na minha cabeça que faltava o capital de giro (LP integrante do GCA Ternus).
>
> - O meu pai, nós criava o porco com a abóbora, mandioca... plantava, sem ração né, [...]. Quando o primeiro vendedor da Sadia apareceu aqui, o meu pai e o meu vizinho [...] eles foram pra Chapecó e compraram 150 sacos de ração de cada um, influenciados pelo vendedor [...]. Daí pra frente que nós começamos a sentir o peso, de nós vender o porco e acertar o porco e não sobrar quase nada. (AC, integrante do GCA Monte Alegre)
>
> - Acho que a agricultura começou a piorar, foi quando os agricultores começaram usar venenos, pulverizar. Passavam veneno por toda a roça. E os suínos, quando tinha 4, 5 meses, tinha que ter cem quilos ou mais [...]. Daí tinha que dar uns tipos de comida [...] ração. Daí não sobrava nada. (DB integrante do GCA Monte Alegre)

Em outro momento, o agricultor relata o fato de que recebeu uma suspensão, por 60 dias, nas atividades do aviário, pelo fato de que um cão, desconhecido, conseguiu entrar no aviário e furtar uma galinha. A mágoa diante da desproporção entre o fato e a punição imposta, bem como a forma como foi tratado pelos agentes da indústria, demonstra todo o seu sentimento de injustiça, de desvalorização e de desrespeito do agricultor pela empresa.

> Eu disse [...] como é um absurdo uma coisa que fazem assim com as pessoas. Humilha o cara, pega, uma pessoa que tá com 25 anos, lá dentro da Aurora, um menino [...] pega uma pessoa que tem 41 anos, humilha ela, como se fosse preciso, não dá direito a defesa [...] Então pra que a gente vai trabalhar prá isso, porque que a gente vai, vai acreditar em um projeto como esse? Que te humilha, que te escraviza, que não se importa contigo e que tu só é importante na hora de dar o lucro pra eles, pra pagar o salário deles [...]. (FG, integrante do GCA Monte Alegre).

A crise da agricultura familiar tradicional foi percebida, então, como um progressivo processo de perda de autonomia (muito valorizada por esses agricultores familiares, como vimos acima) e como um processo crescente de exploração. Diante de tal situação, se mostraram

[194] Essa é a expressão que utilizam em suas falas para se referir aos defensivos agrícolas, entre os quais se incluem os herbicidas, inseticidas e fungicidas.

dispostos a reagir e a protestar. E, nesses movimentos de reação e protesto, muitos desses agricultores familiares, que vivenciavam experiências de classe, sem apresentar, de início, uma consciência de classe elaborada e coerente, envolveram-se em processos que acabaram facilitando a percepção de sua condição na sociedade e a identificação de interesses comuns com outros agricultores e mesmo com outras categorias profissionais.

Esse registro é importante para que se perceba que o surgimento dessas agroindústrias familiares ocorreu em meio a um contexto maior de busca de alternativas de produção, marcado por experiências de conflito e de negação do modelo de modernização agrícola proposto pelo estado (através das empresas de extensão rural) e pelos grandes grupos econômicos ligados à atividade agroindustrial. Observe-se, então que, seguindo as pistas abertas por Thompson, pode-se perceber que as reações dos agricultores familiares com base nos seus costumes, saberes e crenças, protestando contra a nova lógica de produção agrícola que lhes era imposta e suas conseqüências, deu origem a novas formas de organização, de entendimento e de consciência social (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Grupos de Cooperação Agrícola, Associações e outros), no interior das quais tiveram origem alternativas de produção econômica, que incluem a opção por novas alternativas de tecnologia, de meios de produção e de relações sociais.

Como teria sido possível esse processo de construção de uma consciência elaborada de classe a partir de tais conflitos e mobilizações? Que processos desenrolaram-se, nesse contexto, que culminou na produção de alternativas politicamente fundamentadas e coerentes? Quais processos educativos foram decisivos na elaboração, "coerente e homogênea", da situação vivida pela agricultura familiar? Alguns depoimentos ajudam a perceber o desenrolar desse processo e a observar o envolvimento da igreja e de outras instituições com o tema.

> [...] porque aqui em Saudades tinha uma irmã da Divina Previdência, que trabalhava mais especificamente com as pastorais. Ela trabalhava na organização da Pastoral da Juventude, na Pastoral da Terra e a gente tinha assim, nós tava envolvido na catequese e grupo de jovens e a gente foi se envolvendo, foi se envolvendo, né. E continuou bastante anos né. Então os próprios padres que estavam ali e tal davam força pra que isso continuasse né. E sempre todo o trabalho que iniciou aqui em Saudades, foi através das pastorais. (FH integrante do GCA Coxília)
> - Tinha aqui a Irmã Gisela, que questionava isso e sempre trabalhava pra isso com nós, na Pastoral da Juventude, ela sempre falava, " vocês tem que formar grupos, se não, daqui a uns anos, vocês não vão, se vocês continuar a trabalhar sozinhos vocês não vão, não vão sobreviver"(SH, integrante do GCA Coxília)
> - E dai nós fundamos um grupo de máquinas, em 11 agricultores, e graças a Deus

[195] Expressão utilizada para indicar que se tratava de novilhas prenhes.

funciona, ainda hoje. E o M[196] foi quem conduziu esse trabalho da compra de maquinas. Quando ele saiu, sabendo que ele estava trabalhando pros Sem Terra em São Miguel, fizemos reunião, daí duas reuniões, daí já fizemos uma comissãozinha e "vamos procurar o homem", né. Aí ele nos levou prá um assentamento, onde já tinha uma associação funcionando, né, e lá pegamos o molde do regimento interno. E assim foi, foi fundada a "Associação União Linha Coxilha", isso em 1988. E essa associação trouxe com que o sindicato trabalhasse mais com a associação e a associação procurasse no sindicato também alguma ajuda. E isso foi, talvez, o meio de levar as pessoas pro sindicato também...(LT, integrante do GCA Ternus)

R: É, mas na verdade era o seguinte: isso já começou desde a CPT, o partido político, as pastorais, né [...] então o pessoal se encontrava, assim, pra ver o futuro né, pra ver qual era a viabilidade da agricultura. Então começou daí, o grupo de, de agricultores, dentro do município, começou a se reunir né, e se reunia praticamente a cada, cada trinta dias, ou até, ás vezes, 20 dias né, então se reunia e se debatia sobre isso, né. Então se começou, por exemplo, a questionar o que [...] qual é a nossa atitude que nós deveríamos tomar né. Pra não tomar uma decisão isolada, ninguém não se queimar né, então sempre era um grupo assim que pensava e agiam juntos né [...]. E, dentro da comunidade, a gente puxava isso, porque praticamente todas as comunidades, tinham, tinham seus representantes, pra depois tu sabe, pra unir forças, então, na hora dos protestos, então prá tu, prá tu poder atingir o, o máximo de pessoas que te ajudassem nesse sentido né [...]. E aqui em Saudades era bastante forte [...] então, daí a coisa foi avançando, que nem eu te falei antes né, então a gente começou a ser oposição do sindicato. Até, prova disso, a gente conseguiu trazer o sindicato, a gente, pra dize a verdade pro nosso lado né, e daí foi avançando [...]. Depois a gente entrou na questão econômica né que eu tava falando antes, a gente via que a gente teria que de repente trabalha junto né, uni as forças pra gente poder ter um sucesso maior na questão econômica também, né (RH, integrante do GCA Coxília).

Tinha reunião de grupo de jovens. Mas não eram reuniões avulsas, que nem hoje se faz. Isso era a cada 15 dias tinha uma reunião Reuniões com temas, discussões, até foi criado um folhetinho na época. E no folhetinho tinha "**Jovem da roça também tem valor**". Com aquele livrinho nós fazia [...]. nós conduzia [...] por exemplo, a questão dos grupos de reflexão, E isso forma as pessoas. [...] Naquela época como a igreja tinha um projeto e era o Dom José que passava esse projeto, essa expectativa, o povo se reunia pra discutir, qualquer oportunidade de sentar e discutir, não é todo mundo que ia também, mas aquele pessoal que mais era, que tinha essa convicção que podia construir um lugar melhor pra viver [...]. Mas credo! Ia todo mundo [...] empolgava as pessoas (FG, integrante do GCA Monte Alegre)[197]

---

[196] Técnico da então ACARESC, atualmente denominada EPAGRI. Observe-se o caráter contraditório da atuação da empresa pública de extensão rural. O fato da atuação mais geral da empresa estar voltada à difusão a-crítica do processo de modernização da agricultura, não impedia que alguns técnicos atuassem numa lógica contrária. São freqüentes os registros de conflitos internos, entre empresa e técnicos, que se colocavam a serviço de outra lógica de produção. Vale aqui a referência a Severino (2006), sobre o caráter contraditório da educação que, mesmo atuando com mais freqüência numa lógica de conservação das relações sociais, pode, sob certas condições, vir a atuar em sentido contrário.

[197] È importante observar que mesmo nos demais grupos visitados, embora com menos detalhamento em virtude da técnica de pesquisa utilizada, os depoimentos vão na mesma direção, como se pode observar:

- A igreja, o Sindicato e o PT estavam sempre falando da importância do trabalho coletivo. Fomentavam a organização e o trabalho coletivo. (Representante do Abatedouro Estrela do Oeste, município de Palma Sola).

- O pessoal iniciou motivado pela igreja e pelo Movimento dos Sem Terra, que passavam a idéia de se unir para sobreviver na agricultura (Representante da Associação São Pedro, município de Quilombo).

Vários pontos podem ser destacados nesses depoimentos. Em primeiro lugar a atuação de intelectuais orgânicos que compartilhavam vários espaços de convivência com esses agricultores, o que lhes permitia compreender suas demandas e a especificidade dos problemas por eles enfrentados, bem como os princípios de ação que começavam a ser delineados. A partir dessas condições passaram a contribuir ativamente na elaboração teórico-política da situação e na difusão ampliada dessas interpretações. Em segundo lugar merece destaque a influência das práticas organizativas originadas no interior dos movimentos sociais sobre as práticas desses agricultores familiares, como se pode observar no terceiro depoimento citado. Além disso, pode-se destacar a importância dos cursos, encontros e outros espaços de comunicação e interação, no interior dos quais passaram a circular interpretações críticas sobre a realidade, que auxiliaram esses agricultores a perceber e compreender as relações sociais em que se encontravam inseridos.

Pode-se dizer, então, que a eleição desses motivos para a busca do trabalho coletivo foi precedida de uma ação pedagógica que auxiliou esses agricultores familiares no processo de reinterpretação da sua experiência de trabalho e na percepção e discussão de alternativas ao mesmo. Ao que tudo indica, pelo que se observou durante a pesquisa de campo, a opção do trabalho coletivo não teria surgido no horizonte desses agricultores familiares, sem a interferência desses processos educativos, que envolveram, além de estudos e debates, a veiculação de interpretações críticas que apontavam na direção da organização e do trabalho coletivo.

É importante não perder de vista que a veiculação dessas interpretações críticas e o processo de interação e debate entre esses agricultores familiares, que lhes suscitou a construção de uma identidade de interesses, foi favorecida pelas características da sua organização social. Desde o processo de colonização, ela incluía a existência de diversos espaços muito efetivos de convivência e articulação, o que favoreceu, em muito, o processo de organização e mobilização dessa população.

Dentre esses espaços deve-se destacar, como já indiquei no item 5.3., a comunidade organizada em torno da capela, à qual todas as famílias estavam vinculadas e através da qual mantinham entre si contatos regulares, principalmente em torno do culto dominical. Com o advento da teologia da libertação e a adoção deste ideário pela Diocese de Chapecó, esses espaços (a comunidade e o culto dominical) foram redimencionados e transformados em espaços de reflexão sobre a realidade social e sobre a agricultura familiar de modo especial. Além disso, vários outros espaços de discussão e interação foram criados em torno da comunidade. Destaque-se, sobremaneira, os grupos de reflexão, as pastorais específicas, os cursos de formação de lideranças e os encontros de formação de diversos tipos. Dentre as pastorais, as que mais

obtiveram destaque entre os participantes dessa pesquisa, foram a Pastoral da Juventude (PJ) e a Pastoral da Terra (CPT), havendo também algumas referências à Pastoral da Saúde. A partir delas, um conjunto significativo de encontros de estudo e formação, bem como cursos de formação de lideranças foram desenvolvidos. Destacam-se ainda os cursos de formação de ministros da eucaristia que se iniciaram nessa mesma época e que atingiram lideranças de praticamente todas as comunidades da região. Neles, passaram-se a veicular novas interpretações críticas sobre a realidade enfrentada pela agricultura familiar e que apontavam princípios para a construção de alternativas.

Para compreender a influência da igreja nesse processo é fundamental relembrar aqui outro traço cultural característico percebido nessa população, já destacado acima, que é a religiosidade e a participação ativa nas atividades comunitárias, principalmente aquelas de cunho religioso. Esse traço ficou bastante evidenciado nos empreendimentos estudados. A participação na comunidade e a referência às atividades religiosas é algo bastante naturalizado entre esses agricultores familiares. Todos os envolvidos demonstraram ter na religião uma referência importante para suas vidas. E foram bastante freqüentes as referências à intensidade da mobilização em torno dessas atividades nos diálogos estabelecidos com a população envolvida nesses empreendimentos.

A partir dessa constatação, parece válido resgatar aqui o que observei em estudo anterior[198], no qual pude constatar que, para essa população

> [...] o espaço da religião, a igreja, era também o espaço da participação. A comunidade construída em torno da capela, era um espaço privilegiado de participação, de exercício de liderança e de práticas coletivas. Toda a vida social da comunidade estava ali centralizada. Era um espaço em que o camponês podia sair do espaço privado do seu mundo doméstico, travar contatos públicos e tornar-se conhecido inclusive fora de sua comunidade. (POLI, 1995, p. 248).

O mesmo estudo, constatei que, durante o final dos anos 70 e primeira metade dos anos 80, a mobilização e a organização de intensos movimentos sociais essa mesma população, basicamente formada por agricultores familiares iniciou-se nesses espaços de vivência da religiosidade. Ou seja, a experiência religiosa intermediou o envolvimento nas lutas de caráter político, que culminaram na organização de movimentos sociais.

> E foi a partir desse âmbito, ou desse espaço, que se deu o início do envolvimento e da participação de todos os líderes dos movimentos... De um modo geral, o início do envolvimento com os movimentos sociais, realizou-se a partir de uma intensificação da participação nas atividades religiosas, possibilitada principalmente pelos espaços abertos e\ou renovados pelas novas formas de atuação da igreja, na diocese de Chapecó, após o

[198] POLI (1995)

> Concílio Vaticano ll, em que o leigo conquistou novos espaços e mais voz ativa. Dentre estes espaços estão, principalmente os ministros da eucaristia, a coordenação dos grupos de reflexão e a coordenação de pastorais específicas como a CPT, pastoral da saúde e pastoral da juventude. **Todos estes novos espaços implicavam na participação em cursos e encontros de preparação de lideranças que, por sua vez, promoviam o início do contato dos camponeses com interpretações alternativas sobre a realidade, através da veiculação de um discurso crítico.[199] (idem, p. 249).**

Convém, então, observar que o início da participação deveu-se principalmente, às características do patrimônio cultural da população, o qual possibilitou a existência, junto à população, de uma instituição organizada e em funcionamento, capaz de aglutinar a quase totalidade das famílias, gozando, entre elas, de grande credibilidade. Foi dessa instituição e em virtude desse patrimônio cultural que partiram as primeiras iniciativas de participação.

No caso da população que participa das agroindústrias em estudo, considerando-se os oito empreendimentos visitados durante o trabalho de campo, os envolvidos informaram a existência de processos de estudos e debates sobre a realidade e o futuro da agricultura familiar, promovida por algumas instituições e que se desenvolveu na região ao longo de quase duas décadas, a partir do final dos anos 70. Dentre as instituições mais citadas nesse sentido, a igreja católica, sem dúvida, foi a que teve maior destaque, além dos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e a própria APACO que, sendo ela própria fruto desse movimento político cultural, após seu surgimento, passou a promovê-lo em todas as suas ações.

Vários dos envolvidos na pesquisa chegaram a participar da organização e/ou ações de movimentos sociais em torno de identidades específicas[200] que foram sendo delineadas no próprio processo de mobilização e luta, modificando suas percepções sobre a realidade.

Como parte integrante desse mesmo processo educativo abrangente, tiveram a oportunidade de participar de cursos, encontros de estudos, reuniões, círculos bíblicos, grupos de reflexão, atividades pastorais e outras atividades que lhes possibilitaram o contato com novos conhecimentos mais elaborados e que lhes apresentavam outras interpretações e significados sobre a nova realidade que estavam vivenciando, a partir do processo de modernização da agricultura.

> FH: Os cursos eu sei que era direto. Nós ia toda hora pra Chapecó, pra Palmitos... Daí era pra se saber como funciona a sociedade, o que é o sistema capitalista, como funciona,

---

[199] Grifos do autor.

[200] Como já se fez referência no item 2.1.4. os quatro movimentos sociais a que aqui se faz referência são o Movimento dos Sem Terra, o Movimento de Mulheres Agricultoras (atualmente denominado de Movimento das Mulheres Camponesas), o Movimentos dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Durante o trabalho de campo, encontramos referências de participação em todos os quatro movimentos.

> como que é a relação de trabalho, né, então a gente tinha assim nessa parte foi uma formação bastante forte [...].
> O: Isso ajudou vocês na organização, ou não?
> FH: Com certeza, com certeza, porque daí, a partir daí, você começa a perceber como é que a sociedade se compõe e pra onde você tem que ir. Você já sabe mais ou menos os caminhos que tu tem que escolher né. Eu acredito que pra nossa formação foi [...]. Imagina [...] nós tínhamos assim de 1ª a 4ª serie, e hoje em dia, se tu não tem nenhuma formação você está morto, então, qualquer área que você esteja, e ai tu tem que se virar, então o que a gente sabe hoje, aprendemos nessa, nessas participações que a gente teve (FH, integrante do GCA Coxília).
> - Eu me envolvia sempre, desde solteira. Eu de solteira participava da Pastoral da Juventude, era catequista e também sempre fazendo curso quando tinha oportunidade. Nossos finais de semana era, claro que não era todos, mas tinha aqueles encontros regionais e ia pros outros municípios. Eram todos cursos de formação, e a gente gostava. Tu aprendia e também fazia amizade com outras pessoas e era bem interessante e a gente aprendeu muito com isso, são coisas que você aprendeu e tu leva pra vida toda. [...] Olha todos os temas: sexualidade, afetividade, questão política, questão é, como que se diz, econômica, tudo passava ali [...]. (EH, integrante do GCA Coxília).

É bastante provável que, sem a experiência desses processos educativos, esses agricultores familiares não teriam desenvolvido uma consciência crítica de sua realidade enquanto agricultores familiares. Como define Severino (2006) a educação, mesmo que, com freqüência, tenda a atuar como uma força de conformação social, ela pode atuar como força de transformação, enquanto um processo de mediação da percepção das relações situacionais, possibilitando a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí as pessoas poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais que vivenciam.

Assim, a partir desse processo educativo, foi possível a esses agricultores familiares a percepção e apreensão crítica da realidade social em que estavam inseridos, captando o significado das atividades técnicas que estavam sendo compelidos a realizar, em nome da produtividade e da eficiência (integração, incorporação de insumos industriais na produção agrícola, etc). E como já se referia Gramsci (1984, p. 40)

> Se a própria individualidade é o conjunto destas relações [que o homem estabelece com os outros homens e com a natureza] conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a personalidade significa modificar o conjunto destas relações.

Ou seja, quando um homem compreende as relações sociais em que se encontra inserido, já não é o mesmo homem, pois adquire uma outra condição de fazer história.

Esse processo educativo contribuiu, nesse sentido, para a elaboração de uma contra-ideologia, identificada com os interesses e objetivos desses agricultores familiares, numa perspectiva de superação das relações capitalistas de produção e de sua histórica subordinação

social e cultural. A partir dessa contra ideologia, eles conseguiram vislumbrar, elaborar e por em movimento um outro modo de desenvolvimento, com novas práticas políticas, que se materializaram em procedimentos técnicos também novos, vinculados a uma outra lógica de organização da produção (agroecologia, produção a partir de sementes crioulas, criação de suínos ao ar livre e a própria criação das agroindústrias familiares).

Foi, então, a partir desse impulso decisivo para a elaboração de novas alternativas de produção que, claramente, buscaram se contrapor ao novo modelo de agricultura que lhes estava sendo imposto a partir de fora. Como já observamos no capítulo quatro, um conjunto complexo de instituições e de propostas passou a ser posto em movimento na região, incluindo o redimensionamento de instituições existentes[201] a criação de novas instituições e ONGs[202] e programas específicos[203] relacionados às produção de novas tecnologias, de novos princípios de gestão, de novas relações de produção e novas alternativas econômicas. Sem dúvida, esse amplo movimento político-cultural significou a elaboração de uma nova consciência por parte desses agricultores familiares.

E foi no interior desse movimento que as agroindústrias familiares surgiram como alternativa econômica para esses agricultores. O modo como essa alternativa econômica foi e está sendo interpretada pode ser bem diferente para cada um dos sujeitos envolvidos, uma vez que a elaboração das experiências e da consciência de classe é um processo social e também individual. É social no sentido que, como nos diz Thompson, o surgimento de formações de classe "maduras" depende de um processo histórico que envolve necessariamente processos de luta, de elaboração teórica e organizações de instituições diversas. É portanto, um processo que envolve tempo e um certo nível de maturação. E é individual porque implica que, independente do processo social de formação da classe, mesmo que favorecido por ele, cada sujeito individualmente precisa fazê-lo também. E, da mesma forma que os processos de formação de classe são históricos e específicos, os processos de elaboração individual das experiências também o são, não no sentido de serem totalmente independentes do contexto, mas sim de serem passíveis de especificidade.

---

[201] As oposições sindicais no âmbito dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais é um exemplo bem ilustrativo desse processo de redimencionamento de instituições já existentes. A partir da vitória das chapas de oposição sindical, os sindicatos passaram a redimensionar suas ações e estabeleceram novas prioridades, em sintonia com as demandas colocadas pelos processos de mobilização e organização em curso na região.

[202] A criação do SAI (Serviço de Assessoria e Informação, ligado à Diocese de Chapecó) e da APACO são bem ilustrativos nesse sentido.

[203] Ver item 4.1.2.3. no capítulo anterior.

Aqui cabe, contudo, um registro importante referente ao processo de criação do Grupo de Cooperação Agrícola Monte Alegre, mantenedor do Empreendimento B, o único dos oito casos em que o grupo de cooperação agrícola surgiu em função da organização da agroindústria, sem uma experiência anterior de produção associada. Diferente das demais experiências, a maioria das famílias aqui envolvidas, não vivenciaram uma experiência anterior de organização coletiva como forma de busca de alternativas para a agricultura familiar e nem mesmo participaram das experiências de mobilização e protesto que marcaram a trajetória das famílias dos demais grupos. Esse fato parece ter marcado decisivamente a trajetória do envolvimento do grupo com o trabalho coletivo e as interpretações sobre o mesmo.

Analisando os depoimentos dos diferentes participantes observa-se que, como já fizemos referência no item 5.1., das 11 famílias que iniciaram o processo[204], apenas os integrantes de três famílias possuíam experiência anterior de organização e de envolvimento com o processo educativo acima descrito. Numa das famílias, um dos integrantes (FG), em sua adolescência e juventude, morando na linha Colônia Bacia, município de Chapecó, participou intensamente da pastoral da juventude da Diocese de Chapecó. Chegou a morar três anos na cidade de Chapecó enquanto cursava o ensino médio, período em que seu envolvimento com a pastoral foi muito intenso. No decorrer do processo, tornou-se uma liderança reconhecida regionalmente, o que lhe rendeu a possibilidade de um contato mais estreito com os próprios agentes religiosos que promoviam e animavam o trabalho em toda a região. Isso lhe permitiu circular por muitos lugares, em diferentes municípios, estabelecendo muitos contatos com jovens de outras localidades.

A partir dessa experiência nas atividades pastorais, o mesmo envolveu-se com algumas outras atividades políticas como a prática partidária e até o apoio ao MST. Porém ainda muito jovem, ao se casar, foi morar na Linha Monte Alegre, município de Cel Freitas, para iniciar sua própria unidade familiar de produção agrícola, de modo autônomo. Ocorre que, nesse seu novo local de moradia, as experiências organizativas eram bastante incipientes, sendo que nem a própria igreja local tinha um envolvimento efetivo nesse sentido[205].Isso fez com que o mesmo se

[204] Esclarecemos que essa conclusão foi construída a partir dos depoimentos de seis famílias, envolvidas diretamente na pesquisa, uma vez que o processo de pesquisa não envolveu todas as 11 famílias. Além das quatro famílias que atualmente compõem o GCA, foram incluídas uma família que saiu recentemente do grupo e outra que participou ativamente de sua criação e atuou no grupo até o início de 2005.

[205] É importante destacar que, mesmo que a diocese emitisse orientações claras sobre a perspectiva pastoral, a concretização de tal perspectiva e a sua materialização em novas atividades pastorais, em nível local, dependia quase que totalmente dos cléricos e agentes pastorais do local. E nesse município, essa perspectiva era inexistente ou, ao menos, muito incipiente.

sentisse "meio perdido", e sem uma referência clara onde apoiar-se. Na tentativa de resgatar sua experiência anterior junto a sua família, propôs uma parceria com um dos vizinhos para realizarem produção conjunta, otimizando a utilização de mão-de-obra e recursos. Essa

experiência foi realizada durante seis anos[206].

Uma segunda experiência de participação registrada entre as 11 famílias envolvidas na criação do GCA foi a de AB, irmão de uma das atuais integrantes (DG). Não possuía grande experiência de participação, mas por ser uma liderança comunitária, na perspectiva tradicional até então vigente, foi estimulado por FG a envolver-se em atividades políticas e pastorais, o que lhe rendeu alguma experiência. Ele é que esteve a frente, juntamente com FG na frustrada tentativa de organização de 1990, descrita no item 5.1. Sua participação no GCA foi breve, em virtude de seu falecimento.

A terceira família que possuía experiência de participação e trabalho coletivo tratava-se de um casal de agricultores familiares sem terra (AG e DG), residente na linha Monte Alegre, que trabalhavam como arrendatários em terras de agricultores da localidade. Convidados por militantes do MST que passaram em todas as comunidades cadastrando sem terras para organizar a grande ocupação de 1985[207], aceitaram o convite e permaneceram acampados[208] durante um ano e meio, sem, contudo, conseguir assentamento. Devido à falta de perspectivas, o acampamento foi desfeito. Mas, durante o tempo em que estiveram acampados, vivenciaram experiências educativas marcantes, que os auxiliaram nas elaborações de suas experiências futuras, como se pode ver no seu depoimento:

> Que eu fiquei acampado um ano e meio ou mais, lá na organização dos sem terras. E daí lá nós tivemos estudos sobre grupos , né, trabalho em grupo... A gente foi ver vários lugares, lá em [...] ali pra lá de Xanxerê, Abelardo Luz e mais pra frente ali, pra lá de

[206] Poder-se-ia identificar essa experiência como um exemplo de produção associada. Não seria de todo equivocado. Porém, observando em detalhes o desenvolvimento da experiência, acreditamos que não seja o caso, uma vez que a constituição de um GCA sempre implica na definição de um projeto, a partir da discussão de um grupo, o qual traz inovações no modo de produzir e no próprio sentido da produção. No caso em questão, parece tratar-se muito mais de uma parceria das duas famílias em atividades que já desenvolviam individualmente, sem uma mudança substancial na natureza da sua produção. Também não se encontrou nenhum registro de discussões a esse respeito. Isso, contudo, não invalida a iniciativa do sujeito pesquisado de buscar a associação com outros agricultores, a partir de suas experiências anteriores de participação.

[207] A grande ocupação de 1985 foi um episódio muito importante para a consolidação do MST, não apenas em Santa Catarina, mas em todo o país. Na mesma noite, aproveitando-se da movimentação de romeiros que iriam participar de uma tradicional romaria num santuário de Nossa Senhora do Caravágio, mais de 2.500 famílias de sem terras ocuparam, simultaneamente, 14 áreas em todo o Oeste catarinense. O episódio teve grande repercussão nacional. Alguns acampamentos obtiveram sucesso, outros não. A esse respeito ver POLI (1995 e 1999)

[208] Na verdade a permanência no acampamento foi principalmente do homem, já que a mulher teve que dividir seu tempo entre as atividades do movimento e o cuidado com a casa e os filhos. Ele próprio, em alguns momentos cruciais, retornou à propriedade para auxiliar em algumas tarefas.

> Palma Sola, ali onde tinha... São José do Cedro, onde tinha os grupos e tem até hoje, né. E nós fomos vendo aquilo ali que era uma coisa maravilhosa, né, sobre [...]. Então nós já tinha uma idéia daquilo que nós queria fazer.
> O: Onde é que você ficou acampado?
> AG: Lá em Palma Sola. Em 85, eu acho, que foi. Ou 86. É, eu até participei daquilo ali meio sem saber, pode se dizer, né. Fizemos algumas reuniões ali e tal, mas era uma coisa bem diferente daquilo que a gente chegou lá e viu, né. O pessoal foi se atualizando em cima daquilo ali e foi trabalhando. Só que daí era um sistema diferente, né, daquilo que nós vivia ali.
> O: Como é que foi essa experiência lá dentro do acampamento?
> AG: Ah, foi muito bom, né. Bom, eu sempre participei da organiazação [...] da coordenação do acampamento, né. Daí nós tinha, vamos supor que [...] tinha as barracas... chegamos lá, nós não conhecia ninguém. Só conhecia o grupo que nós fomos ali, vamos supor, dali da comunidade. Nós saímos em oito pessoas. Só eu é que era casado, e o Pedro [...] e o [...] é três. E o resto era jovens. E daí lá [...] nós ficamos lá um mês, mais ou menos, dois meses que foi [...]. Daí começamos a conhecer um pessoal ali de Quilombo, vizinho nosso e tal [...]. Daí se reunimos e fizemos um acampamento só [...] quinze, vinte pessoas. Tinha de União do Oeste [...]. Aí começaram a discutir, né [...] o que que nós ia fazer quando conquistasse a terra. Nós trabalhava em grupo e toda a noite nós tinha um debate, pra ver como é que nós ia fazer e coisa e tal, né [...]. Estudava, tinha os livros. E Tinha o pessoal do movimento, né, Eles sempre levavam os... professores e coisa, la dentro. A gente [...] ensinar o trabalho e coisa[...].
> O: Com que impressão o senhor saiu de lá de dentro sobre o trabalho coletivo?
> A: Boa. Muito boa. Fiquei com aquilo na cabeça. Eu, pra mim, foi uma escola, né [...] que a gente nunca teve na vida. Pelo menos aquilo ali foi um trabalho bom (AG. Um dos fundadores do GCA Monte Alegre. Atualmente abandonou o grupo).

As oito famílias restantes, pelo que observei, não vivenciaram esse envolvimento, seja com as atividades pedagógico elucidativas ligadas às pastorais, seja com os movimentos sociais que surgiram na região. Não houve sequer referências à participação em atividades pontuais de mobilização e protesto, por parte dessas mesmas famílias.

Os relatos dos integrantes das outras três famílias que, atualmente, integram o grupo deixam bastante evidente essa inexistência de um envolvimento efetivo, não apenas nas atividades pastorais da igreja, mas também em outras entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e movimentos. É o que se pode observar no depoimento a seguir:

> O: Vocês participam ou participaram de alguma organização, sindicato, movimento social
> D: Nós somos sócios do sindicato, participamos assim...A gente ia pras reuniões, mas não muito.
> O: E da igreja, das pastorais, cursos e encontros que a igreja organizava. Tinha uma época que a igreja fazia muitas reuniões estudos, encontros ... vocês participavam?
> D: Nós participava as vezes, quando tinha por aqui... A gente participava pouco dessas reuniões. Mais era as reuniões de catequese, aqui mesmo (DB, integrante do GCA Monte Alegre).

Os demais depoimentos vão na mesma direção, sendo que um deles sequer é sócio do sindicato dos trabalhadores rurais e afirma que, por opção, não se envolveu com nenhum tipo de atividade dessa natureza, como se pode perceber em seu depoimento.

> O: O senhor, em algum momento, se envolveu, participou daquelas atividades e organizações que a igreja promovia, junto com os agricultores, discutindo em grupos de reflexão, depois até surgiram os sindicatos, o Movimento das Mulheres Agricultoras e tal, o senhor participo de alguma coisa desse tipo?
> AC: Não.
> O: Nunca se envolveu?
> AC: Eu nunca me envolvi em nenhum grupo. Mesmo esses grupos que iam nas casas [grupos de reflexão]eu nunca gostei de fazer. Quando o meu pai era vivo, tinha um grupo, e ele também não gostava.(AC, Integrante do GCA Monte Alegre).

Nesse contexto, a movimentação político-cultural que floreceu nos demais grupos não se registrou. Conseqüentemente, as atividades dessa comunidade e seus grupos familiares permaneceram mais alheias às transformações político-culturais que influenciaram o ambiente regional. Isso não impediu o envolvimento individual de uma ou outra família que, como vimos, através de diferentes contatos poderia vir a ser motivada a participar de algum movimento social ou atividade em desenvolvimento na região.

A partir desses elementos levantados, a análise do modo como ocorreu o surgimento do gruo e do empreendimento é significativa para a compreensão do seu desenvolvimento.

Sobre o surgimento do GCA Monte Alegre, observou-se que o casal AG e DG, retornando à Linha Monte Alegre, passou a ter uma atuação bem mais ativa tanto na CPT quanto nos movimentos sociais. Para auxiliar na sobrevivência, adquiriram um bar que se tornou ponto de encontro dos agricultores nos fins de tarde e finais de semana. Num desses encontros, diante da situação de desânimo geral dos presentes em relação à situação e às perspectivas da agricultura familiar, surgiu a idéia de organizarem um grupo de cooperação agrícola que atuasse na industrialização de suínos.

> O: E a iniciativa de criar o grupo, de onde partiu?
> AG idéia do grupo [...] foi isso mesmo, né, que num dia lá, nós tava no bar, uma hora da tarde, sem almoço [...].
> DG: desanimados [...] o que que nós vamos fazer? [...] E começaram a discutir. Daí começou esse bate papo aí: vamos tentar se organizar pra trabalhar em conjunto. Por que quem tinha mais terra, a terra muitas vezes estava lá e não tinha gente pra trabalhar. E se era mais gente, daí ia conseguir segurar a juventude lá. Daí começaram lá e marcaram reunião pra organizar o grupo
> .....
> E no começo assim, foi [...] uma beleza. Começamos, de uma hora pra outra já se boleamo. Começamos já. Todo mundo. Carnear e [...] lá no Giordan, naquele porão que ele tem lá. Nós ajeitamos bem, limpamos bem bonitinho, fizemos uma construção atrás, um negócio pra abater porco. E trabalhamos três anos daquele jeito, né. (AG e DG, fundadores do GCA Monte Alegre. Atualmente abandonaram o grupo).

A estratégia utilizada foi a do convite aos possíveis integrantes, definidos por afinidade[209] e a realização de reuniões para a definição da organização e das atividades. Muitos agricultores atenderam ao convite sem ter tido qualquer discussão prévia ou qualquer inserção num debate efetivo sobre as perspectivas sociais, políticas ou econômicos da agricultura de grupo. Em comum, apenas a percepção das dificuldades crescentes da agricultura familiar. Os depoimentos de três dos quatro casais (adultos) que participam do grupo atualmente indicam claramente essa falta de uma consciência mais elaborada da situação no momento de ingressar no grupo, bem como a ausência de inserção em processos de estudo e discussão sobre a realidade da agricultura familiar. Não há, tampouco, referência à participação em processos de mobilização, protesto ou organização em torno do tema. É o que se pode observar nesse depoimento.

> O: Como é que foi que surgiu essa idéia de organizar o grupo?
> M: Pra começar a gente entrou assim, praticamente no final [...].
> N: Vieram aqui na casa convidar [...]. Eles já tinham feito umas reuniões já.
> M: Eles já tinham feito umas reuniões já, mas nós tava de fora. Mas como naquela época nós era os únicos que estavam no grupo que tinha carro, daí chamaram nós pra ir vender, né. Então como não tinha mais ninguém com carro, nós entramos pra ir fazer venda. Daí o nono também concordou, porque o fusca era do nono. Então de lá pra cá a gente começou a participar junto, né. Mas foi assim, praticamente, só prá vendas, né [...] com o carro (NB e MB integrantes do GCA Monte Alegre).

Observe-se que foi principalmente a disponibilidade do carro para realizar a comercialização dos produtos que motivou a sua inserção no grupo, sem ter havido uma discussão prévia. Noutro depoimento de um casal, cuja mulher não participa diretamente das atividades do abatedouro, percebe-se, inclusive, um certo tom de insatisfação, provavelmente devido ao fato de, até o momento, não ter havido retorno financeiro das atividades do abatedouro.

> O: Como é que vocês entraram nesse negócio dos grupos? Como é que começou essa idéia?
> RB: Nem sei bem como é que eles fizeram ter essa idéia ali, pra se afundar assim agora. Assim, bom, a maioria foi iludido também [...].
> DB: Ah, se juntaram uns dois, três aí e mataram um, dois porcos aí, num porão [...]. Depois começaram a matar 4, 5 e [...] e aí veio a idéia de fazer um negócio [...].
> RB: Depois os caras que vieram ali [refere-se ao pessoal da APACO e programa Desenvolver], diziam que era mil maravilhas [...]. Só que depois vimos que as coisas não são nada fáceis (DB e RB, integrantes do GCA Monte Alegre).

Percebe-se uma elaboração descolada de uma perspectiva política, de projeto a motivar a participação. Na ausência do retorno financeiro, provavelmente a maior motivação para o ingresso na experiência, o qual não foi precedido ou acompanhado de um processo de discussão

[209] Não foi possível indicar critérios precisos para definir a identificação de afinidade.

ético-política para a elaboração do seu significado, a avaliação mostra-se acentuadamente pessimista e negativa em relação à mesma, ofuscando a possibilidade de existência de outras conquistas e mesmo de conquistas financeiras, se considerado o investimento feito na planta instalada e outras condições de produção como veículos, computador, etc. Essa forma de elaborar a experiência precisa, então, ser compreendida a partir do modo como a experiência se desdobrou, a partir de sua implantação. A começar pelo tom fortemente pragmático emprestado ao processo, mesmo entre os que participaram mais ativamente da iniciativa e já possuiam alguma experiência de participação. A explicação para o fato talvez esteja na experiência frustrante da primeira iniciativa, ocorrida em 1990. O depoimento a seguir informa, inclusive, que a condição estabelecida é que se definisse de imediato o que seria feito e se iniciasse o trabalho. E foi o que ocorreu.

> Daí eu disse pra ele: eu só vou se é pra discutir e pra sai de lá com uma decisão tomada do que nós vamos fazer. Daí fomos pra reunião quarta-feira, e começamos a conversar lá. Daí vamos formar o grupo né. Nós tava em 11familias. Ai eu coloquei a condição, disse pro AB [...] é que se saísse daqui dessa reunião com o que a gente vai planejar pra fazer logo... E ele disse: - E se nós criasse uns porquinhos pra vender salame na cidade?. Eu disse: só se nós começar já na semana que vem e já se preocupar em organizar o grupo pra daqui 1 ano, 2 ano, 3 ano ter a unidade regular. Os caras concordaram na hora. E não na outra quarta, na quinta nós já tava matando. E o grupo nasceu assim! (risos...) (FG, integrante do GCA Monte Alegre)

Observe-se a inexistência de uma discussão prévia sobre o sentido e os princípios para a organização do grupo. É muito provável que cada um dos participantes tivesse uma elaboração diferente sobre esses temas. Por outro lado, todos, ao que parece, estavam compartilhando da experiência comum de ver aumentada a exploração e as dificuldades de permanecer no campo, reproduzindo-se na sua condição social. Essa trajetória, na especificidade de seu próprio movimento histórico interno, influenciou a elaboração da experiência pelos seus participantes como poderá ser observado nas páginas seguintes.

Os desdobramentos que se seguiram parecem ter sido influenciados por essa forma de se iniciar a experiência, bem como pela dificuldade dos seus líderes produzirem novas práticas e interpretações no interior do grupo. Em primeiro lugar, como já fiz referência acima, ocorreu a saída de várias famílias provavelmente pela não concretização de um retorno financeiro imediato. Assim, após dois anos de funcionamento apenas sete famílias faziam parte do grupo. O segundo fato significativo foi a saída do grupo, um pouco mais tarde, de um de seus principais articuladores, especialmente no início do processo (o casal AG e DG) que, como informei acima, eram dos poucos integrantes que conseguiam perceber um significado ético-político para a experiência do grupo, para além da questão econômica mais imediata. Ao discorrer sobre os

motivos de sua saída, o casal referiu-se à existência de um processo de discriminação interna, devido a questões de patrimônio.

> [...] e depois tem outra coisa, né, que é a consciência das pessoas [...]. Que nem a gente tinha consciência daquilo que fazia. Só que é uma coisa, se eu tenho um livro, por exemplo, eu não quero dar um pedacinho disso aqui, nem que estrague esse resto aqui, mas vou ficar pra mim, né. E isso acontecia muitas vezes, nos jogavam na cara nossa, que nós participava praticamente com os braços, né. Mas eles também, só porque tinham um pouco mais de terra, daí começavam aquele [...] a gente sempre [...] sempre tinha essa preocupação [...] a gente via que era bem discriminado, né [...]. (AG, ex-integrante do GCA Monte Alegre).

Para além de problemas administrativos como a falta de transparência e de um maior rigor no controle dos negócios e das contas do empreendimentos, os próprios critérios estabelecidos pelo grupo para a divisão entre investimentos e retiradas acabaram sendo proibitivos para quem não tivesse terra ou outra atividade para se manter, uma vez que tudo o que era produzido pelo frigorífico era reinvestido.

É significativo, para a compreensão da lógica que orientou o funcionamento desse GCA nos seus momentos iniciais, observar que, durante os três primeiros anos de sua atuação, o grupo compartilhava outros projetos de produção, além do abatedouro.[210] Nesses primeiros anos, cada dia de trabalho dedicado ao trabalho nas atividades do GCA era contabilizado como agregação de um certo valor à cota de participação da família no patrimônio do grupo, ficando anotado em seus registros contábeis internos, para facilitar o acerto no caso de uma saída de alguma família. O critério definido foi de que a única família que não possuía terra, agregaria por dia efetivamente trabalhado, apenas 50% do valor agregado pelas outras famílias com a mesma jornada (Ex: enquanto um dia de trabalho de um integrante das demais famílias significava a agregação de R$ 10,00 à sua cota de patrimônio no grupo, os integrantes da família de sem terras, agregaria apenas R$ 5,00). Se considerarmos que as terras continuavam sendo propriedade individual de cada família, sem integrar o patrimônio do GCA, esse critério parece incompreensível, não apenas do pronto de vista dos princípios da economia solidária, mas até do ponto de vista meramente econômico.

São essas questões relativas ao patrimônio que ainda hoje se revelam impeditivas para o avanço do trabalho coletivo no interior do grupo. As quatro famílias foram unânimes em dizer que a gestão do grupo seriam mais fácil e o desenvolvimento das atividades poderia ser melhor se as demais atividades econômicas das famílias também fossem compartilhadas no grupo. É o caso,

principalmente da produção de leite, principal atividade desenvolvida pelas unidades familiares de produção agrícola nas suas economias individuais. Porém o fato de que, em relação a essa atividade, o patrimônio individual das famílias é diferente em termos de plantel e de instalações, vem impedido esse avanço. Observe-se que, na região, já existem metodologias consolidadas para a transição do patrimônio individual para coletivo em grupos de cooperação, em situações em que as famílias possuem patrimônios diferenciados. Mas o grupo, até o momento, não demonstrou abertura para a incorporação de tais metodologias, mesmo ante a percepção, por parte das famílias, especialmente entre os jovens, de que o trabalho coletivo seria mais indicado ao desenvolvimento dessas atividades.

Nesse ponto é importante registrar a existência de uma certa impermeabilidade ou um certo isolamento da maioria das famílias do grupo em relação ao movimento político e cultural existente na região em torno da economia solidária e da produção associada na agricultura familiar. Diferentemente dos GCAs que mantêm o Empreendimento A, os quais, com uma única exceção[211], estão envolvidos numa ou noutra organização ou programa relativo à esse movimento, três das quatro famílias que constituem o GCA Monte Alegre não têm qualquer envolvimento em outras organizações para além do próprio GCA. Até pelo contrário. A única família que busca um maior envolvimento, da qual um dos integrantes (FG) faz parte da direção da UCAF, vem enfrentando críticas e problemas devido a suas necessidades freqüentes de saída para atuar nas atividades da entidade. Essa crítica foi feita, expressamente, por integrantes das outras três famílias participantes.

Com isso,o grupo acaba tendo grandes dificuldades de abrir-se para novas possibilidades de interpretação, reduzindo o leque de soluções possíveis aos problemas que enfrentam. Essa talvez seja uma das causas da grande dificuldade de avanço do grupo em termos de relações de produção, especialmente no que se refere às relações patrimoniais e de gestão do empreendimento.

Sobre os problemas administrativos, acima referidos, alguns foram apontados de modo recorrente, em vários depoimentos, o que indica a importância que adquiriram no contexto do grupo, tendo levado o grupo à beira da dissolução no final de 2005. Os principais problemas

---

[210] Esses projetos foram abandonados a partir do momento em que as unidades familiares de produção agrícola que o compõem passaram a dedicar-se prioritariamente à produção de leite, exigindo que as terras fossem dedicadas à implantação de pastagens.

[211] Referimo-nos a uma pessoa do sexo feminino que admite, expressamente, não ter interesse em envolver-se no desenvolvimento de atividades em espaços públicos, preferindo permanecer ligada ao trabalho no espaço doméstico e no interior da agroindústria.

apontados eram a falta de controle dos negócios (compras, vendas, recebimentos e pagamentos) e a falta de transparência sobre os resultados. Como afirmamos acima, desenvolveu-se um sentimento de desconfiança mútua e um desânimo quase generalizado no grupo, que aparece bem expresso no depoimento a seguir:

> - Eu acho que agora, de dois meses pra cá melhorou bastante o grupo nosso. Que primero nós não tinha computador, não tinha o cara que controlava [...] e era tudo na casa do FG [...] o vendedor chegava com o saquinho de dinheiro, jogava lá, e ninguém contava. Daí um cutuca o outro, sabe, porque faltava um dinheirinho aqui, faltava lá, e não dava o dinheiro. Daí era aquela desconfiança. Hoje não. [...] vai vender, vem com o envelope fechado e o dinheiro é contado lá dentro do escritório, com o DB. [...] Porque o DB faz a contabilidade. Quando estava nas mãos do C não tinha controle. E as vendas não estavam mais dando, não fechava. Faltava. E agora o que sai é tudo pesado. Quando volta é pesado. Porque o DB tem computador e ele passa tudo e mostra né, passa uma folha, entrada e saída e entrega de cada família, entrega né [...] daí tu vê, né, onde foi gastado o dinheiro, o que comprou, o que fez, que máquina estragou [...] tudo né. Isso anima mais. Tava pra fechar. Eu, sinceramente tinha dito aqui em casa que mais 30 dias e não melhorasse eu não ia mais. Perdia o que tinha trabalhado lá, porque do jeito que tava não dava. Eu disse na cara do FG [...] ladrão são vocês dois. O dinheiro só falta na casa de vocês. Daí o FG ficou brabo, né. "Mas eu nunca peguei dinheiro, qualquer um pode ir lá em casa e pegar o dinheiro e pode ir embora". Mas o dinheiro falta ali. O dinheiro sempre faltava era da caminhonete até o escritório. As vezes faltava 100, as vezes 50, outra vez 20 [...]. E ninguém sabe quem pegava também [...]. As compras também, não é mais um que faz, que nem primero [...] ."é porque o presidente tem que comprar um pouco, daí liga aqui em casa, ligo no FG, daí o FG comprava e eu comprava também, daí dava tumulto, daí agora não, agora tudo é lá em cima. Daí melhorou muito (AC, integrante do GCA Monte Alegre).
>
> - O problema é que foi mal administrado, né. Na verdade, então, o dinheiro não era bem separado. Misturava com a conta particular de cada um com a conta do abatedouro. E depois fazia tudo aquele bolo, né. Isso não existe, porque o frigorífico dá, dá o lucro. Só que foi muito mal administrado (AG, ex-integrante do GCA Monte Alegre).

Como se pode observar, a ausência de uma experiência organizativa mais elaborada, que induzisse à prática da discussão e da elaboração coletiva de estratégias, dificultou a adoção de práticas administrativas mais eficientes e transparentes. Mesmo insatisfeitos, boa parte do grupo não reagia, preferindo abandonar a atividade. A recente iniciativa de profissionalizar a gestão e a adoção de medidas na perspectiva de dotar a administração do grupo de uma maior transparência, realizada por um jovem de apenas 20 anos[212], vem dando um novo alento ao grupo. Observa-se, inclusive, que esse fato vêm provocando algumas discussões que poderão favorecer avanços em toda a organização do grupo, mediante o estabelecimento de critérios mais claros de atuação. A participação dos jovens, nesse sentido, tem sido importante.

A partir desse relato e à luz dos referenciais teóricos que vêm nos orientando na análise, pode-se concluir que, nesse grupo, as interpretações internamente predominantes sobre o

significado da produção associada e do trabalho coletivo para a construção de novas relações sociais não se modificaram substancialmente em relação àquelas que fizeram fracassar a primeira tentativa de organização em 1990, mencionada no item 5.1. . Isso vem ocorrendo, provavelmente, pela ausência de uma maior abertura dos seus participantes para envolver-se em processos pedagógico-elucidativos que lhes permitam incluir novos conhecimentos e novos princípios em suas análises, antes e após o início da experiência do grupo.

Por outro lado, é fundamental registrar que, em três das quatro famílias participantes e de modo generalizado entre os jovens, registraram-se avaliações muito positivas da experiência do trabalho em grupo, em si, como se pode observar nos depoimentos a seguir:

> - É muito bonito. (risos). A gente briga, a gente faz de tudo [...]. Lá é assim, a gente se chinga, né, a gente levanta a voz, né. É aquela brigaiada, né. Mas dali é questão de segundos, pronto [...] tá tudo bem de novo. Ninguém leva mágoas pra casa, sabe. E bom. Se um dia a gente acabar se separando, vai fazer falta. Já criou aquela amizade, né. Deu pra conviver, assim [...]. A gente aprendeu a falar melhor, né, a ter mais entrosamento de conversa com as pessoas. Por que a gente era meio bicho do mato, né. E ali acaba tendo que aprender a conviver, né. (MB, integrante do Empreendimento B)

> - Eu acho que no grupo melhorou bastante. Porque eu convivo mais com pessoas, trocamos idéias com outros, assim [...]. Eu acho que é bacana trabalhar em grupo. Por que todo mundo conversa, tira opiniões, né... dá opiniões, interage [...]. (MG, Jovem integrante do GCA Monte Alegre)

Essa elaboração positiva sobre o trabalho coletivo, particularmente entre os jovens, mas também entre a maioria dos adultos, mesmo que ainda se referindo mais às questões de convivência, amizade, interação, poderá influenciar o desenvolvimento do imaginário e a tomada de decisões do grupo. Esse fato, aliado às discussões que, enfim começam a ocorrer sobre a gestão, poderão, com o tempo, provocar avanços na própria percepção do significado do grupo. Esses fatos nos indicam que o futuro da experiência do trabalho associativo, também neste grupo, está em aberto e dependerá das elaborações e decisões diárias dos seus participantes.

5.4 Experiências de Trabalho nas Agroindústrias

Um primeiro aspecto a ser observado em relação às experiências de trabalho nas agroindústrias é que, em todas as situações estudadas na presente pesquisa, o surgimento das

---

[212] Esse jovem, filho de um dos fundadores do grupo, no período noturno, freqüenta o curso de administração de empresas e vem estimulando o grupo a adotar práticas mais transparentes de profissionalização da gestão.

agroindústrias está relacionado à busca de alternativas para a agricultura familiar e, em sete dos oito casos estudados, a iniciativa de organizar uma agroindústria surgiu no interior de experiências de trabalho associado que lhes são precedentes.

Esse aspecto é muito relevante uma vez que situa essas experiências dentro de um contexto (crise da agricultura familiar tradicional), de uma cultura (uma forma específica de reelaboração do modelo original camponês, num processo histórico específico[213]) e de um ambiente político-cultural específico que, em linhas gerais, procuramos caracterizar nos capítulos precedentes e no item anterior. O importante dessa contextualização histórica dos empreendimentos é o fato de que ela já nos permite visualizar alguns parâmetros dentro dos quais a produção e a interpretação dessas experiências vem ocorrendo. Nesse sentido, por exemplo, é importante não perdermos de vista o forte desejo de auto-reprodução social desses agricultores familiares, muito mais do que a busca de acumulação de capital. Ou seja, a formação dos empreendimentos em estudo não foi orientada, pelo menos no seu ponto de partida, por uma lógica de acumulação de capital, e sim por uma lógica de busca de alternativas de sobrevivência no âmbito da agricultura familiar. Essa atitude é típica do patrimônio cultural dessa população,como tem sido caracterizado por outros estudos já citados, como fizemos referência no início deste capítulo[214].

Por outro lado, e é isso que buscamos demonstrar no item anterior, o surgimento desses empreendimentos se dá em meio a um ambiente de intensa efervecência política e cultural, com um forte caráter de resistência ao modelo capitalista de produção que buscava implantar-se no seio da agricultura familiar. Ou seja, é certo que o desenrolar dessas experiências pode ser influenciado por uma variada gama de fatores, mas seu ponto de partida, a essa altura, já pode ser caracterizado.

Observando-se os depoimentos colhidos percebe-se que os principais motivos apontados para a iniciativa de organizar a agroindústria estão ligados à busca de alternativas para permanecer na agricultura familiar, com mais dignidade e, especialmente, criando condições para

---

[213] As linhas gerais desse patrimônio cultural foram apresentados no capítulo 1. Para maiores detalhes consultar POLI (1995, 2001, 2002) e RENK (1994, 2000).

[214] Em estudo anterior (POLI 1995) demonstrei, por exemplo, que o ideal dessas famílias camponesas é possibilitar a cada filho a condição de reprodução social na agricultura familiar. O mecanismo fundamental para isso é a herança, onde cada filho homem, ao casar-se, deveria receber uma parcela de terra para organizar a sua própria unidade familiar de produção agrícola. Uma vez instalado em um lugar considerado adequado, a tendência da família era de permanecer nela por toda a vida, iniciando um outro ciclo reprodutivo (filhos, herança, novas unidades...), como já

a permanência dos filhos na mesma atividade. Seis dos oito grupos pesquisados citaram a agregação de valor aos produtos como motivação para a criação da agroindústria, vista como estratégia necessária para viabilizar a sua continuidade na agricultura familiar (e a dos seus filhos). Questionados sobre se a criação da agroindústria favoreceu a permanência dessas famílias na agricultura, sete dos oito representantes entrevistados respondeu afirmativamente. Alguns depoimentos registrados ilustram o modo como a questão é elaborada.

> - A agregação de valor viabiliza a atividade na agricultura familiar. Se não fosse isso, seria muito difícil de continuar (Representante do Abatedouro Maradonel).
> - A produção de grãos e a criação de suínos faliram por completo. Se não fosse o abatedouro, acho que eu também já estava em Porto Alegre catando papelão[215] (Representante da Associação São Pedro, uma das proprietárias do Abatedouro São Pedro).
> - Se não fosse o abatedouro, eu já teria saído também. A nossa família só tem 11 hectares, com quatro filhos mais o pai. Não teria outro jeito (AT integrante Cooperação Agrícola Ternus, ligado ao Empreendimento B).
> - A roça não dá mais nada. Eu também teria saído (Representante do Abatedouro Estrela d'Oeste).

Observe-se, então, que o surgimento das agroindústrias familiares está muito vinculado à idéia de permanência na atividade agrícola. Para se compreender a importância desse fato, não se pode perder de vista a intensidade do êxodo rural registrado nessa região nas últimas décadas, a partir do qual grandes contingentes de pessoas trocaram o campo pela cidade. Porém, por alguma razão, não obstante essa tendência, esses agricultores pesquisados não viram o êxodo rural como uma alternativa aceitável para as suas vidas. E resolveram permanecer. Não de uma forma passiva, mas protestando e buscando conquistar avanços em suas condições de trabalho e renda. É interessante registrar que todas as dez famílias pesquisadas no terceiro momento do trabalho de campo, manifestaram um desejo explícito de que os seus filhos permaneçam na agricultura familiar e relacionaram a criação da agroindústria e os investimentos feitos à criação de alternativas para essa permanência. As razões mais fortes para justificar a resignação de limitar drasticamente as retiradas ou até não fazer nenhuma retirada das rendas do empreendimento se justifica como investimento no futuro dos filhos, como se pode ver no depoimento a seguir:

> Na realidade Poli, a gente já tava meio quebrado e por isso partiu pra uma alternativa. E pra mim o que vale, na nossa agroindústria é o projeto. Pra mim é um projeto diferente, um projeto onde que, eu quero repetir: onde meus filhos, meus netos vão ter onde trabalhar[...]. Porque é difícil hoje ter emprego na cidade. É, momentaneamente, quem está empregado com um salário ou dois, certamente está melhor, bem melhor

---

demonstramos acima. Desse modo, o desejo de ter a **sua terra**, não se deve a uma motivação para o acúmulo de capital, e sim ao desejo de reprodução social na agricultura familiar.

[215] Essa referência foi feita em função do destino de algumas famílias conhecidas pelo entrevistado e que deixaram o meio rural. Sem qualquer habilitação para o trabalho urbano, acabaram tendo na coleta de material reciclável a única alternativa de renda.

> financeiramente do que quem está pagando uma agroindústria. De quem está investindo em equipamentos[...]. Mas eu tenho, assim, certeza que, lá na frente, que meus filhos, principalmente meus netos, esse é, esses equipamentos que está se adquirindo, esse projeto, certamente vão ter uma vida mais fácil que nós. Então, assim o que interessa mais hoje? A gente não vai se entregar, não vai entregar os pontos. Só que essa, esse ultimo período é, de noventa, de noventa pra agora, 16 anos é, foi um período muito difícil, foi um período em que a gente tava é, num caminho bom, numa situação razoável e de repente não se conseguia mais. Repito: as integrações, as maneiras, né, os projetos que vieram, não vieram a nosso favor. Vieram favorecer alguns, e hoje eu volto a repetir o exemplo de uma cooperativa. Uma cooperativa que tem 5 mil associados digamos né, e desse 5 mil associados tem os mais privilegiados. Isso pra mim não serve, pra mim não serve. Põe uma terminação, uma parceria com o agricultor começa com 200, 300, quando vê ta com 500,600, e tem a ampliação e aquele que quer começar: "Não, não. Com 50 não pode, tem que ser mais". Então pra mim esse tipo não serve [...]. (LT, integrante do Empreendimento A).

Nessa ótica, a criação da agroindústria foi um modo de abrir novos caminhos que permitissem a superação do desânimo que a falta de perspectivas que as recorrentes frustrações vinham ocasionando. O depoimento a seguir é ilustrativo dessa situação de desânimo que reinava no meio rural à época e o que significou a iniciativa de industrialização para esses sujeitos.

> O: O que significou, naquela época, iniciar o trabalho na agroindústria, ainda em caráter informal?
> P: Ela significou muito, talvez nem tanto em valores, mas em perspectivas novas. Eu acho que ali foi que começou a nós se firmar o pé na propriedade. A gente era novo, tinha sonhos e um dos sonhos era de não continuar da maneira que a gente era acostumado a ser agricultor, sabe, no braço. Eu, por exemplo, tinha vários sonhos, como o de ser motorista, por exemplo, trabalhar de motorista. Eu tava, não vou dizer que eu ia abandonar a agricultura, mas eu tava esperando uma oportunidade pra... pra procura outro, outra alternativa, que não seria a de ser agricultor. E isso começou [a nova perspectiva de permanência], porque a gente começou a vender, que nem eu falei, cinco quilo de lingüicinha, por semana... Num segundo memento já foi o dobro, o próprio pessoal do município acatou a nossa idéia e daí começou a comprar, a adquirir e isso. E a cada dia, a produção aumentava e exigia mais, e isso fez assim uma motivação a mais pra avançar no processo (PH, integrante do Empreendimento A).

É preciso registrar, contudo que, do ponto de vista do capital industrial, já existiam alternativas para os agricultores familiares, para a sua permanência no campo, especialmente através do processo de modernização da atividade agrícola, na perspectiva do ideário da revolução verde e, mais especificamente, da integração à agroindústria. O que se percebe, no entanto, é que esta alternativa não era desejada por esses agricultores, colocando-se, então, como decisiva a implantação das agroindústrias familiares para sua permanência na atividade. Até pelo contrário, a implantação das agroindústrias familiares, na maior parte dos casos, foi feita justamente como uma forma de negar o modelo de permanência na agricultura proposto pelo capital. Basta observar que, em sete dos oito grupos estudados, a implantação da agroindústria também foi buscada como alternativa à produção integrada de suínos, a qual aparece, na representação dos agricultores pesquisados, como vimos acima, como um processo de

exploração, com retorno muito baixo e que impõe uma perda total da autonomia, tão importante nessa cultura.

Nesse sentido, é bem significativa a experiência dos dois empreendimentos estudados mais detalhadamente durante a pesquisa. No caso do Empreendimento A, é importante observar que a iniciativa de industrializar os próprios produtos surgiu após várias experiências econômicas frustrantes com processos de parceria (com e sem integração formal)[216] com as agroindústrias convencionais. Se, como vimos acima, o surgimento dos grupos de cooperação agrícola e as experiências de trabalho coletivo já significaram uma reação política ao processo de implantação de relações capitalistas de produção no âmbito da agricultura familiar, muitas das alternativas de produção implantadas por eles, nos primeiros momentos, ainda se situavam no âmbito das formas convencionais de produção, apresentadas pelo próprio capital industrial. Tanto que uma das primeiras atividades coletivas, realizadas pelos dos dois GCAs do Empreendimento A (Hübner e Ternus) foram projetos de suinocultura em parceria com as agroindústrias convencionais. As frustrações advindas daí e a percepção das relações de exploração a que estavam sujeitos é que suscitaram a busca de uma radicalização maior do processo como se pode ver nos depoimentos dos integrantes dos dois grupos:

> - Na época , eu e o FH, em 88, a gente começou a trabalhar na atividade e tínhamos a parceria. Trabalhamos dois, três anos na parceria, então a gente era muito explorado. A gente via assim que, não tinha condição, nós não ia sobreviver naquele sistema. Daí começamos a trabalhar por conta na suinocultura. Rompemos com a Chapecó e então nós comprava o leitão e começamos a engordar por conta própria e a vender pra quem pagava mais. Só que isso foi durante dois anos e dai nós chegamos assim a conclusão que só dava prejuízo e nós começamos a ter muito problema[...]. (PH, integrante do GCA Hübner)
> - Ai eu realmente trabalhava tratando aqueles 60 ou 70 porcos, pra engorda... Só que daí, uma vez, peguei 60 porcos, fui acertar lá na cooperativa. Tive que fazer um cheque de R$450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais) pra terminar de cobrir as despesas. Cheguei ao absurdo de ter que vender duas novilhas pra cobrir o prejuízo. Então eu cheguei à conclusão: Vamos parar. Vamos parar. Então foi que surgiu a idéia da família Termos [...] de industrializar um pouco de produtos. (LT, Integrante do grupo Ternus).

Observe-se, então que é na experiência de exploração, vivenciada a partir das novas condições de produção trazidas pela modernização da agricultura e as crescentes dificuldades enfrentadas no processo de reprodução social, em meio a um amplo processo de movimentação política, vivida particularmente no âmbito da cultura, que a criação de agroindústrias familiares

[216] As parcerias com as grandes agroindústrias, na criação de suínos, podem se dar através da integração formal mediante contrato ou apenas através da venda dos suínos já prontos. No primeiro caso, a empresa determina o volume, as técnicas e os prazos da produção, fornecendo inclusive a ração a ser ministrada ao rebanho. No segundo caso, o agricultor produz de modo mais autônomo, porém depende da agroindústria para escoar sua produção, estando sujeita a ela numa relação assimétrica de mercado.

se apresenta como uma alternativa, a um só tempo econômica e política. Inicialmente, observando-se os relatos, pode-se notar que a percepção do caráter político dessa alternativa pode ter ficado secundarizado, em função da premência da questão econômica. Essa situação, contudo, se modifica com o tempo, especialmente entre os agricultores familiares com maior experiência organizativa, mediante sua participação num verdadeiro movimento regional que surgiu em torno das agroindústrias familiares associativas. Herdeiras do movimento político-cultural que as precedeu, suas atividades foram identificadas com o processo de construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento, que se contrapõe ao processo convencional de industrialização.

É oportuno situar aqui que, a partir da segunda metade dos anos 90 e, especialmente, a partir do ano 2000, todo o movimento de cooperação agrícola ou de produção agrícola associativa passou a dialogar efetivamente com um outro movimento que surgiu em nível mundial, com o qual compartilha grande parte dos seus princípios que é o movimento social da economia solidária. Mesmo que uma parte dos integrantes desses empreendimentos não utilize a categoria Economia Solidária e praticamente desconheça o termo, é inegável que os dois movimentos viveram (e vivem) um processo de aproximação, seja através de suas lideranças, que passaram a compartilhar dos mesmos eventos e os mesmos fóruns de discussão, seja através do envolvimento direto dos empreendimentos em eventos voltados à economia solidária, dentre os quais podem ser destacados o Fórum Social Mundial e a Feira Estadual de Economia Solidária, na qual os empreendimentos em questão sempre tiveram uma participação bastante ativa, expondo produtos, participando de fóruns de discussão e troca de experiências e outras formas de intercâmbio. Com o apoio decisivo de algumas entidades como a APACO, a FETRAFE-SUL e o Fórum Catarinense de Economia Solidária, um grande número desses empreendimentos tem circulado pelo estado e pelo país[217] como um todo, interagindo com o movimento social, político e cultural que vem ocorrendo em todas as regiões, aglutinado em torno da identidade da economia solidária.

Especificamente, as atividades de industrialização, no interior dos dois GCAs, ligados ao Empreendimento A, tiveram início em 1995. Surgiram de modo bem informal, em espaços improvisados e através de iniciativas separadas de cada um dos dois grupos. No GCA Hübner,

[217] Durante a realização da terceira etapa do trabalho de campo, por exemplo, um dos representantes do Empreendimento A esteve em Brasília, durante uma semana, expondo produtos do abatedouro e participando das atividades da Feira Nacional de Economia Solidária. Da mesma forma, um dos representantes do Empreendimento B, que participa da direção da UCAF, esteve em Curitiba, durante 3 dias, participando de um fórum de debates sobre economia solidária e alternativas de micro-crédito.

incentivados pelas discussões lideradas pela prefeitura municipal[218], dois integrantes freqüentaram um curso sobre industrialização de carnes e fabricação de embutidos, oferecido pelo CETREC em Chapecó, onde aprenderam desde as técnicas de fabricação até elementos básicos de gestão do negócio. No retorno do curso, adaptaram um espaço já existente e iniciaram o processo de industrialização em pequenas quantidades para a venda no mercado local.

> - começamos abatendo um suíno por semana. A primeira produção de linguicinha era de cinco quilos por semana. Ai foi catando, pegando sacolinha e sair vendendo nos mercados. E daí foi ampliando, foi aumentando [...] (PH, integrante do GCA Hübner)

De modo muito similar e simultâneo, esse processo também ocorreu no GCA Ternus, que também contou com a participação de uma integrante no mesmo curso do CETREC e que, no retorno, iniciou o processo de industrialização.

> - Fizemos um negocio meio rústico aí, né[...]. Dai nós já estávamos realmente já fazendo, o Salame Termos, na época né, mas era pouca coisa, bem pequeno. Pouca coisa. De três a quatro suínos por semana. Era o mínimo né [...] produção própria né. Daí vendia assim, não vou dizer clandestino, né, mas vendiam nas casas né [...]. Venda direta entre aos amigos né. Como tinha que ir todo dia igual para cidade, era uma possibilidade de baratear os custos de eu ir pra cidade, de eu ganhar um pouco mais. E comecei a levar um leitinho, levar uma nata, um salame, uma carne as vezes. Foi com isso que eu consegui, que consegui dar o giro também. [...] Aí se fundou a feira livre e na feira livre é que a gente começou a produzir mais produtos, numa escala maior e a necessidade de melhorar o nosso produto[...]. (LT, Integrante do GCA Ternus).

No Empreendimento B, como já foi exposto acima, as atividades de industrialização tiveram início junto com o próprio GCA, também de modo informal e improvisado. O destaque percebido nos depoimentos dos integrantes desse grupo foram as dificuldades iniciais enfrentadas pelo empreendimento, em virtude da severa limitação de recurso das famílias participantes. Um episódio curioso, porém ilustrativo, que foi narrado em mais de um depoimento, revela as precárias condições em que o grupo iniciou suas atividades. Tendo sido convidado a participar do grupo por ser o único morador da localidade a dispor de um carro, NB foi automaticamente promovido a vendedor do grupo, muito embora estivesse entre os que tinham maior dificuldade de comunicação. Devido à falta absoluta de recursos financeiros, não podia almoçar ao meio dia, estando autorizado a fazer apenas um lanche (um X-salada). Devido à natureza de sua atividade diária, realizada até então, nas lides da agricultura familiar tradicional, que implicava em grande

[218] A gestão da prefeitura municipal de Saudades de 1993 a 1996, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, notabilizou-se pelo incentivo a busca de alternativas para a agricultura familiar, especialmente através da busca de agregação de valor aos produtos, em sintonia com as discussões que já vinham ocorrendo, há mais de uma década, no

necessidade de uso da força física, possuía hábitos alimentares totalmente incompatíveis com o consumo de apenas um lanche durante todo um dia de trabalho. O episódio é relatado por um dos idealizadores do grupo.

> Mas daí matamos os porcos [...] Odilon te digo francamente [...]eu disse "e vamos vender como se nem carro tinha?" [...] (risos...). Olha homem, é coisa seria aquilo ali. Daí eu, eu me lembro a dificuldade, porque aqui é um grupo de gente pobre na verdade, chegaram (interrompe a fala emocionado...) chegamos e pedimos pro NB: "- Vai NB, vender?!". Daí dissemos pra ele, "De meio dia, come um "x salada", porque almoço é muito caro (interrompe emocionado...) [...]. Daí o NB veio pra casa e disse: "- olha, um "x" só não dá, porque eu não agüento de dor de cabeça". (risos...) Pura verdade! Daí eu falei com o AA: "- AA, não dá. Um "x" só não dá[...]. Imagina um colonão desses, acostumado a comer aí comida forte, como é que vai agüentar só com um "x-salada". Então ele disse: "vai lá e almoça." [...]. Mas olha, Odilon, eu te digo, nós trabalhamos[...] continuava trabalhando[...] chegava vender 700 a 800kg de produtos por semana (FG, integrante do Empreendimento B).

Um aspecto a ser destacado é que, neste grupo a procura de profissionalização das atividades, mediante a busca de conhecimentos técnicos mais apropriados ao processamento da carne suína foi feita após o início das atividades do empreendimento. Inicialmente o trabalho baseou-se exclusivamente nos conhecimentos da tradição cultural das famílias. Os próprios equipamentos utilizados eram os já disponíveis nas famílias[219]. Cada participante, praticamente, encarregou-se de providenciar os próprios equipamentos.

Esse dado chama a atenção para o fato de que a industrialização não era algo estranho a essas famílias, nem representou uma novidade em sua trajetória de vida. Novo foi apenas o fato de transformá-la em atividade comercial já que, até então, eram atividades voltadas apenas para a produção de subsistência. Mas, sem dúvida, essa familiaridade facilitou em muito o processo de aprendizagem de novos conhecimentos e de novas práticas. Por outro lado, essa familiaridade também ocasionou algumas dificuldades no que se refere à ruptura de certos hábitos, principalmente aqueles relativos à higiene, como será detalhado mais adiante.

Na organização do empreendimento, passados os momentos iniciais de total improvisação, o grupo contou com a participação de alguns técnicos ligados a outras instituições, especialmente da APACO, da prefeitura municipal de Cel. Freitas e da EPAGRI. Esta última foi responsável pelo processo de formação técnica dos novos trabalhadores, mediante a organização

---

âmbito das pastorais e dos movimentos populares, com o apoio dos técnicos da ACARESC que atuavam no município.

[219] É oportuno citar que é tradição entre esses grupos familiares que cada família possua um conjunto de equipamentos básicos para o abate e industrialização de suínos, incluindo a fabricação de embutidos, para o consumo doméstico. São equipamentos de pequeno porte, adequados à produção para a subsistência, e incluem um moedor de carne, facas, ganchos de suporte, serras, tachos para aquecimento de água e fritura do toucinho para extração da banha, etc.

de cursos de capacitação e repasse de tecnologia. Nos dois grupos estudados, os cursos técnicos realizados foram todos na EPAGRI, realidade que, aliás, como vimos acima, é válida para sete dos oito empreendimentos ligados à cadeia em estudo. Já a APACO auxiliou na organização do trabalho do grupo, especialmente na organização do trabalho coletivo e no desenvolvimento de alguns princípios e práticas de gestão.

A partir de 1998, iniciaram-se as atividades do programa Desenvolver, criado através de uma ação interinstitucional que envolveu entidades governamentais e não-governamentais[220] e que teve por objetivo apoiar e qualificar as atividades de 234 agroindústrias familiares em todo o estado, sendo que 120 delas estavam localizadas no Oeste Catarinense. Por meio desse Programa, os dois empreendimentos em estudo puderam ser legalizados e instalados de modo adequado.

No Empreendimento A, inicialmente, a proposta era a construção de dois empreendimentos, já que cada grupo trabalhava uma marca própria. Posteriormente, devido à possibilidade de racionalização de investimentos, optou-se por construir uma única planta industrial a qual serviria aos dois grupos, que fariam o abate em conjunto e a industrialização separadamente. Assim procederam durante aproximadamente um ano até que, a partir de discussões entre os dois grupos, resolveram unificar todo o processo, atuando de modo coletivo. O depoimento a seguir descreve a experiência.

> E foi indo, foi indo e a gente avançou no processo e, e daí em 2000, 1999 começamos a pleitear um recurso, através do programa Desenvolver [...] então a gente tinha dois projetos: nós ia implantar um abatedouro com industrialização e o LT ia botar uma industrialização só. Ou ele abatia aqui e levava lá e industrializava lá. Então chegou numa discussão e a gente viu que isso ia ser inviável, dois investimentos caros dentro da mesma comunidade. Então chegou assim de, de [...] no momento, de fazer em conjunto. Vamos construir, em conjunto, mas vamos produzir separado. Então o que que acontecia, segunda e terça nós industrializava e quarta e quinta o LT industrializava. Então nós tinha [...] o investimento era em conjunto, mas a industrialização era separada. E daí de repente nós tava lá, o abate era em conjunto [...] e depois cada um pegava o seu e industrializava. Funcionamos assim por quase um ano. E daí, num ano, chegamos assim, também quase numa brincadera, e falamo "que tal se nós ia tentar! E se nós fosse tentar trabalhar em conjunto, todo mundo?" [...] e ai foi acontecendo e até hoje estamos trabalhando, esse mesmo pessoal, trabalhando e industrializando. E daí pegamos uma marca que assim pegou mais a "Coxilha", a gente trabalho a marca Coxilha e [...]. (PH, integrante do Empreendimento A).

Também no caso do Empreendimento B, a intervenção do Programa Desenvolver foi fundamental para a melhoria das condições de seu funcionamento. A partir dele, as condições de trabalho mudaram substancialmente, tanto em termos de volume de produção, de facilidade no

[220] Ver item 4.1.2.3.b

trabalho, de segurança alimentar e mesmo nas condições de comercialização, devido à implantação do processo de inspeção.

> Daí, na, na naquela luta que nós tinha ali, no dia a dia, eu sempre fui uma pessoa que tive informação e eu comecei a entrar em contato com a APACO de novo, e tivemos a sorte do programa Desenvolver, na época caiu do céu... Bem no inicio. Isso porque aquele programa facilitou muita coisa. Foi uma mão na roda pra nós (FG, integrante do Empreendiemento B).

A partir desse programa, além de conseguir o financiamento para a construção das instalações do abatedouro, tiveram a oportunidade de encaminhar o processo de inspeção sanitária estadual.

5.4.1 Apontamentos e considerações sobre as novas experiências de trabalho

No novo contexto de trabalho vivenciado por esses sujeitos, algumas experiências merecem destaque. Em primeiro lugar, ressalte-se o fato de que passaram a produzir mercadorias acabadas a serem comercializadas diretamente ao consumidor final, diferentemente do que o faziam durante toda a sua trajetória anterior, cuja condição era de produtores de matérias primas, destinadas ao processamento industrial. Nessa condição, sua participação no processo de produção se encerrava, geralmente, na porteira da propriedade. Na nova condição, ao contrário, em virtude do novo papel que passaram a desempenhar (produtores de mercadorias a serem vendidas ao consumidor final), começaram a vivenciar experiências produtivas totalmente diferentes, o que lhes exigiu o desenvolvimento de novas qualificações e a consideração de outros aspectos relativos à produção, como por exemplo as preferências do consumidor, que lhes impõe condições e critérios para a elaboração dos produtos.

> LUT: Desde que nós fizemos o curso, lá, ela disse: se vocês querem pôr, pode colocar mas vocês que sabem[221], vocês que conhecem a clientela de vocês, vocês façam pra onde vocês vão vender [...].
> AT: O cliente com o tempo vai definindo, com o tempo, o que você vai aprendendo a conhecer... e adaptando
> O: Vocês consultavam as pessoas? Ouviam? [...].
> AT: Aconteceu o seguinte, a gente começou com pouquinho com... pouca coisa. E ai os amigos iam comprando, ai iam chegando idéias aos poucos [...]. E daí em cima da idéia, você ia melhorando, né. Porque o começo da venda era feito pra gente conhecida né [...]

[221] Refere-se à possibilidade de continuar utilizando determinados condimentos, tradicionalmente incluídos na sua produção artesanal de embutidos e que não eram indicados na proposta de composição apresentada pela EPAGRI.

> boca-boca. E daí ia conversando com todo mundo que tu vendia. E aí ia percebendo o que que dá pra melhorar [...]. (LUT e AT, integrantes do abatedouro Coxília)

Em nenhum momento de sua trajetória anterior de trabalho, esses agricultores familiares precisaram ter essa preocupação com as preferências do consumidor, com a estética na apresentação dos produtos, com o controle sanitário, com a própria apresentação pessoal e outras preocupações típicas da produção industrial voltada à produção de mercadorias ao consumidor final. Nessa nova experiência de trabalho, uma nova concepção de qualidade dos produtos precisou ser desenvolvida e incorporada no processo de produção desses trabalhadores.

Os relatos indicam que essa foi uma das grandes transformações necessárias na postura desses camponeses frente à produção e também uma das mais difíceis de incorporar em sua cultura. Por outro lado, a própria necessidade de atuar diretamente no mercado exigiu o desenvolvimento de novas habilidades e novos hábitos por esses trabalhadores, os quais incluem transformações no modo de vestir-se e no modo de relacionar-se com o público (habilidade de falar, de apresentar o produto, de tolerar e aceitar as críticas e as queixas, nem sempre justificadas, sobre os produtos, etc).

> MB: É, até o FG falou que o NB, no início ia fazer venda e não falava. Agora se expressa bem melhor. Fala, né. Por que pra vender precisa falar.
> NB: Tem que aprender, né. Por que se não aprendeu até agora [...].
> O: Fala um pouco mais dessa experiência de vender.Como foi aprender a vender? Você já tinha vendido alguma vez na vida, ou não?
> NB: Que nada [...] a gente começou já faz seis anos, né. Em si, agora não é difícil. A gente conhece os donos dos mercados, daí fica fácil, né. Mas no começo não conhecia. Não foi fácil né, cara [...].Chegava lá e daí dizia: tenho linguicinha aqui, salame[...].Com um corcel velho [...]. Os caras ainda hoje dão risada quando lembram os primeiros tempos, né. Aqueles tempos em que nós ia com os carros velhos caindo aos pedaços, né [...]. Foi sofrido[...]. Hoje em dia, não. Você já mais ou menos sabe o jeito de cada um. Cada mercado, cada um tem um jeito, outro tem outro e a gente vai pegando[...].Tem que ter o jeito. Tem alguns que dá pra você chegar e conversar. Tem outros que já não dá. Tem que pedir o que quer e pronto. Sair e não dar bola, né. Tem uns que dá pra ficar brincando e outros não dá.
> MB: Deus me livre voltar aqueles tempos. O que nós trabalhamos[...].
> NB: Trabalhamos tanto, né que[...] (interrompe emocionado) (MB e NB, casal integrante do Empreendimento B).

> - No começo foi difícil, porque era tudo novo[...]. Agora já pegamos o jeito, assim[...]. A gente vai chegando e já percebe[...]. Daí tu tem que lidar com o humor da pessoa[...]. no dia[...]. Tem dia que dá pra ficar conversando, assim, ouvindo[...]. As vezes só de ouvir o problema da pessoa já é[...]. Outras vezes não. E tem também aquele que tem mais abertura pra um diálogo. Outros que não[...]. Então é só "o que tu precisa?" e pronto[...]. (PH, responsável pelas vendas do Empreendimento A).

Observe-se que transformações muito concretas foram sendo incorporadas na qualificação e no seu próprio patrimônio cultural, desde a habilidade da fala, do diálogo, o senso de observação, a capacidade de interação com os humores do ambiente, enfim, novas e inusitadas

experiências, antes inimagináveis a esses sujeitos. E essas novas habilidades repercutem não apenas no espaço público, no desempenho de suas atividades, mas no interior do próprio grupo, onde a prática do diálogo, da escuta do outro, da argumentação, foi sendo incorporada, contribuindo substancialmente para o desenvolvimento das relações internas dos grupos.

Nesse sentido, é importante ter presente que não apenas o contato com o público, diretamente, favoreceu o desenvolvimento de novas habilidades, mas também a própria experiência de trabalho coletivo no interior do abatedouro gerou transformações em cada participante. Praticamente todos os entrevistados referiram-se a essa experiência de interação, destacando-a como algo extremamente positivo e gratificante, que trouxe um novo sentido à própria experiência do trabalho e possibilitou avanços importantes em termos de desenvolvimento humano, como vimos em depoimentos já citados acima.

Um segundo aspecto aspecto importante a ser considerado nessa nova experiência de trabalho vivenciada por esses sujeitos é a divisão de tarefas possibilitada pelo trabalho coletivo, o que também favoreceu o desenvolvimento de novas formas de cooperação e a construção de novas qualificações. Nesse aspecto, a sistemática utilizada pelos dois grupos é diferente, o que nos permite observar o modo como essas diferentes estratégias vêm impactando o desenvolvimento das experiências de trabalho em cada grupo. No Empreendimento A, desde o período anterior à criação da agroindústria, particularmente entre os integrantes dos GCA Hübner, podia-se observar uma preocupação com a produtividade e com o aperfeiçoamento da qualidade das atividades desenvolvidas, o que levou cada integrante a buscar uma especialização maior num ramo da produção, mediante a incorporação de conhecimentos técnico-científicos disponíveis ao aperfeiçoamento da produção. Desse modo, cada integrante passou a ser encarregado de uma determinada atividade dentro do grupo, como pode ser visto no depoimento a seguir:

> O PH começou a fazer cursos, mais na área de leite, fez curso de inseminação artificial, e começou a se especializar por esse ramo e daí nós entramos também mais forte na suinocultura. E daí, e ele começou a cuidar mais da parte do gado e eu comecei a cuidar mais a parte de suínos...Daí eu também, na parte de suíno eu fui fazendo curso; daí, eu me especializava numa atividade e ele em outra e ai começamos... (FH, integrante do Empreendimento A)

Em função dessa postura, o GCA definiu responsáveis específicos para a alimentação e cuidado com o plantel de gado de leite, pela granja de terminação de suínos, pela unidade de produção de leitões e pelo manejo e processamento do leite, todos eles com diversos cursos de aperfeiçoamento na área específica. Em todos eles, observa-se uma verdadeira militância em

torno de sua atividade, o que lhes vem garantindo um alto nível de desenvolvimento da produção. Esse comportamento foi seguido também no desenvolvimento das atividades da agroindústria. Além das funções técnicas que exigem maior especialização como a composição dos produtos (pesagem de ingredientes e condimentos), o controle gerencial e financeiro e as vendas, as quais possuem responsáveis claramente definidos e com alguma formação específica para o seu desempenho (treinamento, experiência de longo prazo, etc.), também nas demais atividades mais simples, a regra é que cada integrante tenha suas funções claramente definidas. Assim, nos dias em que as atividades se voltam à industrialização, as funções são bem estabelecidas. Mesmo nos dias de abate, em que as funções são mais variadas, já há uma praxe em que predomina a divisão de tarefas, como se pode ver no depoimento:

> AT: O que tem que fazer, tem que fazer. Mas, daí com o tempo, tu vai vendo, um se encaixa melhor aqui, um ali e vai indo né. Já primeiro fomos ocupando o que exigia mais força física e espalhando né. E aí os outros foram se ajeitando. Que nem hoje, daí dentro da indústria tem o guri [...] que toca o suíno pra dentro e faz a sangria[...]. Dai tem a minha esposa RT e o PH que correiam os animais né. Daí os piá, a SH, a LH, a JT, a EH, elas que limpam os pezinhos, orelha, cabeça raspam. Eu faço a desvisceração, daí passo pro LP que tira o excesso de gordura e vai ficando a gordura pra fazer o torresmo e daí leva os porcos tudo pra câmara né[...]. Ai no dia que é a desossa, daí, todo mundo desossa junto, primeiro; daí o LT vai pra maquina de moer,
> LT: Esse já é meu serviço.
> AT: Já é automático, né. O resto continua picando carne. E daí nesse meio eu e a ST começa a fazer a mistura[...]. (LT e AT, integrantes do Empreendimento A).

É preciso registrar que, não obstante essa divisão de tarefas, todos os depoimentos destacam a existência de práticas acentuadamente cooperativas entre os integrantes, com permanente disposição de substituição dos integrantes em suas funções. Também é importante registrar que essa distribuição das tarefas, como se vê pelo próprio depoimento, foi acontecendo "ao natural", conforme as afinidades demonstradas por cada um, embora respeitando um princípio bem rígido: as tarefas que exigem o uso de força física estão vetadas para as mulheres[222].

Observa-se, assim, nesse empreendimento, um acentuado zelo pelo aperfeiçoamento das tarefas, razão pela qual procuram definir claramente os responsáveis para cada função. Talvez por essa razão, tenha sido registrado um caso de princípio de LER[223] numa das integrantes. A partir de então, instituíram rodízio de funções, mas ainda assim entre integrantes bem definidos.

---

[222] Essa é uma tradição bastante comum na cultura desses agricultores familiares (Ver Poli, 2001 e 2002), embora se manifeste de modo mais ou menos claro em cada grupo familiar. No caso do Empreendimento A esse princípio é seguido com um rigor pouco comum.
[223] LER: Lesão por Esforço Repetitivo.

Essa forma de conduzir a distribuição do trabalho permitiu a ocorrência de processos de aprendizagem que atingiram um considerável grau de consolidação. E observa-se, em cada um, a satisfação por ser responsável por aquela função mais específica. Em todos é visível a satisfação pelo trabalho que realizam.

No Empreendimento B, as únicas funções definidas são a composição dos produtos (pesagem de ingredientes e condimentos), o controle gerencial e financeiro e as vendas. Mesmo assim, nessas funções percebe-se uma maior fluidez no tocante à responsabilidade pela execução. Por exemplo, todos os integrantes que fizeram o curso de fabricação de embutidos, ofertado pela EPAGRI, podem contribuir na tarefa de composição dos produtos, mesmo tendo dois integrantes diretamente responsáveis pela mesma. Também as vendas são divididas entre quatro integrantes. E o controle administrativo e financeiro, que nesse momento é realizado de forma exclusiva por um integrante, é uma prática que, como vimos acima, só foi instituída a partir de dezembro de 2005. Na realização das demais tarefas predomina o improviso. Não há tarefas definidas e os depoimentos são unânimes: "Eu faço de tudo um pouco. O que vem, a gente faz". Nota-se claramente uma menor identificação das pessoas com as funções. Significativo também é o depoimento de uma integrante do sexo feminino que afirma: "Lá, a gente faz de tudo. Eu mesma, só não faquiei[224] porco ainda. O resto eu fiz de tudo" (MB, integrante do Empreendimento B). O próprio comportamento do grupo em relação à atuação no abatedouro é bastante diferenciada. Enquanto no Empreendimento A, os integrantes que atuam no abatedouro são fixos[225], no Empreendimento B, devido ao fato do controle do tempo ser feito por família, elas fazem um rodízio semanal entre os seus integrantes para a atuação no abatedouro. Esse fato também contribui para uma menor identificação com as atividades desenvolvidas e, inclusive, a ocorrência da perda em termos de qualidade e produtividade.

Não obstante as diferenças percebidas no procedimento dos dois empreendimentos, em ambos os casos registra-se uma postura de solidariedade e parceria entre os seus integrantes, tanto no aprendizado das novas práticas, quanto na sua realização. Em todas as novas funções desempenhadas houve a necessidade de aprendizagem de saberes procedimentais e atitudinais, com ou sem a utilização de estratégias estruturadas de educação profissional. Em algumas funções houve, inclusive, a necessidade de incorporação de saberes conceituais. Nesse processo,

[224] Refere-se à sangria dos animais que, além de precisão exige o uso de alguma força física.
[225] É preciso registrar, contudo que, mesmo os integrantes que atuam regularmente no abatedouro, todos eles mantém também atividades em outros projetos, às quais dedicam mais ou menos horas, de acordo com sua situação específica em relação ao abatedouro.

observou-se que os integrantes dos empreendimentos que tiveram a oportunidade de realizar treinamentos e cursos de capacitação diversos, não exitaram em socializar seus conhecimentos com os demais integrantes. Até por que, sendo a convivência entre eles, no trabalho, muito próxima, predomina um clima de solidariedade, informalidade e cooperação. Os novos produtos, formulações e práticas de produção, aprendidas nos cursos e treinamentos, são sempre objeto de comentários, ponderações, críticas e experimentações, em que todos os demais participantes se envolvem.

Ao que tudo indica, a natureza das relações de trabalho vivenciadas no interior desses empreendimentos influencia no surgimento desse comportamento. A ausência de relações de exploração entre os que atuam nos empreendimentos, visto inexistirem relações do tipo empregado patrão[226], definem uma nova qualidade nas relações. Nesse ambiente a possibilidade de incorporação de avanços tecnológicos que facilitem o trabalho ou que melhorem a produtividade é de interesse comum.

Desse modo, o aprendizado a partir da convivência e da prática cotidiana tem sido muito efetivo e fonte de qualificação do conjunto dos integrantes dos empreendimentos em estudo. Essa prática, aliás, imprime, por si só, um certo caráter às relações de trabalho que ocorrem no interior desses empreendimentos, nas quais não se observa um clima de competição ou de disputa de poder baseado no domínio restritivo do conhecimento e das informações. Ao contrário, observam-se práticas e atitudes que condizem muito mais com um clima de cooperação e de aprendizagem coletiva. Mesmo naqueles casos em que as funções são específicas, todo o coletivo de trabalhadores compreende o seu significado e permanece interessado no seu aperfeiçoamento, não se furtando em tecer críticas e considerações, quando julgam pertinentes. Sem dúvida, o princípio associativo que os une contribui sobremaneira para essa atitude, uma vez que todos se sentem responsáveis e interessados no sucesso dos empreendimentos.

Também é necessário o registro da importância de experiências de trabalho vivenciadas em outros espaços, fora da unidade familiar de produção agrícola e do abatedouro e que agregaram a alguns integrantes dos empreendimentos, conhecimentos e práticas que, em maior ou menor medida, estão contribuindo com o desenvolvimento da experiência de trabalho no interior dos empreendimentos. Nesse sentido, três tipos de experiências identificadas na trajetória desses agricultores familiares são particularmente importantes. Em primeiro lugar, as experiências de organização e gestão de instituições, movimentos e programas, vivenciadas por vários integrantes

dos empreendimentos, no âmbito de suas experiências de participação política e religiosa. Também essas experiências permitiram agregar conhecimentos e práticas de gestão de grupos e processos, importantes para o desenvolvimento da gestão do trabalho coletivo.

Em segundo lugar, a vivência intensa, por parte de alguns integrantes, dos estudos e experimentos demonstrativos de produção agrícola, realizados no âmbito dos clubes 4Ss[227]. Além de incluir viagens de estudo e conhecimento de experiências diversas, tais experimentos oportunizaram a percepção da importância do controle dos diversos fatores de produção para a obtenção da qualidade e a produtividade, além de estimular o controle de custos e as variações de qualidade e de características específicas de cada variedade de produto, práticas essas que não eram registradas na produção agrícola familiar tradicional. Não obstante a crítica feita ao modelo da revolução verde, ao qual tais organizações estavam vinculadas, essas vivências se revelaram importantes no desenvolvimento da noção de aperfeiçoamento das práticas produtivas, particularmente entre os integrantes do Empreendimento A, o que tem auxiliado no desenvolvimento do novo processo produtivo. Observamos aqui, portanto, que a técnica, em si, embora não seja neutra, em absoluto, não define *a priori* o sentido que damos ao trabalho realizado por meio dela. O sentido do trabalho e da técnica que utilizamos se define pelo sentido ético que lhe atribuímos no conjunto de relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção. Assim aprendizagens técnico-operativas obtida em processos de produção convencional podem ser reinterpretadas e colocadas a serviço de projetos de emancipação. A esse respeito, é interessante a contribuição de Frigotto (2006, p. 244-5) que afirma:

> [...]a forma histórica dominante da ciência, da técnica e da tecnologia que se constituíram como forças produtivas destrutivas, expropriadoras e alienadoras do trabalho e do trabalhador, sob o sistema capital, não é determinação intrínseca, mas depende de como elas são dominantemente decididas, produzidas e apropriadas social e historicamente.
> [...]O que lhes dá o caráter destrutivo, expropriador e alienador ou de emancipação humana é o projeto societário ao qual se vinculam e dentro do qual se desenvolvem.

Por fim, destaca-se a experiência de trabalho em atividades altamente tecnificadas, ligadas principalmente ao processo de integração. Também elas auxiliaram no desenvolvimento da noção de aperfeiçoamento das práticas de produção e que foram incorporadas à sua cultura. Ou seja, na mesma linha da reflexão feita acima, nega-se o modelo tanto de relações de produção quanto, em muitos aspectos, da tecnologia empregada, mas não se nega a necessidade de

---

[226] Como já foi feito referência acima, a existência de um único funcionário contratado num dos empreendimentos não influencia o ambiente e não caracteriza as relações estabelecidas no seu interior.
[227] Ver, no capítulo 2, o item 2.1.1.

aperfeiçoamento da produção. Nesse sentido, duas situações merecem destaque para ilustrar essa afirmação. Em primeiro lugar, a experiência de um dos jovens, integrante do Empreendimento A, responsável pela Unidade de Produção de Leitões, que antes de integrar o empreendimento, teve a oportunidade de atuar em granjas de produção suínos em grande escala (com oitocentas matrizes, em média), altamente tecnificadas, ligadas ao modelo convencional da produção integrada. Por contraditório que possa ser, tal experiência auxiliou no desenvolvimento de técnicas de controle e gestão da produção, além de auxiliar no desenvolvimento do processo de manejo do rebanho suíno, o que, atualmente, lhe é de grande valia. Outra situação é o desenvolvimento do conceito e das práticas de homeopatia animal e de "auto-vacina"[228], as quais negam a medicina veterinária convencional, mas preservam a noção da necessidade de controlar de perto os vários fatores de produção. Nesse caso observa-se uma consciência ativa de contestação do padrão tecnológico da revolução verde e a adoção de um padrão tecnológico alternativo que vem sendo gestado no ambiente do movimento político cultural em questão. Essas aprendizagens, muitas delas individuais, têm contribuído para o aprendizado coletivo da gestão dos empreendimentos.

Outra experiência de trabalho que também se revelou bastante significativa entre os participantes, comentadas por quase todos os depoimentos, foram as práticas relativas à higiene e ao controle sanitário. Nesse aspecto, novos procedimentos e critérios, exigidos pelo processo de inspeção sanitária, tiveram que ser incorporados. Estes também se revelaram ausentes nas experiências anteriores de trabalho no âmbito da agricultura familiar.

A esse respeito, é preciso considerar que, nas suas experiências cotidianas anteriores, voltadas à produção de matérias primas, geralmente os agricultores familiares apresentavam pouca ou nenhuma idéia a respeito da necessidade de controle da higiene no processo de produção, no sentido de evitar as possibilidades de contaminação dos produtos. Mesmo em suas atividades tradicionais de industrialização, voltadas ao consumo doméstico (fabricação de queijos, doces e conservas, salames e outros embutidos), as práticas realizadas revelavam pouca preocupação nesse sentido, ocasionando, inclusive, problemas de contaminação dos produtos.[229]

> É, difícil [...] desde cortar a barba, né**.** Que eu sou um cara que não gosta muito de me cortar a barba, daí [...]. Era acostumado a cortar só mais no fim de semana. Daí, desde

[228] Refere-se à prática de provocar o contado das matrizes com os agentes de contaminação que provocam as doenças mais comuns nos leitões para que as mesmas produzam resistência e transmitam os anticorpos aos leitões através da amamentação.

[229] Pesquisas realizadas pelo Centro de Ciências Agro-ambientais e de alimentos da UNOCHAPECÓ, revelaram que mais de 50% das amostras de salames de fabricação artesanal, realizadas informalmente e sem inspeção, estavam contaminadas por salmonela e outros elementos nocivos, apresentando riscos para o consumo humano.

> aquilo ali, e trocar de roupa, se cuidar, né. Então, desde hoje o pessoal não se cuida muito bem. Se suja ou tá ali né, de repente vem o telefone pára e enxuga a mão na bunda das calças [...]. E aí, se os técnicos tão ai, eles já pegam. Daí a M[230] andou falando e mas eu inventei ainda um pouco mais, né. porque tinha bastante gente que acostumada né a limpar as mãos assim [...] nas calças. E daí ela, daí eu disse que o dia que ela chegar e ver ali gente se passado a mão na bunda, ela vai bater foto e vai mostrar prá vocês. Tem que cuidar um pouco mais, daí tão se cuidando um pouco mais. Que é uma coisa da inspeção que é bem séria [...]. (AC, integrante do Empreendimento B).

Pelo depoimento pode-se perceber a dificuldade de incorporar essas práticas no cotidiano. Alguns integrantes, inclusive, citaram essa questão como o aprendizado mais difícil de ser conseguido na nova experiência de trabalho. Os relatos, nesse sentido, são muito recorrentes. Ultimamente, algumas experiências negativas relativas à contaminação de produtos tiveram grande impacto entre os envolvidos e parecem estar ajudando a modificar a posição dos participantes em relação ao tema.

> Até aqui já foi contaminado salame né. Foi estragado um monte, perdemos bastante mercado também. Até, hoje nós não estamos conseguindo entrar nuns mercados, por que o pessoal não confia mais de comer. Pensam que [...] esse dias o Cella também, tinha uma caixa de salame contaminado. Tem que ter o cuidado, lavar a mesa de manhã, também antes de começar e depois né, lavar de novo quando terminar. Por que você pode ter uma contaminação e estragar o produto (RC, jovem integrante do Empreendimento B).

Tanto nesse aspecto das práticas de higiene e controle sanitário, quanto em todos os procedimentos relativos à organização dos processos de produção e gestão dos empreendimentos, é preciso destacar a participação da APACO que prestou e ainda vem prestando uma assessoria bastante direta aos empreendimentos em estudo. Principalmente nos primeiros anos de funcionamento e, particularmente, através do Programa Desenvolver, essa foi uma assessoria muito efetiva aos integrantes dos empreendimentos e decisiva para o seu funcionamento. Tanto que a entidade e mesmo, pessoalmente, os seus técnicos são lembrados em todos os depoimentos. Particularmente no caso do Empreendimento B, em que o grupo apresentava pouca experiência organizativa anterior, os relatos indicam uma presença quase diária dos técnicos da entidade, durante várias semanas, no início do funcionamento da unidade. Observa-se, então tratar-se de uma presença direta e efetiva no início do desenrolar dessas experiências.

A observação cotidiana das novas experiências de trabalho vivenciadas no interior desses empreendimentos revelou a existência de um processo de mudança de imagem de agricultura familiar que vem sendo produzida por esses sujeitos. Muito embora todos eles, em maior ou menor escala, continuem a desenvolver outras atividades típicas da agricultura familiar,

[230] Técnica ligada à Epagri.

para além das atividades do abatedouro, nelas não reproduzem mais aquela imagem de homens e mulheres rústicos, geralmente pouco informados e ingênuos, vivendo em situação de grande isolamento social, com as mãos cheias de calos e as unhas e vestes marcadas pela cor de terra, que geralmente caracterizam os trabalhadores da roça seja pelo olhar urbano ou dos próprios agricultores que geralmente tem incorporado essa condição de inferioridade[231].

Ainda em relação à imagem e às representações da agricultura familiar, é preciso observar que, nas últimas décadas, com a crise na agricultura familiar tradicional e o conseqüente empobrecimento de boa parte dessa população, tem se observado também um sentimento de desânimo e negatividade em relação à condição de agricultor familiar que predomina nas manifestações públicas relativas a essa população.

Nobre (1998), estudando o trabalho das mulheres na agricultura familiar, observou que a imagem que essa população faz da agricultura familiar é, freqüentemente carregada de negatividade, enxergando a cidade como a representação do futuro, muito embora essa representação seja carregada de ambigüidade, sendo vista, também, como um lugar de riscos.

> A vida de trabalhador rural não é uma escolha, um projeto de vida, mas uma possibilidade de sobrevivência. O agricultor não quer que seu filho seu filho permaneça na sua profissão; ele quer que ele estude, seja "doutor". A migração das meninas e das jovens para a área urbana indica que o futuro não está no campo.
> A cidade é a representação do futuro para muitos agricultores e agricultoras, mas é também o lugar onde eles correm o risco de se tornarem corruptos, de caírem na marginalidade, porque não há mais alternativas de emprego. (NOBRE, 1998, p. 55).

Na mesma direção, os estudos já indicados no capítulo 1[232], apontam que acabam optando em permanecer na agricultura principalmente os jovens que não tiveram oportunidades educacionais. Não é essa a situação que encontramos nos empreendimentos estudados. Pelo que se observou ao longo da presente pesquisa, o modo como os agricultores familiares envolvidos vem elaborando sua nova condição de vida e de trabalho, se diferencia acentuadamente dessa imagem construída da agricultura familiar. Os sujeitos que encontramos nos empreendimentos estudados, sem dúvida, representam um outro perfil de agricultor familiar, com um novo olhar sobre sua condição, com traços e gestos que, num certo sentido, os aproximam mais das representações anteriormente construídas em relação aos trabalhadores urbanos (roupas limpas, bem informados, com acesso à tecnologia), porém sem perder sua identidade de agricultores

[231] José Vicente Tavares dos Santos, estudando agricultores familiares de origem italiana na serra gaúcha, percebe que, na verdade, na identidade desses agricultores existe um paradoxo que opõe, em suas representações tanto uma condição de inferioridade, de auto desprezo e um sentimento de força e de orgulho de sua condição. Porém, no contato com o urbano, a condição de inferioridade é que prevalece.
[232] Ver Capítulo 1, item 1.3. c.

familiares, a qual percebe-se um orgulho renovado em afirmar. “Eu sou um agricultor familiar. E assim é que eu quero continuar me identificando”[233]. As roupas brancas e o gorro simbolizam bem essa transformação.

Especialmente entre os integrantes do Empreendimento A, observou-se um grande orgulho de sua condição e uma grande satisfação com o trabalho que desenvolvem, considerado por todos como bem mais fácil e mais prazeroso em relação ao trabalho anterior que desenvolviam.

> - Olha, eu hoje de tarde eu tava comentando, eu pretendo, enquanto eu puder, continuar aqui. Olha, porque eu gosto, sinceramente, eu gosto de trabalhar lá dentro, e pretendo enquanto eu puder continuar trabalhando[...]. (SH, integrante do Empreendimento A) .
> - Hoje em dia é bem mais fácil, com certeza, porque olha as vezes eu, me dá, me dá arrepio de pensar como nós trabalhava na época[234], quando nós era[...]. Como nós plantava soja no meio do milho, tinha que levar a soja pra fora, trilhar a soja. Isso era um serviço terrível [...] carregar milho [...] gente do céu! Nós plantava milho aqui em baixo o RH e o NH fizeram uma roça nova ali é, era uns 200 metros pra baixo assim, mais até, eu acho.. Uma ribanceira, descia lá em baixo, [...]. Era tudo nas costas. Pegava um balaio de milho lá em baixo e subia a serra, jogava dentro de uma carroça e lá ia os bois. E então era sofrido, o próprio arado [...]. Nossa! Pra tu lavrar, eu sei que era eu um piazão, assim, que tinha que lavrar ali em baixo, eu cheguei a chorar muitas vezes, por que não agüentava né. Os bois não obedeciam, os bois caminhava muito ligeiro e tu tinha que segurar o arado ali no cerro, e daí chegava as pedra e não deixava né, nossa essa foi[...].

Mesmo entre os integrantes do Empreendimento B, a imagem do trabalho desenvolvido é bem positiva, sendo, de um modo geral, considerado mais fácil e mais agradável. O sentimento de desânimo percebido em alguns depoimentos se referem à falta de resultados financeiros concretos e, principalmente, aos problemas de gestão, mas não ao tipo de trabalho que desenvolvem ou à forma de fazê-lo (coletivamente). O depoimento a seguir é bem ilustrativo dessa avaliação:

> Ali é muito diferente. Eu gostaria de trabalhar só lá [no abatedouro]. É bem melhor. Ah. Por que eu vou ficar passando veneno na roça, por que eu vou com o sol quente na roça né? Que nem hoje eu estou todo arranhado de roçar a capoeira ai pra... eu gostaria de trabalhar só lá, todo mundo gostaria de trabalhar lá. O serviço é bem melhor (AC, integrante do Empreendimento B).

A diferença, talvez, mais visível da elaboração de uma outra imagem da agricultura familiar pode ser percebida nos jovens. Entre eles é bastante visível a sua satisfação em relação ao trabalho que realizam, tanto num, quanto noutro empreendimento. Nesse ponto, talvez essa elaboração seja influenciada por algumas experiências frustrantes de trabalho no espaço urbano.

> - Eu gosto do trabalho aqui [...]. É bom porque você tem assim uma liberdade, assim, pra tomar decisões [...]. Você aprende também. Eu estou aprendendo muito aqui

[233] (PH, integrante do abatedouro Coxília).
[234] Refere-se ao tempo da agricultura familiar tradicional.

> trabalhando. Já aprendi muito. Onde eu trabalhava[235] não tinha muito futuro. Que lá a gente era quase que escravo. O negócio era puxado. Aqui não. É um serviço muito bom, não exige grande esforço físico ou coisa assim. E espero que dê mais retorno que lá também (DB, integrante do empreendimento B).

Por outro lado, eles demonstram grande satisfação com sua atual condição de vida, em que destacam a possibilidade de uma renda, um trabalho agradável, a autonomia, possibilidades de lazer, de contato próximo com a cidade e de convívio com pessoas e também as mudanças na natureza do trabalho que lhes permitem um modo de vestir-se e uma apresentação pessoal bem diferente da que lhes exigia a agricultura familiar tradicional.

Desses relatos sobre o processo de trabalho pode-se apreender, então, a existência de um outro processo educativo presente na trajetória desses agricultores familiares na passagem à sua nova condição de trabalho, em que se transformam em produtores de mercadorias destinadas ao consumidor final. Tal processo, envolveu tanto a busca de conhecimentos técnico-científicos, através de estratégias estruturadas e sistemáticas de ensino-aprendizagem, quanto o aprendizado pela experiência prática. Esta, por sua vez, apresenta diferentes dimensões. De um lado, a vivência de uma nova condição em que se vêem compelidos a interagir com o público consumidor, com o qual precisam dialogar e observar suas manifestações, buscando captar-lhe os interesses, desejos de consumo e até mesmo seu estado de humor. De outro, a experiência da produção coletiva, pela qual interagem com seus colegas de trabalho de modo muito intenso, mediados pelo interesse comum no sucesso da nova experiência e pela necessidade de um aprendizado que desafia a todos.

Nesse sentido, como vimos, prevalece a postura solidária, onde o aprendizado de um é também o aprendizado de todos, visto que, de longa data, muito antes da agroindústria, se fizeram cooperadores mútuos, no desafio de enfrentar, nadando contra a corrente, as estratégias competitivas e tecnologias propostas pelo capital industrial. Além disso, as já citadas experiências de trabalho fora do abatedouro e mesmo da unidade familiar de produção agrícola que incluem, até mesmo, trabalhos em processos convencionais de produção tecnificada, cujos processos de trabalho foram ressignificados e estão auxiliando o desenvolvimento do trabalho na nova experiência produtiva. Por fim, a experiência do desafio da gestão do empreendimento que, na nova realidade, vai muito além da entrega de matérias primas *in natura* na porteira da propriedade. A nova gestão é revestida de uma outra complexidade, que exige o controle de uma gama muito maior de fatores, para os quais não encontram, em sua experiência anterior, nenhuma

[235] Refere-se a uma experiência de trabalho urbano que vivenciou.

ferramenta que os auxilie efetivamente. Para fazer frente a esse desafio, precisaram garimpar soluções vindas de diferentes espaços, desde experiências convencionais de produção (granjas de produção de suínos, curso superior de administração de empresas), até experiências produzidas no próprio movimento de resistência, materializadas em instituições como a APACO e a UCAF. Esse aspecto do aprendizado da gestão revelou-se particularmente contraditório, seja pelo excesso de voluntarismo, seja pelas próprias contradições de valores num contexto de profundas mudanças culturais que se puseram em curso. Registraram-se, assim, experiências de perdas (financeiras e de pessoas que abandonaram o empreendimento) e avanços (aberturas, mesmo que tardias, para novas possibilidades) num processo histórico que não retrocede. Esse ponto será melhor desenvolvido no tópico a seguir (5.5.).

5.5 Anotações e Considerações sobre as Novas Relações de Produção

O primeiro aspecto a ser destacado na análise das relações de produção em desenvolvimento no interior dos dois empreendimentos em estudo, é que as mesmas parecem ser profundamente marcadas pela vivência da produção associada, anterior à implantação da agroindústria. Essa constatação nos remete ao resgate do modo como a produção associada foi vivenciada em cada um dos empreendimentos. Muito embora tenhamos que reconhecer que em ambos os empreendimentos existem integrantes com experiência de auto-gestão e com acúmulo de discussões sobre o processo participativo, não há como negar que, sob esse ponto de vista, temos duas realidades bem distintas. De um lado, o Empreendimento A, cuja tradição no desenvolvimento de experiências de produção associada, na perspectiva da auto-gestão, sua discussão e elaboração crítica, no âmbito das pastorais e dos movimentos sociais, favoreceu a existência de relações de produção mais coerentes com os princípios da democracia e da auto-gestão. Observa-se, sobretudo, nesse caso, uma incorporação mais consistente das práticas de discussão e elaboração de encaminhamentos relativos aos desafios da gestão coletiva. Disso tem resultado um cotidiano em que as práticas tendem a ser estabelecidas a partir de princípios racionalmente elaborados. De outro o Empreendimento B, cuja experiência organizativa é significativamente menor, incluindo integrantes com pouca ou nenhuma trajetória de participação no movimento político-cultural, pelo qual os agricultores familiares da região vêm redefinindo a consciência da condição social e das relações sociais em que se encontram inseridos. Observa-se,

nesse caso que, muito embora o ideário básico proferido neste e por este coletivo seja o mesmo do Empreendimento A (também baseado na democracia e na auto-gestão) as práticas internas tem se revelado mais suscetíveis a contradições.

Segundo nossas observações, os três valores básicos que tem orientado a elaboração das relações de produção, no âmbito dos dois empreendimentos estudados, na perspectiva da democracia e da auto-gestão são:

a) Igualdade, entendida como igualdade de direitos e deveres entre os diferentes integrantes. A esse respeito, no Empreendimento A, observa-se uma clara definição de regras e papéis como forma de preservar o coletivo e os direitos do conjunto dos seus integrantes. A partir dessa definição, cada integrante tem a noção exata do que lhe cabe, tanto em termos de direitos, quanto em termos de deveres. Esse fato, ao que parece, é muito importante porque cria condições de avanços nas relações de produção.

Há que se destacar também significativos avanços em relação à igualdade entre homens e mulheres, muito embora nem todos os participantes os tenham incorporado do mesmo modo e com a mesma intensidade, permanecendo algumas práticas contraditórias em algumas situações como será visto adiante. Já no Empreendimento B, a ausência de uma experiência mais consolidada de discussão e crítica das relações, funções e encaminhamentos, tem favorecido a existência de práticas espontaneístas e mesmo, ao que tudo indica, práticas viciadas. Espontaneístas porque nelas predomina o improviso e as ações baseadas apenas na intuição de algum dos integrantes ou ainda, na interpretação individual de cada integrante. Viciadas porque embasadas na não transparência e na possibilidade de desvio de recursos, o que, como foi observado, gerou descontentamentos e tensões, tendo sido uma das razões para o desligamento de alguns integrantes, ameaçando, inclusive a continuidade do empreendimento.

Essa ausência de discussão e crítica possibilitou também a sobrevivência de práticas discriminatórias, definidas em favor da valorização do patrimônio individual dos participantes, em prejuízo das pessoas com menos recursos, como se observou no episódio da saída de uma das famílias fundadoras do grupo. Não obstante, há que se registrar também os avanços ocorridos nos últimos meses, provocados pela própria elaboração dos problemas enfrentados pelos seus integrantes e, especialmente, mediante uma participação mais ativa dos jovens no trabalho e na gestão do empreendimento.

No tocante às relações de gênero, observa-se também um comportamento bastante diferenciado dos dois coletivos. No Empreendimento A, o forte envolvimento das mulheres, incluindo as jovens, como o Movimento de Mulheres Camponesas, no interior do qual exercem

liderança em nível regional e estadual, tem contribuído para uma discussão de tais relações. Observa-se, no interior do coletivo e também em pelo menos cinco das seis famílias participantes, a presença de um debate vivo sobre tais relações, especialmente no que se refere à participação da mulher na produção. O tema da igualdade é recorrente e tem influenciado a participação das mulheres, tanto no trabalho, quanto no processo de gestão do empreendimento, bem como dos GCAs que o mantém. É visível a ênfase na igualdade de participação de homens e mulheres, sobretudo no processo de decisões.

Nesse empreendimento, a remuneração das mulheres no trabalho é equivalente às dos homens, não havendo qualquer distinção. Vale registrar, inclusive, que a função mais complexa do processo de produção, do ponto de vista técnico, que é a composição dos produtos, é exercida por uma mulher. Elas têm participado, em igualdade de condições, dos cursos, treinamentos, encontros e outros eventos, relativos tanto à área de atuação do empreendimento, quanto às questões relativas à organização sindical e dos movimentos sociais. É comum o fato de que as mulheres que exercem funções de liderança no Movimento de Mulheres Camponesas, se ausentem por vários dias para realizar viagens a serviço do movimento ou participar de eventos e mobilizações. Não se observa qualquer restrição à essa sua participação. Ao contrário, há todo um sistema de apoio à participação, através da substituição das mesmas em suas funções. Também é igualitária a participação das mulheres nas decisões em relação ao empreendimento e aos GCAs, como já demonstramos acima. Esse aspecto é destacado com ênfase por praticamente todos os envolvidos na pesquisa.

Essa situação representa uma diferença substancial em relação ao que foi observado em outras pesquisa relativas às relações de gênero na agricultura familiar. Nobre (1998), fazendo uma revisão de vários estudos sobre gênero e agricultura familiar, observa que as mulheres, na agricultura, geralmente não tem acesso à conhecimentos técnicos ligados à atividade agrícola. No máximo lhes são oferecidos cursos ligados ao trabalho reprodutivo como costura, culinária, etc. Essa não é a situação observada no presente estudo, especialmente nesse Empreendimento A, onde das três pessoas que primeiro foram qualificar-se para o trabalho técnico na fabricação de embutidos, duas eram mulheres. Foram elas que iniciaram o trabalho de industrialização nos dois GCAs ligados a esse empreendimento.

A esse respeito cabem, contudo, algumas observações. Não obstante a sensibilização percebida entre os homens e as mulheres desse coletivo, sobre a necessidade de construção de relações igualitárias entre os sexos, tanto no trabalho, quanto no espaço doméstico, observa-se que, a partir da tradição camponesa, de perspectiva claramente patriarcal, ainda muito presente no

patrimônio cultural dessas famílias, persiste uma certa naturalização de formas não igualitárias de participação de homens e mulheres, tanto no espaço da produção, quanto no espaço doméstico. Destacamos a seguir alguns fatos que se revelam significativos nessa perspectiva.

Existem algumas práticas que parecem contraditórias sob esse ponto de vista da igualdade. Como disse, parecem ser fruto de uma certa naturalização de práticas típicas da cultura camponesa tradicional. Dois aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, não há nenhuma mulher na função de coordenação de um setor ou projeto econômico ligado aos GCAs ou do empreendimento. Todas as funções de coordenação dos projetos econômicos (projeto de gado de leite, granja de terminação de suínos, unidade de produção de leitões, setor de compras e de vendas do abatedouro, coordenação do abatedouro) são e sempre foram realizadas por homens. Não se observou nenhuma inquietação no coletivo em relação a essa situação. Parece estar naturalizado entre os integrantes, que as funções econômicas devam ser coordenadas pelos homens, especialmente as que envolvem negociações e tratativas fora do espaço doméstico ou da unidade de produção. Essa prática não é condizente com o discurso de igualdade e participação, tão enfatizado nas manifestações dos integrantes desse coletivo.

Um segundo aspecto a ser destacado nesse sentido é o modo como são realizadas as tarefas domésticas (cozinhar, lavar, passar e limpar a casa). Nas seis famílias envolvidas essas são funções exclusivamente femininas, estando a cargo das mulheres e/ou das suas filhas. Não registramos, em todo o período em que realizamos o processo de observação, nenhum envolvimento dos homens no desempenho de tais tarefas. Também essa questão não provoca inquietação nos envolvidos, parecendo estar naturalizada. Em função dessas tarefas, a jornada de trabalho das mulheres é bastante intensa, como se pode observar no depoimento a seguir:

> Nós começamos [a ordenha]quinze pras sete, eu e minha filha RH. Daí ate às oito horas nós estamos prontas. Daí às oito horas eu vou lá em cima [para o abatedouro], eu trabalho até dez e meia, quinze pras onze. Daí eu volto e faço o almoço, dou uma ajeitada na casa lavo roupa e de tarde eu vou de novo. Começa as 13h30min e eu trabalho ate ás 4:30, daí vou tirar leite. A SH e a LH continuam. Trabalham ate as 6h, 6h30min, daí quando eu termino elas também estão prontas e estão se vestindo lá em cima. Um tempo a LH tirou leite. Depois a SH. Agora eu estou tirando. Sempre nós trocamos não é sempre uma faze ai a gente troca (EH, integrante do GCA Hübner).

Se, por um lado, a responsabilidade sobre essa tarefa não tem impedido a participação das mulheres em atividades fora da unidade de produção agrícola, havendo todo um sistema de substituição e apoio às suas saídas, por outro, o desempenho dessas tarefas acaba gerando um sobretrabalho para as mulheres, mesmo que haja uma prática institucionalizada de redução da sua jornada no empreendimento.

Essa situação parece preservar, de modo bem típico, as condições históricas de participação das mulheres no contexto da agricultura familiar, condições essas marcadas por significativas desigualdades, fundamentadas num processo de desvalorização do trabalho feminino. Segundo Nobre (1998) essa discriminação está ligada à distinção entre o trabalho produtivo, de responsabilidade dos homens e o trabalho reprodutivo, de responsabilidade das mulheres.

> Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho *produtivo* (agricultura, a pecuária, enfim, tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho *reprodutivo* (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado com os herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato essa divisão se expressou na oposição entre *casa e roçado*[236].

Heredia (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, aponta a relação entre roçado e casa como definidora das áreas de *trabalho* e de *não-trabalho.* No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados pelos agricultores, fundamentais à sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho. **O pai encarna essas atividades, logo o trabalho é *dele.*** Mesmo que os filhos e a esposa desempenhem tarefas no roçado, essas são consideradas "ajuda". Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto que as mulheres estão como que provisórias no mundo do trabalho.

Ao que tudo indica, essa distinção entre trabalho e não trabalho no cotidiano das unidades familiares de produção ainda não foi superada pelas mulheres e homens, mesmo com todo o envolvimento nas lutas políticas. Por isso não faz sentido as mulheres assumirem a coordenação de algum projeto, visto que o trabalho é o espaço por excelência masculino. Ou seja, sua participação na produção, mesmo que ativa e remunerada em igualdade de valor com os homens, ainda parece não ter superado a condição de mera "ajuda". Confirma essa idéia o fato de que nem os homens e nem as mulheres envolvidas no empreendimento demonstram qualquer desconforto ou preocupação frente ao fato, estando o mesmo naturalizado. E, segundo Nobre (1998), essa naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Essa naturalização é um processo que, segundo a autora, ocorre desde o processo de socialização de meninos e meninas.

---

[236] NOBRE (1998, p. 16).

> Um dos aspectos a considerar é o processo de socialização de gênero, desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres. Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças, até por volta dos cinco anos. Depois as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos começam a seguir o pai[...].
> Quando se tornam adultos, se ocupam das tarefas consideradas do sexo oposto, sentem dificuldades pessoais e sofrem reprovações sociais de parentes e amigos, Se a mulher está de resguardo e o casal não tem filhas com idade suficiente para fazer o serviço da casa, o homem o faz. E, sempre que necessário, as mulheres fazem o serviço considerado dos homens. [...] Na maioria das vezes, o que acontece é que as aprendizagens de homens e mulheres no 'campo oposto' só servem para complementar o serviço do/a outro/a ou para cobrir a ausência, e não para redividir as tarefas de forma mais permanente, e muito menos o poder e o reconhecimento social que as recobre (NOBRE, 1998, p. 20-1).

Essa dinâmica de socialização, em certos aspectos ainda continua presente nessas famílias. Mesmo que as meninas tenham oportunidade de estudar, participando de experiências de convivência fora da unidade familiar de produção agrícola, inclusive no espaço urbano, elas ainda continuam, basicamente acompanhando suas mães e auxiliando-as no desenvolvimento das atividades tipicamente femininas como limpar a casa, cozinhar, lavar a louça e ordenhar.

É ilustrativo o fato de que os homens não se negam a auxiliar nas tarefas de faxina no espaço do trabalho (lavar mesas, instrumentos e salas de trabalho, etc), o que mostra que compreendem essa faxina como parte do trabalho produtivo. No entanto, não fazem o mesmo no espaço doméstico, por estar ligado ao trabalho reprodutivo, tradicional reduto feminino na trajetória histórica da agricultura familiar. Observe-se ainda que a tarefa da ordenha, assim como ocorria no âmbito da agricultura familiar tradicional, continua uma tarefa eminentemente feminina. O rodízio na sua execução ocorre, mas só entre as mulheres. Mais interessante é observar que um dos homens é encarregado da coordenação do projeto, mesmo que a ordenha permaneça como uma atividade feminina em que as mulheres atuam com suas filhas, ainda que estas não tenham atingido 14 anos[237], o que mostra que, como já observou Nobre (1998), faz parte do processo de socialização das meninas, no qual aprendem os seus papéis sociais.

Outro aspecto bastante interessante do ponto de vista da análise das questões de gênero, é a facilidade (ou a naturalidade) com que as mulheres, nesse empreendimento, podem voltar a assumir, em tempo integral, as funções relativas às tarefas domésticas (trabalho reprodutivo), mesmo após um longo período de atuação nas funções produtivas fora do espaço da casa, o que, obviamente, não ocorre com os homens. Um exemplo bem ilustrativo nesse sentido é o caso de LUT, integrante do GCA Ternus, a qual foi quem deu início ao processo de fabricação de

embutidos no interior daquele GCA, no período que antecedeu a criação do abatedouro em conjunto com o GCA Hübner. Foi ela quem participou do primeiro curso de processamento da carne suína e fabricação de embutidos e estimulou o grupo a iniciar a atividade. Mesmo após a criação do abatedouro, na sua forma atual, dividiu, por um certo período, a responsabilidade pela função tecnicamente mais complexa do abatedouro que é a composição dos produtos. Essa trajetória, contudo, não impediu que, com a chegada de mais dois netos, tenha concordado em afastar-se totalmente das atividades produtivas no abatedouro e outras atividades do seu GCA e tenha passado a assumir, em tempo integral, o cuidado com a casa e com as crianças. E o faz de um modo bastante naturalizado e revelando uma grande satisfação. Observa-se, então, que estes parecem ser aspectos que sobrevivem do típico padrão camponês de cultura e modo de vida. Esse fato parece confirmar aquela visão de que a participação da mulher no trabalho produtivo é sempre complementar e provisória, sendo seu lugar natural a casa e o trabalho reprodutivo.

Assim, mesmo envolvidas no movimento sindical e no movimento específico das mulheres, elas ainda não conseguiram romper com a tradição histórica. Sobre isso a autora afirma:

> O fato das mulheres perceberem sua condição de submissão não implica necessariamente um movimento de mudança. [...] e, infelizmente não existe uma relação direta entre ser militante de movimento autônomo ou sindical e conseguir modificar a divisão do trabalho doméstico ou ter maior possibilidade de intervenção no planejamento da produção. (NOBRE, 1998, p. 57).

Há que se considerar também que, mesmo quando alguns avanços são conquistados no âmbito da produção, eles podem não atingir a esfera da vida familiar em si, onde estão envolvidas relações de afeto e cumplicidade, o que dificulta ainda mais qualquer questionamento e ruptura.

No âmbito do Empreendimento B, os avanços em termos da condição feminina revelaram-se bem menores do que aqueles observados no Empreendimento A. Não se observa, no interior desse coletivo, o mesmo processo de discussão e elaboração político cultural da condição da mulher na sociedade. A questão sequer chega a ser tematizada. Não se constatou nenhuma referência à existência de qualquer questionamento da condição feminina no interior desse coletivo.

Nesse empreendimento, devido, provavelmente, à fragilidade da participação das mulheres em movimentos político-culturais que promovam a discussão das relações de gênero, os

---

[237] Idade mínima estabelecida pelo grupo para o ingresso dos jovens na atividade produtiva.

avanços são mais tímidos em todos os aspectos, inclusive nas condições de participação das mulheres no acesso ao conhecimento.

Os aspectos em que se observam avanços em relação à condição feminina nesse coletivo, são relativos à sua participação, em igualdade de condições, no processo de tomada de decisões sobre a gestão do empreendimento, algo pouco comum na cultura camponesa tradicional. Nesse sentido, não há qualquer restrição à participação feminina nas discussões e decisões relativas ao empreendimento, muito embora, a exemplo do Empreendimento A, nenhuma delas tenha, até o momento, assumido qualquer função de coordenação.

Também entendemos que pode ser considerado um avanço na condição feminina a oportunidade de desenvolvimento de novas qualificações (habilidades técnicas, habilidades de comunicação, ampliação da interação com os demais participantes do empreendimento, etc,) oportunizadas pelo processo de trabalho coletivo, como foi acima mencionado. Nesse ponto, nenhum tipo de discriminação foi percebido. Não se pode dizer o mesmo, no entanto, no que se refere à participação em cursos e treinamentos fora da unidade familiar de produção agrícola e do empreendimento, onde a participação das mulheres é praticamente nula. Os cursos e treinamentos que realizaram foram todos no âmbito da própria comunidade, sem necessidade de deslocamentos.

Considera-se um avanço, também, o fato de que uma jovem desse empreendimento participa das atividades de venda, atuando em toda a região de abrangência do empreendimento, em igualdade de condições com os demais vendedores, situação bem pouco usual no âmbito da agricultura familiar, cuja regra cultural histórica é de mulher não participar em atividades de comercialização.

Sobre esse tema, alguns outros fatos merecem destaque. Em primeiro lugar, a exemplo do Empreendimento A, não se observou nenhum avanço no que se refere à responsabilidade para com as lides domésticas. A naturalização aqui é ainda mais nítida, o que se torna um limitador à participação das mulheres nas atividades que exigem deslocamento e/ou permanência fora da unidade doméstica de produção agrícola, por não haver nehuma sistemática de substituição ou apoio à participação nessas atividades. Em segundo lugar, mesmo na única família do CGA em que se observou uma disposição para a participação em atividades político-organizativas, a participação da mulher nessas atividades é muito mais tímida que a do homem. Em toda a sua trajetória, nunca exerceu qualquer função de liderança em organizações e movimentos, nem há registro de sua participação em jornadas (eventos, cursos, etc) que tenham exigido permanência,

fora da unidade doméstica de produção agrícola. Nas outras três famílias os únicos avanços na condição feminina se referem àqueles possibilitados pelo trabalho coletivo, já registrados acima.

Desse modo, nesse empreendimento, por hora, não se vislumbra grandes possibilidades de avanço na direção de uma relação mais igualitária entre os sexos, a não ser que os jovens, que aos poucos estão assumindo maiores responsabilidades sobre o empreendimento, venham a promover mudanças a respeito. A favor disso existe o fato de os mesmos serem mais escolarizados e menos apegados a determinados patrões culturais tradicionais. Contra essa possibilidade, pesa o fato de apenas um entre quatro jovens envolvidos ter participação em atividades político-organizativas que permitem o contato com discussões a respeito do tema.

Concordamos com Pacheco (1998) de que a adequada compreensão da dinâmica das relações de gênero, implica situá-las num conjunto mais amplo de relações sociais que criam e reproduzem diferenças na posição de homens e mulheres.

> Não só na família, mas em torno dela, nas comunidades, no mercado, no estado, esse conjunto todo, atravessado por essas relações, as quais, se não identificadas como relações de desigualdade de gênero, são imbuídas delas. É nessa perspectiva que as regras, os recursos e as hierarquias de comando e controle de qualquer instituição devem ser analisadas, para se esclarecer como o gênero é constituído como uma relação de desigualdade no seu interior (PACHECO, 1998, p. 47).

Para tanto, a unidade de análise não pode ser o estabelecimento familiar e sim o sistema de produção, de modo mais amplo. Esse, porém, é um debate que foge às possibilidades desta tese, devendo ser objeto de um estudo específico, o qual, certamente traria importantes contribuições.

Outro registro necessário, do ponto de vista da igualdade nas relações de trabalho é o fato de praticamente inexistir a contratação de mão-de-obra assalariada nesses empreendimentos. O fato de existir um funcionário contratado num dos dois empreendimentos em análise, parece pouco significativa. Isto porque, como já informado, por tratar-se de um aparentado das famílias de um dos GCAs, essa contratação parece ser apenas um arranjo provisório para solucionar uma situação familiar determinada. Porém, em todos os depoimentos ficou bastante evidenciado que a perspectiva de crescimento desses empreendimentos não passa pela contratação de outros funcionários e sim pela criação de condições de inclusão dos demais membros da própria família. Mesmo se ampliarmos a análise do perfil dos oito empreendimentos que constituem a cadeia produtiva em estudo, não foram registradas outras situações de contratação de mão-de-obra e os depoimentos também informaram a inexistência da intenção de contratar funcionários.

b) A solidariedade manifesta não apenas entre os integrantes do próprio empreendimento, mas também para com os outros empreendimentos e com outras unidades familiares de produção agrícola. Dois fatos são bem significativos para ilustrar o modo como as relações são vividas pelos envolvidos no que se refere à solidariedade. Em primeiro lugar, integrantes desses empreendimentos, particularmente do Empreendimento A e de um dos integrantes do Empreendimento B, têm participado ativamente de atividades de assessoria direta a grupos e empreendimentos que, pelos critérios da economia de mercado, seriam seus concorrentes. Destaque-se também a dedicação desses integrantes ao trabalho para a organização dos empreendimentos ligados à cadeia produtiva, muitos dos quais atuando nos mesmos nichos de mercado. Esse fato revela uma postura bastante diferente daquelas inspiradas no modo capitalista de produção, onde prevalece o princípio da competição e, se possível, de eliminação do concorrente. Em seus depoimentos e em suas práticas, observa-se uma postura focada na sobrevivência e da viabilização de todos os empreendimentos e, conseqüentemente dos grupos a eles vinculados, numa perspectiva de reprodução ampliada da vida.

O segundo fato a ser destacado é a postura dos integrantes desses empreendimentos em relação aos fabricantes informais de embutidos. Mesmo enfrentando um período de grande retração das vendas, em função da atual crise conjuntural da suinocultura, provocada pelo fechamento das exportações; mesmo tendo plena consciência de que grande parte das dificuldades de mercado estão sendo provocadas pelos fabricantes informais que, não precisando atender as exigências da inspeção, têm condições de concorrer com preços muito mais atrativos, os integrantes desses empreendimentos não cogitam a idéia de denunciar tais fabricantes irregulares, por entender que são apenas agricultores familiares buscando sua viabilização na atividade, como eles próprios o fizeram alguns anos atrás. A postura observada foi a de reivindicar ao poder público a institucionalização de políticas que favoreçam a regularização de tais empreendimentos, trazendo-os para o mercado formal, particularmente através da busca de condições para viabilizar o processo de inspeção. Mas não admitem, em hipótese alguma, denunciá-los.

Também aqui percebe-se a predominância da lógica da reprodução ampliada da vida e não a lógica da concorrência e da reprodução ampliada do capital, o que os aproxima do ideário e dos princípios da economia solidária. Ou seja, discordam da venda informal e sem inspeção, mas não denunciam os que a praticam, pois entendem que são apenas agricultores familiares lutando pela sobrevivência. Lembram também que, eles próprios atuaram na informalidade nos primeiros anos do empreendimento.

Desse ponto de vista da solidariedade, no âmbito do Empreendimento B, para o qual também valem as duas observações precedentes, é mister registrar as suas dificuldades em promover práticas que possibilitem a equiparação dos diferentes grupos familiares em relação ao patrimônio investido no plantel de gado de leite, de modo a viabilizar o desenvolvimento da atividade no âmbito do GCA, através do trabalho coletivo, como é o desejo da maioria das famílias participantes. Essa limitação revela, na verdade, limites na percepção dos princípios da solidariedade, uma vez que já existem na região experiências de estratégias de equiparação de patrimônio, em andamento em outros GCAs. Esse fato torna-se mais significativo se observarmos que representantes de pelo menos três das quatro famílias integrantes e a totalidade dos jovens ligados a esse empreendimento manifestaram expressamente seu entendimento de que o grupo estaria em melhores condições se tivessem realizado a agregação dessa atividade ao trabalho coletivo do grupo.

Ainda sob a perspectiva da solidariedade, vale observar o comportamento do grupo em relação à única família sem terra que o integrava. Além da discriminação manifesta ao se definir uma remuneração menor pela jornada de trabalho aos seus integrantes, devido ao fato de não possuírem terra, não revelaram solidariedade àquela família em função da mesma não dispor de outra atividade que lhe viabilizasse as condições mínimas de sobrevivência ante a definição do grupo de não fazer nenhuma retirada dos rendimentos do abatedouro, o que decretou sua saída do empreendimento.

Por fim, uma terceira prática que se revelou contraditória em relação ao princípio da solidariedade é a resistência do grupo em relação à participação de um dos seus integrantes na direção da UCAF. Observaram-se manifestações expressas de descontentamento em virtude de que tal participação colocava dificuldades ao integrante de estar presente em algumas atividades do grupo, mesmo que ele se dispusesse a compensa-las através da participação de outros integrantes ou mesmo em outros momentos de atividades.

Participação, aqui entendida como o direito e o dever de envolver-se no exercício da gestão das atividades do grupo, bem como a disposição de participar em processos político-culturais que atuem na direção da transformação das relações sociais vigentes na sociedade como um todo. Nesse sentido também observa-se a vigência de um mesmo ideário geral, que orienta a elaboração do discurso corrente nos dois grupos e a existência de algumas práticas comuns e outras práticas diferenciadas em cada um dos coletivos. Em comum observa-se, por exemplo, que, no exercício da gestão, como já informei acima, predomina, um elevado grau de informalidade nas relações entre a coordenação e os demais participantes, percebendo-se que,

muito embora os integrantes investidos da função de coordenação sintam-se efetivamente responsabilizados por tal tarefa, esse fato não modifica o tom informal e espontâneo que predomina nas relações entre todos os integrantes. Ou seja, as relações internas dos grupos, no exercício da coordenação, em nada lembra a relação chefia x subordinados ou empregado x patrão das empresas convencionais. Essa atitude favorece o exercício da crítica e a participação. Se, no Empreendimento B, essa prática é menos desenvolvida, isso se deve mais a ausência do exercício da participação do que dos limites impostos pela prática da coordenação.

Não pode passar despercebido, porém, o fato de que o excesso de informalidade, por vezes, tem levado a uma ausência de aprofundamento nas discussões e a um aligeiramento na elaboração de procedimentos relativos à gestão, diminuindo, efetivamente, a profundidade e até a abrangência do processo de participação. A esse respeito, algumas considerações são necessárias. No Empreendimento A existe um princípio em vigor: as decisões cotidianas em relação a procedimentos corriqueiros são tomadas pelo próprio responsável pela atividade. Essa prática é favorecida pela descentralização da coordenação, já que para cada atividade existe um responsável. Já as decisões maiores, que envolvem investimentos não corriqueiros, ou decisões que podem causar maior impacto no andamento do empreendimento (geralmente que envolvem valores acima de um salário mínimo) são sempre tomadas mediante um processo de discussão coletiva. Essa prática vale tanto para o empreendimento em si, quanto para cada um dos GCAs. A participação, nesse caso é feita por família, onde o casal toma parte em igualdade de condições de participação e opinião como se pode observar no depoimento a seguir:

> É sempre o casal. Que nem nós aqui do GCA Hubner nós temos reunião a cada semana. É semanal. Cada vez nós se reunimo, na casa de um. Uma vez aqui em casa, uma no FH, uma no RH né, a cada semana. Ai a gente faz, cada um tem o seu setor, tem o seu trabalho, o FH tem, o PH tem, o RH tem. E daí se faz uma vez por semana a reunião, o planejamento e o balanço. Cada um apresenta quanto [...] o que deu, folha de pagamento[...]. E daí as mulheres participam dão as suas sugestões, suas idéias né. E a reunião do grupo do abatedouro geralmente acontece uma vez por mês. Daí também apresenta o balanço, os serviços[...]. Daí vê como que está né. Sugestões, daí também né, cada associado com [...] o casal com as esposas também[...]. (SH, integrante do Empreendimento B)

As decisões são tomadas sempre por consenso, (mesmo que o processo demore para ser definido) e as conclusões principais são registradas em ata. Não há, portanto, registro da ocorrência de votações. Os momentos de discussão podem ser tensos como pode se observar pelo depoimento abaixo.

> Eu sempre procuro [...] procuro ver e rever e não tem outra: o ambiente é uma coisa importante. Tu precisa até ter um ambiente harmonioso pra trabalhar, o trabalho rende mais, as pessoas ficam satisfeita né. E é isso é, fundamental. Fundamental pra mim, de tu ter uma agroindústria em conjunto, é que tenha trabalho, mas que esse trabalho seja bem

> visto e bem feito né. Que ninguém leve esse trabalho como castigo, por exemplo, né, uma obrigação, em outras palavras. E eu vejo que o meu companheiro lá é bastante radical. As vezes as reuniões nem saem por isso, porque a gente discorda um pouco, né[...]. O PH, principalmente. Então, eu vejo isso como uma dificuldade, uma dificuldade. As reuniões, marca assim e de repente começou a não sair as reuniões eu acho que, que pra mim é temeroso, pra mim é temeroso. Só que também eu sei que a gente também, as vezes, não falou né, como poderia ter falado. Só que eu acho que as vezes tem que fazer avançar um pouco, porque as idéias nem sempre são iguais. Porém, eu vejo que é muito importante. As diferenças, as diferenças entre as pessoas, é que faz com que as coisas aconteçam (LT, integrante do Empreendimento A).

Observou-se, então, nesse empreendimento, uma queixa de que as reuniões estão dando lugar às discussões que ocorrem no dia-a-dia no interior do abatedouro, durante o trabalho. Enquanto para alguns isso é normal, já que todas as famílias têm lá seus representantes, outros entendem que isso é problemático, já que algumas pessoas praticamente não participam do trabalho na indústria, o que as deixa de fora do processo de discussão e decisão sobre o empreendimento.

> O que acontece, que muitas reunião não tão saindo, é que a gente comenta muito assim, é o pessoal que trabalha lá dentro né. Por que a gente reunia uma vez por mês. Era sagrado, né. Só que daí muitas vezes reunia hoje, amanhã já entrava um outro assunto e daí igual, a gente precisava decidir ele [...]. E daí como isso foi acontecendo meio seguido, dai as reuniões foram deixadas[...]. A gente comenta muito assim durante o serviço. Tem isso, tem aquilo. Mas daí mas as reunião com o pessoal [...] quem está ficando muito pra traz é o pessoal realmente que não trabalha direto lá [...]. (AT, integrante do Empreendimento A)

Integrantes dos dois GCAs ligados ao empreendimento A já manifestaram preocupação a respeito dessa questão. É provável que algum encaminhamento seja dado a esse respeito.

Essa mesma prática pôde ser observada no Empreendimento B. Nesse caso, as reuniões mais formais são mais raras. Predomina amplamente a prática de realizar as discussões na hora do almoço, feito em conjunto, especialmente nos dias de abate. Também nesse caso ocorre o fato de que os que não estão participando diretamente na produção do abatedouro, acabam não participando da discussão, muito embora sejam inteirados do debate, posteriormente, ou mesmo no curso das discussões que podem se prolongar por dias ou até semanas seguidas caso o assunto seja muito polêmico e de difícil consenso.

> Nós se reunimos todo dia. Nós estamos sempre junto. Por exemplo, se eu estou aqui hoje e o DGB que é o filho do DB, diz: “Chico precisaria comprar uma máquina de lavar o frigorífico com água quente”. Daí todo mundo tem cada família que ta ali. Daí cada um vai pra casa e todo mundo fica sabendo. Vai pra casa e conversa, tá de convergência. No outro dia tu já vê a convergência, se vai dar pra [...] se vai dar pra fazer negócio ou não vai dar. E aqui é maioria absoluta, absoluta. Se um não concordar o negócio acaba esmorecendo. Vai acalmando, vai acalmando. No momento da necesside sim a gente faz reunião (FG, integrante do Emprendimento B).

Nesse empreendimento o que se observa é um processo de recuperação da credibilidade no processo de gestão coletiva, que havia ficado fragilizada devido aos já relatados problemas de gestão e crise de confiança que haviam sido gerados. Pôde-se observar um novo ânimo em vários integrantes sobre a participação e, inclusive, em relação às expectativas sobre o empreendimento. E nesse caso, está se iniciando um movimento em sentido inverso, de ocorrência de reuniões mais freqüentes, que antes não havia. Observe-se apenas que havia no grupo uma certa naturalização dessa prática de dialogar apenas durante o almoço ou do próprio trabalho, tendo sido essa a prática sempre empregada ao longo da trajetória anterior. Enquanto isso, no Empreendimento A, esse é um fato novo, que está provocando desconforto devido, justamente, à existência de uma outra prática ao logo do tempo de reuniões mais amplas e ordinárias. O depoimento a seguir é ilustrativo dessas questões:

> AC: É mais de tudo na hora de meio dia né que gente tá lá [...]. Que a gente almoça junto e daí fala, ou a hora que ta trabalhando lá dentro. Mas só que nós tinha que se reunir um pouco mais, por que passou até mais 6 mês, um ano, sem se reunir, sem fazer uma reunião, assim, reunião, reunião mesmo. É, não fazia. E é onde que começa a desandar as coisas...
> O: E agora tão se reunindo estão se reunindo mais?
> AC: Agora sim, só que agora é mais deferente, né. Porque o DGB tem computador e ele passa tudo e mostra né, passa uma folha, entrada e saída e entrega prá cada família, né[...]. Agora, a cada 2 mês ele faz isso. Ai, daí tu vê né onde foi gastado o dinheiro, o que compro, o que fez, que máquina estragou... tudo né.
> O: E isso anima mais?
> AC: Anima mais. Porque de primeiro não se sabia onde ia o dinhero. Que nem nós colocamos o furgão na caminhonete, é mas o dinheiro, falta dinheiro.Mas foi pagado 3 mil o furgão né, mas só que ninguém, que tu.[...] se ninguém explica né, por isso é que dá discussão (AC, integrante do empreendimento B).

Observa-se, então, nesse empreendimento, a possibilidade de um avanço nesse processo participativo que, talvez, provoque avanços no próprio processo de elaboração da experiência de gestão participativa, com impactos em todo o andamento do empreendimento. Nesse sentido, é importante observar a forte pré-disposição percebida nos jovens, para o processo de discussão, de participação e de transparência. Considerando o fato de que partiu de um jovem a mudança do controle administrativo e financeiro possibilitando uma maior transparência ao processo de gestão, a qual vem sendo percebida positivamente por todo o grupo, é de se se esperar que os jovens tenham, nesse grupo, cada vez maior peso nas decisões. Houve, nos depoimentos, pelo menos três manifestações expressas (um adulto e dois jovens), no sentido de que a gestão e o trabalho no empreendimento deveriam ser conduzidas prioritariamente pelos jovens.

É preciso registrar, inclusive, que, do ponto de vista da participação dos jovens, os dois coletivos têm posturas bem distintas. No Empreendimento A, os jovens podem acompanhar as

reuniões, mas não tomam parte do processo de decisão sobre o empreendimento ou GCA. Essa decisão cabe apenas aos casais. De praxe, os jovens só participam se houver necessidade de prestar informações sobre o andamento de uma ou outra atividade. Já no Empreendimento B essa limitação não existe. Os jovens participam em igualdade de condições de opinião e argumentação. Como as decisões não envolvem votação e sim a construção de consensos, os mesmos podem ter um peso decisivo na definição dos rumos do empreendimento.

Por fim, do ponto de vista da participação, outro aspecto a ser considerado é o comportamento dos dois coletivos em relação à participação nos processos político-culturais que estão buscando definir novas relações sociais de produção para a sociedade como um todo, em vista de construção de uma nova sociedade que supere a dinâmica das relações capitalistas de produção. Como já descrevemos acima, a postura dos dois grupos, nesse sentido, tem sido bem diferentes. Enquanto no coletivo do Empreendimento A existe um processo intenso de envolvimento em diferentes espaços, incluindo os jovens, que consome uma considerável energia de todo o coletivo, no Empreendimento B essa participação está restrita a apenas uma das famílias. Nesta, o que se observa é também uma disposição de envolvimento de todos os seus membros, incluindo os jovens, embora a participação efetiva da mulher seja mais restrita. Já nas outras três famílias, esse envolvimento não existe e nem se percebe inquietações a esse respeito. Até pelo contrário, existem críticas aos que gastam tempo com tal participação.

5.6 Horizontes Societais e Perspectivas Futuras: observações e apontamentos

Se há algo que é comum a todos os sujeitos que participaram da presente pesquisa é o desejo de criar alternativas para permanecer na agricultura familiar. Essa é uma das unanimidades claramente perceptíveis em todos os envolvidos, incluindo adultos e jovens. Estes, contudo, especialmente os vinculados ao Empreendimento B, vinculam essa permanência à perspectiva de um retorno financeiro, em virtude de que essa possibilidade esteve ameaçada pelas já comentadas dificuldades administrativas do empreendimento. Mesmo aqueles vinculados ao Empreendimento A destacam a importância das perspectivas de um retorno financeiro condizente como essencial para sua permanência. No entanto, todos os seis jovens que participaram da pesquisa foram unânimes em afirmar sua preferência e seu desejo de permanecer na atividade.

Observa-se, inclusive, um desejo manifesto de modo recorrente pelas famílias que têm filhos atuando fora da unidade familiar de produção agrícola (exceto os já casados e economicamente autônomos) de que os mesmos consigam retornar e atuar na agroindústria. Esse é, inclusive, um dado que contraria as tendências reveladas em estudos anteriores realizados na região[238] que indicam que um percentual grande de jovens tem perspectiva de abandonar a agricultura especialmente os mais escolarizados. Enquanto a tendência mais geral da juventude rural é de que apenas permaneçam na agricultura os jovens menos escolarizados, nos empreendimentos estudados, jovens com excelentes perspectivas de escolarização estão projetando sua permanência na agricultura familiar, percebendo compatibilidade entre profissionalização e agricultura familiar. Isso nos permite concluir que esses empreendimentos estão mudando o olhar dos jovens sobre a agricultura familiar. Certamente a mudança da imagem da agricultura familiar que esses empreendimentos estão produzindo, tem influência nesse sentido. Mesmo porque nenhum dos envolvidos na pesquisa considerou possível a permanência na agricultura sem a criação dessas alternativas.

Um dado importante a ser registrado, em termos de perspectiva e significado desses empreendimentos, é a nova perspectiva que abriram para a efetiva permanência dos jovens na agricultura familiar. Cada uma das seis famílias que já têm filhos em idade de iniciar-se nas atividades produtivas[239] contam com pelo menos um filho atuando diretamente na agroindústria. Em pelo menos quatro desses seis casos, de acordo com os seus depoimentos, o êxodo rural e o ingresso no mercado de trabalho urbano teria sido seu destino, caso a agroindústria não tivesse sido criada. Vê-se, então, que esses empreendimentos estão, efetivamente, interferindo na perspectiva de permanência dos jovens no meio rural, contrariando todas as tendências apontadas por outros estudos.[240] Esse dado é ainda mais significativo se considerarmos que todos os seis casos a que se está fazendo referência, são jovens que concluíram o ensino médio e já estão, ou pretendem ingressar no ensino superior. Três deles chegaram a residir no espaço urbano para cursar o ensino médio e lá poderiam ter permanecido. Seu retorno à unidade doméstica de produção agrícola deu-se, portanto, por opção de vida e não por falta de alternativas. Esse dado é significativo justamente pelo que apontam os estudos consultados sobre o tema, segundo os

[238] Ver capítulo 1, item 1.3. c.
[239] Nos dois grupos o limite mínimo estabelecido para os jovens iniciarem sua participação mais efetiva nas atividades produtivas é a idade de 14 anos.
[240] Ver capítulo 1, item 1.2. (c).

quais, tendem a permanecer na agricultura apenas aqueles jovens menos escolarizados, como já registrei no capítulo 1.

Esse aspecto é de fundamental importância para a interpretação do significado desses empreendimentos visto que, de alternativa para a falta de opção, a agricultura familiar, nessa perspectiva, torna-se uma opção de vida. Nesse sentido, o orgulho e a satisfação pelo trabalho que realizam é fundamental.

Há que se registrar, contudo, que o casamento pode ser um fator decisivo para modificar a perspectiva de permanência das jovens na agricultura familiar ou, pelo menos, no empreendimento mantido por sua família. Diferentemente dos rapazes, seguindo a tradição cultural dessa população, elas tendem a acompanhar seus cônjuges no momento do casamento. Como em praticamente todas as situações o cônjuge é de fora do GCA, há uma forte tendência de as moças migrarem no momento do casamento. Nesta situação, entre os participantes desta pesquisa, registramos a saída de uma jovem que atuava no Empreendimento B e que saiu ao se casar. Atualmente reside e trabalha na cidade de Chapecó. Duas outras jovens, afirmaram em seus depoimentos que é possível que tenham que abandonar o empreendimento, se se confirmar a expectativa de casamento, já que seus futuros cônjuges não residem na comunidade. Um deles reside numa cidade vizinha e o outro reside em outra comunidade, sendo o herdeiro da propriedade dos pais, devendo continuar residindo naquele espaço.

Já para os rapazes esse ponto parece não ser decisivo do ponto de vista da permanência ou não no empreendimento, uma vez que sua tendência não é de acompanhar a cônjuge e sim de organizar seu futuro profissional a partir de sua própria condição. Dentre os pesquisados, um dos rapazes pretende se casar no próximo ano e afirma que continuará atuando no empreendimento e residindo na mesma comunidade. Outros dois, mesmo não tendo perspectivas de casamento imediato, afirmam que ele não será decisivo para definir sua permanência ou não no empreendimento.

Essa dinâmica de relações que define perspectivas diferentes de permanência de jovens na agricultura familiar, de acordo com o sexo, mantém relação com a dinâmica das relações de gênero acima discutidas e se refere à lógica da distribuição da herança. Os rapazes, que segundo a lógica das relações de gênero aí definidas, serão, na nova unidade familiar de produção agrícola, os responsáveis pelo trabalho produtivo, devem receber a terra ou outros meios de trabalho como herança. Isso lhe dá a condição de definir, a partir da sua situação, o local de moradia do novo casal. Já as moças, que são responsáveis apenas pelo trabalho reprodutivo, recebem de herança um certo dote de bens ligados a esse tipo de trabalho: a vaca de leite, a máquina de costura, um

enxoval de roupas, utensílios de cozinha, etc. Mesmo que a realidade dessas jovens já tenha se modificado em certa medida, e o dote possa ser composto de outros bens, a lógica mais geral das relações de gênero, como vimos acima, está preservada, em grande medida, continuando a determinar uma maior migração das moças do que dos rapazes.

Para concluir esse ponto, é importante observar que os pais desses jovens manifestaram expressamente o desejo de que seus filhos permaneçam no empreendimento e estão empenhados em criar as condições para tal. Porém afirmam também que essa deverá ser uma opção dos mesmos e que sua satisfação é de estarem conseguindo criar essa possibilidade de opção, uma vez que os seus filhos estão tendo acesso ao estudo e, ao mesmo tempo, dispõem de uma alternativa viável de permanecer na agricultura familiar.

> Hoje os nossos filhos têm opção de vida. Qual é essa opção? Eles têm uma alternativa colocada [...] e cada dia nós estamos automatizando ela (hoje estamos colocando biogás, amanhã vamos estar com a nossa energia própria). Então são tudo formas de [...] Nós estamos dando condições de trabalho e de vida, que eles podem escolher; se quiserem continuar na agricultura, eles podem ter uma vida, assim, mais fácil do que nós tivemos (PH, integrante do empreendimento A)

Os depoimentos de todos os casais foram nessa mesma direção, revelando existir um certo consenso na análise da questão.

Outro aspecto, então, em que existe uma quase unanimidade é na esperança de que, a partir da criação da agroindústria, essa permanência seja um horizonte possível, ou seja, de que os empreendimentos efetivamente podem criar essas condições de permanência.

> Eu acredito que as agroindústrias tão [...] é uma forma muito grande pra a agricultura familiar. Porque ai, como eu tava comentando antes, eu não estaria mais na roça, eu já seria um que já não estaria mais, não. O pai tem apenas 11 hectares de terra né e 4 filhos. E então não teria como ficar os 4 nesses 11 hectares de terra, fazendo... plantando milho, feijão e mandioca. E então, tem o meu irmão mais velho que mora aqui também. Então não teria como sobreviver, todos nós assim (FH, integrante do Empreendimento A).

> Eu aposto. No frigorífico eu aposto. Mas acho que tem que trabalhar com pensamento sério assim [...] pensar que vai dar dinheiro, que vai sobrar alguma coisa, que vai todo mundo trabalhar, não pra perder o que a gente tem (MG, integrante do Empreendimento B)

> Aqui é um caminho, né. Nós estamos vendo ainda se vale a pena, se [...]. Estamos trabalhando para que dê certo. Se der certo, eu acho que vale a pena. Buscar uma outra alternativa, porque na agricultura não está mais dando... mal pra sustentar (DGB, integrante do empreendimento B).

Observe-se que entre os integrantes do empreendimento B, mesmo esperançosos, deixam transparecer uma dúvida, em função das dificuldades enfrentadas pelo empreendimento até o final de 2005. Por outro lado, é bem perceptível nos depoimentos de praticamente todos os

integrantes, a crença na possibilidade de dar certo, com ênfase nas mudanças ocorridas nos últimos tempos, a partir da implantação de uma gestão mais transparente e mais profissional.

Percebe-se, por outro lado, que, na ótica desses agricultores familiares, a permanência no campo precisa estar associada a um modo de ser agricultor familiar, que não é aquele anterior, vivenciado pelas famílias antes do processo de modernização (agricultura familiar tradicional), mas tampouco aquele proposto pelo processo de modernização da agricultura liderado pelo capital agroindustrial.

É oportuno observar também que, em seus depoimentos, esses jovens deixam claro que sua perspectiva é de uma agricultura tecnologicamente dinâmica, baseada em princípios de gestão profissional. Mas preservam em seus horizontes, os princípios fundamentais de um desenvolvimento alternativo, fundamentado na autonomia, na auto-gestão, na transparência administrativa e no trabalho coletivo. Este, aliás, tem dos jovens a avaliação mais positiva. Seus depoimentos indicam um alto grau de satisfação com a possibilidade de trabalhar coletivamente, onde a interação e a troca de idéias é favorecida.

Contribui para a perspectiva de uma agricultura tecnologicamente dinâmica e baseada numa gestão transparente e profissional a expectativa de escolarização desses jovens. Dos seis que atuam diretamente nos empreendimentos, cinco já completaram o ensino médio e uma o está concluindo em 2006. Um deles já freqüenta o ensino superior (curso de administração de empresas), outro está tomando as providências para iniciar em 2007 (na área de engenharia de alimentos ou agronomia). Uma jovem está tentando vestibular para o curso de zootecnia numa universidade pública, não tendo obtido sucesso ainda. Outro, que residiu na cidade de Chapecó até o final de 2005 para concluir o ensino médio, afirma que pretende trabalhar pelo menos uns dois anos no empreendimento para então deslocar-se novamente para cursar engenharia de alimentos ou agronomia. A jovem que está concluindo o ensino médio também pretende cursar engenharia de alimentos. Apenas uma jovem que já concluiu o ensino médio não pretende mais estudar.

Pode-se observar que, em sua grande maioria, esses jovens pretendem qualificar-se para a vida profissional e todos em cursos próximos à sua atual área de atuação, uma vez que, mesmo o que cursa administração de empresas, atualmente é o responsável pela coordenação administrativa e financeira do Empreendimento B.

O que se observa nos depoimentos é que o que está sendo proposto é um projeto societário diferenciado das alternativas postas pelo capital agroindustrial, no qual se possa vislumbrar melhores condições de vida e de inserção social. Essa perspectiva pode ser percebida,

por exemplo, no depoimento reproduzido a seguir. Pelo que se pode ver, o horizonte buscado com essas agroindústrias é verdadeiramente uma nova inserção da agricultura familiar na sociedade. Nas suas palavras:

> P: Uma coisa que eu posso te dizer, Poli, é o seguinte: [...] eu tenho uma certeza, que, **cada vez menos agricultores vão estar produzindo pra alguém industrializar nas costas deles. Eu acho que o Brasil vai chegar num ponto que a agroindústria familiar vai tomar conta.** O mercado vai chegar no momento em que o, o processo da agricultura vai estar em mudança. Porque hoje, se existe crise, é porque alguém está explorando, certo?! Isso eu tenho claro. Se hoje na suinocultura, existe crise, é porque alguém está ganhando muito dinheiro às custas. Se alguém ganha pouco, é por que tem alguém ganhando demais. Em 95, nós, agricultores, todo mundo, estávamos se quebrando, enquanto que a Aurora[241] fez o recorde de lucro. Nada menos que 19 milhões de dólares de lucro. Então quer dizer o que? Nós quebramos e a Aurora é que ganhou dinheiro. E isso eu tenho certeza. **Esse vai ser o futuro da agricultura do Brasil. Vai ser esse. Não vai ser nesse ano, nem no ano que vem. Mas o processo, a direção hoje, está se tornando que... nós é que vamos mesmo industrializar e vender.** (PH, integrante do Empreendimento A).

Observe-se que há, nesse depoimento, uma clara contestação das relações de produção estabelecidas no complexo agroindustrial da carne suína. Seu questionamento é claro: a agricultura familiar não é viável, porque o trabalho excedente está sendo extraído, em grande escala, pelas grandes agroindústrias. Inclusive é ilustrativa a referência ao ano de 1995, justamente o ano em que o seu Grupo de Cooperação Agrícola iniciou o abate e processamento de suínos em caráter informal, bem como o ano que marcou o início de um crescimento significativo do número de agroindústrias familiares em toda a região, do qual o entrevistado tomou parte ativa, não apenas através da iniciativa de criação de uma agroindústria pelo seu próprio grupo, mas também liderando o movimento através da participação na APACO e, posteriormente, na UCAF. Essa mesma perspectiva pode ser percebida em outros depoimentos em que o próprio sistema cooperativista tradicional é posto em xeque, uma vez que, segundo os envolvidos, não favorece o pequeno agricultor familiar. Ou seja, a vivência das relações de exploração e a sua interpretação enquanto tal, aliada a já amadurecida discussão sobre a necessidade de organização, luta em defesa dos próprios direitos e a necessidade de busca de alternativas para a agricultura familiar, leva-o a perceber a necessidade de produzir, a partir de sua própria atividade, uma proposta de uma nova maneira de organizar a economia, com novas relações sociais de produção, que redundam em um novo projeto de sociedade. Uma proposição que não é apenas teórico-ideológica, mas que vem sendo tecida, cotidianamente, seja na forma de

[241] AURORA é a marca do frigorífico de uma indústria de grande porte, vinculada à Cooperativa Central do Oeste Catarinense (Cooper Central), que produz num sistema convencional de integração. A Cooper Central é uma

relações solidárias (de trabalho e de aprendizagem) estabelecidas no interior de cada empreendimento, seja através da ação sua concreta de inúmeras organizações de classe, em interação com o estado. Um movimento do qual esses sujeitos tomam parte ativa, como integrantes de uma rede e que, ainda que limitado em sua abrangência social direta, indubitavelmente aponta na direção de uma transformação completa das relações de produção em todo o contexto da agricultura familiar.

Certamente essa proposição, não teria sido possível sem a existência do que Thompson tem chamado de processo de formação classe[242], a partir do qual, uma nova consciência de si e das relações sociais em que se encontram envolvidos foi desenvolvida pela população em questão.

Por fim observamos que as sinalizações feitas nos depoimentos, pelos participantes, em termos de perspectivas futuras, limitam seu horizonte ao desenvolvimento da agricultura familiar. Ou seja, nas suas falas, não apresentam um projeto mais elaborado para a sociedade como um todo. Porém, é preciso registrar que, no seu cotidiano vivenciam, na prática, valores e princípios que, no geral, apontam numa perspectiva contrária aos valores e princípios do modo capitalista de produção. Vale, então, recordar aqui o que afirma Thompson (1981), no sentido de que os valores não são pensados, nem pronunciados, são vividos e surgem nos mesmos nexos de vida material e relações materiais que as nossas idéias.

Por outro lado, é importante perceber a crescente aproximação desse movimento, com o movimento social da economia solidária, com o qual percebemos compartilhar grande parte dos seus princípios, mesmo tendo surgido independente dele. Essa aproximação tem sido feita por meio de muitos momentos de compartilhamento de experiências, sonhos e projetos e vem ampliando os horizontes de percepção da transformação social necessária. Está permitindo, principalmente, uma percepção de identidade com outros sujeitos históricos que, aparentemente, estariam muito distantes entre si. Participando de feiras, encontros e fóruns de economia

---

cooperativa de segundo grau, mantida por um grupo de cooperativas agropecuárias tradicionais, ligadas à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

[242] Considerando os resultados de um estudo anterior (POLI, 1995), os quais, são coerentes com os dados coletados no presente estudo, pode-se afirmar que no Oeste catarinense, no período que se estende de 1978 a 1985, houve um período de intensa mobilização e lutas, acompanhado de uma também intensa atividade de elaboração teórico-política que culminou num processo de verdadeira formação de classe, no sentido dado por Thompson em sua obra, envolvendo a agricultura familiar. O ano de 1985 pode ser colocado com referência pelo fato de ser o momento em que os quatro grandes movimentos sociais que ocorreram na região, envolvendo a base social da agricultura familiar, já estavam plenamente estruturados e desenvolvendo todo um conjunto de atividades de luta e organização em defesa

solidária, esses agricultores familiares estão começando a perceber que suas lutas tem relação com as lutas de outros sujeitos (catadores de material reciclável, coletores de erva, artesãos, construtores e muitos outros) espalhados pelo país e pelo mundo, com os quais compartilham a mesma experiência de exploração e o mesmo desejo de construir um novas formas sociais de futuro em que se priorize a vida em detrimento da acumulação de capital.

dos interesses dessa população, a parir de um ideário elaborado e coerente. Para maiores detalhes, consultar Poli (1995).

CONCLUSÃO GERAL

Diante das novas condições de produção geradas pelo processo de modernização da agricultura comandado pelo capital industrial, interagindo com diferentes pedagogias, portadoras de interpretações de diferentes matizes sobre a realidade, a partir dos valores e crenças presentes em seu patrimônio cultural, os agricultores familiares do Oeste catarinense apresentaram diferentes tipos de reação que incluiram desde a integração às novas formas de produção propostas pelo capital até o êxodo rural que significou o abandono da condição de agricultores familiares que os identificava até então.

Nesse contexto, uma parcela dessa população, inspirada em elaborações críticas sobre essa realidade que passaram a ser veiculadas principalmente pelos adeptos da teologia da libertação, em espaços de interação presentes em todas as comunidades rurais ou criados a partir de então, interpretaram as novas relações de produção como aumento exacerbado da exploração, capaz de inviabilizar sua permanência no campo. E a partir dessa leitura, reagiram politicamente, através de ações de protesto que incluíam formas variadas de manifestação.

A partir de seu envolvimento nesse processo de contestação e crítica, esses agricultores passaram a ter contato com novas e diferentes experiências, conhecendo outros espaços, interagindo com novos agentes, conhecendo novas interpretações, acessando outros saberes mais elaborados sobre a realidade.

Foi a partir do seu patrimônio cultural, fortemente marcado pelo modelo original camponês, que essa população esboçou as primeiras formas de descontentamento e protesto. A partir delas, pela ação de um variado conjunto de fatores, um amplo processo educativo pôde ser vivenciado, possibilitando a esses sujeitos a construção de uma xisão demundo mais coerente e homogênea sobre sua condição social, aproximando-se do que Thompson definiria como um processo de formação de classe. Destaque-se a ação dos agentes e instituições que, na condição de verdadeiros intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, contribuíram com essa população para elucidar a complexa cadeia de relações envolvidas na produção das novas condições de vida que vinham experimentando.

Sem dúvida, como se pôde observar nos depoimentos coletados, muitos foram os agricultores que se envolveram nessas ações de protesto e mobilização, sem ter uma consciência muito clara da situação e do significado de tais ações. Ou seja, viviam experiências de classe, sem

ter uma clara consciência de classe. Essa, por sua vez, foi se construindo ao longo do próprio processo.

A partir desse momento, um conjunto de instituições comprometidas com seus interesses foram criadas e/ou redimensionadas e passaram a agir na produção de um novo modelo de desenvolvimento, buscando garantir melhores condições de vida e de produção. Durante mais de uma década, suas estratégias concentraram-se nas grandes manifestações de massa e em ações reivindicatórias, tendo o estado como o seu principal alvo.

A partir do final dos anos oitenta, contudo, sem abandonar por completo as ações reivindicatórias, eles passaram a concentrar suas energias na produção de alternativas de desenvolvimento. Opondo-se à proposta de modernização agrícola liderada pelo capital industrial, baseada no paradigma da revolução verde, não propunham, simplesmente, o retorno do antigo modelo da agricultura familiar tradicional. Ao contrário, empenharam-se na produção de um modelo original de desenvolvimento, baseado na associação e no trabalho coletivo, na autogestão e na produção de tecnologias alternativas construídas em torno dos conceitos de sustentabilidade e de agroecologia. Baseados na proposta de cooperação agrícola, uma série de práticas, projetos e formas de organização produtivas passaram a ser implementadas. Os Grupos de Cooperação Agrícola, as Associações de Agricultores, as Cooperativas e o trabalho coletivo são ícones desse modelo que teve, desde a origem, a pretensão de confrontar o novo modelo de agricultura proposta pela grande agroindústria.

Foi nesse contexto que surgiram as agroindústrias familiares associativas como alternativas de produção e de viabilização da agricultura familiar. Trabalhando a partir do conceito de agregação de valor, propõe-se a prolongar a participação dos agricultores familiares na cadeia produtiva, como forma de evitar sua exploração pela grande indústria.

Sua implantação, contudo, provocou profundas transformações no processo de produção historicamente praticado por esses sujeitos. Superando a condição de meros produtores de matérias primas a serem processadas pela grande indústria, passaram à condição de produtores de mercadorias a serem vendidas ao consumidor final. Isso lhes exigiu uma completa revisão do modo de participar do processo de produção e novas e inusitadas competências e hábitos para desenvolvê-lo. Um conjunto de novas experiências de trabalho passaram a ser vivenciadas dentro e fora dos empreendimentos. Na vivencia cotidiana da produção coletiva, passaram a exercitar novas formas de interação com o coletivo que lhes permitiram o desenvolvimento de novas habilidades de comunicação, diálogo e cooperação. E também precisaram desenvolver hábitos novos, totalmente ausentes na sua trajetória anterior, ligados ao cuidado com a higiene, com a

estética e com a qualidade sensorial do que produzem. No contato com o público passaram a dar atenção a aspectos antes inimagináveis como os gostos, os desejos e os humores do consumidor. Novos modos de apresentar-se e de vestir-se passaram a ser necessários.

Com base no problema que orientou a presente pesquisa, busquei averiguar o modo como esses agricultores familiares estão elaborando essas experiências de vida e de trabalho nesse novo contexto de produção e caracterizar os processos educativos que possibilitaram a construção das novas qualificações (competências, habilidades e hábitos) necessárias nessa nova situação produtiva. Uma atenção especial foi dada à caracterização das novas relações de produção vivenciadas nesses empreendimentos, buscando perceber em que medida os mesmos preservam os ideais políticos que motivaram sua criação em contraposição às relações capitalistas de produção e como projetam seu futuro e sua inserção na sociedade.

Trabalhamos com a hipótese de que a forte motivação política presente na origem desses empreendimentos influenciou a trajetória de organização e condução dos trabalhos no cotidiano das agroindústrias, bem como na forma de interpretar seu significado. Porém as decisões dos trabalhadores envolvidos na organização e no funcionamento desses empreendimentos e o modo como esses empreendimentos estão sendo percebidos por esses trabalhadores, sofre influência também de outros fatores de ordem objetiva e de ordem subjetiva. Assim, tendo por base as contribuições teóricas de E. P. Thompson, trabalhamos com a perspectiva de que a reelaboração da experiência de vida e de trabalho por esses trabalhadores das agroindústrias familiares, vem ocorrendo num processo de interação entre a sua cultura e as suas condições de vida, bem como do contexto de novas relações por eles estabelecido, sendo tanto um processo de caráter social e coletivo, quanto pessoal e subjetivo, tecido por vias muito complexas e, portanto, impossível de ser previsto *a priori*, visto que depende do modo como ocorre a inserção pessoal de cada sujeito no processo e da interpretação subjetiva sobre o seu significado.

As informações colhidas a partir do trabalho de pesquisa conduzem à conclusão de que a hipótese com que trabalhamos se confirma. Em primeiro lugar, a origem diferenciada de cada um dos empreendimentos estudados, em termos do envolvimento precedente de seus integrantes com o movimento político e cultural em curso na região, produziu, efetivamente, maneiras bem diferentes de interpretar a nova experiência de vida e de trabalho e originou, em cada um dos coletivos, modos diferenciados de tomada de decisões sobre o empreendimento, como também, modos diferenciados de relacionamento entre seus participantes.

Por outro lado, a própria vivência da experiência do trabalho coletivo, em si mesma, produziu transformações nos sujeitos envolvidos, cuja direção foi influenciada pelo modo como

cada coletivo e mesmo cada sujeito processou seu ingresso e sua participação naquele coletivo e na sociedade como um todo. No Empreendimento A, a maior abertura para a discussão de regras e critérios para a tomada de decisões, possibilitada pelas experiências de participação anteriores ao empreendimento, conduziu o coletivo ao estabelecimento de regras claramente definidas sobre o funcionamento das atividades, sobre a distribuição do trabalho, a gestão do empreendimento e dos GCAs e a distribuição dos resultados do trabalho, bem como favoreceu práticas mais transparentes em relação aos processos de gestão. Esses fatos possibilitaram que cada participante se sentisse representado na definição dos rumos do empreendimento, fortalecendo os seus vínculos com os mesmos. Já no Empreendimento B, a menor abertura à discussão, fruto da inexperiência do coletivo em práticas participativas, favoreceu a vigência de práticas espontaneístas e voluntaristas, baseadas em critérios de decisão pessoais de cada integrante (sem confrontação com princípios racionalmente estabelecidos), abrindo, inclusive, espaço para a possibilidade de práticas viciadas do ponto de vista da gestão dos recursos do coletivo. Tais fatos geraram descontentamentos que, não devidamente processados, levaram à saída de integrantes do grupo e mesmo ao risco iminente de sua dissolução.

No mesmo sentido, no Empreendimento B, não obstante o fato da agroindústria e o próprio trabalho coletivo terem surgido em função das dificuldades financeiras que vinham sendo enfrentadas pelas famílias; não obstante, também, a vigência, no coletivo, de um discurso democrático, fundado na participação, na igualdade e na solidariedade, a ausência de uma discussão mais ampla e profunda dos critérios a serem utilizados para a definição de encaminhamentos e mesmo o não aprofundamento das categorias fundantes do discurso proferido e suas implicações (trabalho coletivo, autogestão, solidariedade, democracia, participação, dentre outras), levou o grupo, por vezes, a manter atitudes pouco consistentes com os princípios professados, privilegiando, por exemplo, a remuneração do patrimônio em detrimento do trabalho, o que tornou inviável a continuidade da participação justamente dos integrantes com maiores dificuldades financeiras. Comprometeu-se, nesse aspecto, um dos princípios mais caros à lógica do movimento social da economia solidária, com o qual esses empreendimentos vêm dialogando: a prioridade à reprodução ampliada da vida, em detrimento à lógica de reprodução ampliada do capital.

Apesar disso, constatou-se que essas experiência frustrantes e geradoras de tensão, aliadas à percepção das conquistas advindas da experiência de trabalho coletivo, juntamente com a ampliação do espaço à participação dos jovens nos processos de trabalho e de gestão, vêm provocando avanços importantes na condução do processo de gestão do empreendimento e do

próprio trabalho coletivo, em si, o que deverá ter conseqüências importantes para o futuro desse empreendimento. Essa constatação nos indica que o futuro do empreendimento e a interpretação das novas experiências de trabalho é um processo aberto, em construção, cujos pontos de chegada dependerão das decisões que continuarão sendo tomadas por seus participantes a cada momento.

Por outro lado, apesar de alguns revezes, foi possível constatar que, se há algo em comum a todos esses sujeitos (que participaram da pesquisa) é o seu desejo de criar alternativas para permanecer na agricultura familiar. Essa foi uma das unanimidades percebidas com nitidez, tanto entre adultos quanto entre jovens. Observou-se, inclusive, um forte desejo das famílias que têm filhos atuando fora da unidade familiar de produção agrícola de que os mesmos consigam retornar para atuar na agroindústria, contrariando uma tendência percebida entre a população da região como um todo, que tem se revelado cada vez mais propensa ao êxodo rural. Isso nos permite concluir que esses empreendimentos estão mudando o olhar dos jovens e dos adultos sobre a agricultura familiar. Essa mudança de tendência certamente mantém relação com um outro aspecto percebido e que, para os objetivos do presente estudo, tem um significado muito importante: a mudança de imagem construída pelos sujeitos da pesquisa sobre a agricultura familiar. A partir das novas experiências de trabalho, não reproduzem mais aquela imagem de homens e mulheres rústicos, geralmente pouco informados e ingênuos, com as mão cheias de calos e as unhas e vestes marcadas pela cor da terra, que geralmente caracterizam os trabalhadores da roça, seja pelo olhar das populações urbanas, seja pelo próprio olhar, a partir do qual, geralmente, os agricultores tem incorporado uma condição de inferioridade.

Se por um lado a pesquisa evidenciou a esperança depositada de que, a partir da criação da agroindústria, a permanência dessas famílias na agricultura familiar tornou-se um horizonte possível, percebe-se, por outro lado, que, na ótica desses sujeitos, a permanência no campo precisa estar associada a um modo de ser agricultor familiar, que não é aquele anterior, vivenciado pelas famílias antes do processo de modernização e nem aquele proposto pelo processo de modernização da agricultura liderado pelo capital agroindustrial. Eles almejam e projetam uma agricultura tecnicamente bem desenvolvida, mas por caminhos alternativos ao proposto pelo capital industrial, muito embora, não excluam muitas aprendizagens que obtiveram na vivência da produção convencional.

Esse aspecto é de fundamental importância para a interpretação do significado desses empreendimentos visto que, de um recurso para a falta de melhores opções, a agricultura familiar tornou-se uma opção de vida da qual se orgulham.

É importante, contudo, não perdermos de vista que o que vem orientando a criação e o desenvolvimento desses empreendimentos é o forte desejo de auto-reprodução social desses agricultores familiares, muito mais do que a busca de acumulação de capital. Ou seja, a formação dos empreendimentos em estudos não foi orientada por uma lógica de acumulação de capital, e sim por uma lógica de busca de alternativas de sobrevivência no âmbito da agricultura familiar.

Observou-se, assim, que, sobretudo nas experiências originadas a partir do envolvimento com o movimento político cultural que ocorreu na região, o que está sendo proposto é um projeto societário diferenciado, que pretende superar as relações de produção estabelecidas no complexo agroindustrial de processamento da carne suína, no qual seja possível vislumbrar melhores condições de vida e de inserção social, tendo como horizonte uma nova inserção da agricultura familiar na sociedade; um projeto em que "[...] cada vez menos agricultores vão estar produzindo pra alguém industrializar nas costas deles."[243] O projeto pretende, portanto, superar tais relações de produção, por entender que se a agricultura familiar está se tornando inviável, é porque o trabalho excedente está sendo extraído, em grande escala, pelas grandes agroindústrias. Nesse sentido, a esperança depositada na agroindústria familiar deve-se ao fato de a mesma ser portadora desse projeto diferenciado, em que novas relações de produção são estabelecidas, fundadas nos princípios da igualdade, da solidariedade e da participação, permitindo que os resultados do trabalho permaneçam com os próprios trabalhadores que os produzem.

Ou seja, a vivência das relações de exploração e a sua interpretação enquanto tal, aliada a uma já amadurecida discussão sobre a necessidade de organização e luta em defesa dos próprios direitos e sobre a necessidade de se buscar alternativas para a agricultura familiar, levou esses agricultores a perceber a possibilidade de propor, a partir de sua própria atividade, uma nova maneira de organizar a economia, com novas relações sociais de produção e um novo projeto de sociedade em que predomina a lógica da reprodução ampliada da vida, ao invés da reprodução ampliada do capital.

É importante destacar que essa proposição não nasceu no nível teórico-ideológico, mas vem sendo tecida, cotidianamente, seja na forma de relações solidárias (de trabalho e de aprendizagem) estabelecidas no interior de cada empreendimento, seja através da ação concreta de inúmeras organizações de classe, em interação com o estado. Um movimento do qual muitos desses sujeitos tomam parte ativa, como integrantes de uma rede e que, se ainda limitado em sua abrangência social direta, indubitavelmente aponta na direção de uma transformação completa

[243] Depoimento de PH, integrante do Empreendimento A.

das relações de produção em todo o contexto da agricultura familiar. Essa proposição, contudo, só foi possível pela existência de um verdadeiro processo de formação de classe, a partir do qual, uma nova consciência de si e das relações sociais em que se encontram envolvidos foi desenvolvida pela população em questão.

Seus horizontes societais ainda se mostram restritos ao âmbito do desenvolvimento da agricultura familiar, não revelando a pretensão de apresentar um projeto de desenvolvimento da sociedade como um todo. No seu cotidiano, porém, vivenciam, na prática, valores e princípios que, no geral, apontam numa perspectiva contrária aos valores e princípios do modo capitalista de produção. Por outro lado, é importante ressaltar a crescente aproximação desse movimento, com o movimento social da economia solidária, com o qual compartilha grande parte dos seus princípios, mesmo tendo surgido independente dele. Essa aproximação, feita por meio de muitos momentos de troca de experiências, sonhos e projetos, vem ampliando os horizontes de percepção da transformação social necessária. Está permitindo, principalmente, uma percepção de identidade com outros sujeitos históricos que, aparentemente, estariam muito distantes entre si. Participando de feiras, encontros e fóruns de economia solidária, esses agricultores familiares estão começando a perceber que suas lutas têm relação com as lutas de outros sujeitos espalhados pelo país e pelo mundo, com os quais compartilham a mesma experiência de exploração e o mesmo desejo de construir novas formas sociais de futuro em que se priorize a vida em detrimento da acumulação de capital.

Na mediação dessas mudanças atuaram processos educativos que incluiram uma gama muito variada de experiências, tanto de cunho político-ideológico, que lhes auxiliaram na definição do sentido ético-político de suas experiências, quanto de cunho técnico-operativo, incluindo o aprendizado de conceitos, de procedimentos e de hábitos, os quais tornaram possível a construção das novas qualificações necessárias ao desenvolvimento do novo processo de trabalho.

Ao concluir esse processo de investigação, limitado por um tempo, um espaço e por um problema de pesquisa, muitas outras interrogações se apresentam a reclamar novos processos de investigação. Em primeiro lugar, é preciso acompanhar o modo como esses jovens irão processar sua relação com o empreendimento e com a agricultura familiar nos próximos anos. Em que medida esses empreendimentos confirmarão a possibilidade de inserção do conjunto (ou, pelo menos, da maioria) dos herdeiros dessas famílias, superando a tendência regional de permanência de um ou nenhum dos filhos nas unidades familiares de produção agrícola, em função das precárias perspectivas de vida que elas oferecem? Por outro lado, entendemos oportuno e

necessário ampliar o espectro da investigação e observar as representações e o comportamento dos jovens inseridos em outras situações de produção, no âmbito da agricultura familiar. Como estarão elaborando suas experiências de vida e de trabalho os jovens que atuam hoje em unidades familiares de produção agrícola que não possuem projetos de agroindústrias familiares e que resistem ao processo do êxodo rural, contra as expectativas dominantes de abandono do campo? Que processos educativos estão informando sua interpretação da realidade atual e suas expectativas de futuro? Essas mesmas perguntas são necessárias em relação aos jovens que participam de projetos de integração às agroindústrias convencionais. Compreender as perspectivas desses jovens para sua vida futura nos parece essencial à proposição de processos educativos que dialoguem com seu patrimônio cultural e suas expectativas de futuro, de modo a viabilizar outros processos de emancipação a partir desses sujeitos, bem como para orientar a formulação de políticas públicas voltadas à educação, trabalho e renda no meio rural.

Numa outra direção, indagamo-nos: quais os impactos dos processos de compra direta realizados pelo programa bolsa família na vida dos agricultores familiares dessa mesma região? Seria ele, suficiente para fomentar novas perspectivas de inserção social que viabilizem a reorganização da agricultura familiar numa perspectiva de autonomia (em relação ao grande capital agroindustrial) e da auto-gestão?

Ou ainda: de que modo o movimento social da economia solidária está sendo apreendido pelos agricultores familiares inseridos em outros projetos de cooperação agrícola? Em que medida seus ideais estão oferecendo condições de representação (na perspectiva do conceito de hegemonia) aos agricultores familiares que estão buscando outras alternativas de produção de caráter cooperativo?

Todas essas são possibilidades de investigação que reivindicam a atenção institucional para subsidiar a construção de alternativas de desenvolvimento que apontem numa outra perspectiva de relações sociais baseadas na valorização da vida e na sustentabilidade social e ambiental. Uma investigação, porém, nos parece particularmente instigante. Temos clareza que as agroindústrias familiares associativas representam apenas uma pequena parcela das agroindústrias familiares que vêm se multiplicando na região. Partindo da percepção de que esse processo de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar é capaz de abrir novas perspectivas de produção e de inserção social dessa população, nos perguntamos: quão vasto é o leque de alternativas formais e informais de organização e institucionalização de tais empreendimentos? Qual o perfil social, econômico, cultural e político dos participantes de tais empreendimentos? Como se caracteriza sua trajetória antes e após a implantação dos

empreendimentos? Como estão elaborando suas experiências de vida e de trabalho e suas perspectivas futuras de inserção social? Que processos educativos estão informando sua interpretação da realidade atual e suas expectativas de futuro?

Essas são perguntas que esta tese deixa para serem respondidas por novas pesquisas, urgentes e extremamente necessárias, para que se possa entender os limites e potencialidades dos processos de transformação em curso no campo[244]. Mas se nos faltam condições para responder a todas elas, não nos faltam argumentos para afirmar que esses empreendimentos abriram uma nova perspectiva para a agricultura familiar e para a inserção social dos seus integrantes. No seu interior e nas relações que estabelecem com a sociedade envolvente, um novo projeto de sociedade está sendo gestado, vivido antes do que pronunciado, do qual, se não se pode ver um desenho acabado, já se pode ao menos, perceber os seus contornos: relações sociais que privilegiam a solidariedade à competição, a participação ao individualismo, à igualdade à acumulação. Nele a reprodução ampliada da vida se sobrepõe à reprodução ampliada do capital. Um projeto tecido tanto de continuidades (tradições culturais reelaboradas), quanto de rupturas (novas interpretações e novas posturas políticas radicalmente emancipatórias) num modo original de combinação, cujo significado é fornecido pelo fio condutor da ética, compromissada com as mediações históricas da existência, que tem como valor fundante a dignidade da vida humana.

Otimismo exagerado? Prefiro dizer que é esperança. Pois como Boaventura de Souza Santos[245], entendo que a realidade não se reduz ao que existe e a existência não esgota as possibilidades da existência, visto que há alternativas para superar o que é criticável no que existe. Assim, o papel da teoria crítica é, antes de tudo, colocar em evidência o potencial

---

[244] Diante de tais indagações, que clamam a atenção institucional para a sua realização, é que ouso reafirmar aqui o papel estratégico da universidade pública para o processo de desenvolvimento da região e do país. E conclamo a sensibilidade dos gestores públicos para perceber a diversidade de arranjos institucionais possíveis para a ampliação da presença da universidade pública (estatal ou não estatal) em toda a grande diversidade de espaços geográficos desse país de dimensões continentais.
A Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó, universidade pública, porém não estatal, que me oportunizou as condições profissionais para a realização deste estudo, há mais de trinta e cinco anos vem desenvolvendo um esforço inaudito para viabilizar o desenvolvimento da pesquisa nessa região distante dos grandes centros, fora das grandes rotas de desenvolvimento e totalmente desassistida em termos de universidades públicas, mantidas pelo estado. E o faz com recursos oriundos quase que exclusivamente das mensalidades cobradas de seus alunos de graduação. Tenho clareza da impossibilidade do país, nesse momento, dotar cada grande região como o Oeste catarinense de uma universidade pública estatal, nos moldes convencionais. É por isso que conclamo à percepção de que as universidades comunitárias, democráticas, geridas pelo princípio da autogestão, pode ser uma alternativa ágil e economicamente viável para assistir esses espaços. Basta que o estado reconheça suas virtudes e subsidie seu esforços voltados à produção científica. Do contrário, perpetuaremos a atual concentração de recursos nas regiões já desenvolvidas, relegando as demais ao abandono. E enquanto isso, o muitos temas ficarão a espera de iniciativas isoladas e voluntaristas para serem estudados.
[245] Santos (2001).

transformador das novas experiências, mesmo que dele ainda seja possível perceber apenas as primeiras pulsações.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais. **Cadeias produtivas, segmentação de gênero e novas formas de regulação:** notas metodológicas a partir de uma experiência de pesquisa. [S.l.]: Mimeo, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições UNESCO e EPAGRI, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas**:** Ed. Da UNICAMP/AMPOCS, 1992.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Rural. Porto Alegre: UFRGS, jun. 1999, p. 14.

_____. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis/Brasília: Epagri & Nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ABRAMOVAY, R.(coord.); BRUSKY, B. **Estudo ADS-Sebrae:** acesso a serviços financeiros como base do desenvolvimento local. Chapecó: [s.n.], 2003.

ADS/SEBRAE. **Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local**. [S.l.:s.n], [s.d]. 17 transparências.

ALBA, Rosa. **As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó.** Chapecó: Ed. Argos, 2002.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1985.

AMBIENTEBRASIL. Portal do Ambiental, 2000. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>. Acesso em: data (ver pg 68 ou 24)

ANTEAG. **Autogestão & Trabalho:** construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez & Ed. Da Unicamp, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2000.

APACO. **Programa Trienal de Assessoria aos grupos de pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina.** Chapecó: APACO, 1992.

_____. Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense. **Programa trienal de assessoria à cooperação e ao desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense.** Chapecó: Mimeo, 1995.

_____. **Programa Trienal de Assessoria a Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense.** Chapecó:APACO, 1995b.

_____. **Programa Trienal de Assessoria a Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense**(continuação). Chapecó: APACO, 1999.

_____. Chapecó: [s.n.], 2000. 1 folder.

_____. Chapecó: [s.n.], 2001. 1 folder.

_____. Material de Divulgação. Chapecó: [APACO], [s.d.].1 folder.

APACO/CEPAGRI. **Animação de dinâmicas de desenvolvimento local do Oeste catarinense.** Projeto BNDS – Desenvolvimento Local/Cooperação Técnica do PNUD. Chapecó, set. 2001.

_____. **Animações de dinâmicas de Desenvolvimento Local do Oeste Catarinense.** Projeto BNDES – Desenvolvimento Local/Cooperação Técnica do PNUD. Chapecó, dez. 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARROYO, Miguel. As relações na escola e a formação do trabalhador. In.: ____. et al.(org). **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã,1999.

_____. Trabalho – Educação e teoria pedagógica. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

_____. **Humanizar o Infra-Humano:** a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxix e economia solidária. Petrópolis: Vozes, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO COMUNIDADE DO FUTURO. Chapecó:[s.n.], [2001].

AUED, Bernardete (org). **Educação para o (des) emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste catarinense:** o papel da APACO e demais agentes sociais. Florianópolis, UFSC, 2003. Tese de doutorado.

BACH, Celso. **A cooperação agrícola como estratégica de reprodução da agricultura familiar no Oeste catarinense:** o município de Saudades. 2001. 196 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria(RS), 2001.

BAIERLE, Sérgio Gregório. A exploração: emergência de um novo princípio étnico-politico nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In.: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Abertura Econômica e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil. In.: CASTRO, Nádya A.; DEDDECA, Cláudio. (org) **A ocupação na américa latina: tempos mais duros.** São Paulo: ALAST, 1998.
BELATTO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. 1985. 443 f. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, (Obras Escolhidas), 1994.

BERTAUX, Daniel. "L'approche biographique as validité methodologique, ses pontencialités". **Cahiers Internationaux de sociologie.** Paris, v. LXIX , 1980.

BOFF, Leandro; BOFF, Clovis. **Da libertação:** o teólogo das libertações sócio-históricas. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONI, Luiz A . de; GOMES, Nelci R. **Entre o passado e o desencanto**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1983.

BONI, Luiz A. de ; COSTA, B. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia se Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 20003.

BOUDIEAU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio(orgs). **Escritos de educação.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOUDIEAU, Pierre; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria crítica do sistema de ensino. 2. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL, Ministério do Trabalho e emprego. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília: SENAES, 2006.

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In.: LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

BUBER, Martin. **O solicalismo utópico.** São. Paulo: Ed. Perspectiva, 1945.

BUSNELLO, Jaqueline. **Fatores que contribuem para a durabilidade de organizações associativas ligadas à associação dos pequenos agricultores do oeste catarinense (APACO)**. 2002. 102 f. Monografia (Conclusão do curso de Agronomia) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Sem terra com a poesia.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Pedagogia dos Movimentos dos Sem terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai:** relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. Paraíba, 1987. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 1987.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A igreja católica e a questão agrária: alguns elementos para a analise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945 -1964. In.: PAIVA , Vanilda (org). **Igreja e questão Agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

CARVALHO, J. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação Social no Brasil Hoje. In.: **Revista Polis.** São Paulo, n˚ 2, nov. 1998. 60p.

CARVALHO, Murilo. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1991.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In.: FERRETI, et al(org) **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos sociais do campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. 1991. 87f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciencias Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Ana Célia et al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1979.

CASTRO, Nadya A.; DEDDECA, Cláudio S. **A Ocupação na América Latina:** tempos mais duros. São Paulo: ALAST, 1998.

CASTRO, Nadya Araújo. Qualificação, qualidades e classificações. In.: CEDES. **Revista Educação e Sociedade.** Campinas: Papirus, v. XIV, 1993, p. 211-24.

_____. Qualificação: qualidades, classificações e ações. In.: _____ (coord). **Qualificação, mercados e processos de trabalho:** estudo comparativo no complexo químico brasileiro. Relatório final de pesquisa. Programa de pesquisa em Ciência e Tecnologia, qualificação e produção CEDES/FINEP/PDCT-CNPQ. São Paulo, ago. 1998.

CATANI, Antônio David (org). **A outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVINEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CHAPECÓ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. **Caderno do Programa Comunidade do Futuro.** Chapecó: Mimeo, 2000.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. **Empresa Mãe:** Cooperativas Populares. Chapecó: [s.n], 2002. 1 folder.

CHAYANOV, Alexandre. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CNBB, Regional Sul-IV. **Mini-Projetos Alternativos:** relatório de avaliação. Florianópolis, mai. 2002. CDROOM.

CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. **Caderno do Cooperação Agrícola nº 5:** Sistema Cooperativista dos Asssentados. São Paulo: [s.n.], abr. 1997.

_____. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. **Caderno do Cooperação Agrícola nº 8:** Sistema de Crédito Cooperativo. São Paulo: [s.n.], nov. 1998.

CORAGGIO, J. L. **Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado**. [S.l.:s.n.], Proposta n. 72, mar-mai. 1997.

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In.: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

CRESOL, Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. **O crédito da agricultura familiar.** Francisco Beltrão (PR): Mimeo, [2002]. Material Publicitário

CUT, Terra Solidária. **A agricultura Familiar e Socioeconomia Solidária.** Florianópolis: Escola Sindical Sul, 2000.

DAGNINO, Evelina. Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In:_____ (org). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In.: DAL RI, Neusa M. (org) **Economia Solidária:** o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

DEMARTINI, Zeila B. F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In.: VON SIMSON, Olga. **Experimentos com histórias de vida (Brasil – Itália).** São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Beatriz da S. G.(org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992.

DESENVOLVER. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – (Proposta Técnica do Programa). Florianópolis: FUNCITEC/CEPAGRO/APACO/VIANEI, 1998.

DORIGON, Clovis et al. A construção social de um projeto de desenvolvimento regional: possibilidades e limites. In: **Congresso Mundial de Sociologia Rural**. 10, Rio de Janeiro, jul-ago. 2000.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social:** propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, Vozes, 1998.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. In: **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo:[s.n.], n° 10, p. 24-30, out. 1984.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.

_____. **A divisão do trabalho social. Lisboa: Editorial Presença, 1989.**

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação:** na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

ECOSOL. **Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário**. São Paulo:[s.n.], [s.d].

_____. **Projeto de constituição das Bases de Apoio.** [S.l.:s.n], [s.d]. 12 transparências.

ECOVIDA – Rede de Agroecologia. [Florianópolis]: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, [s.d]. 1 folder.

ESPINDOLA, Carlos J. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Ed. Grifos, 1999.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. In.: **Novos estudos CEBRAP.** São Paulo:[s.n.], v.2, 4, p.11-23, abr. 1984.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Socialização i indiviudalização:** MST, uma estilística de resistência. Ijui (RS), Ed. Unijuí, 2006 (prelo).

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRAROTI, Franco. **Storia e Storie di vita.** Saggi ascabililarterza: Ed. Roma, 1981.

FERRETTI, Celso et al.(org). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamâ,1999.

FERRETTI, Celso. Formação Profissional e Reforma do Ensino Técnico no Brasil: anos 90. In.: **Educação & Sociedade**, Campinas: [s.n.], ano 18, nº 59, p. 225-269, ago. 1997.

FETRAF-SUL/CUT. **Dossiê FETRAF-SUL/CUT**. Chapecó: [s.n.], 2001-2002.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Terra Solidária**. Florianópolis: Gráfica e Editora Agnus, 2001.

FIORE, José Luiz. Utopias e contradições do capital nos temos de globalização. In.: KRAYCHETE, G et al.(org.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. **Homem livre na ordem escravocrata.** São Paulo: Kairós, 1974.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital.** Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderlei(orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2006.

GAIGER, L. I. (coord). Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. In: CEDOPE. **Série Movimentos Sociais e Cultura.** São Leopoldo-RS: CEDOPE, ano 10, nº 15, 1999.

GAIGER, L. I. **Agentes religiosos e sem terras no sul do Brasil**: quadro de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: CUT (Brasil). **Sindicalismo e Economia Solidária:** refelxões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999b.

_____. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALILEA, Segundo. **Teologia da libertação**: ensaio de síntese. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez Ed, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita:** o futuro da política radical. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GIESE, Bárbara. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial**: demandas e canais de influência (1970-1980). Florianópolis: UFSC, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo & Cooperativismo:** a economia solidária em dabate – transformações no mundo do trabalho. São Paulo: UNITRABALHO, [s.d.].

GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott. **Competitividade e Desenvolvimento:** atores e instituições locais. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HEGEL. Princípios da Filosofia do Direito. Lisboa (Portugal): Guimarães Editores, 1990.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HEREDIA, Beatriz M.A. de; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr. A.R. O lugar da mulher nas unidades domésticas camponesas. In: _____. **Mulheres na força de trabalho na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1984.

HILL, Cristopher. **O mundo de ponta cabeça** idéia radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HIGGINS, Sílvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó (SC), Ed. Argos, 2005.

HIRATA, Helena. Da polarização das Qualificações ao modelo de competências. In.: FERRETI, et al(org) **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Flexibilidade**, **trabalho e gênero.** Taller Lãs Transformaciones Del Trabajo. Santiago(Chile): Mimeo, 1999.

HOBSBAWM, E. **Rebeldes primitivos:** estudo sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Jeneiro: Zahar, 1970.

_____. **A era dos extremos:** O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Polular. In.: CATTANI, Antônio David (org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KASMIR, Sharryn. **The myth of Mondragón:** cooperatives, Politics, and Working-Class Life in a Basque Town. Albany: State University of New York Press, 1996.

KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Ed. La e Merti, 1968.

KERGOAT, Daniele. A propósito de las relaciones sociales de sexo. In.: HIRATA, H. et al. **La division sexual del trabaljo:** permanência e cambio. Buenos Aires/Santiago: Piette del Conicet/CEM, 1997. p.31-40.

KOBER, Cláudia Mattos. **A qualificação Profissional do ponto de vista de trabalhadores na indústria.** 2001.Disssertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.

KUENZER, Acácia Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In.: _____. et al.(org). **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã,1999.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Pedagogia da fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. 4.ed. São Paulo: Cortez Ed, 1995.

LAMARCHE, Hulhes (coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LANDIN, José Roberto Medina; MONTEIRO, Manuel Antônio de A. **O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista**. São Paulo: Perspectiva, n. 9/10, [1986 ou 1987], p. 37-49.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Beatriz da S. G.(org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992.

LEITE, Márcia de Paula.**O futuro do trabalho:** novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scrita, 1994.

_____. Modernização tecnológica e relações de trabalho. in.: FERRETI, et al(org) **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994b.

_____. Nuevos desafios em el mundo Del trabajo. In.: **Sociología del Trabajo,** Nueva Época, n. 36, primavera de 1999, p. 3-31.

_____. **O trabalho em movimento:** reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil (org). Campinas, Papirus, 1997.

LEITE, Márcia Pereira. Crise da cidadania: em foco um dos cenários das Ongs. In.: **Proposta**. ano 28, n˚ 81, p. 6-11, jun-ago. 1999.

LEITE, S. P. Políticas publicas, padrão de financiamento e agricultura no Brasil (1980-1996). In.: **Séries Debates-CPDA**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n° 8, mai 1999c.

LINHART, Daniele. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado mas perigoso. In.: **Trabalho & Educação,** NETE. [S.l.:[s.n.], n. 7, jul-dez. 2000.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária:** um elogio à associação em tempos de crise. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

MADRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. In: CEDES. **Revista Educação & Sociedade.** [S.l.:s.n.], ano XIX, n. 64, set. 1998.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura.** Chapecó: Argos, 2003.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe e *status*.** Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.**

_____. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. No campo uma guerra de libertação. In: **Revista Sem Fronteiras**. [S.l.:s.n.], n. 142, jul-ag. 1986b.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1971.

MASSI, Jacir. **Diagnóstico da cooperação agrícola na região Oeste de Santa Catarina.** 2000. Monografia (Conclusão de curso Agronomia) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó(SC), 2000.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **A Desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

_____. Notas sobre a terceira revolução industrial, crise e trabalhos no Brasil. In.: UNICAMP, Instituto de Economia**.** Campinas: **Cadernos do CESIT**. n. 2, 1993. p. 1-10.

MEILASSAUX, Claude. **Mulheres, Celeiros & Capitais.** Porto (Portugal): Ed. Afrontamento, 1976.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICHELON, Edinéia. **Economia solidária e alternativas de trabalho e renda.** 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó (SC).

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Ed. Argos, 2005.

_____. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina.** 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MOCHCOVICH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1978.

MOSER, Liliane et al. **Empreendimentos de Economia Solidária no Oeste de Santa Catarina:** alternativas de desenvolvimento local no enfrentamento a exclusão social. Chapecó: Mimeo, 2002.

MOSER, Liliane; SOUZA, Cristina Campos de Sá de. **Projetos de Geração de Trabalho e Renda:** alternativas de superação e enfrentamento à pobreza. Chapecó: Mimeo, 1999.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: _____ et al. **Gênero e agricultura familiar.** São Paulo: SOF, 1998.

NOSELLA, Maria de Lurdes Chagas Dieró. **As Belas Mentiras:** a ideologia subjacente nos textos didáticos. 7. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

OBERACKER JR., Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II, Cap. III.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, Maria da Conceição (org). **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2000b.

OTTMANN, Göts. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. In.: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo:[s.n.], n° 41, p. 186-207, mar. 1995.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE, Miriam, et al. **Gênero e agricultura familiar.** São Paulo: SOF, 1998.

PAIVA, Vanilda (org.). **A igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (s. d.).

PESSOA, Nelson S.(coord.) **Agriculura de Grupo:** fundamento do programa. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. [Florianópolis]: EMATER-SC/ACARESC, [s.d.].

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos.** São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó (SC): FUNDESTE, 5(7): 47-88, abr. 1991.

POLI, Odilon Luiz et al. **Experiências dos operários de origem camponesa demitidos das agroindústrias de Chapecó frente às mudanças no processo de produção.** Chapecó: Mimeo, 2003.

POLI, Odilon Luiz. **Gênese, desenvolvimento e crise da economia camponesa tradicional no Oeste Catarinense.** Campinas: Mimeo, 1994.

_____. **Aprendendo a andar com as próprias pernas:** O processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (SP), Campinas, 1995.

_____. **Leituras em Movimentos Sociais.** Chapecó: Editora Grifos, 1999.

_____. Camponeses no Oeste catarinense. In.: **Cadernos do CEOM.** Chapecó, ano 15, n. 14, dez. 2001.

_____. Cultura e modo de vida camponês no Oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. In.: **Cadernos do CEOM.** Chapecó, ano 16, n. 15, dez. 2002.

PRIM, Lorena de Fátima. **Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania:** o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense**.** 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

PROJETO TERRA SOLIDÁRIA. **Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária**. [S.l.]: Projeto Terra Solidária/DESER/Escola Sindical Sul – CUT, 2000.

QUEIROZ, M.I. Pereira de. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Relatos orais: do 'indizível' ao dizível'. In: Von Simson, Olga. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Beatriz da S. G.(org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **La economia popular:** y sus caminos em América Latina. Lima (Peru): Mosca Azul Editores, 1998.

_____. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2001.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In.: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs). **Educação comunitária e Economia Popular.** São Paulo: Cortez,1993.

_____. **Los caminos de la economia de solidariedad.** Santiago (Chile): Vivarium, 1993b.

_____. **Modelos Alternativos de Talleres Laborales.** Santiago (Chile): PET, 1990.

REDE EcoVida de Agroecologia. Texto elaborado pela coordenação da Rede. [S.l.], 2000.

RENK, Arlene. As representações da colonização no Oeste Catarinense a partir de brasileiros. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó(SC), FUNDESTE, 5(7): 7-47, ago. 1991.

_____. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Editora Grifos, 1997.

_____. **Sóciodicéia às avessas.** Chapecó (SC): Editora Grifos, 2000.

REVISTA CRESOL BASER. [S.l.], n.3, 2000.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial:** o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie (orgs). **Saberes e competências:** o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas: Papirus, 1997.

ROSSETTO, Santo. **Potencialidades sócio-econômicas do Oeste de Santa Catarina, justificando a criação da sua universidade.** Chapecó(SC): Mimeo, 1987.

_____. FUNDESTE – UNOESC: origens do ensino superior no Oeste catarinense. In: **Revista Grifos.** Chapecó: UNOESC. n. 1, jul. 1994.

RUAS, Roberto. **A externalização produtiva no complexo calçadista do RS:** os impactos sobre o emprego e a qualificação. Porto Alegre: Mimeo, [2000].

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **La multitud em la historia:** los distúrbios populares en Francia e Inglaterra 1730-1848. 4.ed. Madrid-ES: [s.n.], 1989.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SALERMO, Mário S. Traabalho e organização na empresa industrial integrada flexível. In.: FERRETI et al. (org) **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** [S.l.:s.n.], n. 25, 1994.

SANCHEZ, Pierre. Igreja e questão agrária: um posfácio. In. : PAIVA, Vanilda (org). **Igreja e questão Agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da razão. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Jeneiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade. In: **Cadernos do CEAS.** [S.l.:s.n.], n.120, mar-abr. 1989.

_____. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade. In: **Cadernos do CEAS.** nº 120, mar-abr, 1989b.

SCHWARTZ, Yves. De la "Qualificacion" à la "Competence". In.: **Education Permanente.** [S.l.:s.n.], n. 123, p.125-138, 1995.

_____. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. In.: **Revista Educação & Sociedade.** [S.l.:s.n.], Ano XIX, n. 65, dez. 1998.

SEGNINI, Liliana R.P. **Mulheres no trabalho bancário.** São Paulo: Edusp,1998.

_____. **Desemprego e sub-contratação:** trabalho, qualificação e direitos sociais. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. **Educação, trabalho e desenvolvimento:** uma complexa relação. Campinas: Mimeo, 2000.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SEYFERT, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** [S.l.:s.n.]**,** n. 18, ano 7, fev. 1992.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda:** sociologia política del campesinato en una sociedad em desarrollo. [S.l.]: Alianza Editorial, 1983.

_____. O conceito de camponês: conceituação e desconceituações. **In: Estudos CEBRAP**. [S.l.:s.n.], n. 26, mar. 1990.

SILVA, José G. da; KAGEYAMA, Angela A. **Os resultados da modernização agrícola nos anos 70**. São Paulo: Mimeo, 1983.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e reconhecimento. In.:AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (org). **Teoria Social e Modernidade no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e. **Destino e trajetórias de camponeses migrantes**. In: Encontro da ABEP, 8, São Paulo: ABEP, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação:** estudos Foucaultianos. Petrópolis, Vozes, 1995.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução:** o caso do oeste catarinense. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995.

SINGER, P. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In.: **Proposta.** [S.l.:s.n.], n. 72, mar-mai. 1997.
_____. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In.: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo, fundação Perseu Abramo, 2002.

SNYDERS, George**. Escola, classe e luta de classes**. 2. ed. [S.l.]: Moraes, 1981.

SORJ, Bila. **"Produção flexível" e renovação da sociologia do trabalho**:algumas reflexões. São Paulo: Mimeo, 1999.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: SINGER,Paul; SOUZA, André Ricardo de. **Economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOTO, **El mnifesto associativo y autogestionário.** [S.l.]: [s.d], 1998.

_____. **El Manifesto Asociativo y Autogestionario.** Manágua: CIPRES, 1998b.

_____. Orlando Nunes. **Agenda Libertária.** Rio de Janeiro: PACS, 2001.

TELES, Vera da Silva. Os sentidos da destituição. In.: **Cidadania e Pobreza**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TESTA, Vilson M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense:** proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma critica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação de classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I e II, 1987.

_____. **Tradicio, Revuelta & Cociencia de Clase:** estúdio sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 3. ed. BARCELONA(ES): Libergraf, 1989.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e a produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Economia popular e cultura do trabalho.** Ijuí(RS): Ed. Da UNIJUI, 2001.

UCAF – Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense. Chapecó: [s.n], [s.d]. 1 folder.

UCZAI, Pedro. **Movimento dos Atingidos por Barragens:** o caso de Itá e Machadinho na Bacia do rio Uruguai (1979/1991). 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia solidária e educação popular:** contradições e perspectivas. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

VIEITEZ, Cândido Giraldez(org). **A empresa sem Patrão.** Marília(SP): Editora da UNESP, 1997.

VON SIMSON, Olga. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988.

WANDERLEY, Guilherme dos Santos. **Cidadania e Justiça**. [S.l.]: Editora Campus, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexandre V. Chaynov. In: FERREIRA, Ângela D.D.; BRANDERBURG, Alfio (orgs). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora de UFPR, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In.: Tedesco, João Carlos (org). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOLF, E.R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

_____. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra a conquista da cooperação**: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no RS. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CUT, Projeto Terra Solidária. **Projeto Político Pedagógico.** Florianópolis, Escola Sindical Sul, 2001.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Rede de agroecologia Ecovida.** [S.l: s.n], [s.d]. 1 folder.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura. **Normas Sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal.** Florianópolis, 1988.

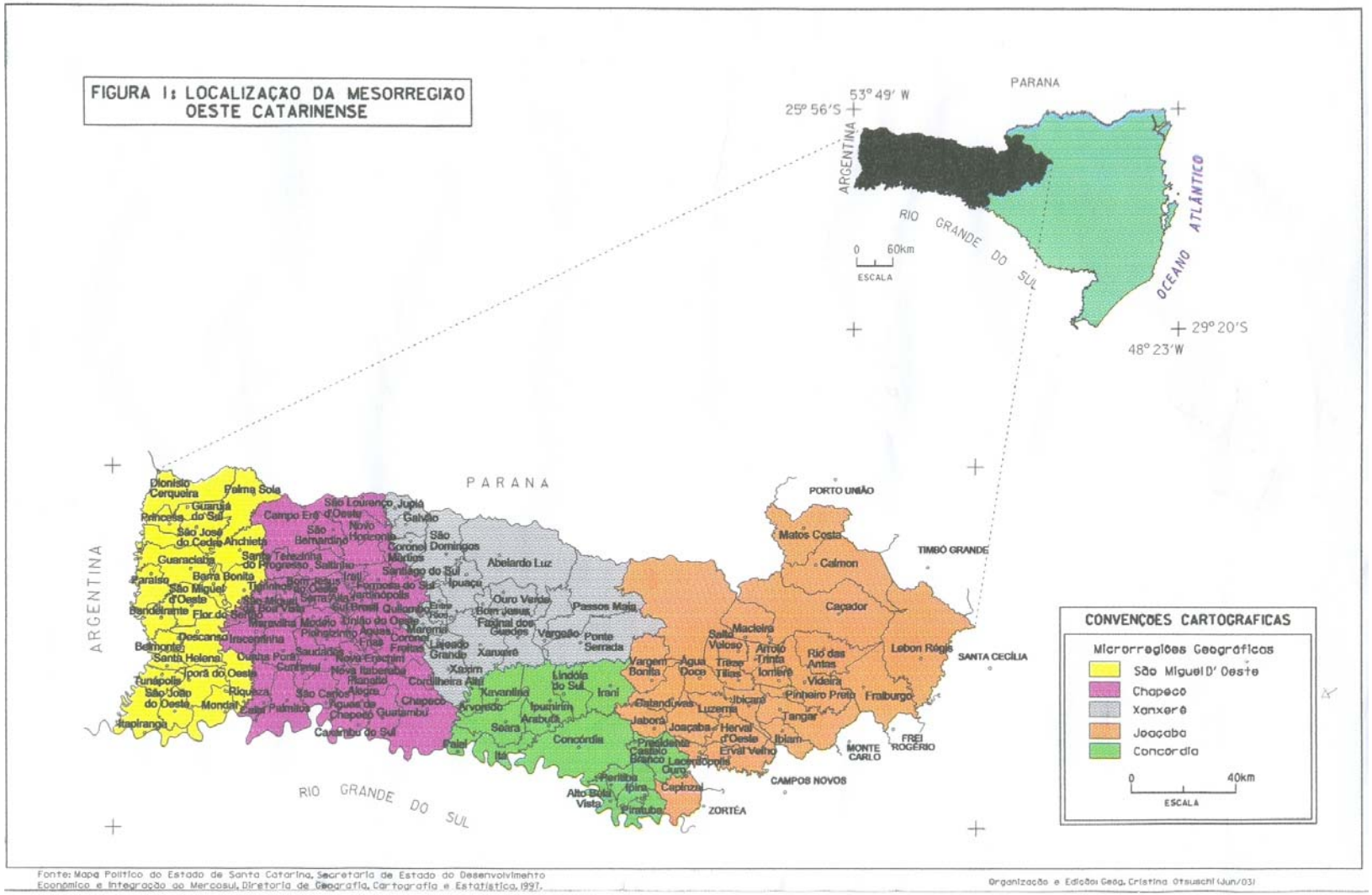
SANTA CATARINA. Lei 10.610 de 01 de dezembro de 1997. Dispõe sobre normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n. 15814, 01 dez. 1997.

SANTA CATARINA. Decreto, 3100 de 20 de julho de 1998. Aprova o Regulamento das Normas Sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, n. 15963, 15 jul. 1998.

UCAF. **Estatudo da União Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense – UCAF.** Aprovado em 27 de outubro de 1999.

ANEXO

ANEXO A. MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE



ANEXO B. FOTOS

Foto 1. Xxx

Foto 2. XX

ACEP
Queremos Vender Nosso Peixe
FEIRÃO DA ROÇA
Trabalhando Agroecologia
Associação dos Feirantes
Feirão da Roça
Dionísio Cerqueira - SC

Foto 3. xxxx

APÊNDICE

APÊNDICE A. AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ASSOCIATIVAS DA REDE UCAF[246] LIGADAS À CADEIA DA CARNE SUÍNA E DERIVADOS: ASPECTOS GERAIS[247]

Apresentamos a seguir uma breve descrição do conjunto das agroindústrias ligadas à essa cadeia produtiva da carne suína e derivados. O intuito é de disponibilizar informações que facilitem uma compreensão geral desse tipo de empreendimento, bem como auxiliar na contextualização da análise sobre os empreendimentos ligados a essa cadeia, realizada a partir do estudo, em profundidade, de dois empreendimentos selecionados de acordo com critérios descritos no capítulo 5 da tese. As informações e dados utilizados na presente caracterização foram obtidos mediante um levantamento, realizado a partir de visitas diretas a cada um dos oito empreendimentos, oportunidade em que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (com e sem o uso de gravador), bem como o preenchimento de um formulário contendo 95 questões, abertas e fechadas, agrupadas em oito grandes temas.

Nos oito empreendimentos que constituem esta cadeia produtiva, o número de famílias participantes em cada empreendimento é de duas a dez famílias, sendo que predominam os empreendimentos com quatro famílias ou mais. O que se observou, averiguando a trajetória dos grupos, é que, na maioria deles, houve uma diminuição do número de famílias envolvidas durante os primeiros tempos de funcionamento. Passados os primeiros dois anos, o número de famílias participantes estabilizou-se, sendo as saídas menos freqüentes e geralmente motivadas por alguma situação peculiar.

O período de surgimento dos grupos aos quais estão vinculados as agroindústrias varia de 1984 a 2001, com predomínio dos grupos surgidos a partir de 1996, período em que ocorreu também uma forte expansão das alternativas de agroindustrialização em toda a região.

Na verdade, dentre os oito empreendimentos visitados, num caso, registrou-se a existência do grupo de cooperação agrícola desde 1984 (voltado à aquisição e utilização de máquinas e implementos agrícolas) e uma associação, criada em 1988, para a realização de compras e coletivas. Num outro empreendimento, o grupo de cooperação agrícola existe desde 1989 (voltado à aquisição de máquinas e realização de compras coletivas, além de projetos de produção coletiva). Registrou-se também um empreendimento cujo grupo de cooperação agrícola surgiu no ano de 1992, também voltado a compras e vendas coletivas, além da produção de grãos

---

[246] Para situar devidamente esses empreendimentos no contexto em que estão inseridos, é importante registrar que, mesmo sendo a UCAF a mais abrangente organização de empreendimentos dessa natureza, existem na região outras agroindústrias semelhantes, também criadas, mantidas e administradas por grupos de cooperação agrícola ou associações, fomentados pela APACO (portanto, também a partir do princípio da autogestão), mas que, por razões diversas, não se encontram filiadas à mesma rede. Por outro lado, existem outras agroindústrias similares, criadas, mantidas e administradas por grupos de cooperação agrícola ou associações que foram fomentados por outras instituições como prefeituras municipais, fóruns de desenvolvimento local e outros. Não foi possível realizar, no percurso do presente estudo, um levantamento minucioso do número e das características específicas desses outros empreendimentos. Porém os dados disponíveis permitem registrar a sua existência e incluí-los dentro do conceito geral de Empreendimentos Econômicos e Solidários. Limitamo-nos, assim, a descrever, de modo mais detido, os empreendimentos vinculados à cadeia da carne suína ligada à rede UCAF, a qual, sem dúvida, representa uma boa amostra do fenômeno em questão.

[247] Neste apêndice, limitamo-nos a registrar alguns dados mais gerais, necessários à caracterização da cadeia como um todo. Uma parte significativa das informações obtidas no segundo momento do trabalho de campo estão inseridas, junto com o processo de análise apresentada no corpo da tese, especialmente no seu capítulo 5.

de modo coletivo. Nesses três casos, o surgimento da agroindústria ocorreu após vários anos da criação do grupo (entre sete e dez anos após), por iniciativa dos próprios grupos de cooperação agrícola já em funcionamento. Em dois deles, porém, observou-se uma reoganização dos grupos e realização de parceria com outros grupos também existentes para, em conjunto, implantarem a agroindústria. Nesses casos, o que se observa é que a iniciativa de implantação da agroindústria significou um aprofundamento no processo de agregação de valor e de construção de alternativas para a agricultura familiar que já estavam sendo buscadas pelos grupos desde sua origem.

O período de maior incidência de organização desses grupos de cooperação agrícola foi entre os anos de 1996 e 2000, período em que se registrou o surgimento de quatro dos oito grupos estudados. Apenas um dos grupos estudados surgiu após esse período (2001). Em sete dos oito casos estudados, o surgimento da agroindústria foi posterior ao surgimento do grupo, o que indica que o início das atividades de produção coletiva não esteve vinculado à agroindústria em si, pelo menos na sua forma atual. Dentre os sete grupos que surgiram antes da agroindústria, num deles, o grupo, desde o início, realizava o abate e industrialização de suínos de modo informal e em caráter complementar às atividades do grupo que estavam focadas em outras atividades. Mas a constituição da agroindústria, na sua forma atual, enquanto um empreendimento formal e que passou a ocupar um lugar central na existência do grupo, foi bem posterior (2001).

Quanto à iniciativa de organizar a agroindústria, os principais motivos apontados estão ligados à busca de alternativas para permanecer na agricultura familiar, com mais dignidade e, especialmente, criar condições para a permanência futura dos filhos na mesma atividade. Seis dos oito grupos pesquisados citaram a agregação de valor aos produtos como motivação para a criação da agroindústria, como estratégia para viabilizar sua continuidade na agricultura familiar.

Da mesma forma que relacionam a criação do empreendimento com a produção de alternativas para a permanência do grupo familiar na agricultura, as respostas coletadas dão conta do desejo de que os filhos permaneçam no campo e percebem a agroindústria familiar como uma alternativa para que essa permanência se viabilize. Os representantes do mesmo número de empreendimentos afirmaram que têm expectativa de que estes viabilizem a permanência dos filhos na agricultura familiar. Esse aspecto também será analisado com maiores detalhes mais adiante.

A partir dos depoimentos e dados obtidos nas visitas, observou-se que, após um período de produção em prédios e espaços adaptados, geralmente bastante precários, as exigências do processo de inspeção sanitária, bem como a política de melhoria e desenvolvimento das agroindústrias familiares através do Programa Desenvolver[248] levaram os grupos envolvidos a realizar investimentos em construções específicas para a instalação da agroindústria, bem como em equipamentos essenciais ao abate e à industrialização de suínos. Todos os oito empreendimentos aqui estudados foram instalados em plantas construídas a partir de um projeto padrão elaborado pela EPAGRI, adequado às exigências do sistema de inspeção estadual, a qual pode ser ilustrada através da Foto 1. Portanto, pode-se considerar que, a partir da construção dessas novas plantas, todos os empreendimentos aqui estudados passaram a funcionar em condições adequadas à sua atividade, atendendo às exigências legais para o o seu funcionamento.

Quanto à constituição dos grupos de cooperação agrícola, dos oito casos estudados, quatro se caracterizam como grupos formados por parentes, três se caracterizam como grupos formados por vizinhos e um empreendimento é mantido por dois grupos de parentes entre si

[248] Ver item 4.1.2.3. b, no capítulo 4 da tese.

(dentro da cada um dos grupos) e que mantêm entre os integrantes dos dois grupos, relações de vizinhança.

Quanto à institucionalização formal dos empreendimentos, seis se caracterizam como filiais de cooperativas familiares de comercialização e dois como microempresas. Internamente, seis grupos são regidos por estatuto, devidamente registrado, um grupo é regido por uma ata de constituição e outro é mantido apenas através de acordo verbal.

Quanto às relações dos integrantes dos grupos no desenvolvimento das atividades, temos cinco grupos caracterizados como grupos coletivos e três como grupos semi-coletivos[249]. Observa-se uma tendência maior a serem grupos coletivos aqueles formados exclusivamente por parentes. Dos cinco grupos que atuam coletivamente em todas as atividades, apenas um é composto por grupos de vizinhança, sendo os demais todos compostos por parentes entre si. No único caso em que o grupo coletivo não é composto exclusivamente por parentes, trata-se de um empreendimento mantido por duas associações, criadas a mais de dez anos, compostas por famílias com longa tradição de participação religiosa e política, em que os processos pedagógicos ligados à teologia da libertação foram muito intensos, tendo produzido, inclusive, muitas lideranças para os diversos movimentos sociais e outros espaços de participação. Nesse caso, surgimento do abatedouro deu-se através de uma parceria entre as duas associações de agricultores, que continuam mantendo outras atividades de produção coletiva, de forma independente uma da outra. O objetivo da criação do abatedouro, foi a busca de novas alternativas de produção, que viabilizassem a permanência dos filhos na agricultura. Como a necessidade de investimentos era alta e tendo a compreensão de que dois abatedouros localizados na mesma comunidade rural significaria uma duplicação de investimentos, além de uma exposição ao risco de concorrerem entre si pelos mesmos clientes, propuseram a parceria entre as duas associações e criaram um único abatedouro.

Quanto ao volume de produção, tem-se uma média entre 1.800 a 2.000 kg de carne processada por semana para cada abatedouro. Mesmo que os estatutos da UCAF definam, explicitamente, que para fazer parte da rede, a agroindústria familiar deva processar pelo menos 80% da matéria prima produzida pelos próprios integrantes, esse percentual é variável, indo de 0 a 100%. O que se observa é que, atualmente, esse é um princípio bem flexível. Mesmo permanecendo como orientação geral da rede UCAF, nenhum abatedouro sofre qualquer tipo de restrição por não cumprir o estabelecido nos estatutos. Dos oito empreendimentos visitados, um deles produz entre 80 e 100% da matéria prima processada, quatro produzem entre 60 e 80% da matéria prima processada, um produz entre 20 e 40 % e outro entre 0 e 20% e um, por fim, não informou esse dado.

O restante da matéria prima é buscada junto a outros agricultores familiares através de compras regulares ou ocasionais sem que seja firmado nenhum termo de compromisso formal. Apenas num dos casos a aquisição ocorre numa casa agropecuária especializada.

Os principais produtos produzidos nestas agroindústrias são apresentados no quadro 11. Observou-se uma variação pequena entre os produtos produzidos no início do empreendimento e a produção atual. O que houve foi a progressiva incorporação pelo conjunto dos empreendimentos, de um rol de produtos que praticamente não apresentou variação ao longo do tempo.

[249] Para uma caracterização dos grupos coletivos e semi-coletivos, ver item 4.2.1.3. da tese.

Quadro 11. Principais Produtos Produzidos pelos Empreendimentos da Cadeia de Carne Suína e Derrivados Ligados à Rede UCAF

Quais os principais produtos produzidos	Número de empreendimentos em que o produto é produzido	Percentagem em relação ao total de grupos
Não resposta	1	12.5
Salame	7	87,5
Torresmo	6	75
Banha	7	87,5
Lingüiça	6	75
Copa	2	25
Morcilha	4	50
Cortes	6	75
Defumados (copa, lombo, costela, bacon e outros)	3	37,5
Apresuntado	1	12,5
Mortadela	1	12,5
Queijo de porco	5	62,5
TOTAL[250]	49	-

Fonte: levantamento realizado durante o trabalho de campo.

A comercialização dos produtos se dá exclusivamente pelos próprios integrantes dos empreendimentos, sendo que, em seis empreendimentos, essa tarefa é realizada por um ou mais membros do grupo que possuem atribuição específica de venda e nos outros dois empreendimentos essa tarefa é compartilhada por vários integrantes sem uma atribuição específica exclusiva. De qualquer forma, na maior parte dos casos, essa é uma tarefa que cabe a determinados integrantes e não a todos, sendo, portanto uma função que tende a um processo de especialização. Esse aspecto será abordado mais adiante a partir de uma análise mais detalhada da realidade de dois empreendimentos.

O destino da produção dessas agroindústrias é a própria região do Oeste catarinense. Em três dos oito empreendimentos estudados, de 80 a 100% da produção permanece no próprio município, sendo que o restante é comercializada nos demais municípios da própria região. Nos demais empreendimentos, o destino da produção apresenta um maior equilíbrio entre o próprio município e os demais municípios da região. É praticamente nula a comercialização para além das fronteiras da região Oeste Catarinense.

A comercialização se dá principalmente de três formas. A venda direta aos consumidores (realizadas nas casas ou na própria agroindústria) representa em torno de 20% das vendas; já a venda em pequenos mercados, restaurantes, lanchonetes e similares, representa entre 60 a 80% para a maior parte dos empreendimentos; por fim a venda em feiras livres representa entre 0 e 60%, mas com o predomínio amplo de 0 a 20% do total das vendas.

O número de pessoas envolvidas no trabalho da agroindústria permanece praticamente inalterado, desde sua implantação até o momento atual, embora registra-se uma tendência de aumento do tempo dedicado pelos integrantes ao trabalho no abatedouro. Nos oito

[250] O número total é superior ao número de empreendimentos por ser uma resposta de múltipla escolha, com respostas não excludentes.

empreendimentos estudados, com uma única exceção251, observou-se um aumento progressivo do volume de produção ao longo do tempo até chegar ao atual ponto de equilíbrio, de acordo com o espaço conquistado no mercado regional. O aumento da produtividade do trabalho, de um modo geral, permitiu aumentar a produção sem aumentar significativamente a quantidade de trabalho empregada na produção. A média de pessoas envolvidas nas atividades dessas agroindústrias é de 7.5 pessoas por agroindústria252.

Dos oito empreendimentos estudados, apenas um possui mão-de-obra contratada, sendo, mesmo assim, um único funcionário, aparentado de um dos grupos participantes do abatedouro. Esse aspecto é importante do ponto de vista da natureza das relações sociais a serem admitidas nesses empreendimentos. Em seus estatutos a UCAF prevê, explicitamente, a utilização exclusiva de mão-de-obra das famílias participantes. Do que se percebeu nas entrevistas, não existe nenhuma previsão de ampliação da contratação de empregados pelos empreendimentos. A preocupação unânime, ao contrário, foi a de criar condições para o envolvimento dos filhos das famílias participantes que, ao poucos, vão atingindo a idade adulta e precisam trabalhar.

No único abatedouro que conta com uma pessoa contratada, a situação não chega a interferir, de modo significativo, no conjunto das relações internas do empreendimento, exatamente por tratar-se de um caso isolado. Tratando-se de um aparentado próximo das famílias de um dos Grupos de Cooperação Agrícola que mantém o empreendimento, o caso em questão parece representar muito mais um arranjo familiar para a construção de uma alternativa específica para a situação do que uma tendência. Questionados sobre a possibilidade de aumentar esse número, os participantes foram taxativos em negar essa possibilidade. Esse aspecto é muito significativo do ponto de vista ético-político, uma vez que sinaliza uma certa forma de percepção das relações sociais de produção.

---

[251] Trata-se de uma unidade com baixo grau de desenvolvimento, que vem enfrentando problemas inclusive com o processo de inspeção sanitária e que, ao que tudo indica, terá dificuldade de firmar-se na atividade. Tendo iniciado com três famílias, no momento da primeira visita ao empreendimento, o grupo já contava com apenas uma das famílias que o iniciaram. Considera-se o grupo composto por duas famílias por tratar-se do pai e um filho adulto, economicamente autônomo. A informação obtida junto a um dos sócios que abandonaram o empreendimento, é de que o problema estava no gerenciamento do grupo, feito exclusivamente pelo proprietário da terra onde foi construído o abatedouro, que não admitia a participação dos demais integrantes na gestão do mesmo e que vinha revelando-se avesso à implantação das melhorias necessárias ao bom desempenho do abatedouro. A situação, ao que parece, era agravada devido à distância do empreendimento em relação ao município de Chapecó, o que dificulta a realização de um acompanhamento mais sistemático pela UCAF sediada neste município.

[252] A partir de fevereiro de 2006, contudo, registrou-se, em todos os empreendimentos consultados, uma diminuição significativa do volume de produção, fruto da grave crise enfrentada pela suinocultura em todo o país. O fechamento das exportações para alguns países, em função do surto de febre aftosa, forçou a entrada no mercado de grandes estoques de carne existentes nos frigoríficos exportadores, bem como inviabilizou a comercialização de um grande volume de animais em ponto de abate existentes nas propriedades agrícolas. Esse fato estimulou a industrialização e comercialização informal de suínos por muitos agricultores, forçando os preços para baixo e criando muitas dificuldades para os emprendimentos em estudo para manter sua produção regular. A estimativa é de que houve uma diminuição média de 40% do volume de produção nesses meses.

Os agricultores familiares consultados durante a pesquisa são unânimes em interpretar esses meses de dificuldade como uma das crises típicas da suinocultura que, historicamente, apresenta períodos de altos e baixos. Todos também acreditam que, em poucos meses, a atividade voltará ao normal. Essa parece ter sido a primeira grande crise enfrentada por esses abatedouros, desde sua implantação, pondo em cheque a capacidade dessas iniciativas de sobreviver períodos de turbulência. O que se pôde observar é que a manutenção de uma produção diversificada, típica da agricultura familiar, dá a esses empreendimentos uma grande capacidade de enfrentar essas crises sem comprometer sua sobrevivência. No final do mês de agosto de 2006, os indícios eram de que o pior da crise já havia passado e o preço dos produtos, bem como a demanda pelos mesmos, já davam sinais de recuperação.

Em relação à apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da produção no abatedouro, o quadro 12 apresenta uma síntese das respostas apresentadas nos formulários.

Quadro 12. Forma de Apropriação dos Conhecimentos necessários ao Desenvolvimento da Produção nos Abatedouros Ligados à UCAF

Alternativas	Quantidade de empreendim. que se enquadram nessa alternativa	Percentagem em relação ao total de grupos
As famílias envolvidas já tinham experiência anterior de produção desses produtos	6	75
As famílias envolvidas já produziam e comercializavam, informalmente, antes de criar a agroindústria	4	50
Integrantes do grupo participaram de cursos e treinamentos específicos para aprender ou melhorar a técnica de produção	8	100
Integrantes do grupo aprenderam visitando conhecendo e/ou convivendo com outro empreendimento do mesmo ramo	2	25
Outra forma	1	12.5
TOTAL[253]	21	-

Fonte: levantamento realizado durante o trabalho de campo.

Merece destaque o fato de que, em seis dos oito empreendimentos, registrou-se que a família já possuia alguma experiência anterior na atividade. Este é um detalhe importante visto que, ao que tudo indica, a possibilidade de criação de agroindústrias familiares para o processamento de produtos produzidos nas unidades familiares de produção agrícola parece ter sido favorecida pela existência de uma cultura anterior de industrialização para fins de auto consumo. Fabricar embutidos, conservas, doces e outros produtos similares não representou uma novidade para esses agricultores familiares. Novidade foi fazê-lo com fins comerciais. Observe-se, contudo, que, antes ou após o início da industrialização com fins comerciais, todos os empreendimentos buscaram aperfeiçoar conhecimentos através de curso de capacitação específicos para aprender ou melhorar as técnicas de produção. Nesses cursos houve, segundo os relatos, tanto o aperfeiçoamento da produção de produtos já produzidos artesanalmente, quanto o aprendizado de novos produtos, que não faziam parte da tradição de produção das famílias. Registrou-se também pelo menos um caso em que um dos produtos produzidos, típico da cultura alemã, não era de conhecimento dos órgãos de Pesquisa & Desenvolvimento que realizaram a capacitação das pessoas e dos grupos para atuar nestas agroindústrias254. Esse fato demonstra a importância dos saberes tradicionais dessas famílias para a origem e o desenvolvimento desses empreendimentos.

O quadro 13 apresenta o rol de instituições nas quais os agricultores familiares buscaram esses conhecimentos.

[253] O número total é superior ao número de empreendimentos por ser uma resposta de múltipla escolha, com respostas não excludentes.

[254] Trata-se de um tipo de lingüiça cozida, típica da cultura alemã, cujo consumo permanece praticamente restrito às populações dessa origem.

Quadro 13. Instituições Responsáveis pela Oferta de Cursos de Capacitação aos Integrantes das Agroindústrias Familiares da Cadeia de Carne Suína ligada à UCAF

Instituição	Quantidade de empreendim. que freqüentaram cursos na instit.	Percentagem em relação ao total de grupos
EPAGRI	7	87,5
APACO	3	35,5
PROGRAMA DESENVOLVER	2	25
SENAI	1	12,5
SINE	3	37,5
Outros	1	12,5
TOTAL[255]	17	-

Fonte: Levantamento realizado durante o trabalho de campo

Neste aspecto merece registro a ampla presença da EPAGRI na difusão de conhecimentos técnicos relativos à produção agroindustrial de caráter artesanal, realizada pelos empreendimentos em estudo. Observou-se que o único dos empreendimentos que não realizou curso na EPAGRI, buscou sua capacitação no SENAI. Observou-se também que, nos oito empreendimentos, houve a busca por mais de um curso de capacitação, com predomínio de, no mínimo, quatro cursos por empreendimento. Em todos os casos, os cursos foram realizados por mais de uma pessoa.

No que se refere à continuidade da busca de aperfeiçoamento e de inovação pelos empreendimentos, observou-se um aspecto preocupante. Muito embora os integrantes dos empreendimentos continuem a participar, esporadicamente, de cursos de curta duração, promovidos pelas instituições já citadas, no momento do levantamento dos dados, apenas um dos empreendimentos contava com uma estratégia mais sistemática de atualização e busca de novas informações e aperfeiçoamento técnico e de pessoas. Nenhum integrante dos empreendimentos investigados estava, naquele momento, freqüentando algum curso técnico ou superior regular, voltado à área de atuação específica (processamento de carne suína ou área afim). Esse poderá ser um limite no desenvolvimento dessas alternativas econômicas, em virtude das crescentes exigências do mercado em termos de qualidade e diversificação dos produtos, visto que, o fato de esses empreendimentos produzirem produtos artesanais, não os dispensa da busca de aperfeiçoamento de sua atividade e melhoria da qualidade dos produtos produzidos.

Outra fragilidade observada em quase todos os empreendimentos é a questão da seguridade social e dos direitos trabalhistas. Todos os participantes dos empreendimentos (exceto o único funcionário contratado), possuem a relação de proprietários do empreendimento. Não há, portanto, a obrigação legal de manutenção de planos de previdência e assistência. Porém, dada a condição de tais trabalhadores, seria fundamental a manutenção de alguma alternativa de previdência e assistência social. Não é essa, contudo, a realidade da grande maioria dos grupos estudados. Sete dos oito grupos estudados dependem exclusivamente do SUS para atendimento à saúde, sendo que em apenas um existe um fundo voltado à cobertura das despesas com saúde. O mesmo grupo possui um fundo para o provisionamento de recursos para férias e assistência previdenciária. Nos demais, nada existe previsto a respeito.

[255] O número total é superior ao número de empreendimentos por ser uma resposta de múltipla escolha, com respostas não excludentes.

A coordenação do grupo é exercida de diferentes maneiras como se pode observar no quadro 14. Porém, o que se constatou é que, mesmo nos grupos em que a coordenação é feita através de diretoria eleita, predomina um elevado grau de informalidade nas relações entre a coordenação e os demais participantes. Percebe-se que os integrantes investidos da função de coordenação sentem-se efetivamente responsabilizados por tal tarefa, mas esse fato não modifica o tom informal e espontâneo que predomina nas relações entre todos os integrantes. Nada que se assemelhe à relação chefia x subordinados ou empregado x patrão em empresas convencionais.

Quadro 14. Formas de Exercício da Coordenação dos Empreendimentos

Forma de exercício da coordenação	Quantidade de empreendim. que utilizam essa forma de exercício da coordenação	Percentagem em relação ao total de grupos
Diretoria eleita	3	37,5
Coordenação informal	2	25
Coordenações específicas por qualificação ou por habilidade(vendas, produção)	2	25
Outro	1	12,5
TOTAL OBS.	8	100

Fonte: levantamento realizado durante o trabalho de campo

O controle do tempo trabalhado e a divisão dos ganhos com o empreendimento também ocorre de formas variadas. O controle do tempo pode ser feito por hora trabalhada (dois casos), por dia trabalhado (dois casos), ou por família (quatro casos). Nesta situação (controle do trabalho por família), há um compromisso de cada família em dispor uma quantidade determinada de trabalho semanal, conforme a programação das atividades do abatedouro (exemplo: uma pessoa por família atua todos os dias e duas pessoas por família atuam nos dias de abate). Tanto neste caso, quanto nos grupos que fazem controle diário do trabalho, a jornada não tem um horário rígido para iniciar e terminar. O horário de início é feito por uma praxe que se estabelece no grupo, sem um rigor cronométrico. O fim da jornada ocorre "conforme o serviço", ou seja, se o trabalho está em atraso, trabalha-se mais tempo, se não, trabalha-se menos tempo.

A divisão dos ganhos também se vale de critérios diferentes. Em três dos oito empreendimentos, até o momento da pesquisa, não havia qualquer divisão dos ganhos. Tudo era reinvestido na amortização dos financiamentos e na implementação de melhorias no abatedouro. Nesses casos, as famílias mantêm outras atividades na propriedade para garantir a subsistência. O que se observa, então, é uma forte motivação para a consolidação do empreendimento e uma projeção do abatedouro como uma garantia de futuro na agricultura familiar, sobretudo para os seus filhos. Em outros casos, a divisão é feita por família, igualmente, isto nos casos em que o trabalho é controlado por família.

As formas de pagamento por dia e por hora são mais minuciosos e remuneram o trabalho efetivamente desenvolvido. Ainda assim, nesses casos, podem ser encontradas algumas variações. Nos dois abatedouros mantidos por duas diferentes associações e/ou Grupos de Cooperação Agrícola, a remuneração é feita pelo abatedouro para cada associação ou Grupo e não para a pessoa individualmente. A partir disso, internamente, cada associação ou Grupo de Cooperação agrícola faz sua própria divisão sempre seguindo critérios eqüitativos. Num destes casos, a

distribuição dos ganhos é feita (a partir dos ganhos totais do grupo e não apenas a partir dos ganhos com o abatedouro) de modo eqüitativo entre as famílias, mas incluindo o pagamento a todos os participantes, incluindo os jovens. Em outro, o recurso vai para um caixa comum, gerenciado por um dos membros do grupo (o pai) e a disponibilidade do recurso ocorre de acordo com a necessidade de cada família, conforme praxe estabelecida no interior do próprio grupo. Em outros dois casos, a divisão interna (dentro de cada associação) é feita por família, conforme critérios da própria associação, que combinam a remuneração das as atividades desenvolvidas no abatedouro com as atividades desenvolvidas em outros projetos de produção mantidos pela associação.

Em 100% dos empreendimentos pesquisados, seus representantes afirmam que a instalação da agroindústria trouxe mudanças positivas para a vida das famílias envolvidas, tanto em termos de viabilidade econômica, acesso a tecnologias, qualidade do trabalho, etc. As principais mudanças positivas e negativas citadas podem ser observadas no quadro 15. Observe-se que quanto às mudanças negativas, na verdade, apenas duas das citações poderiam ser, efetivamente, classificadas dessa forma. As duas últimas são, na verdade, dificuldades encontradas

.

Quadro 15. Principais Mudanças Provocadas pela Instalação da Agroindústria para as Famílias Participantes

Mudanças positivas	Mudanças negativas
- Ocupação de mais gente e a permanencia dos filhos na agricultura; - Crescimento humano, já que tiveram que aprender a superar diversos problemas; - O trabalho coletivo é um ponto positivo, mesmo que, inicialmente, consideravam a invasão de privacidade ruim; - experiência, conhecimento, qualidade de vida;	- Dificuldades no desempenho de algumas tarefas como a comercialização; - Aumento da intensidade do trabalho (o império dos prazos). - Concorrência das grandes indústrias; - Dificuldade liberação da inspeção sanitária;

Fonte: Levantamento realizado durante o trabalho de campo.

Quanto ao fortalecimento ou não da participação dos integrantes dos grupos em diferentes espaços na sociedade, após a criação da agroindústria, os relatos apontam avanços e recuos. De um lado, há uma quase unanimidade no que se refere ao aumento da carga de trabalho e das responsabilidades, o que coloca maiores dificuldades relativas ao tempo a ser dedicado à participação. Por outro lado, há também a percepção que o trabalho em grupo favorece a liberação das pessoas nos momentos em que é necessário deslocar-se da propriedade para participar em diferentes espaços. O quadro 16 abaixo, apresenta um panorama das respostas relativas aos espaços em que, sob a ótica do grupo, houve um fortalecimento da participação.

Quaro 16. Espaços em que se Registrou um Fortalecimento da Participação dos Integrantes a partir da Criação dos Empreendimentos

Espaços a participação	Nº de empreendimentos em que a participação dos integrantes se fortaleceu	Percentagem em relação ao total de grupos
Não resposta	2	25
Comunidade	4	50
Política Partidária	4	50
Sindicato	6	75
Coopertiva	3	37,5
Associações/organizações profissionais	0	0,0
Outros	1	12,5
TOTAL[256]	20	-

Fonte: levantamento realizado durante o trabalho de campo.

A observação feita neste tópico é importante por estar relacionada à questão do exercício da cidadania e o envolvimento com o processo político, aspecto crucial para a análise da perspectiva de uma possível relação entre esses empreendimentos e a construção de novas relações sociais. Participar em espaços públicos e organizações voltadas à participação política e ao exercício da cidadania é fundamental para a contribuição com o desenvolvimento da polis.

O que se pôde observar, a partir do trabalho de campo é que houve uma melhoria nas condições gerais de reprodução social desses agricultores familiares, a partir da implantação do abatedouro. Além da manifestação expressa dos representantes dos empreendimentos, no sentido de que a implantação do abatedouro melhorou as condições de permanência na agricultura familiar, essa melhoria, pôde ser percebida através da averiguação dos investimentos feitos a partir da criação da agroindústria. Sete dos oito empreendimentos realizaram investimentos anuais em melhorias nos próprios empreendimentos ou nas suas unidades familiares de produção agrícola. Mesmo considerando a informação já indicada acima de que a partir da implantação das novas plantas industriais, todos eles já apresentavam condições bastante adequadas de funcionamento, observou-se, uma melhoria significativa nas condições gerais de trabalho257. Um único empreendimento não realizou investimentos, o qual já foi acima citado por estar em processo de inviabilização. O quadro 17 apresenta uma descrição geral dos tipos de investimentos realizados pelos empreendimentos, a partir da instalação da agroindústria.

Essa condição de melhoria das condições de reprodução social, pelo que se pôde perceber no trabalho de campo, está influenciando a percepção desses camponeses sobre sua

[256] O número total é superior ao número de empreendimentos por ser uma resposta de múltipla escolha, com respostas não excludentes.

[257] Para exemplificar essa melhoria nas condições de trabalho, podem ser citados a melhoria bastante significativa da frota de veículos utilizados para o transporte da matéria prima e dos produtos para o mercado. Nesse aspecto, invariavelmente o abatedouro iniciou o processo de comercialização com veículos bastante velhos e em precário estado de conservação. Atualmente, todos eles possuem veículos especialmente adaptados para esse fim (caminhões, caminhonetes e furgões). Outro exemplo são os equipamentos utilizados no processo de produção. O mais típico exemplo é a substituição das serras manuais pelas serras elétricas, com ganhos significativos de agilidade e de qualidade de vida no trabalho. O implantação do abate por choque em substituição ao abate através do uso da marreta é outro exemplo. Nesse sentido um grande número de melhorias poderia ser citado.

própria condição. De um modo geral, comparativamente às manifestações públicas recorrentes sobre a situação e perspectivas da agricultura familiar, marcadas por um tom pessimista, pôde perceber-se um grupo com perspectivas de vida renovadas, as quais lhes permitem sonhar com um futuro promissor na agricultura, com manifestações de esperanças, sonhos e projetos.

Quadro 17. Investimentos Realizados a partir da Instalação da Agroindústria

Que investimentos foram realizados	Quantidade de empreendimentos que realizaram o investim.	Percentagem em relação ao total de grupos
Não resposta	1	12.5
Melhoria do plantel	1	12,5
Investimentos em veículos	7	87,5
No aperfeiçoamento do processo de gestão	1	12,5
Na melhoria processo produção	5	62,5
Investimento vendas e distribuição	3	37,5
Na melhoria das condições de vida e moradia das famílias	1	12,5
Melhoria estrutura do empreendimento	1	12,5
Não houve investimentos	1	12,5
TOTAL [258]	21	

Fonte: levantamento realizado durante o trabalho de tampo.

[258] O número total é superior ao número de empreendimentos por ser uma resposta de múltipla escolha, com respostas não excludentes.